

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA- UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Marcela Andresa Semeghini Pereira

**A VIDA DE TODOS OS DIAS - TEMPO DISPONÍVEL E TEMPO DE TRABALHO
DOS PROFESSORES DA ÁREA DE HUMANIDADES DA UNESP**

Marília-SP
2018

Marcela Andresa Semeghini Pereira

**A VIDA DE TODOS OS DIAS - TEMPO DISPONÍVEL E TEMPO DE TRABALHO
DOS PROFESSORES DA ÁREA DE HUMANIDADES DA UNESP**

Tese apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília-SP, como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: *Determinações do mundo do trabalho.*

Orientador: Marcos Tadeu Del Roio

Marília-SP

2018

P436v

Pereira, Marcela Andresa Semeghini

A vida de todos os dias : Tempo Disponível e Tempo de Trabalho dos Professores da Área de Humanidades da UNESP / Marcela Andresa Semeghini Pereira. -- Marília, 2018

286 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Marcos Tadeu Del Roio

1. Sociologia do Trabalho. 2. Tempo Disponível. 3. Tempo de Trabalho. 4. Professores da Área de Humanidades. 5. UNESP. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Marcela Andresa Semeghini Pereira

**A VIDA DE TODOS OS DIAS - TEMPO DISPONÍVEL E TEMPO DE TRABALHO
DOS PROFESSORES DA ÁREA DE HUMANIDADES DA UNESP**

Banca examinadora:

Dr. Marcos Tadeu Del Roio (Orientador)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – FFC/UNESP

Dr. Anderson Deo
Departamento Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – FFC/UNESP

Dr. Fabio Kazuo Ocada
Departamento de Sociologia e Antropologia
Universidade Estadual Paulista – FFC/UNESP

Dr. Henrique Amorim
Departamento de Sociologia
Universidade Federal de São Paulo

Dr. Savio Cavalcante
Departamento de Sociologia
Universidade Estadual de Campinas

Marília-SP

2018

Este trabalho é uma homenagem (mais do que justa) a todos os professores da Área de Humanidades, que não desistem da luta pela emancipação humana.

Dedico este trabalho a Danilo Salioni, que me ensinou o que é uma relação dialética e humana.

AGRADECIMENTOS

A quase loucura de escrever uma tese nestes dias grises é um desafio de se fazer entendido, ao menos ouvido, no mundo dos homens onde reina a vaidade, a arrogância, a ânsia por poder e a mais patética vontade de receber elogios onde nem mesmo há traços de reflexão sobre a sua própria condição humana.

Levando-se em conta que esta pesquisadora teve sua subjetividade capturada há tempos, sendo fiel à acumulação, reprodução e produtividade ao menos desde 2002, quando me rendi ao capital fictício em sua forma mais pura: um banco. Esta pesquisa vem para acender uma fagulha de esclarecimento e criticidade.

O percurso acadêmico, embora muito solitário; é possível, é mais leve, prazeroso, gratificante e válido quando podemos partilhá-lo com outras pessoas, e mais, quando nos brindamos com novos relacionamentos humanos, e foi exatamente o que aconteceu em minha jornada. Pude partilhar meus anseios, medos e satisfações com inúmeras pessoas, e certamente cometerei o deslize de não citar todas, pois são muitas.

Às amigas de longa data, a Fabiana que me acompanha desde a infância (algo raríssimo hoje) e nos dias atuais, junto com sua querida mãe, me recebe sempre com um imenso carinho e um bolinho com café quente, não existe algo mais agradável que isso!!! A amiga Luciana – Lulu – pela amizade sincera que germinou na graduação e fortaleceu com o tempo, certamente nos manteremos juntas não importando o que haja pela frente.

Àqueles que conheci durante o doutorado: Marília, Thais Lacerda, Matteo, Ivo, Yuri, Simone, Alexandre Lopes (colega da graduação que reencontrei na pós-graduação), Mariana, Daniele Ribeiro, Felipe, Fred, Simone, Loyola, Marcelo, Rafael, Rodolfo, Guilherme, Adler, Victor todos que, de alguma forma, me mantiveram focada e com a certeza de que valeria à pena.

Agradeço meus amigos fofos e preciosos Juliana e Caio auto-apresentados em um curso de extensão aos sábados; que lançaram traços de humanismo, bom humor e alegria nos meus dias. A companhia de vocês é sempre divertida e prazerosa, além de sempre extrair uma nova aprendizagem.

Aos discentes/editores e colegas da Revista Aurora, pelo aprendizado e, principalmente pelos momentos de descontração.

Aos professores que tanto enriqueceram meu conhecimento teórico, prático e humano com a regência de conteúdos que instigam a reflexão crítica e ao ir além: Marcelo Totti, Leandro Galastri, Giovanni Alves, Marcos Del Roio e Jayme Gasparoto.

À professora Sueli Mendonça que me proporcionou a experiência da docência na UNESP de Marília, com a regência da disciplina “Metodologia das Ciências Sociais”, para o quarto e quinto ano do curso de Ciências Sociais – Licenciatura. Esta oportunidade levou-me à imersão na atividade docente, viabilizando a empatia e entendimento da vida de todos os dias deste profissional.

Ao querido e sempre presente professor Giovanni Alves que desde a graduação despertou em mim o interesse pela Sociologia do Trabalho e, em especial, pelo tema “Tempo Disponível”. Através da apresentação de novos autores como os da escola de Frankfurt, com um nível de debate sempre sofisticado, candente e denso e pelas inúmeras contribuições teóricas e metodológicas conferidas a esta pesquisa através de sua participação na Banca de Qualificação e das reuniões do Grupo de Estudo. Por estar em viagem para a Espanha realizando pesquisa de Pós-Doutorado não pode estar presente na Banca de Defesa, mas frisou que já tinha “batido” na Banca de Qualificação.

Ao meu orientador, Marcos Del Roio, que me surpreendeu com uma jornada graciosa, agradável e de fantásticas descobertas. Aos “papos” profícuos e revigorantes na padaria da Avenida Rio Branco às sete horas da manhã. E pelo exemplo de vida se negando a se curvar aos desígnios inebriantes do grande capital e permanecendo fiel a sua luta pela emancipação humana.

Agradeço também ao professor Anderson Deo, pela participação nas bancas de qualificação e defesa, e pelas inúmeras recomendações e apontamentos que, certamente, ajudaram no avanço da pesquisa. Ao professor Fabio Ocada pela paciência e competência na discussão do texto e aos professores convidados: Sávio Cavalcante e Henrique Amorim pelas diversas críticas proferidas na banca de defesa, com o objetivo de formar e aprimorar o trabalho.

Ao Banco do Brasil, que me liberou para cursar as disciplinas, pois a atividade laboral teve de ser mantida durante o doutorado, considerando que não obtive bolsa para que pudesse me dedicar integralmente aos estudos. Embora, explicitamente, não tenha agradado aos administradores, a vontade de concluir a pesquisa não deixou que me abalasse em nenhum momento, embora a realidade sempre se fez presente. Desta forma, as metas estavam presentes e foram cumpridas, o que me dá um alívio e a tranqüilidade de expressar que não devo nada para ninguém.

E agradeço aos colegas do Banco do Brasil: Renata, Fernanda, Deise, Mario, Priscila, Marcelo e Junior por me ouvirem quando a ansiedade era grande e não pude guardar para mim os resultados da pesquisa.

À minha família, mãe que me ensinou na prática que a solidão faz parte da vida e, que sempre, dependemos de nós mesmos para sobreviver e seguir em frente; pai que foi a primeira figura explícita de proletariado, digno e persistente, demonstrando que eu deveria ir além para entender sua condição de vida.

O núcleo da minha vida de todos os dias, meus filhos João Pedro e Luiz Fernando, lua e sol, todo o meu amor e orgulho de ser sua mãe, vocês me surpreendem e me alegam todos os dias, minha vida faz sentido pela existência de vocês; e ao meu companheiro de vinte anos (isso mesmo), Danilo, pela ajuda prática nesta pesquisa, pelas experiências e por sua dedicação, amadurecemos nestes anos e vivenciamos a frase de Che Guevara “hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás”. Amo vocês, obrigada!!!

Certamente vai um agradecimento (e engrandecimento) especial a todos os professores da Área de Humanidades da UNESP, em particular àqueles que se dispuseram a responder o questionário, enriquecendo e viabilizando a pesquisa. Ensinaram-me a valorizar ainda mais a o ser humano, a partir de respostas emocionantes, trágicas e engraçadas, que descortinaram as suas vivências. Pude me emocionar com essas pessoas, chorei e ri lendo e ouvindo as suas experiências. Obviamente, por discricção e de preservação para com elas e suas famílias, seus nomes, departamentos e Câmpus não aparecerão ao longo do trabalho.

Às pessoas que passaram pela minha vida, parafraseando Hermann Hesse em A arte dos Ociosos, desenvolveram em mim uma crescente admiração pela pluralidade dos acontecimentos e um total, tranqüilizante olvido de meu ser, ponto de partida para que eu conseguisse habituar-me a um benéfico far niente, que nunca me entediou. Trata-se, contudo, apenas de um começo. Outros irão escolher outros caminhos para, durante algumas horas, do estado consciente mergulhar no auto-esquecimento, tão necessário para um artista e tão difícil de ser alcançado. Dedico esta singela pesquisa aos amantes do ócio, da acídia, do lazer, do que vale a pena ser vivido, e aos que esta pesquisa conseguir seduzir.

Desculpem-me, mas eu não quero ser um Imperador, esse não é o meu objectivo. Eu não pretendo governar ou conquistar ninguém.

Gostaria de ajudar a todos, se possível, judeus, gentios, negros, brancos. Todos nós queremos ajudar-nos uns aos outros, os seres humanos são assim. Todos nós queremos viver pela felicidade dos outros, não pela miséria alheia. Não queremos odiar e desprezar o outro. Neste mundo há espaço para todos e a terra é rica e pode prover para todos.

O nosso modo de vida pode ser livre e belo. Mas nós estamos perdidos no caminho.

A ganância envenenou a alma dos homens, e barricou o mundo com ódio; ela colocou-nos no caminho da miséria e do derramamento de sangue.

Nós desenvolvemos a velocidade, mas sentimo-nos enclausurados:

As máquinas que produzem abundância têm-nos deixado na penúria.

O aumento dos nossos conhecimentos tornou-nos cépticos; a nossa inteligência, empedernidos e cruéis.

Pensamos em demasia e sentimos bem pouco:

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade;

Mais do que inteligência, precisamos de afeição e doçura.

Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.

O avião e o rádio aproximaram-nos. A própria natureza destas invenções clama pela bondade do homem, um apelo à fraternidade universal, à união de todos nós. Mesmo agora a minha voz chega a milhões em todo o mundo, milhões de desesperados, homens, mulheres, crianças, vítimas de um sistema que tortura seres humanos e encarcera inocentes. Para aqueles que me podem ouvir eu digo: "Não se desesperem". A desgraça que está agora sobre nós não é senão a passagem da ganância, da amargura de homens que temem o avanço do progresso humano: o ódio dos homens passará e os ditadores morrem e o poder que tiraram ao povo, irá retornar ao povo e enquanto os homens morrem [agora] a liberdade nunca perecerá...

Soldados: não se entreguem aos brutos, homens que vos desprezam e vos escravizam, que arregimentam as vossas vidas, vos dizem o que fazer, o que pensar e o que sentir, que vos corroem, digerem, tratam como gado, como carne para canhão.

Não se entreguem a esses homens artificiais, homens-máquina, com mentes e corações mecanizados. Vocês não são máquinas. Vocês não são gado. Vocês são Homens. Vocês têm o amor da humanidade nos vossos corações. Vocês não odeiam, apenas odeia quem não é amado. Apenas os não amados e não naturais. Soldados: não lutem pela escravidão, lutem pela liberdade.

[...]

Vós, o povo tem o poder, o poder de criar máquinas, o poder de criar felicidade. Vós, o povo tem o poder de tornar a vida livre e bela, para fazer desta vida uma aventura maravilhosa. Então, em nome da democracia, vamos usar esse poder, vamos todos unir-nos. Lutemos por um mundo novo, um mundo bom que vai dar aos homens a oportunidade de trabalhar, que lhe dará o futuro, longevidade e segurança. É pela promessa de tais coisas que desalmados têm subido ao poder, mas eles mentem. Eles não cumprem as suas promessas, eles nunca o farão. Os ditadores libertam-se, porém escravizam o povo. Agora vamos lutar para cumprir essa promessa. Lutemos agora para libertar o mundo, para acabar com as barreiras nacionais, dar fim à ganância, ao ódio e à intolerância. Lutemos por um mundo de razão, um mundo onde a ciência e o progresso conduzam à felicidade de todos os homens.

Soldados! Em nome da democracia, vamos todos unir-nos!

Olha para cima! Olha para cima! As nuvens estão a dissipar-se, o sol está a romper. Estamos a sair das trevas para a luz. Estamos a entrar num novo mundo. Um novo tipo de mundo onde os homens vão subir acima do seu ódio e da sua brutalidade.

A alma do homem ganhou asas e, finalmente, ele está a começar a voar. Ele está a voar para o arco-íris, para a luz da esperança, para o futuro, esse futuro glorioso que te pertence, que me pertence, que pertence a todos nós.

Olha para cima!

Olha para cima!

“O Grande Ditador” Discurso de Charlie Chaplin

O tempo presente e o tempo passado
Estão ambos talvez presentes no tempo futuro,
E o tempo futuro contido no tempo passado.
Se todo o tempo é eternamente presente
Todo o tempo é irredimível.
O que podia ter sido é uma abstracção
Permanecendo possibilidade perpétua
Somente num mundo de especulação.
O que podia ter sido e o que foi
Tendem para um só fim, que é sempre presente.
Sons de passos ecoam na memória
Descem o caminho que nós não seguimos
Em direcção à porta por nós nunca aberta
Para o jardim de rosas. As minhas palavras ecoam
Assim, no teu espírito.
Mas com que propósito
Perturbam o pó numa taça de folhas de rosa
Não sei.
Outros ecos
Habitam o jardim. Vamos seguir?
Depressa, disse a ave, procura-os, procura-os,
Na volta do caminho. Através do primeiro portão,
No nosso primeiro mundo, seguiremos
O chamariz do tordo? No nosso primeiro mundo.
Ali estavam, graves, invisíveis,
Moviam-se sem pressa, sobre as folhas mortas,
No calor do outono, pelo ar vibrante,
E o pássaro chamou, em resposta
À inaudível música oculta nos arbustos,
E o invisível relance perpassou, pois as rosas
Tinham o ar de flores que são olhadas.
Ali estavam como convidadas nossas, acolhidas e
acolhedoras.
Assim nós e elas avançamos, num padrão formal,
Pela alameda vazia, no círculo de buxo,
Para olhar para dentro do lago esvaziado.
O lago seco, cimento seco, de bordos castanhos,
E o lago encheu-se com água feita de luz do sol,
E os lótus subiu, devagar, devagar,
A superfície cintilou do coração da luz,
E ficaram por detrás de nós, reflexos no lago.
Passou então uma nuvem, e o lago ficou vazio.
Ide, disse o pássaro, pois as folhas estavam cheias de
crianças,
Em excitação escondidas, restando o riso.
Ide, ide, ide, disse o pássaro: a espécie humana
Não pode suportar muita realidade.
O tempo passado e o tempo futuro
O que poderia ter sido e o que foi
Apontam para um só fim, sempre presente.

Quatro Quartetos, T. S. Eliot

*“Falas bem, sim, mas não tocas o coração, aí está. É
no mais fundo do coração que é preciso acender a
centelha. Não cativarás as pessoas pela razão. Este
sapato é demasiado fino, demasiado pequeno para o
pé delas.”*
Maximo Gorki, *A Mãe.*

Mascarado (Àlarcosan)

*“Estou mal humorado? Sou taciturno, fechado, talvez frio?
Perdoa-me. Se eu pudesse,
gostaria de oferecer em abundância
toda a luz, todo o calor do mundo.*

*Palácios. Palmeiras. Danças.
A Riviera infernal com violetas,
ou, pelo menor, de quando em vez,
uma feliz, uma rica hora de companhia.*

*Mas agora é tão difícil. Agora não posso
mentir nem roubar nenhum raio.
Serei derrotado
numa convulsa luta sem glória.*

*Esse é o tempo do Anticristo.
Brilha a repugnante sujeira dourada do mundo.
E entram no Céu:
nadas engravatados, canalhas sutis.*

*Mas eu luto aqui em baixo; e ninguém vê
esses tormentos que me queimam nas noites do meu silêncio.*

*Tem paciência. Ainda não
de chegar os dias de harmoniosa música.*

*Tem paciência. Enquanto puderes,
continua a ser o porto que me espera, meu refúgio em flores.*

*Agora levo uma máscara fria e obscura,
mas dela me libertarei.*

*Porque, se não o fizer, encharcada de lágrimas
ela cairá aos pedaços em teu seio.
E tu então me acalentarás, me acalentarás em teu colo
até a morte.”*

Árpád Tóth (Poeta Húngaro)

PEREIRA, M. A. S. **A vida de todos os dias: Tempo Disponível e Tempo de Trabalho dos professores da Área de Humanidades da UNESP.** 2018. 286f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa investigou uma dimensão da precarização do trabalho docente na UNESP: a redução do tempo disponível a tempo de trabalho. Para isso, perpassamos o início da universidade no Brasil até os dias atuais, sublinhando a herança da ideologia neoliberal como a expansão do ensino público, de maneira desordenada, e a privatização. Fizemos a análise histórica e crítica do tempo de trabalho e tempo disponível, além da explanação sobre o modo de organização gerencial do trabalho e a reestruturação produtiva que, juntamente com a ideologia neoliberal, redesenharam a atividade intelectual e, em especial, a docente, principalmente no que se refere a cobrança por resultados que sejam visíveis e quantificados. Verificou-se que a restrição de tempo disponível do docente gera a precarização do trabalho e, danos a sua saúde física e mental; além de adentrar no seu tempo que deveria ser não apropriado. O objetivo da pesquisa foi averiguar a articulação entre tempo de trabalho e tempo disponível e o modo de organização do tempo dos professores da Área de Humanidades da UNESP. Analisou-se a forma de ser do trabalho, o cotidiano do docente na Área de Humanidades e as condições salariais, inovações tecnológicas, organização do trabalho e modos de gestão do trabalho docente nos últimos 12 anos, visto que no ano de 2003 iniciou o processo da terceira expansão desta Universidade. Os impactos das condições objetivas do trabalho docente sobre a utilização do tempo de trabalho e do tempo disponível dos professores, na vida de todos os dias e na saúde do trabalhador é notória. O método de pesquisa de orçamento do tempo foi utilizado para aferir o modo de organização do tempo disponível dos professores, baseando-se em pesquisa bibliográfica, observação direta, e aplicação de questionário semi-aberto e fechado e empregos de materiais documentais que permitem estabelecer relatos específicos e medidos de modo como dispõem de seu tempo.

Palavras-chave: Tempo de Trabalho. Tempo Disponível. Humanidades. UNESP.

ABSTRACT

This research investigated a dimension of the precariousness of teaching work in UNESP: the reduction of the time available to working time. In order to do so, we have crossed the beginning of the university in Brazil to the present day, underlining the legacy of neoliberal ideology such as the expansion of public education, in a disorderly way, and privatization. We did the historical and critical analysis of working time and available time, as well as an explanation of the way in which work was organized and the productive restructuring that, together with the neoliberal ideology, redesigned the intellectual activity, especially the teacher, mainly as regards the collection by results that are visible and quantified. It was found that the restriction of the available time of the teacher generates the precariousness of the work and, damages to his physical and mental health; as well as enter into your time which should be inappropriate. The objective of the research was to ascertain the articulation between working time and available time and the way of organizing the time of the professors of the Humanities Area of UNESP. It was analyzed the way of being of the work, the daily life of the teacher in the Humanities Area and the salary conditions, technological innovations, work organization and modes of management of teaching work in the last 12 years, since in 2003 the process began of the third expansion of this University. The impacts of the objective conditions of the teaching work on the use of the working time and the available time of the teachers, in everyday life and in the health of the worker is notorious. The time budget research method was used to measure the way teachers organize their time, based on bibliographical research, direct observation, and the application of a semi-open and closed questionnaire, as well as the use of documentary materials that allow reporting specific and measured in the way they have their time.

Keywords: Working Time. Available time. Humanities. UNESP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A IDEOLOGIA NEOLIBERAL	24
1.1. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA	26
1.2. CRONOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	31
1.3. IDEOLOGIA NEOLIBERAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	47
1.4. A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL E A POLÍTICA EDUCACIONAL DO BANCO MUNDIAL	57
2. A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA: ORIGEM E TRANSFORMAÇÕES 	70
2.1. O INÍCIO DE TUDO: DOS INSTITUTOS ISOLADOS À UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	70
2.2. TAYLORISMO/FORDISMO E TOYOTISMO: O VENTO PERENE DA DESTRUIÇÃO CRIADORA E A CAPTURA DO TRABALHO DOCENTE	88
2.3. TAYLORISMO, FORDISMO E A SISTEMATIZAÇÃO DA DEGRADAÇÃO HUMANA	89
2.4. TOYOTISMO, AUTOMAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO: A COMPLETUDE DA DEGRADAÇÃO HUMANA	107
2.5. A INTENSIFICAÇÃO E A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE ..	116
3. O TEMPO DE TRABALHO E O TEMPO DISPONÍVEL DO SER SOCIAL	136
3.1. O TRABALHO E O SER SOCIAL	137
3.2. TEMPO DISPONÍVEL	156
4. A VIDA DE TODOS OS DIAS DO DOCENTE DA ÁREA DE HUMANIDADES DA UNESP	174
4.1. A NATUREZA DO TRABALHO DOCENTE	175
4.2. O MERCADEJAMENTO DO TEMPO E SUA APROPRIAÇÃO	180
4.3. DURAÇÃO, INTENSIDADE E DISTRIBUIÇÃO: A ESPOLIAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO	192
4.3.1. Duração: a extensão da Jornada de Trabalho	193
4.3.2. A Intensidade do trabalho	199
4.3.3. Distribuição: a multitarefa e a redução dos prazos	201
4.4. A CONDIÇÃO DE VIDA MATERIAL DO DOCENTE	213
4.5. O TRABALHO QUE ENTRISTECE E ADOECE	220
4.6. A ÉTICA E A CATEGORIA DOCENTE	226

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	239
APÊNDICE A TABELAS E GRÁFICOS.....	249
APÊNDICE B QUESTIONÁRIO.....	283

INTRODUÇÃO

A escolha do tema e do objeto da pesquisa deve-se ao respeito, admiração e grande desejo de exercer a profissão docente, nos moldes da Universidade Estadual Paulista - UNESP. Esta profissão parecia ser a mais próxima a perfeição, no que se refere à organização do tempo e a qualidade de vida: trabalhar 40 horas semanais (Regime de Dedicção Integral), um salário digno e suficiente, com autonomia para gestar o tempo, poucas aulas, quase uma intelectualidade grega, tempo para reflexão, tempo para discussão, divagação, tempo para sonhar, criar e amar. No entanto, ao imergir no cotidiano dos professores, percebe-se certa ambigüidade marcada pela captura de seu tempo disponível pelo tempo de trabalho, considerando a flexibilidade e mobilidade da atividade, ou seja, os professores contratados em Regime de Dedicção Integral, não limitam o tempo e o espaço da atividade laboral, característica esta facilitada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC: *internet, smartphone, tablets, notebook, streaming, VR* (óculos de realidade virtual).

Optar pela Área de Humanidades, em uma função pública não geradora de mais valia, se deu pela dificuldade em quantificar e visualizar o produto do seu trabalho, ou seja, como esta estaria inserida no capital se não produz ou cria mercadorias materiais/objetos. Ledo engano visto à exigência da produção constante de “conhecimento” através da publicação de *papers*, cursos de extensão, preparação de aulas, palestras, seminários, orientações e outro produtos que são cada vez mais exigidos e cobrados em quantidades mensuráveis e intensas. Além disso, esta profissão sofre com a ineficiência administrativa, a centralização financeira e a desqualificação profissional. Como solução há a submissão da Universidade Pública às regulações do mercado, incentivando formas semelhantes às gerencialistas que são orientadas pelos modelos pós-fordistas de organização, e descentralizando aspecto administrativo-financeiro em nome da autonomia.

De acordo com a orientação marxiana, o trabalho produtivo é o que produz mais-valia e, desta forma, gera lucro para o capitalista. O trabalhador produtivo não apenas produz o necessário para a sua reprodução, mas produz excedente que é utilizado para garantir a existência do capitalista. Já no trabalho improdutivo, levando-se em conta o modo de produção capitalista, o trabalho que não fornece mais-valia ao capital é improdutivo, não se considerando a natureza do produto que está sendo objetivado e pouco importa que haja intercâmbio orgânico com a natureza, sendo este o caso do professor da área de Humanidades da UNESP.

O resgate do protagonismo das Humanidades também se deu no vasto campo de oportunidades e dilemas da vida de todos os dias, diante da qual, grupos de pesquisa, instituições e pesquisadores se prontificam para descortinar a realidade social, encontrar soluções inovadoras, divulgar a produção científica impressa, oral ou digitalizada; com a finalidade não apenas de valorizar o estudo da ontologia do ser social, resgatando o conhecimento do passado e do presente, mas também buscando alternativas possíveis, para por em prática uma atitude que encontrava-se no espectro da utopia; ou seja, mostrar novos caminhos de vivências humanas. Em meio a uma miríade de soluções tecnológicas, comunicacionais e informacionais, o homem não deve se esquecer que é o demiurgo de sua própria história embora, conforme antecipou Marx, não a faça sob circunstâncias da sua escolha, e sim sob aquelas com que se defronta diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Consideramos que a profissão docente não é a única atividade intelectual que tem o seu tempo disponível tolhido pelo tempo de trabalho, outras atividades intelectuais como: bancário, advogado, juiz, promotor, jornalista, cineasta, pintor, escritor etc. também o são. Contudo, para viabilizar a pesquisa era necessário delimitar o tema e o objeto, o trabalho do professor de ensino superior foi escolhido por acreditar que este era o menos afetado, ou pouco perceptível, com a compressão do tempo e espaço de sua atividade, acreditava-se que estava presente a autonomia e a possibilidade do pleno desenvolvimento das potencialidades do ser social que são elementos presentes e fundamentais para o livre pensar que leva a superação do ser em si e a emancipação humana. No entanto, estes elementos são antitéticos a ideologia e ao modo de produção vigente.

A tese que permeou a pesquisa é que um dos aspectos fundamentais da precarização do trabalho docente na UNESP, com impacto nas condições da produção do conhecimento científico, ocorre através da perda do tempo disponível pelo tempo de trabalho ou ainda, há a necessidade de adequação do seu modo de vida pelos requerimentos do novo modo de gestão do trabalho docente nas universidades públicas. Também, a restrição de tempo disponível pode resultar em danos à saúde física e mental do profissional, como exemplo depressão e a ansiedade.

A pesquisa objetiva apreender a relação entre tempo de trabalho e tempo disponível dos professores da Área de Humanidades da UNESP, com foco em profissionais contratados em Regime de Dedicção Integral, e o modo de organização da estrutura do tempo disponível, buscando entender como este é usufruído.

É importante argumentar que, embora seja fundamental a apresentação da condição de trabalho dos professores substitutos e professores bolsistas (alunos de curso de pós-graduação); destacamos que tendo em vista o curto período de atividade docente destes (normalmente de 04 a 24 meses), há grande dificuldade em localizá-los, mesmo assim apresentamos relatos daqueles que encontramos e participaram da pesquisa.

O presente estudo perpassará todo o período histórico da UNESP, com ênfase de 2003 até os dias atuais, diante das transformações da Universidade a partir deste ano e as sequelas deixadas após as alterações.

A UNESP foi fundada em 1976, resultado da incorporação de institutos de Ensino Superior do Estado de São Paulo, então unidades universitárias isoladas situadas em diferentes pontos do interior paulista.

Durante toda a década de 1990, a UNESP ampliou sua área de atuação, sobretudo na forma de aumento da oferta de vagas. Em 2003, atendendo a solicitações e acordo com a política do governo estadual de promover maior incremento do ensino superior público, a UNESP se expande (pela terceira vez) em várias direções com a criação das então chamadas Unidades Diferenciadas, atualmente denominadas Campi Experimentais. A expansão deu-se, principalmente, pela “extensão” dos docentes já efetivos para os novos campi e pela contratação, por períodos de três meses, em regime de trabalho chamado de professores “conferencistas”.

Mantida pelo Governo do Estado de São Paulo, a UNESP é uma das três universidades públicas de ensino gratuito, ao lado da USP (Universidade de São Paulo) e da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Possui atualmente, 34 unidades e 07 unidades complementares em 24 cidades, sendo 22 no Interior; uma na Capital do Estado, São Paulo; e uma no Litoral Paulista, em São Vicente, são 226 opções de cursos de graduação e mais de 60 profissões de nível superior, os quais formam, por ano, 5.596 novos profissionais e mais de 134 programas de pós-graduação.

Para fundamentar a pesquisa, pretendemos apontar a centralidade do trabalho que, de acordo com Antonio Gramsci, sua forma de organização molda o ser, no sentido de adequar seu comportamento tanto no tempo de trabalho quanto no tempo disponível para aquele determinado ambiente, estrutura social e cultural. Ele cita a América (Estados Unidos), onde a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo de humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo, com foco na maior lucratividade das empresas.

Em consonância ao pensamento de Gramsci, para Lukács, a diferença entre as alternativas originárias no trabalho apenas orientado para o valor de uso e no trabalho em um

nível mais elevado (mais estranhado) se apresenta em que o primeiro contém os pores teleológicos que transformam a própria natureza, e no segundo o fim é, preponderantemente, a influência sobre a consciência de outros homens, a fim de induzi-los aos pores teleológicos desejados.

Nas condições do capitalismo global, se presencia o aumento da intensidade do trabalho. A intensidade está relacionada com a maneira como é realizado o ato de trabalhar, este se refere ao grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta. Esta compreensão também pressupõe que a atenção esteja concentrada sobre a pessoa do trabalhador, sobre o coletivo dos trabalhadores, e não sobre outros componentes do processo de trabalho que têm capacidade de alterar os resultados, tais como as condições tecnológicas.

No capitalismo contemporâneo a intensidade do trabalho está voltada a extração cada vez maior de energia e velocidade dos movimentos, razão pela qual se exige mais esforço físico e mental do trabalhador. Esta intensificação é observada quando há maior gasto de energias sejam elas físicas ou psíquicas.

As representações do tempo são prisioneiras de uma obsessão da medida de um tempo abstrato, uma concepção entre um início e um fim, se encontrando descoladas do tempo disponível. Esta concepção obriga o homem a sofrer um tempo abstrato, programado, ao contrário de suas necessidades. O tempo de trabalho impõe ritmos, cadências, rupturas que se afastam do tempo biológico, do tempo das estações, do tempo da vida. No caso do docente, este deve se adaptar ao tempo de trabalho que interfere na sua vida pessoal.

Há grande preocupação em regulamentar o emprego do tempo e delimitar o espaço, para obter uma disponibilidade permanente para que o máximo de tempo seja consagrado à realização dos objetivos fixados e, além disso, há um engajamento total para o sucesso da empresa, seja ela pública ou privada. O objetivo é que se constitua um tempo integralmente rentável, incluindo o tempo disponível.

Na medida em que se desenvolve a grande indústria, a criação de riqueza real vem a depender menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregado do que da potência/intensidade dos agentes que vêm colocados em ação durante o tempo de trabalho. O capital, quando dissemina o trabalho estranhado, corrói os atributos da pessoa humana e distância os três atributos fundantes e fundamentais do ser social: individualidade; subjetividade e alteridade (ALVES, 2013).

Karl Marx (1967), ao estudar o processo de mecanização da produção, desloca seu ideal de emancipação humana do campo do trabalho para o do tempo disponível ou tempo de vida – que se ampliaria progressivamente com o desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo

com o progresso técnico dos meios de produção, enfim, da maquinaria automática, reduzindo o tempo de cada indivíduo dedicado ao trabalho necessário e excedente (enfim, a jornada de trabalho toda). O autor defende que em toda sociedade em que habitassem homens e mulheres, deveria haver possibilidade de desenvolvimento de suas habilidades e aperfeiçoamento, não apenas como ferramentas de trabalho para produção de mercadorias, mas igualmente como pessoas capazes de opinar e desenvolver sua intelectualidade, para a qual é primordial o tempo disponível. O excesso de trabalho é uma das causas de toda degeneração intelectual, de toda deformação orgânica, da depreciação da arte, do belo e da supervalorização do vulgar e do massificado.

Como hipóteses, sustentamos: 1) que a intensificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a precarização das condições de trabalho, a adoção de critérios quantitativistas para a avaliação da produção do trabalho docente, o desprestígio deste trabalho e a redução dos direitos trabalhistas, são elementos que, além da restrição de tempo disponível, geram consequências para o trabalho intelectual; 2) o caráter de flexibilidade induz os docentes a uma formação cada vez mais aligeirada e produtivista, aliada à busca pelo “melhor currículo”, com vistas a garantir *status* ou reconhecimento entre os colegas, evidenciando os princípios do individualismo, da competitividade e da eficiência como características que norteiam o modo de produção e organização do capitalismo.

A precarização de trabalho na universidade naturaliza ocorrências como: substituição de colegas para cobrir a falta de contratação de professores; correções de provas e trabalhos, planejamento de aulas, atividades realizadas durante o tempo disponível do docente, nos finais de semana ou mesmo em trânsito, dentro do ônibus, do avião, carro, etc.. A flexibilização do trabalho se apresenta como mais um processo de intensificação, informando que o trabalhador ideal do ponto de vista do capital deve ser polivalente e flexível e, além disso, deve dispor-se a levar o trabalho para ser realizado em sua própria casa para ela, este trabalho flexível, segundo a ideologia dominante, possibilita ao trabalhador mais liberdade para administrar seu tempo, para moldar sua vida.

Este tempo disponível das individualidades, conquistado pelo tempo liberado através dos progressos das forças produtivas do trabalho social, deveria ser o ideal emancipatório que surge neste texto. O tempo disponível destinado ao desenvolvimento integral e livre dos indivíduos somente é criado através do aumento da produtividade do trabalho que objetiva reduzir o tempo de trabalho necessário em relação ao tempo de trabalho excedente, produtor de mais-valia, e desta forma reduzir a jornada toda de trabalho; liberar o tempo para que este tempo disponível possa se converter em arte, ciência, enfim, conhecimento e criação.

Retomando a centralidade do trabalho, este assinala a transição no homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social, ou seja, o homem produtor e produto da sociedade. O resultado do trabalho, não importando o grau de consciência, deve possibilitar o domínio do indivíduo genérico sobre a sua própria singularidade particular, o homem precisa ter liberdade para expressar e desenvolver sua singularidade e potencialidades. O trabalho (práxis social) é o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico, como momento real da realidade material (LUKÁCS, 2013), quando trabalha o homem realiza e desenvolve sua personalidade, visto que há nele o operar real do ato teleológico.

O homem que trabalha planeja antecipadamente cada um de seus movimentos e verifica continuamente e conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado possível, o professor também organiza suas aulas e atividades. O trabalho do professor é estranhado quando seu sentido não corresponder ao significado dado pelo conteúdo efetivo dessa atividade prevista socialmente, quando o sentido pessoal do trabalho separar-se de sua significação, também por não poder expressar e desenvolver sua singularidade.

Se o sentido do trabalho docente atribuído pelo professor que o realiza for apenas o de garantir sua sobrevivência, trabalhando só pelo salário e sem ter consciência de sua participação na produção das objetivações na perspectiva da genericidade (ir além do ser em si), haverá a cisão com o significado fixado socialmente. Esse significado social é a função mediadora que o professor da Área de Humanas permeia entre os seus alunos e os instrumentos culturais que serão apropriados, visando ampliar e sistematizar a compreensão da realidade, e possibilitar objetivações em esferas não cotidianas, levando a aluno ir além do imediato, refletir sobre novas possibilidades e alternativas.

Diante desta proposta de pesquisa, dividimos o trabalho em duas partes, compostas por quatro capítulos. Na primeira parte apresentamos uma visão macro do Ensino Superior, sua trajetória histórica e mudanças dentro do contexto mundial e a história da Universidade Estadual Paulista – UNESP, juntamente com a ontologia do trabalho do docente, culminando nos dias atuais. Na segunda parte adentramos no universo do docente da Área de Humanas da UNESP, seguindo à análise micro-social da pesquisa, as especificidades desta atividade e o modo de organização do tempo destes profissionais. Neste momento, apresentamos o resultado das entrevistas, em que os respondentes apresentam relatos sinceros e emocionantes sobre o seu cotidiano, suas relações familiares, dia a dia de trabalho e o momento dedicado a si mesmo. No torvelinho das inquietações, referentes à organização do tempo do docente, o cerne das questões que motivaram a pesquisa foram se deslocando no decorrer da escrita, a partir das tentativas de transformar essas motivações em questões prementes.

No primeiro capítulo, adentramos no objeto da pesquisa, iniciamos com uma cronologia do ensino superior no Brasil. A universidade surge como uma exteriorização, histórico social com um ideal político, social e cultural e se mostra como contestadora do privilégio do saber pelos componentes e representantes das classes dominantes¹. E, com a proposta neoliberal que alvitra uma drástica redução do Estado como instrumento de gestão política e econômica preconizando que este é o grande inimigo do progresso, ou do desenvolvimento, sendo a privatização a solução; propalando a necessidade da expansão de instituições privadas de ensino e, no caso do ensino superior público era premente o aumento da produtividade, a eficiência e a eficácia da universidade pública, a fim de formar profissionais para o mercado de trabalho, numa visão instrumental, imediatista e produtivista.

No segundo capítulo, abordamos sobre a história da UNESP, origens, peculiaridades e expansões e adentramos no aspecto ontológico dos docentes da UNESP e a condição de trabalho e de vida corrente. Neste momento trazemos o resultado da pesquisa bibliográfica e análise de documentos que possibilitam a análise macro das vivências cotidianas e não cotidianas destes profissionais, com ênfase nos fatores explícitos de precarização desta profissão: intensificação e flexibilização do trabalho.

Com a finalidade de compreender a realidade, inclusive as conseqüências para o trabalho intelectual, buscou-se resgatar momentos históricos significativos que desenharam e ditaram o cotidiano (tempo de trabalho e tempo disponível) e, para isso, no segundo capítulo também apresentamos os principais teóricos, e atuantes, a tratarem da organização do trabalho no cerne das relações capitalistas de produção. A gerência científica que ganhou corpo e prática com Frederick Winslow Taylor nas últimas décadas do século XIX, Henry Ford que cunhou o dia de oito horas e cinco dólares como pagamento para os empregados da linha automática de montagem de carros em Dearbon, Michigan, aliando-se ao taylorismo em busca de ganho de produtividade e luta incessante para fugir da lei da queda de lucro. Após o esgotamento do taylorismo/fordismo, apontado pela crise de 1970, o toyotismo, criado no Japão por Taiichi Ohno, vice-presidente de manufatura da Toyota desponta como o principal método de

¹Com relação às classes sociais, a teoria marxista destaca o papel das classes fundamentais que são a burguesia e o proletariado. Alguns teóricos como Alain Bihr, Gérard Duménil e Jacques Bidet acrescentam uma terceira classe denominada *encadrement*. Esta classe é formada por agentes encarregados de tarefas de concepção, organização e controle, tanto na produção como fora dela, de maneira a assegurar a reprodução do capital. Esta terceira classe pode tomar o poder no lugar da burguesia e a despeito do proletariado. (In. AMORIM, 2017, p. 30). No entanto, acreditamos que esta classe (*encadrement*) está inserida na classe proletária, como é o caso do professor, pois além de não deterem os meios de produção, possuindo apenas a força de trabalho para se manterem, estão subsumidos aos ditames do capital.

produção. Nas décadas de 1980 e 90, período da mundialização do capital, o toyotismo conquista o mundo do trabalho, perdendo sua particularidade capitalista ganhando dimensões universais, atingido seu ápice com o regime de acumulação flexível.

No terceiro capítulo, apresentamos as principais categorias basilares para o desenvolvimento da temática: O tempo de trabalho, em que utilizamos Georg Lukács como principal referencial teórico e o tempo disponível, estes dois tempos compõe a cotidianidade do homem em que vive a realidade e ao mesmo tempo a esconde quando há o estranhamento, aspecto presente no trabalho abstrato em que o homem não se reconhece e se desumaniza no trabalho. Todavia, o tempo disponível deveria se apresentar como momento de resistência ao trabalho estranhado, sendo fruído livremente para passear, para pescar, para ler o que se quer ler, para fazer novas descobertas, contemplar, sonhar, se exercitar, assistir filmes, estudar, dormir, militar, criticar, fazer música, jogar, pintar.

No último capítulo, efetuamos o exame teórico da categoria tempo e as transformações desta categoria juntamente com as modificações da sociedade que ocorreu, por exemplo, com a urbanização, a industrialização, a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal; levando-nos ao pressuposto de que o tempo é uma construção social e, como há uma multiplicidade de tempos sociais, o tempo docente é construído por esta categoria, que é refém das circunstâncias postas. Após a análise da construção temporal, apresentaremos o material empírico fornecido pelos professores, que responderam ao questionário, contribuição profícua e importante para o conhecimento, reflexão e crítica da vivência destes sujeitos.

O professor desfruta do tempo disponível? Ele sabe o que é tempo disponível e o que é tempo de trabalho? Como tem utilizado o tempo em sua vida de todos os dias? São algumas perguntas que pretendemos responder ao longo deste trabalho. Para realização da pesquisa serão utilizados métodos qualitativos (questionários) e a técnica do método de orçamento de tempo para aferir o modo de organização do tempo disponível dos professores da UNESP. Muitos elementos da vida social estão associados à distribuição temporal das atividades humanas e às reincidências, duração, frequência e sequência de ordem. O método de pesquisa sobre orçamento de tempo se baseia em observação direta e empregos de materiais documentais que permitem estabelecer relatos especificados e medidos de modo como às pessoas dispõem de seu tempo, nas limitações de um dia de trabalho, de um fim de semana, de uma semana completa ou outro período qualquer (SZALAI, 1976).

São muitas as variáveis medidas ao longo do eixo de tempo da vida individual e social, como, à hora do dia em que se dão as atividades, a frequência de sua ocorrência, sua posição sequencial em relação a outras atividades. Também, consideramos o aspecto locacional das

operações diárias, variáveis socioeconômicas de atividades observadas; por exemplo, em que ambiente social, em ação recíproca com quem, em benefício de quem, e a que custos por unidade de tempo elas se realizam.

Este método foi elaborado nos levantamentos sociais referentes a condições de vida da classe trabalhadora. As longas horas de trabalho característica do desenvolvimento industrial e a luta travada desde o início pelo operariado organizado a favor da redução da jornada de trabalho, torna compreensível que as proporções de trabalho e tempo disponível na vida cotidiana dos trabalhadores tenham se tornado objeto de preocupação nos países em que a industrialização avançava (SZALAI, 1976).

Observa-se que o modo de organização do tempo disponível, muitas vezes identificado como lazer, tem sido o tema central de levantamentos de orçamento de tempo realizados em praticamente todos os países onde o estudo social alcançou certo estágio de desenvolvimento. Considera-se, dentro desta metodologia, que o tempo disponível somente pode ser interpretado de forma significativa dentro do contexto global das atividades humanas.

Um dos principais objetivos desse levantamento é coligir dados seguros e pormenorizados com vistas ao planejamento e à organização das informações. Pondera-se a dificuldade em conseguir entrevistar ou mesmo respostas a questionários aplicados aos docentes, sendo um dos motivos a própria restrição do tempo disponível.

1. A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo "tal como ele propriamente foi". Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. o perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la. Pois o Messias não vem somente como redentor; ele vem como vencedor do Anticristo. O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin

A tarefa de incorporar a Universidade num projeto social e nacional impõe primeiro a criação e depois a difusão de um saber orientado para os interesses do maior número e para o homem universal. Não há contradição entre nacionalidades e universalidades, entre a busca do nacional popular e o encontro com o universal. Devemos estar sempre lembrados de que o internacional não é o universal. O trabalho universitário não é propriamente uma tarefa internacional, mas precipuamente nacional e universal, dependendo, desde a concepção à realização efetiva, da crença no homem como valor supremo e da existência de um projeto nacional livremente aceito e claramente expresso. É a tarefa que nos aguarda.

Milton Santos

A Universidade é o lugar onde se desenvolve a reflexão teórica e crítica de informações, opiniões, posicionamentos, e apresentação de propostas e alternativas para a solução dos problemas. Essa missão se constitui em um aprendizado difícil e cansativo, mas primordial para o desenvolvimento da sociedade. Considerando a importância do ensino superior para o passado, presente e futuro do país, e extensivamente a relevância do papel do docente (não esquecendo que a educação é uma mercadoria de consumo no capitalismo), explanaremos, o processo histórico desta instituição nacional e dos envolvidos neste trajeto.

A história da realidade brasileira demonstra que os impasses vividos pela universidade estão vinculados à própria história dessa instituição na sociedade brasileira. Esta foi fundada, *pari passu* ao projeto de nação, não para suprir às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas refletida e aceita como um bem cultural oferecido a minorias (elite), sem uma abordagem evidente de que, por suas próprias características, deveria constituir-se em espaço de investigação científica e de originação de conhecimento.

Iniciamos este capítulo com a apresentação da perspectiva metodológica adotada neste trabalho, através da pesquisa qualitativa com aplicação de questionário a todos os docentes da referida área de Humanidades, contratados em Regime de Dedicção Exclusiva. É importante justificar que não incluímos todos os professores substitutos ou alunos bolsistas e estagiários que exercem a função docente, pois visto o curto período de exercício da regência de aulas (de quatro a seis meses), houve dificuldade em localizar estes funcionários, seus e-mails não constavam nas bases de dados da UNESP (site da instituição, listas etc.).

Posteriormente, faremos a cronologia do ensino superior no Brasil, pois consideramos que este relato é de fundamental importância para compreensão da realidade brasileira, em especial, do trabalho docente. O conhecimento do processo histórico da Educação Superior no Brasil, sua gênese e evolução, a partir da relação de fatores sócio-políticos dos referidos períodos serão utilizadas como argumento e apoio para a identificação do legado deixado para o século XXI.

Em uma das notas preparatórias das *Teses sobre o conceito de história*, Walter Benjamin enuncia as principais diretrizes do seu método: “O momento destruidor: demolição da história universal, eliminação do elemento épico, nenhuma identificação com o vencedor. A história deve ser escovada a contrapelo”. (Apud LÖWY, 2005). O autor utiliza o termo “vencedor” para se referir à luta de classes, onde a classe dominante nunca deixou de sair vitoriosa sobre os oprimidos – desde Spartacus, o escravo/gladiador romano que se rebelou até a Liga Espartaquista de Rosa Luxemburgo, e desde o Império Romano até o Império Hitlerista. Benjamin expõe a importância de se examinar a história com um “olhar distanciado”, situando-se do lado dos vencidos, judeus, párias, escravos, camponeses, mulheres, proletários. Implicando também na apreensão do momento onde interferem vários fenômenos, a criação dos produtos e seu fetichismo, a reificação que encontramos na sociedade burguesa.

Escovar a história a contrapelo é uma recusa a toda identificação com os heróis oficiais, examinando a história do ponto de vista dos vencidos e considerando que o passado permanece presente na memória coletiva das classes. Em concordância com Walter Benjamin, há a tentativa de fazer a crítica à historiografia “progressista, a idéia de um progresso inevitável e

cientificamente previsível, sendo este o exame da historiografia burguesa, o historicismo, à concepção de tempo homogêneo e vazio, cronológico e linear, provocando uma avaliação equivocada da realidade e sendo incapaz de desenvolver uma luta eficaz contra sua ascensão.

1.1. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Apesar das constantes alterações e da amplitude da precarização do trabalho docente, pesquisas sociológicas recentes propriamente ditas ainda são relativamente escassas no Brasil, caracterizando-se por uma abordagem de aspecto macro como as realizadas por Sadi Dal Rosso, em 1996, em estudo intitulado *A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de prometeu*; ou estudo realizado em fábricas que trataram o trabalho manual e o seu *locus* de trabalho, como o publicado por Ana Claudia Moreira Cardoso em 2007 em sua tese *Tempos de Trabalho, Tempos de Não Trabalho*; não existindo trabalhos científicos com este recorte (tempo de trabalho e tempo disponível) e estudo específico dos professores da Área de Humanidades da UNESP.

O docente da Universidade Estadual Paulista – UNESP, contratado em Regime de Dedicção Integral, possui uma jornada de trabalho um tanto peculiar: trabalha 40 horas semanais, quase sempre, sem controle do espaço e do tempo de trabalho, pois existe a autonomia para gestão do tempo e do espaço onde exerce a sua jornada.

Com o resultado empírico da pesquisa recuperamos a frase oportuna de Goethe, em sua obra *Fausto*, onde Mefistófeles diz “Cinzenta, caro amigo, é toda teoria e verdejante e dourada é a árvore da vida!”, ou seja, a realidade é sempre mais complexa e instigante que a teoria. E neste momento atentamos que, embora pareça à jornada ideal de trabalho ao imergirmos no cotidiano dos professores, verificamos a ambigüidade apontada: a captura de seu tempo disponível pelo tempo de trabalho. Considerando a flexibilidade e mobilidade da atividade, em que os professores contratados em Regime de Dedicção Integral, não limitam o tempo e o espaço da atividade laboral, característica esta facilitada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC: *internet, smartphone, tablets, notebook, streaming, VR* (óculos de realidade virtual).

Optar pela Área de Humanidades, em uma função pública não geradora de mais valia, se deu pela não mensuração da sua produtividade, ou seja, como esta estaria inserida no capital se não produz ou cria mercadorias materiais/objetos de consumo? No entanto, procurou-se

observar a existência de exigência crônica da produção de “conhecimento” através da publicação de *papers*, cursos de extensão, preparação de aulas, palestras, seminários, orientações e outro produto que são cada vez mais exigidos e cobrados em quantidades mensuráveis e intensas.

A escolha por um estudo de caso – professores da Área de Humanidades da UNESP - que não exercem sua atividade em um espaço físico determinado, para entender o cotidiano do objeto, justifica-se pela existência de um processo que substitui os princípios da organização taylorista/fordista do trabalho que é o toyotismo, alterando totalmente o tempo dentro do local de trabalho, de maneira evidente nas fábricas e de forma sutil na academia. Aliado aos princípios do neoliberalismo, o toyotismo é capaz de capturar a subjetividade do intelectual, automatizando suas ações e mecanizando seu comportamento.

Com o objetivo de identificar a utilização do tempo após a reestruturação (im) produtiva, que afetou o trabalho do docente, foi utilizada a abordagem qualitativa e quantitativa, com aplicação de questionário em que constam perguntas fechadas e abertas, utilizando como referencial a técnica do método de orçamento de tempo para aferir o modo de organização do tempo disponível dos professores da UNESP. Muitos elementos da vida social estão associados à distribuição temporal das atividades humanas e às reincidências, duração, frequência e sequência de ordem.

Engels faz o estudo sobre as condições de trabalho do proletariado inglês na obra finalizada em 1845 *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, identificando a situação de vida degradante a que estão submetidas às classes trabalhadoras inglesas, no local de maior desenvolvimento do capitalismo no século XIX, o que torna esta obra magistral é que se encontra embebida do *sprit Du temps*.

Em 1880, Marx redigiu e publicou a *Enquete Operária* para investigar as condições de vida e saúde da classe trabalhadora francesa. A intenção da pesquisa era utilizá-la como um meio de politização e fortalecimento das organizações de luta dos trabalhadores franceses, um instrumento da classe trabalhadora. Marx distribuiu 25 mil exemplares da *Enquete*, retornaram cerca de 100 preenchidos, mas para o autor o principal propósito era que os questionários, chegando aos operários, lhes dessem novas possibilidades de conhecer a maneira pela qual a condição de trabalho capitalista e a sua própria condição está posta, com esta mesma finalidade, elaboramos o questionário semi-aberto e enviamos via e-mail para todos os professores da Área de Humanidades da UNESP.

Em um dos depoimentos foi evidenciado que uma das motivações da presente pesquisa: a reflexão sobre a vida de todos os dias, o senso crítico e a busca por alternativas; foi alcançada, quando o docente diz:

Sim, as relações familiares e sociais ficam comprometidas e nunca nos damos conta disso. Sobretudo porque nem percebemos, exceto pelas perguntas colocadas aqui, o quanto deixamos o tempo de família para ser colocado como tempo de trabalho.

A elaboração do questionário foi efetuada através do aplicativo Google formulários, contendo 73 questões, composta por perguntas de respostas fechadas solicitando informações objetivas e questões abertas, de caráter subjetivo, com os temas: dados pessoais, dados profissionais, uso do tempo disponível, usos do tempo de trabalho, distribuição do tempo dedicado ao trabalho e tempo de não trabalho e adoecimento. O questionário foi enviado, e respondido, entre os meses de abril a julho do ano 2018. A compilação dos resultados das questões fechadas foi feita em programa denominado SPSS, neste se efetuou o processamento dos dados e frequências organizados em tabelas e gráficos.

As questões fechadas foram analisadas quantitativa e qualitativamente, procurando contextualizar a materialidade da vida de todos os dias docente, seu tempo de trabalho e tempo disponível. Concordamos que esta caracterização é uma parte fundamental do presente estudo, visto que possibilitou que conhecêssemos o sujeito e o seu cotidiano, sendo primordial para a compreensão dos dados em uma pesquisa social qualitativa.

As questões abertas foram categorizadas a partir das respostas obtidas. Transcrevemos as respostas por temas e edificamos as categorias em função dos pressupostos teóricos aderentes ao método do orçamento do tempo. Realizamos a análise qualitativa das respostas expostas com as interconexões possíveis entre elas, descortinando as suas relações, permitindo a construção de um texto sobre como os sujeitos estabelecem a sua compreensão do trabalho realizado e suas vivências, apontando os possíveis caminhos que levam a precarização, ao adoecimento e ao estranhamento.

O levantamento dos endereços de e-mails ocorreu através de pesquisa na internet em páginas de todos os campi e departamentos dos cursos da Área de Humanas, totalizando 12 campi e 56 departamentos. O objeto da pesquisa possui uma população total de 882 professores destes, 57,70% eram homens e 48,30% mulheres. A amostra foi composta por 203 respondentes

sendo 52,2% foram mulheres e 47,8% homens (Tabela 1), o que representa uma margem de erro de 6 pontos percentuais (para mais ou para menos) e grau de confiança de 95%.²

Responderam a pesquisa os professores contratados em Regime de Dedicção Integral à docência e à pesquisa (95,1%), Regime de Turno Parcial (2,5%), Regime de Turno Completo (1,5%) e Bolsista (1%) (Tabela 11), sendo que 78,3% é assistente doutor, 14,8% professor adjunto e 2% professor titular (Tabela 12). Quanto ao tempo de trabalho na UNESP, concentram-se majoritariamente no período superior a 15 anos (40,4%), seguido do período de 05 a 10 anos (33%), 10 a 15 anos (13,8%) e 02 a 05 anos (10,8%) (Tabela 14). Destes, 81,8% trabalham em algum programa de pós-graduação (Tabela 13). Abaixo, tabela demonstrando a quantidade de respondentes por campus (Tabela 9):

Campus onde trabalha:	Número de respondentes
Araraquara	26
Assis	20
Bauru	34
Franca	25
Marília	29
Ourinhos	5
Presidente Prudente	19
Rio Claro	10
Rosana	2
São Jose do Rio Preto	13
São Paulo	12
Tupã	8

Número de respondentes por departamento (Tabela 10):

²A margem de erro, também chamada de intervalo de confiança, indica em que medida se pode esperar que os resultados da pesquisa sejam um reflexo das opiniões reais da população total. O grau de confiança expressa a certeza de que o dado que buscamos realmente está dentro da margem de erro.

Departamento	Número de Respondentes
Artes e Representação Gráfica	5
Ciências Humanas	11
Ciências Políticas e Econômicas	7
Comunicação Social	7
Design	5
Didática	6
Direito Público	2
Educação Especial	4
Educação Física	0
Estatística	0
Filosofia	1
Geografia	21
História	9
Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente	0
Psicologia da Educação	0
Relações Internacionais	5
Serviço Social	4
Sociologia e Antropologia	3
Administração	8
Administração e Supervisão Escolar	6
Administração Pública	3
Antropologia, Política e Filosofia	3
Arquitetura Urbanismo e Paisagismo	3
Cartografia	0
Ciência da Informação	5
Ciências da Educação	1
Direito Privado, Processo Civil e do Trabalho	1
Economia	3
Educação	23
Estudos Linguísticos e Literários	4
Letras Modernas	13
Linguística	1
Literatura	6
Música	7
Planejamento Territorial e Geoprocessamento	4
Psicologia	5
Psicologia Clínica	5
Psicologia da Educação	3
Psicologia Experimental e do Trabalho	0
Psicologia Social e Educacional	4
Sociologia	3
Turismo	2

Estes docentes concentram-se nas faixas etárias de 29 a 50 anos (49,75%) e de 51 a 70 anos (50,25%) (Gráfico 1), a maior parte é casada ou vive em união estável (67,5%), sendo 17,7% solteiro, 13,8% separado ou divorciado e 1% viúvo (Tabela 4). Moram com sua família (76,6%) ou sozinho (23,4%) (Tabela 7).

1.2. CRONOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Florestan Fernandes (1975, p. 92-93) acredita que a universidade está inserida na sociedade de classes, sendo uma forma de micro sociedade, com organização, estruturas e ritmos próprios, ainda que, não autodeterminados e nem autossuficientes, pois sua existência é extraída do meio societário. Nesta relação dialética, a universidade determina e é determinada extraíndo sua razão de ser da sociedade, seus ritmos são alimentados pela população que pode intensificar ou moderá-los, preservar ou alterá-los. Sua funcionalidade, rendimento e crescimento, em determinadas condições materiais e morais de existência social, são emanadas e determinadas pelas necessidades da sociedade.

Em situação de dependência econômica, política e cultural, a sociedade não consegue mobilizar, com eficácia, recursos materiais e humanos visto que o padrão vigente de integração societária à ordem existente se molda, continuamente, em grau maior ou menor, às formas extremas de desigualdade econômica, sociocultural e política, manipuladas, ora de forma aberta, ora de modo dissimulado, a partir de dentro para fora, destruindo as bases de equilíbrio do sistema nacional de poder, e a universidade brasileira é uma extensão deste padrão.

Para Florestan Fernandes, a reforma universitária é um ato de consciência de classe, mediado por uma vontade política, que pretende destruir os laços de dependência e o padrão imposto, buscando modernizar e racionalizar o ensino e a expansão da pesquisa científica e tecnológica (1995, p. 89). A escola universitária somente aparece e se consolida historicamente como fator de desenvolvimento, quando se apresenta para a negação e a superação do *status quo*. A universidade assume posição de caráter revolucionário, quando se coloca em posição de negação e superação do subdesenvolvimento, funções de transição que possuem caráter transformador, ajudando a equilibrar e a orientar o tipo de revolução que é inerente ao desenvolvimento.

Veremos que, desde o início, o ensino superior no Brasil foi voltado às elites, para sua formação, manutenção do *status quo* e ascensão social e, posteriormente, voltou-se também para a formação de trabalhadores para o mercado de trabalho. No contexto histórico do Brasil colônia e de sociedade nacional emergente, não se requeria que o ensino superior fosse um núcleo de produção de saber original e centros de invenção criadora. Mas, que organizassem e mantivessem o fluxo básico de conhecimentos, técnicas sociais e valores, do qual dependia a implantação e o surgimento da civilização ocidental no Novo Mundo; a preparação das elites de uma sociedade estratificada em castas e estamentos; a persistência e o refinamento dos

padrões de cultura letrada, que podiam ser cultivados e revalorizados socialmente (FERNANDES, 2010).

A organização econômica, vinculada de forma heteronômica às Metrôpoles ou às Nações europeias que controlavam o mercado mundial, fazia com que os recursos destinados à educação fossem muito limitados. No regime colonial e no neocolonialismo, grande parte do excedente econômico foi transferido para outros países possibilitando o crescimento da economia e o desenvolvimento sociocultural das metrôpoles ou das nações europeias que detinham o controle do comércio mundial.³

A inicialização de escolas superiores e, posteriormente, das universidades, no Brasil foi tardia e esse atraso está conjugado ao desinteresse de Portugal em fundar escolas de nível superior na Colônia⁴. As criações das primeiras escolas superiores no Brasil surgiram em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao país⁵. Neste ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio de Janeiro. Dois anos após, em 1810, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Seguiram-se o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura (CUNHA, 1986).

Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito vagarosamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social. Nota-se que o caráter não universitário do ensino não constituía demérito para a formação superior uma vez que o nível dos docentes devia se equiparar ao da Universidade de Coimbra, e os cursos eram de longa duração (MATTOS, 1983). O ensino, neste período, requeria a preservação do padrão de equilíbrio exigido pela ordem social existente, regida pelos estamentos sociais dominantes.

³Embora a bibliografia considere a inexistência de universidade no Brasil, no período colonial, Luiz Antônio Cunha (1986) considera que os Colégios Jesuítas operassem como uma dimensão formadora, com perfil parecido ao das escolas superiores de outros países.

⁴Para fins didáticos, é possível periodizarmos o ensino superior brasileiro no período de 1808 a 1889, da primeira iniciativa conhecida até o surgimento da República; período referente à Primeira República (1889-1930), de 1930 a 1945, o tempo da modernização do ensino, e do momento em que surge a universidade no Brasil; a chamada Segunda República (1945-1964) e, o período de 1964 a 1980, que se destaca pelo Regime Militar e a Reforma Universitária de 1968.

⁵ Em outros países da América Latina, de colonização espanhola, as primeiras escolas superiores foram fundadas já no início do século XVI.

Com a independência política em 1822 não houve alteração no formato do sistema de ensino, nem sua ampliação ou diversificação. A classe possuidora do poder não visualizava vantagens no surgimento de universidades. Depois de 1850 observou-se uma discreta expansão do número de instituições educacionais com consolidação de alguns centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política. Na primeira República (período de 1889 a 1930), a expansão ocorreu por meio da criação de instituições ditas livres, ou não oficiais, sendo de iniciativa particular.

Neste momento, a atividade intelectual podia ser exercida, usufruída, beneficiando-se do reconhecimento e do status, no entanto não podia provocar os interesses ou ideologias das classes sociais dominantes, sem sofrerem punição por abalarem o estamento social vigente.

A intenção da criação das universidades, no Brasil, estimulou alguns, ao mesmo tempo, que surgiram críticos desta metodologia de educação. O projeto elaborado pela elite intelectual laica defendia a universidade pública em oposição ao modelo de instituições isoladas e propunha a institucionalização da pesquisa em seu interior, podendo controlar os temas estudados e seus resultados.

No período de 1920 o debate sobre a criação de universidades não se restringia mais a questões estritamente políticas, mas a concepção de universidade e sua finalidade no contexto social. As funções definidas foram as de abrigar a ciência, os cientistas e promover a pesquisa. Neste momento, o país possuía aproximadamente 150 escolas isoladas e as 2 universidades existentes, a do Paraná e a do Rio de Janeiro, não passavam de conglomerados de escolas (MARTINS, 2017).

Em 1930, o governo provisório (que perdurou por 15 anos) de Getúlio Vargas promoveu uma reforma educacional, que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos (homenagem ao primeiro Ministro da Educação do país) de 1931, autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades, inclusive a cobrança de anuidade, uma vez que o ensino público não era gratuito. A universidade deveria se organizar em torno de um núcleo constituído por uma escola de Filosofia, Ciência e Letras. Embora a reforma representasse um avanço, ela não atendia a principal bandeira do movimento da década de 1920 por não dar exclusividade

pública ao ensino superior além de permitir o funcionamento de instituições isoladas (MARTINS, 2017).

Esta reforma propunha a organização de universidades como confederação de escolas isoladas (de inspiração italiana), onde conservavam muito de sua tradição. Algumas universidades brasileiras foram criadas desta forma, reunindo instituições que já tinham uma história e métodos de gestão, e a consolidação em uma mesma estrutura não produzia a organicidade entre as partes. O catedrático vitalício aglutinava todo o poder político e de ensino e as unidades acadêmicas eram administradas pela congregação de catedráticos, com significativa autonomia, limitada pela regulamentação estatal.

Em 1933, ano em que se passou a contar com as primeiras estatísticas sobre educação, o setor privado respondia por 64,4% dos estabelecimentos e 43,7% das matrículas do ensino superior, proporções que não se modificaram de maneira substantiva até a década de 1960 porque a expansão do ensino privado foi contrabalançado pela criação das universidades estaduais e pela federalização com anexação de instituições privadas (TEIXEIRA, 1969).

O período de 1931 a 1945 caracterizou-se por intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação. Em troca do apoio ao novo regime, o governo ofereceu à Igreja a introdução do ensino religioso facultativo no ciclo básico, o que de fato ocorreu a partir de 1931. As ambições da Igreja Católica eram maiores e culminou com a iniciativa da criação das suas próprias universidades na década seguinte (MARTINS, 2017).

O período de 1928⁶ a 1968 assistiu à luta do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública. Estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, mas em especial a da

⁶ A construção de uma universidade a partir da cultura da América Latina era um dos desafios que o movimento estudantil de Córdoba, na Argentina, defendeu em seu Manifesto de 21 de junho de 1918. Inspirado pelo Manifesto de 1918, em 1919 inicia-se o movimento reformista no Peru, na Universidade de Lima, e em Montevideú; em 1920 reúne-se na cidade de Cuzco o primeiro Congresso Nacional de Estudantes Peruanos, incluindo na agenda de debates a questão da exploração indígena; também em 1920 projeta-se o movimento de reforma universitária no Chile; em 1921 é o México que se mobiliza pelas questões reformistas; Medellín e Bogotá proclamam a reforma universitária da Colômbia em 1922 e 1924; em 1923, Cuba dá sinais de mobilização com o primeiro congresso nacional de estudantes cubanos; 1927 é a o Paraguai, com a reforma da universidade de Assunção; em 1928 é a primeira convenção dos estudantes da Bolívia em Cochabamba; ainda em 1928 destaca-se a geração universitária reformista da Venezuela, "a geração de 28"; é nessa data também que se anunciam as primeiras manifestações dos estudantes brasileiros no sentido da reforma do ensino, influenciados pelos levantes latinos.

universidade. As principais críticas ao modelo universitário eram: a instituição da cátedra⁷, a compartimentalização devida ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931, e o caráter classista da universidade em que privilegiava a classe dominante.

A política educacional segundo governo getulista ressaltava o grande valor dado ao trabalho universitário e a elevada especialização. Procurava demonstrar que se tornava imprescindível a formação de cientistas capazes de elaborar novos conhecimentos com os quais se construiria a emancipação econômica do país. E 1951 se instalou a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES, visando suprir deficiências de equipamento técnico e científico, e se estabeleceu o sistema federal do ensino superior, sendo nomeados professores catedráticos, diretores, docentes auxiliares e pessoal administrativo das escolas superiores da rede federal (VIEIRA, 2015, p. 64).

As matrículas no ensino superior, durante o governo getulista demonstraram maior aumento em poucas áreas como administração pública e privada; estatística; direito; veterinária; filosofia; ciências e letras. As matrículas em algumas áreas do ensino superior demonstravam crescimento irrisório como medicina e agricultura, havendo diminuição de matrículas em cursos como engenharia especializada e em farmácia (VIEIRA, 2015).

O governo de Juscelino Kubitschek, entre os anos de 1955 e 1960⁸, não logrou êxito total em relação aos objetivos traçados, que o via através da separação entre escolas voltadas para ciência pura e escolas interessadas na ciência aplicada, com preferência pelas últimas. As matrículas no ensino superior registraram o crescimento de 30,1%, demonstrando maior aumento em algumas áreas como administração pública e privada; engenharia especializada; estatística; filosofia; ciências e letras; ciências econômicas, contábeis e atuariais e agronomia. Em certas áreas o crescimento foi mínimo como no direito, odontologia, veterinária, medicina

⁷ O professor catedrático é resultado de um processo histórico-cultural e de uma escola subordinada à consolidação e ao progresso das profissões liberais, é o verdadeiro agente do descalabro que impera no ensino superior. Ele não defende qualquer transformação que resulte no desaparecimento da escola superior, porque isso levaria a supressão da cátedra e a sua própria ruína. É um agente conservador que luta por convicções íntimas e defende valores sagrados, surgindo como um obstáculo a qualquer processo de modernização e de racionalização do ensino superior, impedindo que a sociedade domine e aproveite novas técnicas sociais de educação escolarizada. Florestan Fernandes (1995) denomina estes de profissional liberal disfarçado de professor, escravo dos interesses estreitos das profissões liberais, prende-se a um estilo de vida e a aspirações intelectuais que o convertem no pior adversário da inovação educacional.

⁸ Neste período a expansão do ensino superior estadual paulista passa por uma fase de interiorização, principalmente no final dos anos 50, com iniciativas que uniam interesses municipais e estaduais, as elites e políticos locais tomaram a frente da missão objetivando trazer escolas superiores para suas cidades e regiões, como forma de alavancar o desenvolvimento.

e farmácia, apresentando redução nas matrículas dos cursos superiores de agricultura (VIEIRA, 2015, p. 145).

No período 1940 a 1960 a população do país passou de 41,2 milhões para 70 milhões (crescimento de 70%), enquanto que as matrículas no ensino superior triplicaram. Em 1960, existiam 226.218 universitários (dos quais 93.202 eram do setor privado) e 28.728 excedentes (aprovados no vestibular para universidades públicas, mas não admitidos por falta de vagas) (CUNHA, 1975).

Florestan Fernandes (2010, p. 239) relata a realidade social, informando que o ensino superior, embora seja definido legalmente como “privilégio, na verdade é monopolizado socialmente pelos estratos médios e altos da população.” Nos anos de 40 a 60, não houve por parte das universidades e de seus egressos nenhum progresso cultural de teor revolucionário suscetível de fazer a diferença sobre a transformação da ordem legal e, através dela, sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento social, certamente esta era a intenção da burguesia brasileira: manutenção da ordem vigente.

Florestan Fernandes escreveu em 1965 (1995) que a sociedade encontrava-se em situação similar àquela em que se deu a absorção do modelo português de ensino superior: falta vitalidade do meio para orientar e regular a modernização de instituições-chaves; ao nível institucional há uma grande massa de professores e estudantes apáticos; entre os professores, ainda, prevalece o peso de interesses e valores das profissões liberais. Esta situação contribui para aperfeiçoar a ordem social vigente, neutralizando a possibilidade de reforma universitária por via socialista.

No regime do presidente Goulart, deu início à Universidade Nacional do Trabalho (em Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro) e à Universidade Volante (em Ponta Grossa, estado do Paraná). Propôs a existência simultânea da escola pública e da escola particular, empenhando-se em valorizar as virtudes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁹ (VIEIRA, 2015, p. 235).

Goulart era um entusiasta das Universidades, alegando que a revolução industrial americana não cessa por conta delas, pois organizou os Estados Unidos ao realizar tarefas na

⁹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) apresenta e regulariza a organização da educação brasileira sustentada nos princípios presentes na Constituição. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.

agricultura, na indústria, na formação profissional e na construção do cidadão, além de espargir conhecimentos, para ele caberia à Universidade a obra de renovação nacional, devendo fazer os alicerces do pensamento nacional (VIEIRA, 2015, p. 236). Em 1962, sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹⁰, instrumento esmero da cultura brasileira. No final de 62, anunciou a vinda do Plano Nacional de Educação, que despenderia 500 milhões de cruzeiros no setor, durante 1963 a 1965.

As matrículas nos cursos superiores, durante os princípios de governo de Jânio e Jango, nos anos de 1961 e 1962, comprovaram maior procura em poucos cursos, incluindo técnicos e científicos: administração pública e privada, estatística, filosofia, ciências e letras, ciências econômicas, contábeis e atuariais, os cursos com crescimento mínimo de matrículas são medicina e veterinária e com diminuição os cursos de engenharia civil, engenharia especializada e farmácia (VIEIRA, 2015, p. 239).

Com a ditadura militar e seu primeiro presidente, Castelo Branco, o ensino superior indicava uma direção baseada na formação de fundações e as autarquias para atendê-lo, no aumento do número de alunos em estabelecimentos públicos e na limitação dentro do possível de novas escolas superiores. Para o governante, os estudos universitários não deveriam pregar qualquer ideologia, precisando ser evitada a padronização do pensamento e da cultura. Condenava o terror cultural (VIEIRA, 2015, p. 303-304).

A sede da UNE no rio de Janeiro foi incendiada um dia após o golpe e, em São Paulo, os estudantes da Universidade Mackenzie, caçavam os comunistas das faculdades próximas. Dirigentes das ligas camponesas e dos sindicatos de trabalhadores rurais foram presos e torturados. Repartições públicas, universidades e empresas estatais passaram a ser vasculhadas pelas comissões de investigação em busca de subversivos e opositores. Em 1964 409 sindicatos, 43 federações e quatro confederações sindicais sofreram intervenções, suas diretorias foram afastadas e ocupadas por pessoas indicadas pelo Ministério do Trabalho (DAL RI, 1997).

¹⁰ Aspectos relevantes desta Lei: o Estado conseguiu manter seu direito de inspecionar as escolas particulares, para efeito de reconhecimento; o currículo se tornou um pouco flexível; a obrigatoriedade escolar do ensino primário permaneceu, embora um parágrafo de lei praticamente anulasse, transformaram o Conselho Federal de Educação e os demais Conselhos Estaduais em responsáveis pela distribuição de bolsas de estudo e pelo financiamento para vários graus de ensino.

O regime militar iniciado em 1964 desmantelou o movimento estudantil e manteve sob vigilância as universidades públicas, encaradas como focos de subversão, ocorrendo em consequência o expurgo de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado, sobretudo a partir de 1970.

Florestan Fernandes (1995) destaca no prefácio à segunda edição do livro intitulado *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* a castração completa da Universidade neste período (regime civil militar), pulverizando mais a universidade conglomerada e retirando dela qualquer vitalidade cultural ou política. Ele relata que a universidade foi submetida a um duplo processo: de consolidação de seu caráter elitista, quanto as suas ligações com as profissões liberais e às suas funções culturais investidas na consolidação da ordem existente; e do estímulo e institucionalização das forças externas, objetivando impedir a universidade de desempenhar uma atividade crítica. A universidade foi neutralizada politicamente, com colaboração dos professores e estudantes adeptos da contra-revolução e do regime ditatorial, o que ocasionou a “universidade do silêncio”.

No pré 64, o ISEB¹¹ – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, foi uma das instituições civis que se destacou, vislumbrou a construção da nação por meio de formulação de uma ideologia do desenvolvimento nacional com bases autóctones, a partir do governo Goulart a instituição assumiu abertamente uma direção e uma orientação de esquerda, o ISEB passou a empurrar a bandeira das reformas sociais, como a reforma agrária, bancária, política e universitária. Esta instituição foi extinta no golpe de 64, (este fato demonstra a repressão militar e anulação de qualquer possibilidade de resistência) dando lugar as concepções do IPES¹² – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, que apresentou convicções mais aderentes ao momento político, pregando que o capitalismo multinacional e associado, era uma exigência inelutável e imperiosa para o país, informando que houve apoio ativo dos EUA ao golpe empresarial-militar de 1964.

Uma das maiores tragédias do regime ditatorial, no Brasil, foram às perseguições e delações ideológicas, principalmente anticomunistas, nos setores da Educação e da Cultura, no cerne de tantos outros setores, estas ações geraram implicações até hoje. O anticomunismo

¹¹Alguns membros do ISEB: Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Wanderley Guilherme dos Santos, Cândido Mendes, Ignácio Rangel e Álvaro Vieira Pinto, Carlos Estevam Martins, também Celso Furtado, Gilberto Freyre e Heitor Villa Lobos foram colaboradores do Instituto.

¹² Fundado em 1962, no Rio de Janeiro, o IPES resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e, posteriormente ganhou a adesão das elites agrárias das outras unidades da federação.

significava e significa uma concepção vazia, conservadora, raivosa, indefinida e medíocre. O anticomunismo atingiu (e atinge) até mesmo aquele que desconhece totalmente o que é o comunismo.¹³

Foram instaladas nas universidades, seções de segurança que investigavam as informações sobre a vida anterior de cada um, em especial dos professores, durante a contratação, a permanência e a saída da instituição. De acordo com Vieira (2015, p. 305) para ministrar a disciplina e exercer a liberdade, um professor de Ciências Sociais evitava desgastes ao examinar a Revolução Russa de 1917, servindo-se, em seus programas da disciplina, do verdadeiro nome dos líderes revolucionários, como *Lev Davidovitch Bronstein*, ocultando o apelido de Leon Trotsky. Para autoproteção, era costume colocar qualquer capa nos livros, escondendo o título e o autor, evitando olhares de observadores e espões.

Neste período, o ensino superior e os outros níveis de ensino, além da ideologia do “progresso empresarial”, pesaram amplamente o arbítrio, a falta de liberdade, a censura, a delação e as dificuldades para o exercício da crítica, do debate e da criação. O vestibular para ingresso no ensino superior discriminava quem tem e quem não tem condições de levar adiante o ensino superior, sendo que a pouca oferta de vagas privilegiou os que possuem mais recursos financeiros.

A reforma de 1968, momento em que o Brasil era presidido por Costa e Silva (responsável pela promulgação do Ato Institucional n. 5), iluminou-se em muitas das ideias do movimento estudantil e da intelectualidade das décadas anteriores, instituiu o departamento como unidade mínima de ensino, criou os institutos básicos, organizou o currículo em ciclos básico e o profissionalizante, alterou o exame vestibular, aboliu a cátedra, tornou as decisões mais democráticas, institucionalizou a pesquisa, centralizou decisões em órgão federais.

Para Florestan Fernandes (1995, p. 73) o termo “reforma universitária” tem sido empregado por estudantes, professores e leigos, para designar as medidas quantitativas e qualitativas a serem tomadas para adaptar o sistema de ensino superior às exigências momentâneas da situação histórico-social brasileira. Todavia, o volume das exigências

¹³O anticomunismo era tão ignorante e grosseiro que os agentes da ditadura de 1964 supunham que o livro *Sagrada Família*, de Karl Marx, era um livro que tratava da história de Jesus, Maria e José, desta forma o livro não era confiscado pelo governo ditatorial.

quantitativas e o alcance das mudanças que precisariam ser introduzidas para atender às exigências qualitativas indicam que estamos diante de um processo de revolução educacional.

A reforma universitária, originalmente, foi um movimento de professores e estudantes que acabou sensibilizando o Governo Federal para os problemas do ensino superior e começou após os movimentos de 1968, na tentativa de cooptar e conter os movimentos de resistência. O movimento reformista justifica-se, basicamente, em função da frustração causada pela não efetivação de projetos como os da USP, UDF e UnB, que poderiam ter representado, no dizer de Florestan Fernandes, a liquidação do “padrão brasileiro de escola superior” (universidade conglomerada¹⁴) e a instalação de uma verdadeira universidade integrada e multifuncional, que responda estrutural e dinamicamente às exigências do desenvolvimento, porque ela se insere na sociedade como um núcleo vital de sua amplificação interna.

Uma universidade integrada e multifuncional, para Florestan Fernandes (1995), não deveria abrir mão da sua postura ideológica, fosse ela uma “filosofia liberal de educação” ou uma “filosofia socialista de educação”, e nem do seu engajamento no processo de desenvolvimento e superação do subdesenvolvimento das sociedades às quais pertencia, bem como da busca da autonomia.

Em 1968, a manifestação dos estudantes, marcada por intensos debates dentro das universidades e pelas manifestações de rua, exige do Governo medidas no sentido de buscar “soluções para os problemas educacionais mais agudos, principalmente dos excedentes”. A resposta de maior alcance foi a criação, pelo Decreto nº 62.937, de 02.07.1968, do Grupo de Trabalho (GT) encarregado de estudar, em caráter de urgência, as medidas que deveriam ser tomadas para resolver a “crise da Universidade”.

No Relatório Final do Grupo de Trabalho, relatam que a crise que mobilizou inúmeros setores da sociedade, e exigem do Governo uma ação efetiva que almeje imediatamente discutir o problema da reforma universitária, convertida numa das urgências nacionais. E complementa: “o movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nele implicados, teve o mérito de propiciar uma tomada de consciência nacional do problema e o

¹⁴A universidade conglomerada é uma manifestação do colonialismo educacional, como um dos meios internos pelos quais se estrutura, diferencia e reorganiza a situação de dependência cultural em face dos núcleos hegemônicos externos. Esta conexão decorre da função cultural da escola superior, que servia como centro de assimilação e de difusão de técnicas e de conhecimentos, inventados nas nações centrais da civilização ocidental moderna.

despertar enérgico do senso de responsabilidade coletiva” (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968).

Conforme expresso no decreto que o instituiu, o Grupo de Trabalho apresentava como objetivo “[...] estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968, p. 15).

Apesar das restrições que o Grupo de Trabalho atribui às suas funções, e de sua visão crítica em relação a ele¹⁵, Florestan Fernandes observa que o Relatório:

[...] contém, de longe, o melhor diagnóstico que o Governo já tentou, tanto dos problemas estruturais com que se defronta o ensino superior, quanto das soluções que eles exigem. Se a questão fosse de avanço ‘abstrato’ e ‘teórico’ ou verbal, os que participam dos movimentos pela reforma universitária poderiam estar contentes e ensarilhar suas armas. Entretanto, o avanço “abstrato” e “teórico” esgota-se [...] como se ele fosse uma verbalização de circuito fechado. (FERNANDES, 1974, p.4-5).

No entanto, embora com o melhor diagnóstico, o governo não avança em medidas práticas assertivas. Para o sociólogo, essa desarmonia “é parte normal de uma situação histórico-social em que a atuação conservadora se acha ameaçada e é compelida a assumir o controle político dos processos de modernização cultural e de inovação institucional” (FERNANDES, 1974). Nesses casos, o que prevalece é a preservação do monopólio do poder nas mãos das camadas conservadoras sem o avanço efetivo na solução dos problemas.

Entre as polêmicas abordadas no Relatório chama a atenção para o fato de que a universidade brasileira estava organizada à base de faculdades tradicionais que, apesar de certos progressos, em substância, “ainda se revela inadequada para atender às necessidades do processo de desenvolvimento, que se intensificou na década de 1950, e se conserva inadaptada às mudanças dele decorrentes”.

A respeito da expansão das instituições de ensino superior, ressalta-se que ela ocorre “por simples multiplicação de unidades, em vez de desdobramentos orgânicos”. Complementando: “A universidade se expandiu, mas em seu cerne, permanece a mesma estrutura anacrônica a entrar o processo de desenvolvimento e os germes da inovação” (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968, p. 19). E acrescenta: “podemos dizer que o sistema, como um todo, não está aparelhado para cultivar a investigação científica e

¹⁵No início do texto escrito para abordar sua avaliação do trabalho do GT declara: “É preciso que fique bem claro de antemão, que entendemos a reforma universitária consentida como uma manifestação de tutela política e como mera panacéia. Não podemos aceitá-la porque ela não flui de nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos.” (FERNANDES, 1974, p. 203).

tecnológica” (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968, p.20), pois “[...] mantendo a rigidez de seus quadros e as formas acadêmicas tradicionais, faltou-lhe a flexibilidade necessária para oferecer produto universitário amplamente diversificado e capaz de satisfazer às solicitações de um mercado de trabalho cada vez mais diferenciado” (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968).

Enfim, o Relatório do Grupo de Trabalho é uma crítica dura ao processo de expansão das universidades, em especial das públicas, publicizando que este crescimento ocorreu de forma impensada, focando na ampliação das vagas e não na qualidade do ensino, ou mesmo focando na criação de novos cursos, e não na melhoria dos que estavam vigentes. Portanto, o processo de expansão das universidades respondeu ao modelo de Projeto proposto pelo modo de produção capitalista.

Entre as medidas propostas pela Reforma no ensino superior, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação. Apesar de ter sido bastante enfatizado que o “sistema departamental constitui a base da organização universitária”, entendido o departamento como unidade de ensino e pesquisa, a implantação dessa estrutura, até certo ponto, teve apenas caráter nominal. Por sua vez, embora a cátedra tenha sido legalmente extinta, em muitos casos foi apenas reduzida sua autonomia. A departamentalização encontra resistências desde o início da implantação da Reforma Universitária.

A origem do “novo” ensino superior privado, de acordo com Martins (2017), surgiu na sociedade brasileira na esteira da Reforma Universitária de 1968 e destacar sua inserção no interior do *campo* das instituições que o integram em sua fase atual. Para ela, a Reforma de 1968 focou na modernização e expansão das instituições públicas, notadamente das universidades federais. O surgimento do “novo” ensino superior privado constitui um desdobramento da Reforma de 1968, uma vez que as modificações introduzidas nas universidades federais não conseguiram ampliar satisfatoriamente suas matrículas para atender a demanda populacional.

A Reforma de 1968 produziu efeitos inovadores, permitindo o surgimento de um ensino privado que refletiu o que Florestan Fernandes denominou o *antigo padrão brasileiro de escola superior*, ou seja, instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e afastado da atividade de pesquisa, que pouco contribui com a formação de um horizonte intelectual crítico

para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época (FERNANDES, 1975, p. 51-55).

Em continuidade a Reforma de 68, o ensino superior privado cresceu amplamente a partir do governo do general Médici (1969 até 1974). Do começo da ditadura até 1979, no estado de São Paulo não houve aumento de vagas nas universidades gratuitas e públicas, ao passo que as escolas particulares de ensino superior aumentaram suas vagas em mais de 800%. Em 1979, das 17.265 vagas disponíveis no ensino superior paulista, que representavam quase 70% das vagas no Brasil, 94% eram pagas, e 6% gratuitas (VIEIRA, 2015, p. 371).

A opção do setor público por universidades que conjugassem o ensino à pesquisa elevou os custos do ensino público, restringindo sua capacidade de expansão, e abriu o espaço para o setor privado atender a demanda não absorvida pelo Estado. Apesar da exigência legal da reforma de 1968, que era estabelecer o modelo único de ensino superior com a indissociabilidade do ensino e da pesquisa, na prática o sistema expandiu-se mediante a proliferação de estabelecimentos isolados e poucas foram às universidades que conseguiram instituir a produção científica.

Os cursos de pós-graduação começaram na Escola de Sociologia e Política, importando características dos cursos norte-americanos, qualificando os candidatos ao mestrado em Ciências Sociais. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras mirava o padrão francês, pelo qual os candidatos ao doutorado concluíam sua formação com professor responsável, submetendo-se a provas de qualificação ou frequentando cursos para tornarem-se especialistas (VIEIRA, 2015, p. 371).

A pós-graduação dos anos 70 concentrou-se no orientador que escolhia os orientados sendo assim, sobrecarregado com atividades de docência, pesquisa, extensão cultural e administrativa. O mestrando e o doutorando faziam algo apenas com a concordância do orientador, instituindo-se o paternalismo entre professor e aluno, e em muitos casos a discriminação entre um aluno e outro. As reformas de 1965 (Lei n. 5.540) e de 1969 (Decreto-Lei n. 464) extinguíram as cátedras na carreira, restabelecendo-a, no entanto, no poder do orientador.

A partir dos anos 80, surgem várias propostas para a reformulação das instituições universitárias. Será oportuno lembrar que tanto a reorganização do movimento estudantil, como a de outros grupos da sociedade civil, só irá se efetivar no final dos anos 70, com a abertura política e a promulgação da Lei da Anistia. Nas universidades públicas, após esta Lei se processa o retorno de vários professores afastados, compulsoriamente, após o AI-5.

A expressiva ampliação do ensino superior ocorreu nos anos 70. Durante esta década, o número de matrículas subiu de 300.000 em 1970 para um milhão e meio em 1980. A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a esta demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos. Mudanças aconteceram no exame de seleção. As provas dissertativas e orais passaram a ser de múltipla escolha (VIEIRA, 2015).

Esse aumento expressivo, sem adequado planejamento, resultou em uma insuficiência de fiscalização por parte do poder público, uma queda da qualidade de ensino e a imagem "mercantilista" e negativa da iniciativa privada, que persiste até hoje, ao contrário do que prega a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior, de 1968 (Lei nº 5.540/68).

A pressão de demanda levou a uma amplificação extraordinária no ensino superior no período 1960-1980, com o número de matrículas saltando de aproximadamente 200.000 para 1,4 milhão, $\frac{3}{4}$ partes do acréscimo atendidas pela iniciativa privada. Em finais da década de 1970 o setor privado já respondia por 62,3% das matrículas, e em 1994 por 69% (SAMPAIO, 1999).

A partir de 1980 observou-se uma redução progressiva da demanda para o ensino superior em decorrência da retenção e evasão de alunos do 2º grau, inadequação das universidades às novas exigências do mercado e frustração das expectativas da clientela em potencial. Na década de 1990 a relação de egressos do segundo grau e vagas oferecidas no ensino superior é de 1/1 no Sul e Sudeste, 1/1 no Centro-Oeste, e de 1/2 no Norte e Nordeste (SAMPAIO, 1999).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, confere maior estabilidade e segurança às instituições universitárias, de acordo com o artigo 207: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". De acordo com Neusa Dal Ri (1997, p. 56) "autonomia didática é direção própria do ensino oferecido". Neste caso há o reconhecimento da competência da universidade para definir a importância do conteúdo a ser lecionado, inclusive o método de transmitir o conteúdo.

A partir da década de 1990 num processo ainda em curso emerge nova mudança marcada pela diversificação das formas de organização das instituições de ensino superior freando o processo de expansão das universidades públicas, especialmente as federais, e

incentivando a expansão de instituições privadas com e sem fins lucrativos e, em menor medida, das instituições estaduais. Esta política foi implantada nos oito anos do governo FHC, sendo exposta na proposta formulada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação apresentada em 1997. Esta proposta admitiu o déficit do ensino superior brasileiro comparativamente aos demais países.

Uma das principais transformações do ensino superior no século XX consistiu no fato de destinarem vagas também ao ingresso de alunos provenientes da classe proletária. Em pesquisa realizada da década de 1990, concluiu-se que no ensino superior, estudantes oriundos de famílias com renda de até 6 salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas.

No setor privado, quanto no público, a proporção de estudantes advindos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos supera os 60%, o que desmistifica a crença de que os menos favorecidos é que frequentam a instituição privada (CARDOSO, 1994). Apesar de novos ingressantes da classe média, verifica-se que os mais pobres não se inserem em igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior seja ele público ou privado, não por falta de vagas ou de reforma deste, mas por problemas sociais e má qualidade da educação de base.

As instituições públicas federais, estaduais e municipais possuíam 33,03% das vagas oferecidas no Brasil e as instituições particulares cobriam 66,97% dessas vagas, mostrando que sua ampliação acelera desde a década de 70, com muito sucesso.

Na década de 1990, a proporção de jovens entre 20 e 24 anos que ingressa no ensino superior correspondia a 11,4%, conferindo ao Brasil o 17º lugar entre os países latino-americanos, superando apenas a Nicarágua e Honduras (GARCIA, 1997). As deficiências do ensino público fundamental estavam sendo supridas parcialmente pelo ensino nos estabelecimentos privados.

O número de matrículas em faculdades particulares aumentou neste período, foi de 41 mil em 1960 para 918 mil em 1988, este crescimento corroborou com a elevação do número de alunos em programas de mestrado e de doutorado entre 1985 e 1990, estimado pelo Ministério da Educação em 30% (VIEIRA, 2015, p. 497).

O período de 1990 a 1992, com o governo Collor, o neoliberalismo impactou diretamente o Ensino Superior Público, e nele operou-se o desmantelamento do aparelho de

Estado, com destaque para a “reforma administrativa” que consistiu apenas na demissão ou aposentadoria compulsória de milhares de servidores públicos. De acordo com Armando Boito (1995), o Brasil se destacou pelo modesto nível de tecnologia e um nível menor ainda de pesquisa científica. Para ele, a privatização das principais empresas estatais que investiam em pesquisa, levou à redução da demanda e investimentos de pesquisa do setor produtivo às universidades públicas, direcionando estes pedidos às empresas privadas.

Florestan Fernandes (Apud. VIEIRA, 2015, p. 497) em entrevista de 1992 (publicada na Gazeta Mercantil de 03 mar. 1990), sobre a crise da universidade, clarificava resumidamente a realidade:

Vamos falar das causas recentes: o foco principal delas é a intervenção desastrosa da ditadura militar na vida universitária brasileira. A reforma universitária, por exemplo, burocratizou a carreira docente, a vida interna da universidade. A redução de investimentos no ensino superior e na pesquisa limitou espaço histórico da universidade. [...] E, neste cenário de desastre, o setor privado se expandiu: surgiram empresários na área da educação, e a expansão do ensino superior se fez através da grande empresa, da universidade privada, descompromissada com a pesquisa pura (e de ponta), ou com a pesquisa aplicada, indispensáveis para acelerar o desenvolvimento econômico.

A Reforma Universitária deixou uma herança desastrosa ao ensino superior brasileiro, marcada pela redução dos investimentos em pesquisa e pela burocratização, permitindo a forte entrada de cena do ensino privado que mantêm o foco, nos dias atuais, na busca de lucros e resultados.

Dando sequência à política de Collor e a consolidação do neoliberalismo, no governo de Fernando Henrique Cardoso implantou-se a Reforma do Estado e educação, que objetivava implantar a administração pública gerencial, flexível e eficiente (VIEIRA, 2015, p. 662). Esta reforma pretendia extrair a política de dentro do próprio Estado, sujeitando-o a uma compreensão e a um funcionamento embasado no economicismo e no gerencialismo, sob a égide do custo/benefício.

A LDB de 1996 manifestava amplamente a ação reguladora do Estado na economia de mercado educacional. O ambiente da educação converteu-se em ambiente dos serviços educacionais. Evidentemente, o subsídio à educação básica foi a única atividade incluída entre as atividades exclusivas. Mas, em meio aos serviços não exclusivos ou competitivos prestados ao mesmo tempo pelo Estado, pelas organizações públicas não estatais e privadas, que envolve

direitos humanos fundamentais, como os da educação, achavam-se as demais atividades educacionais.

Os direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988, dentre eles o direito à educação por meio de critérios mercadológicos de interpretação pedagógica, contraíram o status de mercadorias transferidas aos consumidores através de pagamento, os alunos se transformaram em clientes.

Neste período, constatou-se a imensa quantidade de escolarizados analfabetos, que não sabem ao menos anotar números, ou o excessivo número de pós-graduandos que não lêem ou escrevem corretamente, ou o evidente interesse mercadológico e financeiro nas escolas e universidades: constata-se que a reforma educacional do governo FHC foi uma tragédia para o país que, assim como as políticas ditatoriais, deixaria seqüela permanente. As propostas apresentadas por este governo tinham cunhos expressamente neoliberais, desta forma, para entender esta ideologia, apontaremos as suas características e pressupostos que foram solidificados no Brasil.

1.3. IDEOLOGIA NEOLIBERAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O cenário internacional, com o fim da “guerra fria”, era o de um só mercado desenhado de acordo com interesses dos dominadores e vinha sendo controlado por centros de irradiação e sedes do novo poder universal. Miséria crescente, altas taxas de desemprego, derrocada das estruturas de saúde e de educação, tensão social, dificuldades insuperáveis de balanço de pagamentos, sendo este um dos mais importantes instrumentos contábeis indicando a saúde econômica de um país; tem sido as devastadoras consequências do liberalismo, implantado nas áreas vitimadas por uma burguesia covarde e ambiciosa e por uma cultura estranhada propositalmente, que tirou fora os valores consagrados como nacionais e característicos da soberania.

Aos países pertencentes ao Grupo dos 7 (G7) coube a elaboração de teses e conceitos não apenas justificatórios de sua dominação, mas destinadas a impedir ou entorpecer todo esforço para mudança, particularmente o esforço das nações menos desenvolvidas para alcançar níveis de desenvolvimento indispensáveis à realização integral de seus destinos como entidades soberanas. Para impedir a resistência, surge uma doutrina diabólica em suas finalidades, embora

clara em sua falsidade: o fim da história (Francis Fukuyama), considerando o capitalismo como último estágio do desenvolvimento humano (SODRÉ, 1998, p. 4).

Em abril de 1947, organizado por Ludwig Heinrich Edler von Mises, Friedrich Hayek¹⁶ e outros líderes desta corrente, houve uma reunião no Hotel *Mont Pèlerin*, no sul da Suíça, com 37 participantes, para organizarem a ideologia de uma nova sociedade. Neste momento se fundou uma sociedade liberal, o ovo da serpente do neoliberalismo.

Conforme Odemiro Fonseca (1993) estes economistas liberais participaram ativamente da recuperação da Itália, França e Alemanha no pós-guerra, este fato justificou a importância da implantação de seus ideais. Ele também destaca o êxito da ampliação acadêmica, sobretudo a participação da escola de Chicago, onde Hayek lecionou de 1950 a 1962, e outros centros estratégicos na Europa, Austrália e Ásia. Ganhar o prêmio Nobel foi o ápice desta corrente, representada pelos premiados: Friedrich A. Hayek em 1974, Milton Friedman em 1976, George Stigler em 1982, James Buchanan em 1986, Maurice Allais em 1988, Ronald Coase em 1991, Gary Becker em 1992.

Além da escola de Chicago, a escola da Virgínia colaborou com a expansão da doutrina. Em 1957, James M. Buchanan lidera a fundação do *Thomas Jefferson Center for Studies in Political Economy*, na Universidade da Virgínia, que cede lugar ao *Center for Study of Public Choice*, no *Virginia Polytechnic Institute* (1969-1982), transplantado para a *George Mason University*, em Fairfax, estas instituições se tornaram referência intelectual para as reformas neoliberais (MORAES, 2001).

Um aspecto marcante da ideologia neoliberal é que oculta a natureza de classe da política neoliberal, sugerindo que os objetivos são reinserir a livre concorrência de mercado, garantindo a soberania do consumidor e propagando o progresso e a riqueza em cada país e abrangência internacional. Estes argumentos obnubilam o que a política neoliberal realmente intenciona que é o fortalecimento dos monopólios, a contenção do crescimento econômico, a concentração da renda e a propriedade resultando no aumento da desigualdade social. Discursando sobre a eliminação dos privilégios, no entanto aumenta as desigualdades, o desemprego e a

¹⁶ Autor do livro “O caminho da servidão”, publicado em 1944, sendo o manifesto inaugural e documento de referência do movimento neoliberal. É um livro que critica o socialismo e todos os partidos que erguem esta bandeira, e combativo de toda medida política, econômica e social que revele estima para com as veleidades reformistas ou intenções de fundar uma opção entre o capitalismo e comunismo.

pobreza. A ideologia neoliberal oculta sua intenção autêntica, realizando um discurso e uma política imperial e do grande capital, com destaque para o capital financeiro (BOITO JR, 1995).

O neoliberalismo é um modelo de desenvolvimento que exclui o povo de seus benefícios, estando em contradição com a sua denominação. Na economia colonial a acumulação de capital é realizada no exterior, ou seja, no país colonizador, já em uma economia dependente a acumulação se efetiva, da mesma forma, no interior, mas continua a existir o fluxo de acumulação no exterior. Esta última configurou na espoliação continuada. Por décadas de anos o Brasil cresceu, lentamente, carregando este peso, sendo repetido ainda hoje, sob o disfarce de neoliberalismo.

A globalização representa, neste mercado único de influência neoliberal, que os Estados Unidos passavam à regular tudo, sendo um dos principais instrumentos do neoliberalismo, que é um novo colonialismo, travestido, enfeitado, cheio de truques e momices. A globalização está na base das transformações do capitalismo, sendo fundamental para a compreensão das transformações do capitalismo e transformações do modelo estatal neoliberal.

Os Chicago *boys*¹⁷, depois de finda a Guerra Fria, fazem o mesmo serviço, sem a salvaguarda do anticomunismo, pretendendo que o Estado deixe de funcionar ou funcione apenas naquilo que não dá lucro, sendo considerado de segundo plano, como a educação, a saúde e a segurança.

Em 11 de setembro de 1973, o governo constitucional do Chile foi destituído por uma conspiração militar e substituído por um regime autoritário e repressivo; o Presidente Salvador Allende morreu no golpe, e a destacada trajetória democrática chilena foi interrompida durante quase duas décadas. Este movimento obteve o apoio dos Estados Unidos, com o objetivo de estancar o comunismo e impor a doutrina do neoliberalismo através dos Chicago boys. Os

¹⁷Chicago Boys (em português: *Garotos de Chicago*) foi o nome dado a um grupo de aproximadamente 25 jovens economistas chilenos que formularam a política econômica da ditadura do general Augusto Pinochet. Foram os pioneiros do pensamento Liberal, antecipando no Chile em quase uma década medidas que só mais tarde seriam adotadas por Margaret Thatcher no Reino Unido e Reagan nos Estados Unidos. Receberam sua instrução econômica básica na escola de economia da Pontifícia Universidade Católica do Chile, e foram mais tarde estudantes de pós-graduação na Universidade de Chicago. Foram os responsáveis pelo "Milagre do Chile" , denominação dada pelo economista norte-americano Milton Friedman (*The Miracle of Chile*). De acordo com Sodré (1998, p. 41) os Chicago boys eram marcados por essencial alienação, por um tranquilo e soberano desprezo por tudo aquilo ligado ao povo e pela realidade do país. Eram crentes de uma nova religião – a religião cartaginesa de que o lucro justifica tudo – a economia é uma técnica que deve obedecer friamente determinadas regras, tidas como universais e absolutas.

garotos de Milton Friedman assumiram o ministério da Economia, aplicando suas teorias sem limitações políticas. O resultado econômico foi trágico, pois entre os anos de 1973 e 1983 a economia chilena passou por uma depressão extrema e a indústria foi destruída. Albert Hirschman (1987) arguiu que o emprego industrial, que empregava 555 mil pessoas em 1973, reduziu para menos de 378 mil durante a crise de 1983. A recuperação iniciada em 1984 não foi suficiente para alcançar níveis anteriores, mesmo com a entrada de capital financeiro internacional.

Embora o Chile tenha sido um laboratório para o neoliberalismo, o seu ápice ocorre nos anos 80, com a vitória de Margaret Thatcher, como primeira ministra da Inglaterra e Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos. Neste período, desregulamentaram vários mercados, houve privatizações, aumento de competitividade internacional, aumento significativo do desemprego, diminuição de impostos sobre os mais ricos e cortes de gastos sociais.

A proposta neoliberal propõe uma drástica redução do Estado¹⁸ como instrumento de gestão política e econômica. Para esta doutrina, o grande inimigo do progresso, ou do desenvolvimento, era o Estado, sendo a privatização a solução.

Nos países periféricos o neoliberalismo tem colaborado com a supressão dos direitos de trabalhadores, avançando muito mais que nos países centrais, pois possuem um sistema de proteção social pouco desenvolvido. Armando Boito (1995) destaca que o movimento operário popular latino americano revelou-se mais ineficiente para defender as reformas iniciadas no capitalismo do que o movimento operário europeu, este possui a transferência de riquezas da periferia para o centro do sistema capitalista. Os países periféricos também auxiliam às exigências do imperialismo, ditadas por instituições como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, que aumentaram as relações de subalternidade econômica desses países às economias centrais.

Os sindicatos no Brasil, até os anos 90, tinham estratégia de ação vinculada a uma orientação de oposição à política de desenvolvimento monopolista, imperialista e latifundiária,

¹⁸O Estado é uma categoria histórica que muda de conteúdo ao longo do tempo e é subordinado à correlação de forças na sociedade. Ele não existiu sempre, surgiu com a sociedade de classes: as comunidades primitivas não têm classes, como os índios ianomâmis não têm Estado. O Estado tem razões políticas e se move por estas razões, o público intervém conforme a etapa de desenvolvimento da sociedade.

não restringindo suas lutas e reivindicações à defesa dos salários e das condições de trabalho. De acordo com Boito:

[...] a ação sindical não se esgotava na luta reivindicativa em defesa dos salários e das condições de trabalho nas condições dadas pelo bloco no poder. Apontava para a necessidade de alteração no bloco no poder, para que se pudesse contemplar os interesses dos trabalhadores. Essa estratégia da CUT não logrou reverter a tendência à deterioração dos salários, que se observa, grosso modo e com oscilações, ao longo dos anos 80. Mas ela obteve importantes vitórias, ao contrário do que viriam a dizer os seus críticos, os defensores do “sindicalismo Propositivo”. Contribuiu, de modo decisivo, para a constitucionalização de inúmeros direitos políticos, sociais e trabalhistas, como o direito de greve, a aposentadoria por tempo de serviço e sem idade mínima, a jornada semanal de 44 horas, a extensão da legislação trabalhista aos empregados domésticos e muitos outros. (1995, p. 137)

Nos anos 90, os sindicatos se renderam a política neoliberal, abandonaram a luta prática e a candência de ideias contra as propostas de desenvolvimento econômico brasileiro e não apresentou a luta e a denúncia contra esta política. O movimento sindical recuava como na conjuntura de crise do governo Collor, em que a CUT não colocou como cerne do discurso a crítica à política neoliberal, somente denunciou a política recessiva do governo e enredou-se, em defesa da “ética na política” (BOITO, 1995). Estas e outras atitudes sindicais desestimularam e desvalorizaram a mobilização e a luta daqueles que foram mais afetados pelas políticas neoliberais. Estas políticas barraram os ganhos sociais e a organização das classes subalternas.

No Brasil, foi no governo Collor que o neoliberalismo se apresentou fortemente, depois dele, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso deram continuidade à política de debilitamento do Estado e de um clima de crença absoluta nas virtudes do mercado. A inflação, principal entrave da época, deveria ser combatida com privatizações das empresas estatais, tidas como fonte de todos os males. O Brasil continuou sob a tutela do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, que direcionam a política econômica desde 1964.

A destruição do Estado busca desconhecer o seu papel e sua possibilidade de intervir no mercado, desde que dispondo de vontade política e de instrumentos, que são as grandes empresas que detém, omite o seu importante papel de grande comprador, inclusive e principalmente através das grandes empresas estatais, no mercado interno. Nas empresas privadas o único fim é o lucro e nas empresas estatais o fim também é social. O lucro obtido

pelas empresas privadas beneficia apenas os seus donos e nas empresas estatais ele beneficia a população, através do Estado.

O argumento utilizado para o desmantelamento do Estado, conforme Sodré (1998, p. 72) parte da tese de que a intervenção estatal na economia é nociva e imoral, por isso suas funções deveriam ser reduzidas ao mínimo, cabendo-lhe apenas uma função de presidir, sem intervir, o livre desenvolvimento das forças do mercado.

Para Armando Boito (1999, p. 45) essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico, pois assume a forma de uma crítica agressiva a intervenção do Estado na economia, procurando demonstrar a superioridade do mercado frente à ação estatal.

Juntamente com o desmantelamento do Estado, o neoliberalismo colocou como fundamental o máximo de abertura do nosso mercado de bens, serviços e capitais, visto que o nosso país era atração do mercado externo. De acordo com Sodré (1998, p. 24-25) o Brasil apresenta algumas características que o tornam objeto de cobiça internacional: 1 – suas imensas riquezas naturais, minerais e a flora; 2 – pela existência de uma força de trabalho numerosa e barata, que permite ao capital investido, particularmente ao capital aventureiro e especulativo, lucro máximo em tempo mínimo. A exploração destas riquezas nacionais é necessária para redimir um povo secularmente explorado e imprescindível a um desenvolvimento que nos liberte da dependência e que tenda a sanar desigualdades de padrão de vida entre as classes e entre as diversas regiões do país.

O desemprego é uma das características que acompanha as medidas defendidas e praticadas pelos adeptos do neoliberalismo, que resulta de cada uma das mudanças operadas, particularmente das privatizações, faz crescer desmedidamente, de forma absolutamente antissocial, o exército de reserva que é acólito do avanço capitalista, funcionando como um seguro de força de trabalho, sempre disponível para as rápidas fases de euforia e para as fases de crise e inóxia, que pontilham o desenvolvimento capitalista e que, com o neoliberalismo, são levadas às últimas consequências. Armando Boito Jr. (1999, p. 77) reforça esta característica quando afirma que “a pobreza não é um dado natural com o qual se deparam os governos neoliberais; ela é produzida pela própria política econômica neoliberal, que reduz o emprego e os salários e reconcentra a renda”.

Conforme Sodré (1998, p. 61) o objetivo do neoliberalismo é uma estabilidade, uma imobilidade em que as economias dominantes continuem no comando e as economias dependentes aceitem passivamente e conformadamente a dependência e não tenha veleidades de sair dela.

Algumas de suas conquistas: o desmanche do Estado de bem-estar social e enfraquecimento dos sindicatos, por meio da liberalização legal e policial do mercado de trabalho e da extensão do desemprego e do emprego precário, desregulamentado, flexível, que obviamente refletiu no trabalho docente, em especial nas universidades estaduais. Um mundo como o imperialismo sonhou.

Bresser Pereira, ministro da Administração e Reforma do Estado – MARE¹⁹, no governo de Fernando Henrique Cardoso, acreditava que a reforma estatal²⁰, no Brasil, deveria ser norteada por quatro grandes problemas, durante o processo de reformulação do Estado:

[...] a - um problema econômico-político – a delimitação do tamanho do Estado; b – outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; c – um econômico-administrativo – a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e d- um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar (1998, p. 49-50)

As reformas brasileiras neoliberais foram realizadas inicialmente por Fernando Collor, que efetuou algumas privatizações e levou a insatisfações em relação à prestação dos serviços públicos que foram considerados os principais responsáveis pelos insucessos do Estado. O

¹⁹O MARE foi extinto em janeiro de 1999, com a incorporação de suas atribuições as do planejamento, originando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

²⁰A primeira reforma estatal, no Brasil, ocorreu em 1936 durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45), conhecida como a Reforma Burocrática, o país promoveu uma modernização autoritária de teor centralizador, que teve por finalidade desmontar o estado oligárquico, dando origem a um movimento modernizador que demonstrou uma tentativa de substituição da administração patrimonial pela burocrática (nos moldes da burocracia weberiana). O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) exprimiu os princípios centralizadores e hierárquicos da burocracia, refletiu um papel fundamental na introdução de um sistema meritório (como os concursos públicos) e colaborou na implantação de órgãos reguladores, contribuindo para a propagação de práticas modernizadoras da Administração Pública, intencionando a produção de políticas públicas em larga escala. Em 1967, na ditadura militar, é implantada a segunda reforma administrativa brasileira chamada “Reforma Desenvolvimentista”, esta considerou os princípios burocráticos da Era Vargas como um obstáculo ao desenvolvimento econômico do país, substituindo-o por uma “administração para o desenvolvimento”, sendo a primeira tentativa de reforma gerencial na administração pública brasileira ao inserir características significativas de flexibilização e descentralização, padronizando as estruturas e processos e implantando ferramentas de intervenção. Esta reforma foi legalizada pelo Decreto Lei 200/1967 (Lei da Reforma Administrativa). Esta e a terceira reforma estatal, desenhada por Bresser-Pereira, possuem caráter conservador.

governo de Fernando Henrique Cardoso, que iniciou-se em 1995, possuía a responsabilidade de retomar o crescimento econômico e estabilizar a economia, que apresentava índices de inflação estratosféricos²¹. Este implantou a reforma que foi aceita pela sociedade e pela coalizão política de sustentação do governo, com o Plano real apresentou associação entre a reforma, a crise fiscal²² e a crise política²³ do Estado se comprometendo a tornar o serviço público eficiente. Estes governos se submeteram aos ditames dos “Novos Senhores do Mundo”, ou seja, os imperialistas.

A Reforma Gerencial²⁴, implantada por Bresser Pereira (1998) no governo de FHC, foi executada em três eixos: um institucional legal; um cultural baseado na mudança dos valores burocráticos para valores gerenciais; e uma dimensão-gestão. A dimensão cultural significava eliminar o patrimonialismo e transitar a cultura burocrática para a gerencial. Na dimensão-gestão o objetivo era colocar em prática concepções gerenciais, que tinham como referência as práticas administrativas utilizadas por empresas privadas, com o argumento de um serviço público de melhor qualidade para atender com eficiência o cidadão cliente a um custo menor e complementa:

As reformas indiscriminadamente chamadas neoliberais – o ajuste fiscal, a privatização, a liberalização comercial, a desregulação, a reforma da administração pública – são, na verdade, quando bem-sucedidas, reformas que fortalecem o Estado ao invés de enfraquecê-lo, devolvendo-lhe a governança democrática. Serão neoliberais se visarem ao Estado mínimo; adicionalmente conservadoras, se levarem a uma maior concentração de renda, serão, entretanto, progressistas se reconstruírem o Estado, recuperando sua capacidade de realizar poupança pública e de gestão, de forma a viabilizar a implementação de políticas econômicas e, principalmente, sociais, orientadas para a afirmação dos direitos de cidadania (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 170).

²¹ No Brasil, as taxas médias de inflação atingiram 53,55% em dezembro de 1989 e 56,11% em janeiro de 1990, alcançado 67% em fevereiro e 85% em março de 1990. Vieira (2015, p. 483) clarifica o significado destas taxas comparando o custo do leite ao salário mínimo: “considere-se que o salário mínimo comprava 492 litros de leite em 1959, contudo ele comprava 199 litros de leite em 1989 e 189 litros em fevereiro de 1990”.

²² A crise fiscal ou financeira caracterizou-se pela perda de crédito público e pela poupança pública negativa.

²³ A crise política, de acordo com Bresser Pereira (1998, p. 41) teve três momentos no Brasil: primeiro do regime militar, segundo da tentativa populista de voltar aos anos 50 (crise de adaptação ao regime democrático) e a crise que levou ao impeachment de Fernando Collor de Mello – uma crise moral.

²⁴ De acordo com Bresser Pereira (1998, p. 163), antes da Reforma Gerencial (que se inicia em 1995), houve no Brasil duas reformas administrativas: a primeira a partir de 1936 foi a Reforma Burocrática (ou do Serviço Público), implantou um serviço público profissional e os princípios da administração pública democrática; a segunda, a partir do Decreto-Lei n 200, de 1967, foi a Reforma Desenvolvimentista, que promoveu a “administração pública para o desenvolvimento”, foi anulada em 1988.

O ministro obscureceu os traços do neoliberalismo, que eram visceralmente identificados na prática, e enalteceu o aspecto social. Este Estado social não contrata diretamente seus funcionários (professores, médicos, assistentes sociais) para realizar monopolisticamente os serviços sociais, portanto a tese da preocupação social é para inglês ver.

Os objetivos de curto prazo da Reforma Gerencial eram: a exoneração de funcionários por excesso de quadros, a definição de teto remuneratório para os servidores e da modificação do sistema de aposentadorias (algo que assombra a sociedade brasileira até a atualidade).

Outro aspecto importante desta reforma foi a terceirização das atividades de apoio, o argumento de defesa era de que a execução dos serviços “[...] eram realizadas de forma competitiva por empresas privadas”. (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 300). A relação de serviços que podem ser realizados por prestadores especializados do setor privado foi ampliada de forma significativa, as atividades com similaridade passaram a ser de execução indireta, mediante contratação de prestadores de serviço, possibilitando redução de custos. Quanto à privatização, ou seja, a transferência de patrimônio público para o setor privado, que foi a iniciativa mais marcante do governo FHC, esclarece Boito:

A privatização da Companhia Vale do Rio doce, no governo FHC, foi efetuada, pelos cálculos de especialistas, a um preço que representava uma fração insignificante do valor da empresa – considerados o patrimônio e as concessões de exploração. A Usiminas, siderúrgica de alta produtividade e lucratividade, tinha seu patrimônio avaliado por alguns consultores em doze bilhões de dólares, mas foi vendida por apenas um bilhão e meio. Para a aquisição de ações nos leilões de privatização, foram utilizadas as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, os Títulos da Dívida Agrária, títulos da Dívida Externa, as debêntures e dívidas da Siderbrás e outras. No leilão de privatização da Usiminas, só entraram Cr\$ 4.690,00 em moeda corrente, metade do preço de um carro popular na época. De 1990 até março de 1992, segundo cálculos do jornalista Francisco dos Santos, os leilões de privatização já tinham atingido o montante de 1,65 bilhão de dólares; desse total, o que foi pago em moeda corrente equivalia a pouco mais de um décimo do preço de um automóvel de luxo modelo Santana. Segundo os cálculos de um dirigente sindical do ramo químico, nas privatizações efetuadas ao longo de todo o ano de 1992 no setor petroquímico, o que entrou em moeda corrente foi o equivalente ao preço de três carros populares. Ademais, para as “moedas podres” foi aceito o seu valor de face, que é muito superior ao valor de mercado. (1995, p. 54-55).

Claramente as empresas públicas foram vendidas a um preço subestimado, com condições de pagamento que beiram o ridículo, acrescentando que muitas compras foram

financiadas pelo BNDES, com dinheiro público, tendo como garantia as próprias ações das empresas privatizadas.

Em relação às políticas sociais, de acordo com Armando Boito (1999), estas foram permeadas pela racionalização dos recursos, pela descentralização participativa e pela focalização dos serviços públicos. A terceirização de serviços públicos é exemplo claro do foco econômico em detrimento do social, os serviços passam a ser executados pela iniciativa privada, a um custo menor e com maior intensidade de trabalho.

Confirmando a possibilidade de avanço neoliberal, no governo provisório de Michel Temer, resultado da deposição da presidente Dilma Roussef eleita democrática e legalmente, possui interesses e intenções eminentemente neoliberais através das principais estratégias políticas: 1) reforma do regime fiscal, ou a PEC 55 – Proposta de Emenda Constitucional, que limita os gastos públicos por 20 anos. Esta impossibilita ao Estado a realização do disposto na Constituição Federal de 1988, indo contra os princípios do Estado garantidor de direitos, visto que impõe uma diminuição da abrangência e do papel do Estado, travando o funcionamento dos serviços públicos e da rede de proteção social; 2) a reforma da previdência, que propõe mudanças severas nas regras do sistema, com destaque para o aumento do mínimo de contribuição de 15 para 25 anos e dos 49 anos de trabalho para garantir o benefício pleno; 3) já aprovado, no ano de 2017, alterações na legislação trabalhistas que flexibilizam e excluem inúmeros direitos, prosseguindo na terceirização e garantindo a negociação direta entre patrão e empregado. Estas modificações tendem a precarizar mais intensamente o mercado de trabalho brasileiro, ampliando o recuo do salário real, que foi marcante no ano de 2016.

A política neoliberal reduziu, e segue progredindo, na redução drástica dos gastos do Estado, desta forma aprofundou as péssimas condições da educação, saúde, moradia, lazer e transporte. As mudanças empreendidas nos anos 1990, até hoje mantida de forma escancarada pelo governo Temer, sofreram influências das políticas neoliberais. No tocante à educação superior pública, sofreu modificações e expansões, principalmente no governo Lula, que objetivaram o aumento da produtividade, a eficiência e a eficácia da universidade pública, a fim de formar profissionais para o mercado de trabalho, numa visão instrumental, imediatista e produtivista de formação que estão resumidas no Currículo *Lattes*.

Considerando a adoção de políticas neoliberais na Universidade Pública e na Universidade Privada no Brasil, influenciando diretamente a vida de todos os dias dos professores, discorreremos sobre este tema a seguir.

1.4. A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL E A POLÍTICA EDUCACIONAL DO BANCO MUNDIAL

A cultura da satisfação, segundo John K. Galbraith (1992) é uma lógica social que configura o conhecido cenário de minorias “ganhadoras” e majorias “perdedoras” características do cenário mundial, inclusive do Brasil. O autor sustenta que os satisfeitos elaboram teorias e doutrinas que lhes permitam legitimar e naturalizar sua posição de privilégio, com explicações políticas coerentes, teorias econômicas relativamente sofisticadas e sua retórica acerca do campo educacional consolida esta teoria. Para o autor:

[...] as pessoas e as comunidades favorecidas por sua posição econômica, social e política, atribuem virtudes sociais e permanência política aquilo de que desfrutam. Esta atribuição se reivindica inclusive ante a inquestionável evidência em sentido contrário. As crenças dos privilegiados se põem a serviço da causa da satisfação contínua e se acomodam de modo similar às idéias econômicas e políticas do momento. Existe um ávido mercado político para o que compraz e tranqüiliza. Os que podem abastecer este mercado e receber a recompensa correspondente em dinheiro e aplausos estão facilmente disponíveis. (1992, p. 13-14).

A teoria educativa dos satisfeitos reconhece três exigências básicas: deve demonstrar que o Estado e a intervenção pública geram condições de ineficiência que se volta contra os excluídos; deve demonstrar que o privilégio é desejável e necessário; e é preciso considerar que os pobres são responsáveis pelo próprio destino. O principal objetivo desta lógica é o de garantir a perpetuação de seu poder baseado na miséria das majorias (GALBRAITH, p. 106, 1992). Desta forma, o esclarecimento e a ampla formação do homem: humana, técnica, teórica e moral são empecilhos para que se atinja o objetivo proposto

As contribuições de Galbraith nos remetem a reflexão sobre os reais objetivos das políticas neoliberais e sua influência na educação que passa a ter o caráter unidimensional do mercado, e nos incentiva a buscar argumentos do porquê da maior parcela da sociedade não ter uma vida satisfatória, e o porquê da existência de alguns poucos privilegiados. Por exemplo, no

caso da política educacional brasileira, o direcionamento era concentrar os gastos na educação básica, não compreendendo a segunda parte do ciclo de oito anos do primeiro grau. Não há medidas que ampliem a rede de universidades e de colégios públicos, que permitiram à população de baixa renda adentrar no sistema escolar (BOITO JR, 1995). De acordo com o postulado neoliberal, a população subalterna²⁵ deve contentar-se com a base da pirâmide escolar, o mesmo se aplica à saúde, a previdência, ao salário, ao lazer.

Começaremos com o papel do Banco Mundial, no contexto do capitalismo internacional, que aparece como uma agência de regulação, sendo um dos adeptos (juntamente com as instituições aderentes ao consenso de Washington) da teoria dos satisfeitos.

Desde 1962, quando foi criado, o Banco Mundial objetivou incentivar o crescimento econômico mediante o investimento de capital (TORRES, 1995, p. 124). Para esta instituição, a educação deveria ser integrada ao trabalho, com o objetivo de desenvolver as competências necessárias às necessidades do desenvolvimento.

As iniciativas do Banco Mundial são efetivadas com o aval do Fundo Monetário Internacional, que seguem as medidas do “consenso de Washington”, uma das forças que impõe a lógica do ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento. Conforme Torres (1995, p. 124), a noção de consenso de Washington está conjugada a um conjunto de instituições financeiras como o FMI, o Banco Mundial (criadas no acordo de *Bretton Woods*), o BID, o *Export-Import Banc* e outros, sendo que todos seguem a política neoliberal, defendendo o modelo de ajuste estrutural e de estabilização.

O Banco Mundial e o FMI, parte do consenso de Washington, condicionam a formulação da política pública a privatização e a redução do gasto público. As políticas de privatização são relevantes nas reformas orientadas a impulsionar o mercado, mediante esta ação, reduz-se a pressão sobre o gasto fiscal. A privatização consiste em uma ferramenta que despolitiza as práticas regulatórias do estado nas áreas de formação de políticas públicas, exercendo papel fulcral nos modelos neoconservadores e neoliberais (TORRES, 1995, p. 125).

No que se refere às políticas educacionais, o Banco Mundial procurou fomentar políticas de democratização do ensino, apoiando a educação da mulher, a educação básica e a qualidade

²⁵ Ao utilizarmos o termo “classes subalternas”, nos referimos ao significado gramsciano que, simplificarmente, remete a submissão de uma pessoa a outra (s). As que submetem exercem a hegemonia, ou seja, mantêm o consenso e o controle das classes subalternas.

da educação. Alguns dos indicadores apontados pelo Banco Mundial para avaliar a qualidade da educação incluem o gasto por aluno, os materiais de instrução, a duração do ano e da jornada escolar e a classe social do professor. (TORRES, 1995, p. 129). Embora haja uma aparente preocupação do Banco Mundial na educação, o que se verifica é a desfaçatez da instituição, que deixa a ética e a moral de lado, para focar as questões financeiras.

Em 1968, o novo presidente do Banco Mundial, até então o secretário de Defesa dos Estados Unidos, McNamara (um dos condutores da Guerra do Vietnã), promoveu mudanças na orientação da instituição voltando-se para programas que atendessem diretamente as populações propensas ao comunismo, por meio de escolas técnicas, programas de saúde e controle da natalidade, promovendo mudanças estruturais na economia desses países, como a transposição da “revolução verde”²⁶ para o Terceiro Mundo (LEHER, 2017). O *stablishment* concordou com as teses de McNamara que se justificaram pelas dificuldades norte americana no Vietnã e pelos novos rumos da Guerra Fria. As estratégias utilizadas contribuíram para impedir que muitos países em processo de descolonização passassem para a esfera da influência soviética, possibilitando a ampliação dos países membros, somando 179 países em 1995.

No contexto atual, sob a administração de James Wolfensohn, o Banco Mundial prega que o conhecimento não pertence mais ao indivíduo, e muito menos é pensado a partir do mesmo, visto que é a empresa que deve tratar de alcançar todo o capital humano que lhe seja útil (LEHER, 2017, p. 25), consideração típica da mercantilização da educação. Desde o final da década de 80 é priorizado o ensino fundamental “minimalista” e à formação profissional “aligeirada”, como os cursos técnicos ou graduações de duração de até dois anos.

As medidas para o ensino superior são coerentes com as proposições econômicas do Banco em que os países periféricos se submetem às suas orientações abdicando da construção de um projeto de nação independente, o sistema de ensino superior possui característica de uma autonomia relativa frente ao Estado e às instituições privadas. Considerando os direcionadores externos e sua influência na educação, há poucas inovações locais, o argumento é que se pode buscar, no livre mercado, pacotes tecnológicos, não havendo necessidades de novas criações. No Brasil, por exemplo, existem alguns núcleos de excelência que são capazes de adequar os

²⁶A expressão Revolução Verde refere-se à criação e propagação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um amplo aumento na produção agrícola a partir da década de 1950 nos Estados Unidos e na Europa e, nas décadas seguintes, em outros países.

pacotes tecnológicos à realidade local, formar parte da elite dirigente e produzir conhecimento necessário ao controle social (LEHER, 2017).

Para os detentores do poder, a melhor solução para as consequências decorrentes do desemprego é a educação elementar e a formação profissional, estando coerente com as diretrizes do Banco Mundial para o ensino superior. O Banco critica os países que querem universalizar as tecnologias características do século XX em seus territórios, no entanto nunca foi tão explícito e determinado em sua política anti-universitária (LEHER, 2017, p. 26).

Para melhor esclarecimento sobre as intenções do Banco Mundial, Torres (1995, p. 129) apresenta as principais preferências teóricas desta instituição: crescente investimento na educação primária e na saúde, com referência no argumento de que as taxas de retorno na educação primária excedem a dos demais níveis de educação; descentralização administrativa, com o argumento de que os programas administrados localmente são mais econômicos que os centralizados; investir na educação geral ao invés da vocacional, com o pressuposto de que em longo prazo, a educação geral é mais produtiva; recuperação de custos de investimento e eficiência no gerenciamento dos recursos.

Nota-se que estas instituições trazem características coloniais, ou seja, um neocolonialismo, implantando políticas educacionais que esperam o valor de troca (com mais valia), direcionando ações que resultem em benefícios financeiros.

Conforme informa Fonseca (1995, p. 180), a partir de 1971 o Banco Mundial colabora com a educação brasileira, por meio de projetos de co-financiamento desenvolvidos no âmbito do Ministério da Educação. Esta cooperação surge como alternativa à assistência de natureza bilateral, desenvolvida a partir dos anos 50, articulados a acordos econômicos entre os governos brasileiros e norte-americanos.

Nos anos 90, o Banco Mundial, no que diz respeito ao ensino, permanece focando a colaboração entre o setor público e o privado como estratégia de base à meta de desenvolvimento profissional, de encontro com esta estratégia, verifica-se que as políticas educacionais, com destaque às paulistas, neste período, apresentam características alicerçadas na concepção de que os gastos do Estado deveriam ser drasticamente reduzidos e investidos com maior “eficácia”, há a exclusão das universidades públicas das políticas prioritárias. O discurso de um Estado reduzido, desburocratizado e eficiente passava a ser o argumento para

que as políticas educacionais do Estado de São Paulo se reconfigurassem em torno da plataforma neoliberal.

Os ditames do Banco Mundial são praticados pelos governos do Estado de São Paulo: de Paulo Maluf (1979/1982), Franco Montoro (1983/1986) e Orestes Quéricia (1987/1990) que cederam à pressão da categoria por alterações na carreira docente, mantendo a precarização salarial. O governo de Mario Covas (1995/1998) promoveu mudanças consonantes às orientações dos organismos internacionais e a política nacional de cunho neoliberal, fundamentando as contrarreformas educacionais que forneceram as bases necessárias para seu aprofundamento nos governos posteriores (GOULART, 2016, p. 53).

Gentile arguiu (1996) que as reformas concluídas nos anos 90 (com resultados notórios nos dias atuais) como um conjunto do sistema educacional nacional focaram quatro eixos: a) direcionou os gastos com educação para o ensino obrigatório, ofertando educação formal básica e destinando os outros níveis ao mercado negando a concepção de universalização do acesso e qualidade para todos em todos os estágios; b) reordenou a rede nacional transferindo responsabilidades aos níveis regionais e locais; c) estabeleceu relações mercantis, que apareceram de diversas formas, com ênfase no ajuste do sistema educacional às tendências de demandas do mercado e; d) na destruição dos obstáculos legais ao estabelecimento da flexibilização das relações de trabalho com a introdução de critérios meritocráticos e, por isso, competitivos no âmbito da escola e do sistema educacional. Desta forma, a produtividade e a eficiência espelham diretamente a qualidade da educação e precisam estar relacionadas aos padrões do mercado.

Quando o Partido dos Trabalhadores ganhou as eleições e administraram a prefeitura de São Paulo (Luiza Erundina de Souza – 1990-1992), desenvolvendo uma política educacional inovadora coordenada por Paulo Freire, o Banco Mundial enviou uma delegação a São Paulo para caminhar com seus projetos de reforma curricular e de treinamento docente. Freire informou que se o empréstimo ofertado pelo Banco fosse aceito, ele renunciaria ao cargo. Sua decisão foi atendida e ele permaneceu no cargo durante a administração educacional do PT em São Paulo sem aceitar empréstimo algum do Banco, para a área da educação (TORRES, 1995, p. 132).

No governo de Covas, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, priorizou as alterações estruturais da rede que levassem ao enxugamento da máquina administrativa e à

introdução de padrões de gerenciamento privado na gestão pública. Estas ações influenciaram o fluxo escolar (progressão continuada, reorganização da rede), na rotina de trabalho do professor (alteração da grade curricular, jornada de trabalho), sendo aprimoradas no governo de Geraldo Alckmin (2001/2006). No governo de José Serra (2007/2010) houve um grande avanço das políticas neoliberais focadas na resistência da ação sindical e controle do trabalho docente por meio de medidas de avaliação de desempenho vinculadas a sanções e recompensas resultantes do estabelecimento de metas (GOULART, 2016, p. 54).

As políticas neoliberais introduzem métodos empresariais na gestão pública, acentuando a lógica da produtividade preterindo a qualidade da formação e da qualidade de vida dos professores (salários decentes), além de intensificar a competição, estimular a meritocracia e responsabilizar a ação docente no interior das escolas pelos resultados insatisfatórios da educação nacional nas avaliações do sistema.²⁷

As características do sistema educacional brasileiro bem como de outros países periféricos, relaciona-se com fatores externos aos contextos nacionais (característica apresentada desde o Brasil colônia, como visto anteriormente). Estes fatores interferem nos rumos e no desenvolvimento das respectivas realidades educacionais locais, gerando, muitas vezes, um choque cultural e o fracasso de métodos que não deslancham na cultura nacional. Assim, aquilo que ocorre no âmbito de ministérios, secretarias, diretorias de ensino e salas de aula, em muitos casos, possui forte influência de recomendações elaboradas em âmbito internacional, principalmente por organismos responsáveis por gerir o modo pelo qual a educação deve se ajustar nos Estados.

Como visto anteriormente, a inversão conceitual de “publicização” da universidade, exposta por Bresser Pereira, para significar a subordinação da mesma às regras do jogo do mercado, evidencia o cinismo que orienta, teórica e politicamente, o campo educativo no centro do poder vigente. Resultando em uma prática utilitarista, imediatista e uma concepção

²⁷ A política de Avaliação em âmbito nacional tem sido estabelecida desde 1990, a partir do Sistema de Avaliação da Educação (SAEB). Foram criados exames nacionais, mecanismos para uma avaliação padronizada em larga escala. A partir de 2005 foi dado destaque a Prova Brasil, ou Anresc – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar. Dois anos depois é aprovado a Provinha Brasil (Aneb) – Avaliação Nacional da Educação Básica e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que culminou na implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, Decreto n. 6.094/2007. As consequências negativas decorrentes da avaliação podem gerar a demissão do professor (GOULART, 2016, p. 55).

fragmentária do conhecimento concebido como um dado, uma mercadoria e não como uma construção democrática.

Referente ao governo federal, vencidas as eleições em 2002, pelo candidato Luís Inácio Lula das Silva à Presidência da República, não foi ambicionada no que concerne à educação, nenhuma alteração significativa em relação às gestões anteriores (Collor e FHC), permanecendo a centralização das metas políticas, descentralização e fragmentação das ações e esferas diferentes, aumentando o monitoramento da qualidade por meio de avaliações de desempenho e das parcerias com setores privados (LEHER, 2010).

No ano de 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE foi lançado, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na gestão do então ministro da Educação Fernando Haddad (PT). Este é um conjunto de 40 ações para efetivar o diagnóstico da educação presente no Plano Nacional de Educação – PNE, que conseguisse atender as prioridades ditadas pelo “Compromisso Todos pela Educação” (Decreto Lei nº 6.094).

Fundado em 2006, o movimento “Todos Pela Educação” é apartidário e plural, congregam representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e as pessoas ou organizações sociais, de acordo com Leher (2010, p.379), este dissimula seu caráter corporativo e empresarial por meio da caridade, da função social das empresas e da ideologia do interesse público.

Compreendemos que a educação, na sociedade capitalista, passou a se apresentar como importante elemento tanto na capacitação para o trabalho quanto na formação de sujeitos adaptados ao convívio social no neoliberalismo. O capital vem se mobilizando na direção de ampliar o acesso da população mundial aos serviços educacionais, com métodos direcionados para a adequação do homem a realidade da doutrina vigente. Os fatos indicam que as adaptações e modificações ocorridas na UNESP – Universidade Estadual Paulista, remam neste sentido.

A expansão²⁸ do ensino superior ocorre em sincronia e para atender às necessidades das mudanças contemporâneas ocorridas na produção e valoração do capital, a reestruturação

²⁸ O crescimento do setor privado sobre o público se deu na ditadura civil-militar (1964-1984). O momento político levou a adequações na educação superior, o que foi feito pela reforma universitária instituída pela lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Essa legislação reforçou a atuação do Conselho Federal de Educação - CFE, com composição privatista, e as benesses, os incentivos fiscais e tributários para a abertura de IES privadas foram

produtiva, que teve seu início, no Brasil a partir da década de 1980, ganhando força a partir da reforma gerencialista do Estado brasileiro, colocada em prática em 1995, pelo ministro Bresser-Pereira, e que não se esgotou, exigiu a reestruturação do ensino superior aos moldes do novo modelo de produção.

No início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, constatou-se a oferta de 39,8% das matrículas de educação superior em instituições públicas e 60,2% nas privadas. Em 2002, no final de seu mandato, a tendência privatizante intensifica-se, com 30,8% das matrículas em instituições públicas para 69,2% nas privadas. Em 2010, no final do segundo governo do presidente Lula da Silva, o crescimento da rede privada permaneceu, chegando-se a 25,8% de matrículas nas IES públicas e 74,2% nas privadas (INEP).

As bases que alicerçaram a expansão do ensino superior foram a intensificação do trabalho do professor, considerando que o crescimento do número de vagas discentes nas universidades tem ocorrido sem a correspondente ampliação das vagas docentes e o *aligeiramento* do ensino, especialmente pela flexibilização de currículos e uso da Educação à Distância, intensificando o processo de certificação em larga escala.

No governo Lula, foi notório o crescimento do ensino superior, permanecendo como tendência o crescimento do setor privado que desponta como “protagonista” da educação, quando o capital internacional entra no mercado brasileiro de ensino superior. A inserção dos fundos de investimentos na área da educação superior privada, no Brasil, iniciou-se em 2001, com uma parceria entre a Apollo Internacional, empresa voltada para investimentos estrangeiros do *Apollo Group*, o maior grupo empresarial de ensino dos Estados Unidos, e o Pitágoras, de Minas Gerais, criado em 1966 pelo professor Walfrido dos Mares Guia – que viria a ser ministro na gestão Lula por duas vezes, na pasta do Turismo e depois na pasta das Relações Institucionais (ROSENBERG, 2002, p. 35).

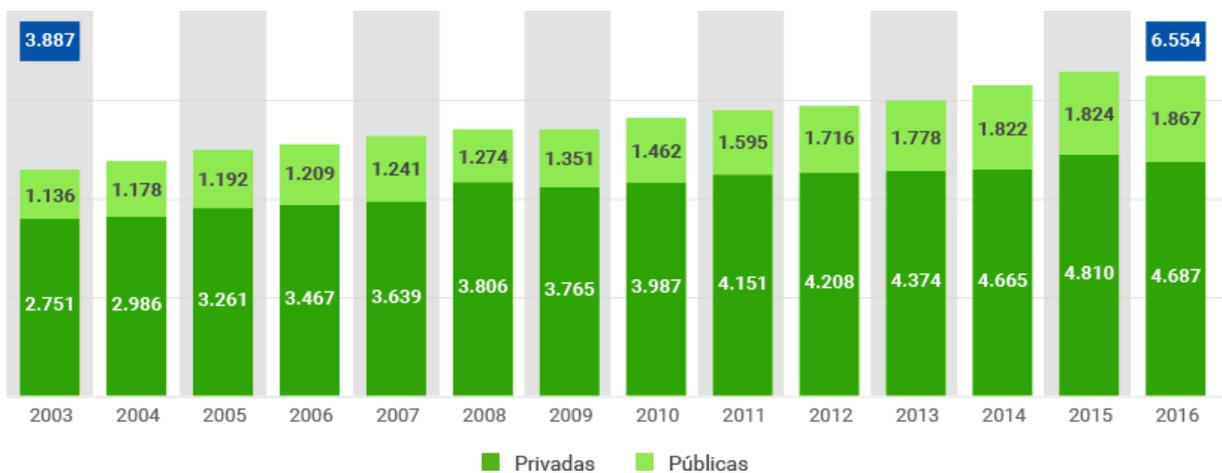
A relevante expansão do ensino superior privado, que busca a mais valia, teve como consequência, já no contexto de desemprego e crescimento econômico ínfimo do segundo governo FHC, a sobra de vagas não preenchidas, inadimplência e evasão, tornando a busca pelo crédito ou alívio de impostos o objetivo maior das universidades privadas. Nesse cenário, surge o Programa Universidade para Todos - PROUNI, implementado em 2005 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Entre o Projeto de Lei nº 3.582/2004 e a redação definitiva da Lei nº 11.096/2005, que instituiu o programa, houve mudanças decorrentes das interferências do

continuamente criados e recriados. É certo que, após a ditadura, as matrículas privadas já ultrapassavam em muito as oferecidas nas IES públicas.

segmento privado. Tamaña influência dos interesses privados pode ser constatada a partir do total de emendas propostas pelos deputados, em sua grande maioria com interesse evidente dos investidores: o Projeto de Lei recebeu 292 propostas de emenda. No que tange ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que reformulou as regras desse fundo de financiamento, possibilitando-o financiar até 100% da mensalidade.

Dados publicados pelo INEP demonstram que o Ensino Superior apresentou relevante crescimento entre 2003 e 2016, sendo que o setor privado apresentou um crescimento nas matrículas superior ao setor público. Com isso, o setor privado elevou sua participação de mercado de 70% em 2003 para 75% em 2016, enquanto que o setor público teve sua participação reduzida de 30% para 25%. Esta dinâmica vai ao encontro às expectativas de participação cada vez maior das instituições privadas no ensino superior. Abaixo apresentamos o aumento de matrículas no ensino superior presencial, demonstrando as matrículas em instituições públicas e privadas:

Figura 1



Fonte: Censo Inep/MEC 2016

Algumas ações políticas colaboraram com estes números. Em 2003, primeiro ano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil havia 3,94 milhões de estudantes no ensino superior. Os dados preliminares do Censo da Educação Superior de 2009 mostram que esse contingente está chegando perto dos 6 milhões – um crescimento de 65% nas matrículas. Desse total, 75% estão nas instituições privadas, setor que se tornou um parceiro importante do governo federal nas políticas de inclusão. Um dos motivos destes resultados foi a criação do

PROUNI – Programa Universidade Para Todos, em 2005, que estimulava o acesso dos alunos às instituições privadas.

O PROUNI incentiva o ingresso em universidade através da oferta de bolsas integrais ou parciais para estudantes de graduação, de baixa renda comprovada e com histórico de formação básica em escola pública. Como recompensa, as instituições privadas que contratam o programa devem oferecer 8,5% de suas vagas para os contemplados (nas filantrópicas este índice é de 10%), mas trata-se de vagas ociosas, visto que este percentual, se deve às altas mensalidades dos cursos, gerando a desistência ou o não preenchimento das vagas. Em troca da isenção de parcela significativa de seus impostos as instituições privadas reservarão 8,5 % de suas vagas de acesso para bolsas, sendo que apenas 4,5 % delas precisam ser integrais e em contrapartida, terão completa isenção dos tributos federais.

Concorda-se que a intenção deste Programa é beneficiar as instituições privadas, mediante a compra de suas vagas ociosas. O maior prejuízo fica para os estudantes bolsistas que se formam em universidades de baixa qualidade, com baixo incentivo (ou nenhum) a pesquisa e extensão. Este programa representou a adesão do governo Lula às ações neoliberais e às orientações do Banco Mundial à medida que intensifica o processo de estatização das vagas nas instituições privadas por meio da transferência de recursos públicos.

O método de concessão das bolsas do PROUNI se dá a partir dos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Para ter acesso às bolsas, o candidato deve obter a nota mínima nesse exame e possuir renda per capita de até um salário mínimo e meio para concorrer às bolsas integrais ou renda de até três salários mínimos para concorrer às bolsas parciais, de 50% e 25%. O aluno também precisa ter cursado o Ensino Médio integralmente ou parcialmente em escola pública ou, em escola particular, na condição de bolsista integral ou parcial. Professores da rede pública de ensino básico também podem concorrer às bolsas, mas precisam comprovar efetivo exercício no quadro permanente da instituição e estar concorrendo a uma vaga em curso de licenciatura, normal superior ou pedagogia. Neste caso, a renda familiar por pessoa não é exigida (BRASIL, 2018).

O quantitativo de bolsas ofertadas tem crescido a cada semestre. De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2018), em seu primeiro ano de funcionamento, o programa ofereceu 112.275 bolsas de estudo em 1.142 instituições de todo o país. Em 2006, segundo ano de funcionamento, ofertou 138.668 vagas, o que representou um aumento de 24%. Em 2014, oito anos depois de iniciado o programa, são 306.726 mil bolsistas beneficiados.

Quando se deixa de arrecadar recursos importantes, se renuncia a possibilidade de aumentar substancialmente as vagas do ensino público, com o diferencial importante para parcelas pobres da população que é o auxílio estudantil.

O FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, foi outra opção para atender, prioritariamente, estudantes que demonstrassem falta de condições para pagar sua formação superior havia sido criado em 1999. Para ter acesso aos benefícios, os estudantes devem estar regularmente matriculados em IES não gratuitas cadastradas no programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Esta medida, criada para substituir o Programa de Crédito Educativo - PCE/Ceduc tem atualmente, como agentes financeiros, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Em 2010, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE passou a ser o Agente Operador do Programa e, com o novo formato, os juros caíram de 9% para 3,4% ao ano. Sendo permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano (BRASIL, 2018a).

Na rede pública, a principal estratégia para melhorar o acesso foi o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. De acordo com o MEC, houve um acréscimo de quase 60% no número de vagas oferecidas nas universidades federais entre 2003 e 2009. Em 2010, as federais receberam R\$ 22 bilhões do programa.

Os principais propósitos do programa são: diminuição de custo por aluno; reestruturação acadêmica e pedagógica; combate à evasão; aumento da oferta; aumento da relação professor/aluno; ampliação da mobilidade estudantil; o aumento das cotas e ações afirmativas para alunos negros e carentes; aproveitamento da estrutura física e do capital social já existente; financiamento condicionado às metas e resultados apontados no sistema de avaliação.

Dados do Relatório do Primeiro Ano – REUNI 2008 (BRASIL, 2018c) mostram que das 542 universidades federais existentes ao final de 2007, 533 aderiram ao programa. Quanto ao número de vagas em cursos presenciais de graduação, estas totalizavam 132.451, em 2007, e, em 2008, foi atingido um total de 147.277 vagas, o que equivale a um aumento de 14.826 novas oportunidades de ingresso. Por sua vez, a Relação Aluno-Professor - RAP em 2008 foi de 17,8 alunos por professor, o que aponta para o cumprimento da meta apresentada no Artigo 1º do Decreto nº 6.096.

Aliado as promessas milagrosas de democratização e justiça social da Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, o crescimento da oferta de cursos à distância, desde 2003, principalmente em instituições privadas também foi notório. No entanto, com a criação da

Universidade Aberta do Brasil - UAB, por meio de parceria entre instituições formadoras (IFES, CEFETs e IES Estaduais) e sistemas de ensino estaduais e municipais, vem crescendo a oferta de educação superior pública em diferentes regiões e municípios do país. A UAB foi instituída pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, com o intuito de oferecer cursos para camadas da população que têm dificuldades de acesso à formação universitária, através da modalidade da Educação a Distância - EaD (BRASIL, 2006). Há duas formas de ingresso no âmbito desse sistema: a primeira ocorre através do Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica; a segunda se dá por meio da oferta destinada à demanda social. Nesse caso, as vagas são abertas a qualquer candidato que atenda aos pré-requisitos do curso e tenha sido aprovado em processo seletivo organizado pela instituição de ensino ofertante.

O trabalho do docente, na modalidade da Educação a Distância é quase todo desenvolvido por tutores que não recebem o reconhecimento e tratamento legal dado aos professores em geral, não dispendo ao menos de vínculo empregatício, muito embora desenvolvam atividades específicas docentes. A resolução n. 8, de 30 de abril de 2010, do MEC, é exemplar nesse aspecto, ao mencionar que os tutores devem trabalhar mediante o recebimento de bolsas, uma espécie de *contratação* que evita a criação de vínculo empregatício e a garantia de benefícios e direitos comuns aos trabalhadores, como carreira docente, décimo terceiro salário, férias, bem como a contagem de tempo para a composição da base de cálculo da aposentadoria. Sendo este um claro exemplo de subclasse, ou classe inferior, que exerce uma atividade precarizada e flexibilizada.

Em uma análise sobre a expansão do ensino superior no Brasil, o artigo escrito por Rogério Pagnan, no dia 15/07/2007 no Jornal Folha de São Paulo, denuncia a metodologia insana utilizada para este crescimento, como exemplo a faculdade de Santos em que os alunos de educação física, no litoral paulista, não possuíam quadra nem piscina, os de farmácia, em Vitória da Conquista (Bahia), usavam vidros vazios de maionese para realizar experimentos e os estudantes de ciência da computação em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, não tinham ao menos computadores.

Essa é a realidade da expansão universitária do governo Lula que teve seu ápice no final de 2005, quando foram criadas ao menos 18 mil vagas, elevando em quase 15% o número de cadeiras oferecidas em 2004 (123.959 vagas) nas federais. Em 2007 eram aproximadamente 140 mil vagas oferecidas por ano.

Hodiernamente, a sociedade brasileira vive uma transição, em que a reforma educativa configura-se como uma das faces da reforma do Estado com a finalidade de torná-lo ágil,

produtivo e competitivo, os lemas do neoliberalismo persistem, e nas universidades seus ensinamentos perenizam as práticas da doutrina, como ocorreu na Universidade de Chicago e na Universidade da Virgínia.

As políticas neoliberais não se esgotaram no Brasil, esta afirmação se concretizou, como podemos confirmar no cenário atual (como a Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016, que limita os gastos públicos nas áreas sociais, inclusive a educação). No neoliberalismo o antagonismo de classes se faz presente de forma intensa utilizando-se de simulacros que falseiam a realidade, como a expansão do ensino superior de forma desenfreada como sendo algo positivo para a sociedade, isto ficará mais claro adiante quando tratarmos o caso da UNESP.

2. A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA: ORIGEM E TRANSFORMAÇÕES

A análise do presente capítulo foi edificada a partir da história e da vivência dos docentes da Universidade Estadual Paulista – UNESP. A sua construção estrutural e ideológica, transformações e expansões da UNESP fazem parte de sua história, sendo que cada decisão e prática foram fundamentais para a condição atual da instituição, da unificação dos institutos isolados às expansões.

Nesta trajetória, apresentamos um breve panorama histórico da universidade para que possamos explicitar a condição de vida atual do docente, decorrência de fatos e decisões tomadas no decorrer do tempo. Neste momento, inserimos o resultado da pesquisa bibliográfica e documental.

Posteriormente, ao verificar a relação das modificações ocorridas na instituição com o modo de produção vigente, foi necessário entendermos o taylorismo/fordismo e o toyotismo, modelos que ultrapassaram as grades de ferro das fábricas e acomodaram algumas de suas características nas Universidades Públicas.

Desta forma, a intensificação, flexibilização, individualismo, competição, produtivismo (onde não há produtivismo) e o sofrimento são alguns aspectos que demonstram a semelhança do modo de produção fabril ao trabalho do docente, com peculiaridades auferidas aos professores da Área de Humanidades da UNESP.

2.1. O INÍCIO DE TUDO: DOS INSTITUTOS ISOLADOS À UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

A origem dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (IIESESPs), que deram origem a UNESP, são resultados de um contexto histórico do desenvolvimento econômico do Estado, o qual se configura pela interiorização da economia estadual que ocorreu devido a desconcentração industrial da região metropolitana paulista iniciada nos anos 60, este objetivava urbanizar o interior paulista que havia sofrido com a crise do café.

O café foi a cultura predominante paulista no início do século XIX e início do século XX. Após os anos 1850, a cafeicultura substituiu a cana-de-açúcar passando a dominar o Oeste Paulista. O imigrante europeu era a principal mão de obra utilizada e a ferrovia do Estado era

utilizada para o escoamento do grão. Esta característica levou a formação de inúmeras cidades ao longo das ferrovias, povoadas pela mão-de-obra cafeeira que também era consumidora, acarretando no desenvolvimento econômico desta região.

A crise do café teve início após a Primeira Guerra Mundial, conseqüência do aumento da oferta advinda da concorrência de outros países, da superprodução e da queda do preço (e conseqüentemente do lucro), este aspecto levou o Estado a intervir no cultivo de café, encerrando as atividades de fazendas produtoras no interior do Estado. A mão de obra, imigrante, sem emprego, foi para capital em busca de trabalho, desta forma houve um êxodo no interior do Estado e uma grande quantidade de homens desempregados que, após a Segunda Guerra Mundial, poderia ser absorvido pela indústria paulista, principalmente a indústria automobilística, implantada no governo de Juscelino Kubitschek.

Nos anos 60 e 70, o governo paulista incentivou a economia do interior do Estado, que esvaziou-se a partir da crise do café, através de investimentos em infraestrutura, como a industrialização do Vale do Paraíba; a duplicação da Via Dutra e a abertura de novas rodovias como a Anhanguera e a Washington Luís, ligando o interior à capital; a modernização do cultivo da cana-de-açúcar e o incentivo da produção do álcool em Ribeirão preto, Franca e Sorocaba; a criação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1966, e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 1976 (MENDES, 2015, p. 35).

O processo de desconcentração industrial, deste período, é resultado da transição do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível do capital, no qual o acesso aos meios de transporte, às telecomunicações e a internet aparecem como determinantes para a operacionalização das indústrias. Desta forma, grande parte das indústrias de inovações tecnológicas estavam instaladas próximas à Capital e à cidade de Campinas, sendo que nestas regiões se encontravam as mais relevantes universidades e uma rede para a prestação de serviços e circulação de materiais, elementos importantes para a produção das indústrias de alta intensidade tecnológica.

O ensino superior se ampliou no Estado de São Paulo, com o incentivo do governo federal e estadual, com intenções essencialmente econômicas, de mercado, pois o Brasil buscava a inserção mundial, portanto a universidade pública deveria estar a serviço do capital, através da formação de trabalhadores qualificados para o mercado. A produção científica e inovação tecnológica era o incentivo imediato para a criação de riquezas.

No final dos anos 50, por decisão dos governos municipais e estaduais, lideradas pela burguesia e políticos locais e com o objetivo de trazer o ensino superior para suas cidades e regiões propiciando o desenvolvimento, há a expansão da universidade pública no Estado de

São Paulo. A Constituição Estadual de 1947 corroborou legalmente para esta expansão, pois tratava da necessidade de criação de universidades e este mesmo mecanismo incentivou a ampliação dos ginásios. Este aumento demandou a necessidade de professores aptos a lecionar nos ginásios, formando um contingente potencialmente interessado a dar andamento em seus estudos, no nível superior (DIAS, 2004).

As escolas superiores isoladas, quando de sua criação, se integravam e eram supervisionadas pela USP (fundada através do Decreto n.º 6.283 de 25 de janeiro de 1934). Desde 1923, com a fundação da Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara, ampliando no final dos anos 50, instalaram-se pelo interior do Estado de São Paulo inúmeras escolas superiores isoladas. Além das escolas profissionalizantes, como a Escola de Farmácia e Odontologia, a forma clássica do Instituto Isolado de Ensino Superior foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que tinha a finalidade premente de formar professores para lecionarem em vários níveis. A interiorização do ensino superior incentivou a criação de Faculdades como a antiga Escola Superior Agrícola Luiz de Queiróz, de Piracicaba (1901), a Faculdade de medicina e Escola de Enfermagem (1950), a Faculdade de Ciências e Letras (1959), todas em Ribeirão Preto; a Faculdade de odontologia de Bauru (fundada em 1948 e implantada em 1962) e a Faculdade de Engenharia de São Carlos (1953), todas sob supervisão e integração da USP, dependendo do parecer do Conselho Universitário desta instituição (DIAS, 2004).

As negociações políticas, ocorridas em 1957, entre o governo do estado, o legislativo e as prefeituras locais, resultaram na criação de seis Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no interior: Araraquara, Assis, Marília, Rio Claro, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Franca (em 1962). As Faculdades de Ciências Biológicas e Exatas: Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, em 1951, São José dos Campos, em 1954, Araçatuba, em 1964, Faculdade de Ciências Médicas de Botucatu, em 1962, Engenharia de Guaratinguetá, em 1964, Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal, em 1964. Em 1974 foi fundada a Faculdade de Música “Maestro Julião” que é integrada a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP) que, ligada à Secretaria de Educação, foi o embrião da UNESP.

Os anos 60 marcaram o ensino superior com as candentes modificações apresentadas, principalmente, com a Reforma Universitária de 1968. Após a limitação das liberdades advinda com a ditadura militar, a comunidade universitária e o movimento estudantil organizaram um movimento que pedia reformas do ensino superior e de base, criticando a proposta de desenvolvimento praticada pelos militares e resistindo a estas propostas.

A falta de vagas, a elitização das oportunidades oferecidas no ensino superior, era criticada pela comunidade acadêmica. Assim como o sistema de cátedras em que uma área de conhecimento era dirigida por um professor vitalício (catedrático) que era imbuído pelo poder de controle e decisão sobre os rumos da pesquisa científica a ser desenvolvida.

A criação ou estadualização das unidades isoladas ocorreram nos governos de Jânio Quadros (1955-1959) e Carvalho Pinto (1959-1963), período marcado por representativo crescimento demográfico na capital e em várias cidades do interior do Estado de São Paulo. No início da década de 1960, as cidades onde os Institutos Isolados foram criados variavam entre 33.000 habitantes (Jaboticabal) e 89.000 habitantes (Marília), indicando a progressiva importância que passavam a ter os núcleos urbanos médios do interior paulista. Não só nessas localidades, ampliava-se o número de jovens que findavam os estudos secundários à espera de oportunidades de ingresso no ensino público superior, que até então se concentrava nas capitais dos Estados ou na capital federal.

Com o objetivo de receber estes jovens, o Plano Nacional de Educação de 1962, revisado em 1965, explicitou o interesse governamental de investir no setor privado como solução para ampliação de vagas, destinando 5% do Fundo Nacional do Ensino Superior para subvenções às universidades e escolas isoladas particulares, gerando, em 1972, a quebra nos acordos de cooperação na área do ensino superior entre o Brasil e a USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional²⁹, que discordou com a destinação de 39% dos recursos públicos para subsidiar escolas particulares (CUNHA, 1988, p. 73-74).

Neste período, é relevante a elevação da presença americana no Brasil, exercendo influência no funcionamento de instituições de ensino e na vida social, presente através de consultores, projetos e financiamentos. Esta presença era justificada pelo investimento de 172 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, entre 1964 e 1967 e, pela USAID, 147 milhões de dólares em 1965 e 488 milhões de dólares entre 1964 e 1967. No ensino superior, a aproximação com a cultura americana é acentuada (DIAS, 2004, p. 72).

Uma das mudanças de maior impacto, realizada sob a influência da cultura americana, foi o desmembramento das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, que deveriam desagregar

²⁹Os Acordos MEC-USAID foram praticados no Brasil com a lei 5.540/68. O resultado mais notável foi a re-nomeação dos cursos *primário* (5 anos) e *ginásial* (4 anos) foram incorporados e renomeados como *primeiro grau*, com oito anos de duração e o antigo curso *científico* foi acoplado ao *clássico* e foi denominado *segundo grau*, com três anos de duração. O curso *universitário* passou a ser denominado *terceiro grau*. Eliminou-se um ano de estudos, havendo 11 níveis para alcançar o fim do segundo grau, já nos países europeus e no Canadá havia um mínimo de 12 níveis. A efetivação deste regime de ensino excluiu matérias consideradas ultrapassadas do currículo, como: Filosofia, Latim, Educação Política, reduziu-se a carga horária de algumas matérias e inseriu outras como Educação Moral e Cívica.

as ciências básicas ligadas às áreas biológicas e exatas, também separando a área de formação de professores que passava a ser realizada pela criação de Faculdades de Educação. A origem dos departamentos pelo Decreto-lei n. 252 de 1967, que regulamentava esta criação, constituindo a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos da organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, compreendendo as disciplinas afins, os professores e os pesquisadores com os mesmos objetivos (CUNHA, 1988, p. 80), propunha-se que a função de chefe do departamento deveria ser ocupada por um professor catedrático.

De acordo com Márcia Dias, o desmembramento das FFCLs ocorreu com o argumento “da busca pela racionalização, eficiência e adequação às novas exigências postas pelas transformações econômicas.” (2004, p. 73), ou seja, a modernização da instituição era premente para acompanhar o desenvolvimento social, econômico e educacional, realizando este objetivo através da unidade da universidade brasileira. Para Cunha (1988), a fragmentação é o resultado da ação dos pedagogos no CFE – Conselho Federal de Educação, que buscavam a autonomização da atividade profissional na universidade. Outro fator foi a orientação para dividir politicamente tais faculdades considerando serem centros de mobilização política e ações do movimento estudantil, portanto a intenção era desarticular e frear os movimentos de crítica. Outro fator foi a subordinação às grandes empresas que canalizavam recursos para cursos técnicos de acordo com seus interesses e não para faculdades de filosofia, considerada inapropriada para as finalidades dos monopólios; e a separação de cursos considerados prioritários para investimento, como Física e Química; dos cursos não prioritários como Ciências Sociais e História (CUNHA, 1988, p. 84).

Em 1968, com a desarticulação do movimento estudantil e dos movimentos sociais resistentes à ditadura, o Ato Institucional n. 5 foi emitido em 13 de dezembro deste ano, recrudescendo a repressão através de demissões de professores, enfraquecendo várias áreas das universidades, tomaram postos executivos impondo a divulgação de uma cultura cívica de cunho conservador e mantenedor da ordem.

A Lei n. 5.540, de 28/11/1968, promulgada alguns dias antes do AI 5, foi utilizada como apoio para o cumprimento de suas disposições. Dentre seus temas, se sobressai: - a extinção das cátedras e o estabelecimento de carreira profissional para os docentes criando departamentos; - a departamentalização que conferia agilidade para as estruturas administrativas e pedagógicas; - a matrícula por disciplina ou método de créditos demandando um conjunto de disciplinas obrigatórias e optativas organizadas por série ou ano; - criação de ciclos básicos que propiciavam o aumento do número de vagas; - unificação do vestibular por

região e o ingresso por classificação que aprimoravam o acesso por área do conhecimento, possibilitando que em uma região houvesse a redistribuição das vagas existentes entre candidatos inscritos, eliminando as vagas ociosas; - o fracionamento do grau acadêmico de graduação que permitiu a obtenção de uma formação universitária sem acompanhar o curso com duração de quatro anos, chamadas de licenciaturas curtas (DIAS, 2004, p. 75-76).

Nota-se o foco em medidas que buscavam sanar a falta de vagas frente ao crescimento da procura pelo ensino superior, o que foi atendido com as Reformas, embora o prejuízo na qualidade do ensino tenha sido evidente, considerando a estrutura precária e precárias condições do trabalho docente. No entanto, o que mais chama a atenção é o fechamento de um circuito que estava direcionado para a formação humana, a reflexão e criação, independente da área de formação. Este modelo estava atrelado ao processo de constituição e reconstituições do Estado Brasileiro e caminhou de acordo com os interesses políticos e econômicos.

Em 1973, intensificou-se a pesquisa de levantamento de dados e estudos sobre a forma institucional que seria auferida aos institutos, dentre as opções apresentadas estava a federação de escolas, a criação de universidades regionais, a criação de campo regionais que se vinculariam à USP e uma nova universidade. A escolha final é apresentada pelo CESESP, em documento que enunciava a nova Universidade constituída por Campi Universitários localizados em regiões diversas, semelhantes ao modelo californiano. Sendo conferida autonomia financeira, administrativa e didática para garantir o seu funcionamento e fixação de política de desenvolvimento adequada aos interesses do Ensino, Pesquisa e Extensão de serviços à sociedade (DIAS, 2004, p. 187).

Os institutos isolados foram criados com o argumento da integração e racionalização da estrutura universitária, sendo criada a CESESP – Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo, em 1969, como unidade reguladora que buscava o aprimoramento das instituições aos padrões acadêmicos, administrativos e de gestão aos institutos e segmentos de suas comunidades.

Por decisão do governador Paulo Egydio Martins, em acordo com o Secretário da Educação, as escolas se desvincularam do CESESP, em 1976, e assumiu direções próprias na forma de Universidade, uma autarquia submetida ao governo do Estado de São Paulo. Em conformidade com a Lei 952 de 30 de janeiro de 1976, foi constituída a Universidade Estadual Paulista, recebendo o nome de “Júlio de Mesquita Filho”, da qual os Institutos Isolados faziam parte.

Em 1976 há a implantação das mudanças e as mais significativas acometiam os Institutos de Presidente Prudente, permaneciam apenas os cursos de Geografia e Matemática,

perdendo os cursos de Ciências Sociais, Pedagogia e Ciências, verificando a ampla transformação da característica da unidade, que teria suas atividades acadêmicas voltadas para a área de meio ambiente, suprimindo sua tradição dentro a Área de Humanas. Em Marília e Araraquara se estabeleceram os cursos de Pedagogia, chamado a época de Educação, extinguindo os de Rio Preto, Rio Claro, Franca e Presidente Prudente. O curso de Filosofia saiu de Assis e foi para Marília, onde se pretendia que desse suporte à área de educação. Marília perdeu o curso de Letras que teria em Assis a sua sede regional. Araraquara perdeu o curso de Matemática e os professores foram transferidos para Rio Preto. A área de Química se autonomizou, fazendo surgir uma nova unidade universitária, o Instituto de Química. Rio Claro perdeu os cursos de Pedagogia e Ciências Sociais e os professores foram transferidos, em sua maioria, para Araraquara. A unidade de Franca perdeu os cursos de Geografia, Letras e Pedagogia, ganhando o curso de Serviço Social. Foram extintos 14 cursos; embora o Reitor declarasse que o termo correto era remanejamento. A FCMB - Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu foi transformada em quatro unidades e foram extintos os departamentos de pedagogia presentes em várias unidades das áreas de exatas e biológicas.

Nestas condições surgia a UNESP, já marcada por um desenho de segregação e adequação às demandas do mercado atrelando-se ao avanço tecnológico e a necessidade de ampliação de conhecimento especializado.

A UNESP, unificada em 1976, resultou da incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, então unidades universitárias situadas em diferentes pontos do interior paulista. Abrangendo diversas áreas do conhecimento, tais unidades haviam sido criadas, em sua maior parte, em fins dos anos 50 e inícios dos anos 60.

De acordo com o Estatuto aprovado em 1977, a UNESP era composta por 14 campi. Também, o Centro de Educação Tecnológica Paula Sousa, sob a forma de autarquia, anexou-se a instituição. A criação da UNESP se deu em meio a um quadro de diretrizes da política educacional dirigida pelo governo militar, que dispunha a política pública para o ensino superior, com o objetivo de formar profissionais para o mercado de trabalho, devendo racionalizar os recursos já aplicados, principalmente no que se refere às vagas disponíveis neste nível de ensino. Para atingir tal objetivo, juntaram as faculdades e institutos isolados, resultando na criação da UNESP. Abaixo, mapa atual indicando a localização de todas as unidades, no Estado de São Paulo:

Figura 2



Fonte: <http://www.unesp.br/proex/estagio-emprego>

A UNESP se originou de um processo de interiorização que o ensino superior público vivenciou no final dos anos 50. Este processo se deu a partir de iniciativas que buscavam articular interesses municipais e estaduais, de grupos de elite e de políticos locais que buscavam levar instituições de ensino superior para suas cidades e regiões para incentivar o desenvolvimento e atrair eleitores, levando os deputados de diversas regiões do Estado a disputar a instalação de faculdades em suas cidades.

Consoante com o Estudo de expansão do ensino de graduação, publicado em 2012, quando surgiu, a UNESP contava com 1.665 professores, 3.155 funcionários, 10.476 alunos, 45 cursos de graduação e apenas 114 alunos em 07 cursos de pós-graduação. No primeiro vestibular da UNESP, realizado ainda pela FUVEST, houve 9.702 alunos inscritos para cerca de 2.260 vagas. Estes dados nos dão um panorama do que era a UNESP em números quando da sua fundação.

A estrutura e o funcionamento dos 14 Institutos Isolados do Ensino Superior são totalmente modificados com a unificação. As alterações foram efetuadas de cima para baixo, não houve abertura para discussão ou consulta às comunidades acadêmicas, foi imposto o

fechamento de vários cursos e a transferência de docentes de um campus para o outro. (DAL RI, 1997). E assim deu-se início a uma das Universidades Públicas mais relevantes em pesquisa, extensão e ensino do Brasil.

A organização inicial da UNESP se deu em um campo de polêmicas e contestação. Nildo Odália³⁰ (In DAL RI, 1997) informa que os docentes da UNESP pretendiam se organizarem em uma Federação, com o objetivo de que os Institutos Isolados não perdessem sua individualidade e sua história. Com a reorganização, não deveria haver o mesmo curso em vários Campi, por exemplo, não poderia haver História em Marília, Assis e Franca, Odália considerava esta organização um equívoco, pois não atendia à realidade multicampal, e a clientela atendida pela UNESP era diferenciada em termos sociais, econômicos e geográficos. Outro princípio prejudicado foi a “massa crítica”, deterioraram a Faculdade de Presidente Prudente, que tinha o curso de Sociologia e outros na área de Ciências Sociais, porque Ciências Sociais tinha em Marília. Em Marília cortaram o curso de Letras, mantendo o de Assis.

A Associação dos Docentes da UNESP, que surge após a criação da Universidade no dia 07 de abril de 1976, foi a primeira entidade representativa de docentes do ensino superior originada após o golpe de 64. A Associação se origina a partir das necessidades que os docentes sentiram em resistir e se organizar para combater as dificuldades postas pela criação da instituição. Havia um clima de incerteza, inquietude e preocupação entre os docentes, que foram excluídos das decisões referentes à criação da universidade (DAL RI, 1997).

A ADUNESP – Associação dos Docentes da UNESP, não logrou a organização da intervenção política dos seus representantes no Conselho, desta forma a vitória nas eleições não se concretizou como um ímpeto que possa interferir no rumo do colegiado e, além da falta de um projeto alternativo, poucos docentes participavam da associação (DAL RI, 1997).

Dentre alguns dos fatos significativos da trajetória da UNESP, no ano de 1988 houve a encampação³¹ da Universidade de Bauru (Autarquia Municipal), que veio a constituir o Campus Universitário de Bauru, e de uma Faculdade Municipal, com três cursos, no Campus de Presidente Prudente. Essas encampações trouxeram para a UNESP 489 professores, 7200 novos

³⁰ “Em 1975 estávamos estudando uma forma de fazer a integração dos diversos Institutos Isolados que tinham uma vida própria. (...) mas havia qualquer coisa que faltava, na medida em que eles não tinham entre si nenhum tipo de relação (...) No final de 75 (...) nós estávamos estudando um projeto de Federação daqueles Institutos (...) quando fomos apanhados naquela arapuca, na armadilha de que havia sido publicado uma Lei que criava a Universidade Paulista.” Nildo Odália em entrevista à A. I. da ADUNESP - S.S., 13 de junho de 1996. O Prof. Nildo Odália foi presidente da ADUNESP na gestão 78/80 (Apud. DAL RI, 1997, p. 70).

³¹ É o resgate do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização.

alunos e 31 novas opções de cursos. Ao serem encampadas sem os cuidados e medidas referentes aos custos adicionais para a implantação do padrão UNESP de qualidade do ensino, pesquisa e extensão, ou seja, sem a alocação de recursos para infraestrutura e titulação do corpo docente, entre outros, tais encampações causaram à Universidade um impacto negativo e traumático em termos orçamentários, prejudicando a qualidade de ensino da instituição.

No ano seguinte, em 1989, ocorreu a assinatura do Decreto-Lei nº 29.598 de 02/02/1989, que fixou uma cota-parte do ICMS líquido para as três universidades. De forma quase unânime, reconhece-se nesse Decreto a promulgação da autonomia universitária³². Desde então iniciou-se a luta da comunidade universitária para manutenção e ampliação da autonomia e da democratização da instituição. Um dos momentos importantes foi o das eleições diretas, em 85 e 86, de reitores com o apoio dos movimentos de lutas. O movimento foi vitorioso na maioria das Instituições de Ensino onde foram realizadas eleições diretas, desta forma o MEC referendou essa ampliação expressiva da autonomia universitária e de uma participação maior da comunidade nos processos decisórios (DAL RI, 1997).

No dia 21 de dezembro de 1995, através do Decreto-Lei n. 9.192, o Governo Federal alterou o dispositivo da Lei n. 5.540/68 (que dispunha sobre as normas de organização e funcionamento do ensino superior, dentre eles o processo de escolha dos dirigentes universitários), dentre as principais disposições estava à nomeação do reitor e vice-reitor de universidade federal pelo presidente da República.

Em 1996 o Governo Federal alterou, por emenda aditiva, o artigo 207 da Constituição Federal que ampara a autonomia universitária, incluindo a expressão “nos termos da lei”, limitando a autonomia expressa no artigo constitucional. Além de incitar riscos de deturpação dos princípios vigentes, a emenda permite alterações que podem corromper o que está determinado como princípio fundamental na Constituição.

Desde o início a Universidade Pública e o docente se viram sob constante ameaça, seja de privatização, perda salarial e perda de direitos na implantação do projeto neoliberal pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a universidade pública aparece como um dos principais alvos da privatização, justificada com o argumento de que era em nome da justiça social e da

³² A autonomia universitária também está amparada na Constituição Federal de 1988, que dispõe: “**Art. 207.** As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.”

racionalização de recursos. A UNESP sempre se apresentou como um espaço de luta democrática, em oposição ao autoritarismo.

A intenção do governo estadual não era das melhores em 1997, no governo Covas, foi elaborado o projeto de lei que dispunha sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício daquele ano (LDO), este foi enviado à Assembléia Legislativa, propunha no artigo 4, parágrafo 1, que: “os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 1997, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, percentual global de 9,57% do ICMS e, no parágrafo 2 que: “em termos absolutos, o percentual de 9,57% está limitado ao valor real arrecadado em 1995, destinando-se do valor excedente a tal montante, 25% para as universidades” (DAL RI, 1997, p. 122).

No mesmo ano, o deputado Estadual Vaz de Lima, divulgou a Emenda de n. 1.616, ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o ano de 1997, que instituiria o ensino pago nas universidades públicas estaduais. As universidades permaneceriam públicas, mas o ensino deveria ser pago.

Neste momento houve um forte movimento de resistência, nas universidades estaduais paulistas, através de greves, assembléias, articulação com deputados, presença nas Assembléias Legislativas para pressionar e participar da discussão das propostas e das votações, dentre elas proposta pelo Governo de Covas que foi derrotada.

Além deste episódio, em 1997 houve a revisão da proporcionalidade paritária de votos entre os segmentos da comunidade universitária, no dia 19 de setembro do ano citado, em sessão do Conselho Universitário, foi aprovada a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 do Estatuto:

Artigo 30 - O Reitor e o Vice-Reitor serão nomeados pelo Governador, com base em listas tríplices de Professores Titulares da Unesp, com mandato de quatro anos, vedado o exercício de dois mandatos consecutivos.

§ 1o - As listas referidas neste artigo serão elaboradas por Colégio Eleitoral especial, constituído pelo Conselho Universitário, CEPE e CADE, a partir do resultado de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo Colégio Eleitoral.

§ 2o - Prevalecerão, na consulta de que trata o § 1º, a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação dos docentes em relação ao conjunto de categorias.

Durante toda a década de 1990, ápice das políticas neoliberais no Brasil, a UNESP ampliou seu raio de atuação, sobretudo na forma de aumento da oferta de vagas. Em 2003, de acordo com o argumento da política do governo estadual de promover maior incremento do ensino superior público, a UNESP se expande em várias direções com a criação das Unidades Diferenciadas, atualmente chamadas de *Campi* Experimentais.

As crises econômicas sempre levam a reestruturação da sociedade, exigindo que efetivem alterações nas indústrias, no mercado financeiro e na educação. Como vimos, a reordenação política, social e econômica do Estado levou à origem do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado – MARE, para promover a Reforma do Estado levando-o a atender às novas exigências do novo modelo de acumulação de capital. Mesmo que o endividamento externo tenha sido utilizado para atender aos interesses bancários e privados, o país estava à beira da bancarrota, sofrendo com a grande absorção dos fundos públicos e internacionalização da economia.

A economia paulista foi a que mais sofreu com os impactos das crises econômicas da década de 70 e 80, no entanto, após a crise, a economia paulista foi a que apresentou melhores desempenhos, aumentando a sua participação na composição do PIB. Esta recuperação se deve ao abandono das políticas de desenvolvimento em outras regiões por parte do governo federal, mirando locais estratégicos à lógica de mercado em que se deve produzir com o menor custo, mais eficiência, o que fez com que a produção industrial entre 1985 e 1988 mantivesse a distribuição centrada no Estado de São Paulo, que respondeu por aproximadamente 50% da produção industrial neste período (MENDES, 2015, p. 37).

Neste momento, o setor de serviços foi o maior responsável pela maior taxa de crescimento na economia paulista, apresentando elevação acima da média de crescimento total do PIB. Já a indústria paulista foi a que apresentou maior participação no complexo agroindustrial, voltada a insumos básicos e à exportação, foi a que menos sofreu com as crises econômicas, pois a indústria metropolitana – com bases na produção de bens duráveis de alto valor agregado, como a indústria automobilística, estava mais suscetível às crises, sofrendo grandes perdas, porém, maior capacidade de reação nos períodos de crescimento.

Referente ao cenário nacional, dentre as conseqüências da reforma implantada para sair da crise, está à constituição de um novo campo jurídico que permitiu às empresas e as grandes corporações o domínio sobre as tecnologias e inovações tecnológicas desenvolvidas nas universidades públicas com recursos originários do fundo público, através de programas de incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento (P&D).

A descentralização da gestão do ensino foi legalizada pela primeira vez na Constituição de 1988, que divulgava a distribuição das competências entre os entes federados em relação aos variados níveis de ensino. Esta carta não clarificava a definição de responsabilidades de cada órgão administrativo para com o ensino, foi preciso regular estas responsabilidades com a Lei

de Diretrizes e Bases - LDB de 1996, para esclarecer os deveres dos Estados, Distrito Federal e Municípios para com a educação, através de seus artigos 8º, 9º, 10º, 11º.

No artigo 8º consta que cada ente federado gestará seu sistema de ensino e que a União se responsabilizará pela coordenação da política nacional de educação. O artigo 9º prescreve a transferência da gestão direta do ensino, e seus respectivos encargos, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, além de definir o papel avaliativo da União. Já os artigos 10º e 11º dispõem de maneira mais precisa a responsabilidade pela oferta de educação básica: os Estados ficam responsáveis pelo Ensino Fundamental e Médio e os Municípios pelo Ensino Fundamental e pela Educação Infantil.

A LDB confere às universidades a contratação de um terço de professores mestre e doutores em regime de trabalho integral, para a realização de pesquisas, resultando na expansão da pós-graduação, passando a ser caracterizada como um sistema mais produtivo e flexível, orientado pelas disposições da CAPES, que aparece como a agência avaliadora e reguladora da pós-graduação, reordenando-a.

Neste contexto, o Estado põe em prática ações voltadas à adoção ideológica da polivalência e das práticas semelhantes às gerenciais nas estruturas públicas, de modo a alcançar as metas de racionalização do sistema público.

No auge do programa neoliberal, concretizado através das reformas gerenciais iniciadas por Bresser Pereira, no governo de Fernando Henrique Cardoso nos anos 90, desdobrando-se sobre a instituição universitária reestruturando seu cotidiano e o trabalho do professor de ensino superior, que, em meio ao (im) produtivismo acadêmico e ao cenário que exigia o suprimento das demandas do mercado, presenciou o trabalho intelectual com características semelhantes às do trabalho produtivo a partir, não apenas de uma jornada de trabalho mais alongada, mas da mesma forma, de sua intensificação.

A expansão³³ da UNESP seguiu o movimento da Reforma Gerencial do Estado, desenvolvido durante os anos 90, principalmente com Fernando Henrique Cardoso na

³³É importante abrirmos um parêntese para sistematizar que, desde sua criação, a UNESP passou por quatro ciclos de expansão. - O primeiro destes ciclos ocorreu na fase de sua criação e consolidação, em 1976, através da junção de 14 IIESESPS, pois na instalação da Universidade, houve a inclusão de tais Institutos Isolados e a inclusão do campus de Ilha Solteira, com três novos cursos, também algumas unidades foram subdivididas, fazendo com que a UNESP saltasse de 14 para 23 Unidades Universitárias. - A segunda fase de expansão ocorreu na incorporação da Universidade de Bauru, no ano de 1987 o Instituto de Física Teórica (IFT), em São Paulo e incorporado à UNESP em 1987 e o Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente (IMESPP), em 1989. - O terceiro momento de expansão deu-se em 2003, a partir da implementação de políticas de ampliação do Ensino Superior Público. Este momento ocorreu de três formas: através da criação das Unidades Diferenciadas, por meio da criação de novos cursos nas Unidades já existentes e a partir da ampliação de vagas dos cursos tradicionais nas unidades já consolidadas. E o quarto momento ocorreu em 2012, com a criação de novos cursos e vagas e a autarquização do Hospital Universitário de Botucatu.

presidência (1995-2002), com foco na reorganização do trabalho público e privado, de acordo com os ideais neoliberais.

Este cenário favoreceu a apropriação da pesquisa realizada em instituições públicas pelo interesse mercantil, ou seja, a intelectualidade se tornou mercadoria manipulada e direcionada para interesses privados, mesmo que o financiamento ainda seja do fundo público. Sobre este tema, Silva Jr. nos esclarece:

Essa lógica interna ao próprio capital faz do capitalismo um “modo de produção” expansionista e extremamente dinâmico em sua base produtiva, na economia, na política, na cultura e na necessária unidade social, produzida em grande medida pela esfera política no âmbito da sociedade civil. Sua lógica, historicamente produzida, impõe-lhe constantes processos de rupturas e continuidades para sua própria manutenção. (SILVA JR, 2002, p. 20).

Portanto, nota-se que o Estado volta seus objetivos aos interesses privados e direcionados às grandes corporações, ou seja, aos interesses daqueles que possuem o poder de decisão e comando da coisa pública – a classe dominante ou burguesa. Desta forma, os direitos sociais vão à míngua e são direcionados para servirem como aliados da acumulação capitalista, reduzindo as políticas públicas, aumentando a pobreza e a concentração de riquezas. As políticas assistencialistas são gerenciadas pela iniciativa privada, no entanto o financiamento é feito pelo fundo público, tornando o Estado o gestor destes serviços.

Posto em prática, o neoliberalismo adotou uma forma de gestão do Estado que visava a redução de gastos, a eficiência, a eficácia e metas de produtividade. Para isso, as reformas educacionais deste período inseriram a polaridade centralização/descentralização, centralizando processos de avaliação, controle e avaliação do sistema e descentralizando a gestão e o financiamento da educação.

No caso da UNESP, instituição chave desta pesquisa, nos anos 80 foram feitas modificações significativas que a transformaram em uma universidade mais democrática, permitindo maior participação da comunidade acadêmica em sua gestão, estas alterações foram formalizadas pelo estatuto de 1989.

Em 1980 a 1990, além da democratização, a expansão da UNESP, que incorporou o Câmpus de Bauru e o Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente, também houve a criação de novos cursos. Nos anos 90, a instituição ampliou a atuação no ensino superior público no Estado, principalmente através do aumento da oferta de vagas.

Esta ampliação da UNESP não contou com acréscimo de recurso extraorçamentário, gerando grande recalcitrância por parte da comunidade acadêmica com relação à encampação da antiga Universidade de Bauru.

Em 2003 a Universidade Estadual Paulista, passou por um processo de expansão que se deu em três frentes: ampliação de vagas nos cursos já existentes nas Unidades Universitárias; criação de novos cursos nos *campi* já existentes; e criação de novas Unidades, então chamadas Campi Experimentais.

No período de 2003 a 2005 foram criados oito novos campi – chamados Unidades Diferenciadas³⁴ – e, em cada uma dessas unidades foi criado um novo curso, levando a um total de 730 vagas novas. Estas unidades foram criadas pela UNESP em parceria com as prefeituras das cidades que as receberiam: enquanto a UNESP ficou responsável pela contratação de professores e funcionários para a manutenção de tais campi, as prefeituras se responsabilizaram pela oferta de um local para a instalação destas unidades.

Para esta expansão, foi decidido pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP) com o governador do Estado Geraldo Alckmin e colocado em prática no ano de 2002, foi definido que o governo estadual repassaria recursos extraorçamentários para a manutenção dos campi que foram criados, o que foi efetivado. Havia a expectativa, neste momento, que tais recursos fossem incorporados definitivamente ao orçamento da instituição, no entanto isso não ocorreu a UNESP criou tais cursos sem que houvesse uma ampliação da parte que recebe do ICMS do Estado, contando com recursos que são extraorçamentários, que podem deixar de ser repassados pelo governo estadual a qualquer instante (MENDES, 2015, p. 46).

Outro momento da expansão foi em 2012, quando foram criados onze novos cursos na área de engenharia em nove cidades diferentes. Quatro cursos foram implantados em Unidades Universitárias tradicionais (dois na cidade de Araraquara, um em Botucatu e um em São José dos Campos); cinco foram implantados em Unidades Diferenciais já existentes (um em Dracena, um em Itapeva, um em Registro, um em Rosana e um em Tupã; dois destes foram implantados na nova Unidade Diferenciada criada em 2012, localizada em São João da Boa vista), totalizando 440 vagas novas. Um dos professores resume a resistência a este processo de expansão:

Essa expansão agressiva trouxe e traz conseqüências sérias e todas as conquistas só ocorreram após muita luta. Cada construção de prédio ou contratação de professores corresponde a uma greve ou a uma intensa mobilização.

³⁴ A denominação “Unidade Diferenciada” foi dada visto que não constavam no Estatuto da UNESP, o qual, na prática, devido a questões burocráticas, não possibilita a criação de novas Unidades Universitárias tradicionais. Para que sejam criadas novas Unidades Universitárias, é necessário alterar o Estatuto da Instituição. (MENDES, 2015, p. 45).

No ano de 2007 iniciam-se os debates sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - no Conselho Universitário – CO, este é um episódio importante na história da UNESP, em que foram realizadas inúmeras reuniões para a elaboração e discussão do documento. A primeira reunião foi realizada por uma Comissão Conjunta do Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE – e Conselho de Administração e Desenvolvimento – CADE. As discussões terminaram em março de 2009, com a aprovação da versão final do documento em uma assembléia composta pelos três colegiados centrais mencionados. Este documento foi aprovado com o objetivo de orientar a direção da instituição para os próximos dez anos, de 2009 a 2019.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI tem como uma perspectiva estratégica os desafios a serem enfrentados por conta de fatores internos e externos ao ambiente universitário. Ele aponta alternativas para esses desafios, mas também a Missão, os Princípios e a Visão de Futuro da UNESP. Este documento designa os objetivos e as ações da UNESP em seis direções: Ensino de Graduação, Ensino de Pós-Graduação; Pesquisa; Extensão Universitária; Planejamento, Finanças e Infraestrutura; Gestão e Avaliação Acadêmico-Administrativa.

Referente ao ensino de graduação, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI dispõe que a comunidade unespiana é favorável tanto à manutenção dos cursos bem avaliados quanto à ampliação de cursos e vagas, porém condicionadas à ampliação de investimentos na infraestrutura física e de recursos humanos, principalmente na reposição do quadro de servidores docentes e técnico-administrativos. Na pós-graduação, dispõe que a ampliação é predominante nos casos de programas que já têm mestrado e pretendem implantar o doutorado.

Também apontam a necessidade de aumento de docentes de 20% a 50% nas unidades consolidadas e de mais de 50% nos Campi Experimentais. Destacam que pretendem atingir um quadro em que 95% dos docentes tenham a titulação mínima de doutores, com um terço de livre-docentes nos próximos cinco anos e 50% de livre-docentes e 20% de professores titulares nos próximos dez anos. Para o sub-quadro dos servidores técnico-administrativos, a maioria das unidades aponta a necessidade de um aumento de 20% a 50%.

Dispõe sobre a necessidade na melhora do sistema de seleção, ampliando e diversificando o acesso à universidade, incluindo-se instrumentos que valorizem o ensino público como forma de inclusão.

Sendo, um dos desafios da instituição, ampliar a oferta de vagas de modo racional, equilibrado e com qualidade, aproveitando a infraestrutura, sem duplicar cursos existentes na mesma região. Sendo importante consolidar o processo da última expansão (2003 a 2005), no

que se refere ao quadro de servidores docentes e técnico-administrativos e às necessidades de infraestrutura.

Ao elaborarem o planejamento para a graduação, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI dispõe que é relevante observar às mudanças paradigmáticas em curso no terreno educacional, científico, artístico e cultural, que indicam cada vez mais horizontes transdisciplinares em termos de currículos e conteúdos de ensino. A universidade deverá preencher seus quadros considerando os projetos pedagógicos, as necessidades e especificidades dos departamentos, cursos e programas de pós-graduação, de forma integrada aos planos estratégicos institucionais. Além disso, é indiscutível que o regime de trabalho adequado para uma pesquisa de qualidade é o de tempo integral (RDIDP). Infelizmente, ao que parece, o princípio da premência dedicação integral não é mais válido.

No que diz respeito à pesquisa, aponta os objetivos: produzir conhecimento científico, humanístico e de inovação tecnológica; ampliação e qualificação da pesquisa para alcance da excelência; fortalecimento dos grupos de pesquisa existentes e criação de novos grupos; ampliação e captação de recursos e estimular a interação entre a UNESP e as agências de fomento e instituições que apoiem o desenvolvimento da pesquisa. Foram propostas as ações: promoção de condições para o desenvolvimento da pesquisa acadêmico-científica em todas as áreas do conhecimento; incentivar a capacitação do docente pesquisador; promover a participação em programas de pós-doutoramento e o intercâmbio com pesquisadores nacionais e internacionais; aperfeiçoar e robustecer os programas de iniciação científica; intensificar a divulgação da pesquisa em meios de reconhecido mérito científico nacional e internacional; aprimorar e apoiar grupos de pesquisa emergentes; financiar a criação de redes incubadoras em ciência e tecnologia, fortalecendo as existentes; fortalecer atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica; criar mecanismos de apoio técnico e logístico para o registro de patentes em nível nacional e internacional; criar, ampliar e fortificar escritórios de apoio à pesquisa; estimular a participação de docentes da UNESP em Comitês de Agências de Fomento.

Neste documento está descrita a missão da UNESP, que consiste em:

Exercer sua função social por meio do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, com espírito crítico e livre, orientados por princípios éticos e humanísticos. Promover a formação profissional compromissada com a qualidade de vida, a inovação tecnológica, a sociedade sustentável, a equidade social, os direitos humanos e a participação democrática. Gerar, difundir e fomentar o conhecimento, contribuindo para a superação de desigualdades e para o exercício pleno da cidadania. (UNESP, 2018, p. 23).

De acordo com os objetivos e desafios apontados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, a ação de número 7 da Dimensão de Ensino de Graduação, que aponta a

implantação de políticas de ampliação de cursos e vagas da universidade, foi instituída na UNESP, em fevereiro de 2010, uma comissão com o objetivo de elaborar uma proposta para o Plano de Expansão do Ensino de Graduação na instituição. No início, existiam 21 propostas de criação de novos cursos que foram encaminhadas após o ciclo de expansão de 2002, sem avaliação, visto que a Universidade buscava consolidar os cursos e campi recém-criados.

A Comissão chamou as unidades Universitárias e Diferenciadas a enviarem novas propostas ou confirmarem que já haviam sido encaminhadas. Após este convite, a Comissão recebeu 67 propostas, enviadas por 21 campi. Dentre elas, destacam-se: grupo de propostas de criação de cursos de bacharelado e licenciatura (composto por 11 propostas que objetivavam o ajuste através do oferecimento de licenciatura onde já existe bacharelado ou o oposto), e as propostas apresentadas pelas Unidades Diferenciadas, que propunham 21 novos cursos de licenciatura.

Levando em conta os eixos norteadores – Aspectos Regionais; Vocação da Unidade; Aspectos acadêmicos e Aspectos administrativos – a Comissão encaminhou um formulário para a proposição de novos cursos, que foi enviada aos diretores de todas as unidades universitárias da UNESP. A comissão recebeu, em resposta, 67 propostas de 21 campi. Analisadas estas propostas, a Comissão emitiu parecer favorável a 11 adequações de cursos de Licenciatura e Bacharelado, 9 propostas de criação de cursos nos campi Experimentais e 17 novos cursos nas Unidades Universitárias. As adequações dos cursos de Bacharelado e Licenciatura foram priorizadas, sendo que exigiam menor investimento em relação à contratação de corpo docente e infraestrutura. Outros fatores ponderados foram a existência de apenas um curso de graduação na Unidade Proponente e a não participação no último processo de expansão e adequação de vagas no período noturno.

A natureza do planejamento estratégico colocado tem como alicerce atender às mudanças da educação brasileira no que se refere ao acesso à educação, ao aumento dos cursos superiores, à ampliação da escolarização brasileira, o atendimento das demandas do mercado de trabalho e o desenvolvimento do interior do Estado de São Paulo.

Nota-se que as mudanças do processo produtivo da sociedade capitalista impactaram o Ensino Superior. A intensificação da divisão social do trabalho e suas particularidades expressas no taylorismo/fordismo e toyotismo carregaram aspectos impactantes na produção material e subjetiva da sociedade. A fragmentação da produção provocou uma distância grande entre o produtor e seu produto (estranhamento). Para melhor compreensão deste impacto, analisaremos com detalhe os elementos do taylorismo/fordismo, do toyotismo e a crise gerada com sua implementação.

2.2. TAYLORISMO/FORDISMO E TOYOTISMO: O VENTO PERENE DA DESTRUIÇÃO CRIADORA E A CAPTURA DO TRABALHO DOCENTE

Em Lukács o homem que trabalha demonstra as propriedades da natureza, as leis de movimento natural, em combinações completamente novas e criando combinações e modos de execução que modificam a história da humanidade e transformam o próprio homem. Estas transformações são possíveis, pois o homem tem habilidades únicas, sendo o único ser capaz de produzir valor: o ato teleológico, o reflexo, as alternativas, a exteriorização, a objetivação, a ideologia, a liberdade e a cooperação.

O homem está apto a exercer inúmeras atividades produtivas, o seu potencial é desconhecido, visto a infinidade de possibilidades. Novas metodologias de trabalho podem ser desenvolvidas e exploradas, no capitalismo este caráter plástico é fundamental para a expansão e acumulação do capital.

O trabalho humano possui capacidade de produzir mais do que o suficiente para pagar o seu custo, este trabalho que excede o que foi remunerado é possível devido ao alongamento do tempo de trabalho (mais valia absoluta) ou intensificação do trabalho (mais valia relativa). Esta eficiência da força de trabalho em gerar excedentes em favor do capitalista deve-se a ampliação do tempo de trabalho para além do momento em que poderia ter parado, visto que já produziu o equivalente a seu salário.

A qualidade do trabalho humano é indeterminada, ou seja, infinita em potencial, mas limitada na realização, visto as características peculiares de cada trabalhador, por sua trajetória ontológica, sua destreza, inteligência. Braverman nos alerta sobre esta característica:

Assim, quando o capitalista compra imóveis, matérias-primas, ferramentas, maquinaria etc., pode avaliar com rigor seu lugar no processo de trabalho. Ele sabe que certa parcela de seu desembolso será transferida a cada unidade de produção e sua contabilidade o lançará sob o título de custos e depreciação. Mas quando ele compra tempo de trabalho, o resultado está longe de ser tão certo e tão determinado de modo que possa ser computado desse modo, com rigor e antecipação. Isso significa simplesmente que a parcela de seu capital despendido na força de trabalho é a porção “variável”, que sofre um aumento no processo de produção; para ele, a questão é de quanto será o aumento. (1977, p. 59).

Com o objetivo de controlar a produtividade e diminuir a indeterminação da mão de obra variável, faz-se necessário o controle rigoroso do processo de trabalho pelo capitalista.

Esta transição é denominada de “alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador”. Neste momento, surge a necessidade da figura do gerente.

Considerando a importância da análise do ser social no contexto histórico, Friedman destaca (1972), que não se podem compreender os efeitos variados do “trabalho em migalhas” se este não for reinserido no conjunto do sistema de organização característico das sociedades industriais desenvolvidas, apresentando entre seus traços fundamentais, o de tender para uma separação radical, entre, de um lado, pensamento, concepção, preparo científico e técnico, gestão e, de outro, execução do trabalho, em síntese: a gerência científica.

Os primeiros a tratarem da organização do trabalho-gerência no cerne das relações capitalistas de produção, do ponto de vista teórico, foram os economistas clássicos, após a última parte da Revolução Industrial Andrew Ure e Charles Babbage prosseguiram estes estudos. A gerência científica ganhou corpo e prática com Frederick Winslow Taylor nas últimas décadas do século XIX. A sua ocupação fundamentou a organização dos processos de trabalho e do controle sobre ele (BRAVERMAN, 1977, p. 82).

2.3. TAYLORISMO, FORDISMO E A SISTEMATIZAÇÃO DA DEGRADAÇÃO HUMANA

A gerência científica é o empenho em aplicar métodos científicos, obtidos através de teorias e experimentos, que objetivam diminuir os problemas do controle do trabalho nas empresas em crescimento. Este controle parte dos interesses dos capitalistas, e não do trabalhador.³⁵ Investiga como o trabalhador vai se adequar às necessidades do capital, sem se

³⁵ Lenin tratou sobre o sistema Taylor em alguns textos: *Sistema “científico” para esmagar o operário*, de 1913, *Cadernos sobre o Imperialismo*, de 1915-1916, *Tarefas imediatas do poder dos soviets*, de 1918. Após a Revolução Russa, para Lênin, o atraso russo devido à existência da pequena produção e da troca seria um entrave à transição socialista, sendo que a grande indústria e o desenvolvimento tecnológico seriam necessários para preparação ao comunismo, além disso, era necessário que as massas aprendessem a dominar plenamente a ciência e as técnicas modernas. Para isso, era imprescindível que os membros da Inspeção Operária e Camponesa e da Comissão Central de Controle do Estado proletário fossem instruídos na organização do trabalho, com ênfase no trabalho administrativo taylorista enviando-os para outros países a fim de serem treinados. A implantação do capitalismo de Estado prepararia a transição, pois os operários aprenderiam com o método capitalista para organizar a produção e administrar o Estado, ao mesmo tempo em que a desorganização, o despreparo, o atraso decorrente da pequena produção seriam combatidos.

Para Angela Lazagna (2002, p. 91) Lenin viu no taylorismo a possibilidade de libertação de subordinação ao sistema capitalista, ou seja, a direção seria dos operários russos sob a ditadura do proletariado, tal sistema seria um meio organizador da produção russa, promovendo o desenvolvimento das forças produtivas quando a propriedade

importar minimamente com as sequelas negativas à humanidade. Aquele que não atender às exigências da gerência será dispensado.

Taylor³⁶ se destacou na gerência científica por sua clareza e facilidade no entendimento. O controle foi seu principal instrumento, utilizando-a para a execução de toda a atividade no trabalho, desde a mais simples a mais complicada. Para o sucesso de seu método, eliminou todo o trabalho intelectual/crítico das fábricas, promovendo a desumanização do processo de trabalho, em que os trabalhadores se limitam ao nível de trabalho em sua forma brutalizada e animalésca, sem objetivos expressos.

Houve a separação da ciência do trabalho, ou seja, o trabalhador não desenvolve o método de trabalho, esta função é exclusiva da gerência (hodiernamente esta característica está tão consolidada que desconhecemos outra forma de trabalho). Acrescenta que, o material e os resultados da pesquisa realizada pela gerência, sendo exclusividade do capitalista, como são de sua propriedade as máquinas, imóveis, enfim todos os meios de produção, portanto estes estudos fazem parte do patrimônio do capital. Desta forma, os trabalhadores além de perderem os meios de produção, perdem o controle de seu trabalho e da maneira em que o realiza (trabalho estranhado).

Outra característica do taylorismo era o controle e monopólio do conhecimento na execução de cada etapa do processo de trabalho. O trabalhador chegava ao local de trabalho e já recebia instruções de como realizar suas atividades do dia, com detalhes de tempo, posição, manejo etc. Este processo, planejado e exposto em seus pormenores, já havia se arraigado na mente do trabalhador, que o conhecia. Separando a mão da consciência, ou seja, o trabalho teleológico, juntamente com o reflexo e escolhas das alternativas; da objetivação o homem realizava seus afazeres maquinalmente. Braverman resume esta característica da gerência: “As unidades de produção operam como a mão, vigiada, corrigida e controlada por um cérebro distante” (1977, p. 113).

privada dos meios de produção fosse eliminada. Ele vê no taylorismo um método de combate a forma capitalista anárquica da produção, tenta extrair o que há de positivo no taylorismo, como o aumento da produtividade, diminuição da jornada de trabalho, padronização do trabalho manual, democratização do acesso das massas à gestão política e ao controle da produção.

³⁶ Taylor se negou a seguir os passos do pai, a advocacia, e começou o aprendizado de um ofício numa firma. Quando completou seu aprendizado, empregou-se num trabalho comum na *Midvale Steel Works*, tecnologicamente uma das companhias mais avançadas na indústria siderúrgica. Em poucos meses foi nomeado chefe da turma com a responsabilidade do departamento de tornos mecânicos. Possuía personalidade obsessiva-compulsiva: contava seus passos, media o tempo de suas atividades e analisava movimentos à procura de eficiência (BRAVERMAN, 1977, p. 87).

Tais princípios podem ser sintetizados em dois aspectos fundamentais que possibilitam e legitimam a total transferência do controle do processo de trabalho (pela imposição de uma rigorosa maneira de execução predeterminada), para as mãos da direção capitalista, através do estudo dos fundamentos da organização do processo de trabalho (TEIXEIRA; SOUZA, 2016).

1. Dissociar o processo de trabalho das especialidades dos operários, pois a atividade da administração consiste em dividir o trabalho em tarefas, de tal forma que o conhecimento do processo de produção, como um todo, pelos operários, e suas habilidades desenvolvidas neste sentido tornam-se totalmente supérfluos à execução fragmentada do trabalho (TEIXEIRA; SOUZA, 2016).

2. Separar as fases de concepção e execução do trabalho, entregando à administração o monopólio do saber, que passa a ser distribuído conveniente e dosadamente aos operários, então transformados em exclusivos executantes. Justifica-se esse procedimento devido ao tempo e estudos necessários à melhor organização do processo de trabalho que, portanto, não podem ser assumidos pelos operários, por falta de formação e tempo. Assim, é-lhes destinada a função de executar, uma vez que a "ciência" do trabalho só pode ser utilizada por quem possui tempo e formação para tanto. Em função disso, o processo de trabalho torna-se revestido de processos complexos, uso de laboratórios, cálculos e previsões estatísticas que, em última análise, constituem um método de classificação e sistematização que aspira à "cientificidade" (TEIXEIRA; SOUZA, 2016).

Se o primeiro aspecto viabiliza o aperfeiçoamento do processo de fragmentação e a desqualificação do trabalho, o segundo contribui para o barateamento da mão-de-obra e o controle do processo de trabalho pela gerência (isto é, pelo capital), legitimado "cientificamente" pelo pretense aspecto de racionalidade que se propõe alcançar. Esta fragmentação eliminou a cultura dos antigos ofícios, que juntavam os conhecimentos, sua sistematização e concentração nos funcionários, permitindo que estes participem na construção e melhorias do processo de trabalho.

A função da gerência científica é contribuir para as transformações, com seus métodos operacionais de ativação da produção de mais-valia, por meio de uma adequada estratégia que possibilita a intensificação da dominação do capital e a constituição de um trabalho rentável por um trabalhador submisso, uma vez que assegura a legitimidade e normalidade da forma hierárquica administrativa das empresas modernas.

Para Lukács, a diferença entre as alternativas originárias no trabalho apenas orientado para o valor de uso e no trabalho em um nível mais elevado se apresenta em que o primeiro contém os pores teleológicos que transformam a própria natureza, e no segundo o fim é a

influência sobre a consciência de outros homens, a fim de induzi-los aos pores teleológicos desejados (LUKÁCS, 2013). Na gerência todo o movimento, posicionamento e tempo estavam planejados e direcionados para atender as necessidades do capitalista, que se resume na redução do tempo de produção com o menor custo para gerar mais lucro e possibilitar o entesouramento do excedente ou reinvestimento na fábrica.

Taylor propõe a aplicação de princípios básicos que contribuíram para a reorganização do trabalho em moldes de absoluto domínio da "gerência científica", proposta do capital, que atua, portanto em prol e em seu nome. Embora não seja o foco da pesquisa de Taylor (seu foco era o controle sobre os tempos e movimentos das atividades laborais) foi a mecanização que possibilitou tal sujeição, uma vez que se constitui num meio de produção de mais-valia, ao desvalorizar a força de trabalho, prolongar a jornada e intensificar o trabalho.

Taylor acreditava que deveria escolher e treinar o "melhor homem" para realizar cada tarefa do processo de trabalho, atendendo às disposições previamente estabelecidas por meio de previsões e planejamento. O exemplo prático mais notável é o de *Bethlehem Steel Company*, onde ao supervisionar o carregamento de ferro gusa, manualmente, verificou-se a perspectiva de carregarem 47,5 toneladas longas por homem diariamente, ao invés de carregar 12,5 toneladas por dia. Para isso, Taylor observou os trabalhadores e escolheu um holandês que chamou por Schmidt, este foi destacado da turma de carregadores:

- Schmidt, você é um homem valioso?
- Bem, não sei o que o senhor quer dizer.
- Oh, sim, é claro que sabe. O que desejo saber é se você é um homem valioso ou não.
- Bem, eu não sei o que o senhor quer dizer.
- Ora, então responda às minhas perguntas. O que quero saber é se você é um homem valioso ou um desses colegas baratos aqui. O que desejo saber é se você quer ganhar um dólar e oitenta e cinco cents por dia ou se está satisfeito com um e quinze, o mesmo que todos os colegas baratos estão ganhando.
- Se quero \$ 1 85 por dia? Se sou homem valioso? Bem, sim, sou um homem valioso.
- Mas calma, o senhor está me impacientando. É claro que você quer \$ 1 85 por dia - todos querem isto! Você sabe perfeitamente bem que aquilo é muito pouco a fazer para você ser um homem bem pago. Por favor, responda às minhas questões e não percamos mais tempo. Agora venha aqui. Você está vendo aquela pilha de ferro?
- Sim.
- Vê aquele carro?
- Sim.
- Bem, se você é um homem valioso, carregará aquele ferro amanhã, por \$ 1 85. Agora acorde e responda à minha pergunta. Diga-me se é um homem valioso ou não.
- Bem, ganho \$ 1 85 para carregar aquele ferro no carro amanhã?

- Sim, é claro que sim, e você ganhará \$ 1 85 por carregar uma pilha igual àquela todo dia e durante todo o ano. Isto é o que um homem valioso faz, e você sabe disto tanto quanto eu.
- Está bem, está certo. Posso carregar aquele ferro no carro amanhã por \$ 1 85 e ganhar isto todo dia, não?
- Certamente que sim, certamente que sim.
- Bem, então, eu sou um homem valioso.
- Agora olhe, olhe. Você sabe tanto quanto eu que um homem valioso tem que fazer exatamente como lhe mandam de manhã até à noite. Você viu este homem aqui em frente, não viu?
- Não, eu nunca o vi.
- Bem, se você é um homem valioso, você fará exatamente como esse homem lhe disser amanhã de manhã à noite. Quando lhe disser para apanhar a pilha e andar, você apanha e anda, e quando ele lhe disser para sentar-se e descansar, você se senta. Você faz aquilo certo o dia todo. E, o que é mais, que lhe mandam fazer, e nada de parolagem. Entende? Quando esse homem lhe disser para andar, você anda; quando lhe disser para sentar, você senta, e você não lhe responde. Agora você volta para o trabalho amanhã de manhã eu saberei antes da noite se você é exatamente um homem valioso ou não. (TAYLOR, 1995, p. 45-46).

Este diálogo esclarece a gerência de Taylor, expressando a importância do controle do trabalho em todos os movimentos realizados. O que tiramos também é a característica do homem escolhido para o trabalho, alguém com pouco conhecimento, sem senso crítico, pronto para trabalhar quatro vezes mais (400%), ganhando pouco mais de sessenta por cento. Taylor expressa que um entre oito homens consegue esta façanha, e informa que este não tinha nenhuma característica de superioridade sobre os outros. Apenas era um “homem de tipo bovino – espécime difícil de encontrar, por isso é muito valorizado.” E completa: “Era tão estúpido quanto incapaz de realizar a maior parte dos trabalhos pesados.” (TAYLOR, 1995, p. 55).

Antonio Gramsci apreendeu no texto *Americanismo e Fordismo*, de 1934, os traços do capitalismo expressando a nova realidade cultural hegemônica do capitalismo da produção em massa, caracterizada pelo novo modelo de produção de mercadorias e pela nova organização da cultura e dos intelectuais. Argumenta que a forma de organizar o trabalho molda o ser, no sentido de adequar seu comportamento tanto no tempo de trabalho quanto no tempo disponível para aquele determinado ambiente, estrutura social e Estado. Ele cita a América (Estados Unidos), onde a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo de humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo, com foco na maior lucratividade das empresas (GRAMSCI, 2001). Taylor evidencia o seu objetivo, em atingir a mente dos trabalhadores, quando diz que:

A mudança da administração empírica para a administração científica envolve, entretanto, não somente estudo da velocidade adequada para realizar o trabalho e a remodelação de instrumentos e métodos na fábrica, mas também

completa transformação na atitude mental de todos os homens, com relação ao seu trabalho e aos seus patrões. (1995, p. 76).

Antonio Gramsci cita Taylor que expressa o objetivo da sociedade americana em desenvolver no seu grau máximo, no trabalhador, comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas ao aspecto físico maquinal³⁷ (GRAMSCI, 2001). O autor descreve a taylorização do trabalho intelectual e manual, apontando a padronização dos comportamentos e funções, o que gerou uma desclassificação profissional. Estes objetivos atingiram todas as organizações capitalistas e todas as categorias de trabalhadores desde as indústrias até as Universidades Públicas, desde os operários até os intelectuais.

A organização científica do trabalho não amplia o tempo disponível do funcionário, embora haja a redução do tempo de trabalho necessário, há ampliação do trabalho excedente (intensificação do trabalho – mais valia relativa) e, este não se desliga quando está fora do tempo e do espaço de trabalho.

Uma das características prevalecente do taylorismo é a redução da mão de obra direta ligada a produção e o aumento de trabalhadores em escritórios, no entanto tanto o trabalho manual quanto o trabalho intelectual não pertencem ao trabalhador, embora o trabalhador tivesse consciência, demonstrando aspectos recalcitrantes em algumas situações.

A gerência científica aplicou os seus métodos também nos trabalhos de escritório, começou com o parcelamento do arranjo de cada função, com supervisão geral por parte do contador, depois este só deveria ser feito de acordo com as diretrizes do gerente, e os métodos de economia de tempos e movimentos, amparados em estudos técnicos e científicos (BRAVERMAN, 1977, p. 261). A gerência iniciou o controle sobre o processo de trabalho no escritório, inserindo o padrão “de um ótimo dia de trabalho”, como o aplicado a Schmidt.

O trabalho de escritório, no início, era local de atividade intelectual, onde se fazia os planejamentos, julgamento e apreciação dos resultados; na maturidade do método, este também se tornou um trabalho manual, pois houve a perda da participação no processo, apenas execuções maquinais. No trabalho docente também nota-se estas características, a quantidade

³⁷ A linha de montagem, os atos repetitivos e intensos e seus resultados ficaram eternizados por Charles Chaplin, no filme *Tempos Modernos*, cuja filmagem é contemporânea à redação do *Caderno 22* de Gramsci. Chaplin expôs em imagens o homem como o apêndice da máquina, em cena chocante em que ele entra na máquina fazendo parte dela.

de trabalhos burocráticos como preenchimento de planilhas, relatórios e pesquisas se tornaram rotineiros e constantes, muitas vezes excedendo o trabalho de pesquisa.

Braverman nos traz a inseparabilidade do intelecto e das operações manuais, no entanto esta separação se consolida para o alcance dos objetivos do capital:

O produto típico, embora não exclusivo, do trabalho mental consiste de sinais no papel. O trabalho mental é feito no cérebro, mas uma vez que assume a forma no produto externo – símbolos linguísticos, números e outras formas de representação – implica operações manuais tais como escrever, desenhar, operar máquinas de escrever etc. – para fins de criar o produto. É, portanto, possível separar as funções de concepção e execução: tudo o que se exige é que a escala de trabalho seja suficientemente grande para tornar esta subdivisão econômica para a empresa. (BRAVERMAN, 1977, 268).

Antonio Gramsci trata da inseparabilidade do trabalho intelectual e manual, mesmo em uma atividade braçal é necessário um método de execução, elaborada teleologicamente; no trabalho intelectual. O docente da Área de Humanidades, por exemplo, externaliza as teorias através de textos escritos ou oralmente, exigindo uma atividade ativa. Quando aborda a atividade docente, Antonio Gramsci considera que esta é identificada pela maior incidência da elaboração intelectual, ou seja, no esforço intelectual-cerebral sobre o esforço muscular, para ele:

Quando se distingue entre intelectuais e não intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não intelectuais, porque não existem não intelectuais. Mas a própria relação entre esforço de colaboração intelectual-cerebral e esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Finalmente, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve alguma atividade intelectual, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui, portanto, para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2010, p. 126).

A tentativa em separar o trabalho intelectual do manual é o esforço em direcionar o ato teleológico, o reflexo, alternativa, e resultar na objetivação automática, mecânica, um homem autômato. Como quando caminhamos sem pensar sobre os movimentos do corpo necessário para harmonia dos passos, ou quando andamos de bicicleta nos equilibrando sobre ela sem ao menos nos questionarmos sobre as ações e leis naturais necessárias que possibilitam esta atividade, ou quando dirigimos um automóvel, estes são exemplos de ações irrefletidas, automáticas que vem tomando conta do nosso cotidiano. Esta é a medida da divisão do trabalho,

acionada pelo modo capitalista de produção, com a pretensão de sempre que é a maior produtividade e obtenção de mais lucro.

Braverman nos apresenta um relato de mecanização do trabalho em escritório:

Uma perfuradora informava que, antes da instalação do computador, seu trabalho era de algum modo diversificado e que por vezes era obrigada a raciocinar. Isto tornava a coisa suportável. Cada três ou quatro semanas, enquanto prossegue o processo de automação, vários de seus colegas são transferidos do grupo inicial de perfuradores e assumem novas funções que são mais monótonas e repetitivas. Visto que não há variação no conteúdo do serviço, o ritmo é continuado, incessante e 'pressionado'. O comentário mais comum entre as moças é que 'agora estamos trabalhando para a máquina'. (BRAVERMAN, 1977, p. 282).

Com isso, no capitalismo monopolista a conversão de toda a produção de bens e serviços em mercadorias, aliado a invenção de novos produtos e serviços que se tornam indispensáveis, cria novos hábitos e comportamentos compatíveis com o método empregado, restando pouca ou nenhuma alternativa possível, sendo esta a realidade da condição humana (que permanece nos dias atuais). Aliado ao taylorismo, o fordismo também corroborou com a degradação física e mental do ser humano.

O ano de 1914 marcou o início do fordismo, foi quando Henry Ford determinou o dia de oito horas e cinco dólares como pagamento para os empregados da linha automática de montagem de carros em Dearborn, Michigan, este sistema se aliou ao taylorismo em busca de ganho de produtividade e luta incessante para fugir da lei da queda de lucro.

Através da racionalização de métodos e tecnologias já existentes, Ford conseguiu alcançar ganhos fantásticos de produtividade. Apresentou ineditismo na sua visão, alcançando notoriedade com as práticas de produção em massa que significava maior consumo; um novo sistema de produção da força de trabalho; uma nova política de controle e gerência do trabalho; uma nova organização e psicologia; e um novo tipo de comportamento social democrático, racional, moderno e populista.

A produção em massa consiste no intercâmbio das partes do processo produtivo e a simplicidade deste. A linha de montagem, implantada por Ford, reduziu o ciclo de tarefas de 514 para 1 minuto. As mudanças reduziram o esforço humano na montagem, aumentaram a produtividade e reduziram os custos.

A produção em massa, de acordo com Boyer e Freyssenet (2000) mistura os modelos sloanista³⁸, adotado pela Volkswagen a partir de 1974, em que as condições de viabilidade e particularidades são diferentes, mesmo compartilhando entre si e com outros modelos o princípio da linha mecanizada, ou seja, produziam em volume e diversidade, customizando modelos pela carroceria, acabamento e acessórios, standardizando suas peças e órgãos que ficavam escondidos; e o modelo fordista que desenvolveu uma estratégia de “volume”, produzindo em massa um veículo *standard*, padrão.

A intenção da produção em massa era padronizar os produtos fabricando-os em grande escala, com isto haveria redução de custos de produção que seriam compensados pela elevação do consumo, aumentando as vendas e o lucro haveria elevação na renda dos trabalhadores.

O modelo fordista teve uma existência passageira e geograficamente limitada, o sloanismo foi convenientemente utilizado, visto o desenvolvimento de uma demanda que foi hierarquizada de cima a baixo da escala; sua difusão foi freada pela crise do trabalho no final dos anos sessenta, e pelas crises monetária e petroleira dos anos 1971-1974.

Abaixo, inserimos uma charge para ilustrar o desconhecimento do processo de trabalho em sua totalidade, quando o trabalhador toma a parte pelo todo a sua consciência se expressa como estranhamento. No trabalho em migalhas, fragmentado, o trabalhador desconhece até mesmo o produto final de sua atividade:

Figura 3



Fonte: Jornal do Brasil, 19 de fevereiro de 1997.

³⁸ Derivado do nome de Alfred Sloan, CEO da GM, quem criou e expôs seus princípios. Este modelo operacionalizou a estratégia de “volume e diversidade”. Tinham um compromisso salarial, sendo o compromisso de governo da empresa, sob o controle do sindicato, em elevar o poder de compra dos salários, a progressão na hierarquia dos empregos, e a extensão da proteção social e dos direitos sindicais, exigindo em troca a conformação com a organização do trabalho e a paz social. (BOYER; FREYSSNET, 2000).

Embora o trabalhador não conhecesse a totalidade de sua atividade, a Ford verticalizou suas atividades, produzindo todos os componentes dentro da própria empresa, desde o parafuso até o estofamento e acessórios, mas cada funcionário era responsável por uma parte do trabalho. Esta característica se deu visto a necessidade de peças com tolerâncias mais estreitas e prazos de entrega apertados, exigidos pelos fornecedores, e diferenciando-se em relação à concorrência.

Boyer e Freyssenet (2000, p. 12) resumem o fordismo como um modelo por uma política-produto que oferece um modelo único, integrado, universal, confiável e barato, atendendo a população de cada segmento de mercado; uma organização produtiva fortemente integrada, estandardizada e contínua, resultado do deslocamento mecanizado e cadenciado do produto e da divisão das tarefas em operações elementares redistribuídas entre os postos de trabalho com o objetivo de satisfazer o tempo de ciclo; assegurou um salário fixo aos operários sem qualificação, elevando o seu poder de compra.

Para que o fordismo fosse implantado, e consolidado, deveria prevalecer uma consciência de propósito específico e um tipo inusitado não apenas de trabalhador, mas de ser humano, visto que este novo método de trabalho era inseparável de um modo de viver, refletir e sentir a vida, ou seja, uma nova cultura e uma nova práxis cotidiana (GRAMSCI, 2001).

Mesmo com o aumento do poder de compra dos trabalhadores, este método apresentou-se com um sistema desumanizante e estranhado, não havia preocupação com a *omnilidade* e subjetividade do homem, este deveria ser um “gorila amestrado” para produzir mais em menos tempo. Para isso, era necessário deixar de lado alguns hábitos prejudiciais a sua produtividade, como o abuso de álcool e a depravação sexual para que houvesse a adequação dos costumes às necessidades laborais. O incentivo puritano objetivava o equilíbrio psicofísico do trabalhador, tolhendo o colapso fisiológico compelido pelo método de produção.

A história da industrialização sempre lutou contra os instintos animais dos homens através de ações coercitivas; violentas e de inauditas brutalidades “[...] lançando no inferno das classes os débeis e os refratários, ou eliminando-os inteiramente [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 263); não foram utilizados argumentos que levaram a autodisciplina, a coerção sempre foi à ação primordial.

A característica do trabalho de oito horas por dia e cinco dólares objetivava, principalmente, que o trabalhador atingisse a disciplina necessária para se adequar ao sistema de linha de montagem de alta produtividade, esta característica foi imposta pelos empregadores,

que objetivavam a autodisciplina através de exigências impositivas. A objetividade e simplificação das tarefas, a padronização do trabalho de tal forma que possibilitasse uma ampla automação, elevando o controle do ritmo de trabalho a uma cadência mecânica e única, estes foram os objetivos alcançados pelo método.

A renda e o lazer foram elementos importantes para o sucesso do fordismo, visto que os trabalhadores precisariam de tempo e dinheiro para consumir os produtos produzidos, por eles mesmos, em quantidades recordes. Combinado a isso, se empenharam em diminuir a importância dos sindicatos, com a prática de altos salários, benefícios sociais e propaganda ideológica. Com isso, Ford aumentou os salários no começo da Grande Depressão esperando um aumento de demanda efetiva. Mas as leis concorrenciais se sobrepuseram a ele, levando-o a demitir trabalhadores e cortar salários, como não obteve êxito, o presidente americano Roosevelt interveio com o *New Deal*³⁹, verificando a necessidade de intervenção do Estado na economia (HARVEY, 2017, p. 122).

Com a crise, o fordismo se uniu ao keynesianismo, e o capitalismo direcionou seu foco às expansões internacionais que atraíram inúmeras nações descolonizadas. Harvey nos ajuda a compreender as transformações ocorridas no pós-guerra:

Por conseguinte, o fordismo no pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. Produção em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura que muitos neoconservadores como Daniel Bell mais tarde considerariam prejudicial à preservação da ética do trabalho e de outras supostas virtudes capitalistas. O fordismo também se apoiou na, e contribuiu para a, estética do modernismo – particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e eficiência – de maneiras muito explícitas, enquanto as formas de intervencionismo estatal (orientadas por princípios de racionalidade burocrático-técnico) e a configuração do poder político que davam ao sistema a sua coerência se apoiavam em noções de uma democracia econômica de massa que se mantinha através de um equilíbrio de forças de interesse especial. (HARVEY, 2017, p. 131).

Embora o método fosse eficiente, nem todos foram atingidos por seus benefícios, por exemplo, apenas alguns setores da economia, priorizados, ajustavam os salários e mantinham um forte vínculo de emprego; enquanto outros setores de produção dependiam de baixos

³⁹ Influenciado pela teoria econômica keynesiana, o New Deal foi uma estratégia de planejamento econômico estatal para enfrentar a crise econômica e social nos EUA. Um dos propósitos do plano era a redução do desemprego, através de investimentos do Estado e de setores privados. A empregabilidade geraria o aumento da renda social e o aumento do consumo, resultando no aquecimento da produtividade industrial, de serviços e agrícola.

salários e empregabilidade instável. Mesmo aqueles tocados pelos incentivos fordistas sentiram a intensificação atrelada à perda de seu conhecimento profissional – o funcionário era especializado em uma atividade específica (que não abria frente para crítica, sugestão, modificação), visto a rotinização e mecanização de todo movimento, o estranhamento. Gramsci sintetiza a resistência do trabalhador:

Compreenderam que “gorila amestrado” é uma frase, que o operário “infelizmente” continua homem e até mesmo que, durante o processo de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. (GRAMSCI, 2001, p. 272).

A recalcitrância dos trabalhadores exigiu a atuação dos sindicatos, que se viram acometidos pelas minorias excluídas, mulheres, negros e pobres. O Estado também atuou para garantir um salário minimamente suficiente, políticas de redistribuição ou ações legais, instrumentos que serviriam como panacéia para a pobreza, a exclusão e a desigualdade social.

A intervenção do Estado e dos sindicatos não evitou a crise estrutural nos anos 70, caracterizada principalmente pela queda de lucro das empresas gerada pela tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, desemprego estrutural, queda no consumo gerando grandes estoques de produtos e reivindicação do aumento do preço da mão de obra pelos trabalhadores.

O tema *a crise do capital e a tendência à queda nos lucros* será tratado brevemente neste item, consideramos que a complexidade e relevância deste assunto levam a uma proposta de pesquisa específica e a intento aqui é apenas tornar o texto seqüencial e lógico, apresentando um período crucial para o entendimento do presente, sem aprofundarmos neste momento.

As contradições presentes no capitalismo e seu método de produção tornam inevitável o seu colapso, e estas se tornam cada vez mais incontroláveis e insolúveis, gerando a destruição das forças produtivas, da natureza, do homem, levando o sistema, em sua totalidade, a barbárie que só pode ser evitada com a revolução socialista.⁴⁰ Sendo o capital o valor que se valoriza, na crise o valor se desvaloriza, desta forma o capital se nega a si mesmo. Os momentos de crise

⁴⁰Mészáros apresenta o projeto socialista como necessidade premente da humanidade em discutir as causas como causas no modo de controle sociometabólico estabelecido, para erradicar, antes que seja tarde, as propensões destrutivas do capital, visíveis e cada vez mais preponderantes (2002, p. 133).

são momentos de desvalorização do valor existente, resultado do modo de funcionamento do capitalismo.

Marx aponta a contradição viva do capital, e a inevitabilidade das crises, visto que cada tendência principal desse sistema de produção e distribuição gera, inevitavelmente, a contratendência específica, estando atrelada aquela. Desta forma, a tendência do capital ao monopólio é compensada pela concorrência, a mundialização pelo nacionalismo e regionalismo, o equilíbrio pelo desequilíbrio, a centralização pela fragmentação, a perdularidade pela poupança, queda da taxa de lucro pela recomposição da taxa de lucro.

Essas tendências apresentam inúmeras variações, ou inversões completas, dependendo do momento histórico, e das peculiaridades culturais, sociais e econômicas de uma determinada comunidade. Mészáros (2002, p. 654) exemplifica com o monopólio, que tende a prevalecer sobre a concorrência, conforme o sistema do capital, como sistema de produção, prossegue em direção a seus limites estruturais últimos. As primeiras representações monopolistas que apresentaram características da fase superior do capitalismo – o imperialismo – dão lugar, em um momento, ao predomínio de competição agressiva no período médio da expansão capitalista. Mas já no século XX, há a reversão a favor de monopólios gigantescos, mantendo o discurso hipócrita da competição como legitimação última do sistema da iniciativa privada.

O capital transforma o dinheiro em mercadoria (D-M) e a mercadoria em mais dinheiro (M-D'), no processo de valorização e geração de mais valia, este aspecto é determinado pela necessidade da mercadoria se metamorfosear na “forma fluída do dinheiro”. (ANTUNES, 2011, p. 513). Quando a troca não se realiza, gerando o estoque, há a dissociação no tempo e no espaço apresentando a primeira possibilidade de crise, visto a necessidade da mercadoria se metamorfosear por dinheiro e se valorizar. No entanto, analisar este processo isoladamente não explica as determinações da crise, que devem seguir para uma análise concreta das relações entre capital e força de trabalho, onde o capital e trabalho além de se defrontarem como compradores e vendedores de força de trabalho são capitalistas e operários (ANTUNES, 2011, p. 514).

Para o sucesso do processo do capital, deve existir uma classe de trabalhadores livres, que vendam sua força de trabalho em troca de um salário que possibilite sua subsistência, seja através de gastos com alimento, moradia, educação, vestimenta, lazer e outras. Este trabalhador gera a mais valia, o lucro do capitalista dono dos meios de produção e consome o objeto que ele mesmo produziu, adquirindo-a por um preço superior ao custo total de sua fabricação. O tempo disponível completa algumas funções determinantes na atividade de vida dos produtores,

sendo utilizado como princípio orientador da reprodução societária, utilizado para a expansão do capital, ou como tempo inútil, quando não pode ser explorado.

De acordo com Jadir Antunes (2011, p. 515) a crise de superprodução de capital acontece quando a taxa de crescimento absoluto do consumo não cresce proporcionalmente a produção, ou seja, a produtividade cresce mais do que a taxa de consumo dos operários e capitalistas. Para Marx, não se trata de superprodução absoluta, em si confrontada com a necessidade ou desejo de possuir mercadorias, trata-se de que os produtores destas mercadorias estocadas no mercado estão privados delas (Apud. ANTUNES, 2011), por não terem condições financeiras de adquiri-las.

Esta superprodução e superacumulação é resultado da insaciável e constante acumulação do capital, que se inicia com a acumulação primitiva/originária e se agrava com a acumulação flexível. Não faltam compradores para a aquisição das mercadorias congestionadas no mercado, visto que as carências não estão plenamente satisfeitas, no entanto há a incessante sede por lucro do capitalista, que só é possível pela existência do trabalho abstrato. A ambição do capitalista é de tal ordem que obscurece sua visão, impossibilitando-o de sanar o subconsumo com a elevação do poder de compra dos trabalhadores, acreditando que esta opção reduziria seu lucro.

Marx aponta que as crises são sempre resultado da pobreza e restrição do consumo das massas (Apud. ANTUNES, 2011), pois com a elevação da produtividade do trabalho social, no capital representada, essencialmente, pelo aumento da composição orgânica do capital e pela mais valia relativa - maior intensidade de trabalho; o trabalhador não recebe um salário suficiente para adquirir o que produziu sendo meros agentes produtivos e não agentes de consumo, engendrando além do aumento de estoques dos produtos a queda na taxa de lucro dos capitalistas.

A tendência de queda da taxa de lucro está relacionada ao aumento da composição⁴¹ orgânica do capital, ou seja, a substituição do trabalho por meios de produção, que são as máquinas, implementos, energia, tecnologia que elevam cada vez mais a produtividade, gerando o desemprego, e não o aumento do tempo disponível, como almejou Marx. Um exemplo da expansão da composição orgânica (fórmula c/v) nos meios de produção, e sua função, é o acoplamento de computadores aos robôs de tal modo que estes planejam a própria ação dos robôs, variações, correções de erros, demonstrando plenamente a autonomação da produção.

⁴¹ A superprodução do capital se manifesta nas formas: superprodução de produção – capacidade ociosa; superprodução de mercadorias – estoques invendáveis; e superprodução de dinheiro – este se desloca da esfera produtiva para a esfera financeira.

Para o alcance das metas dos capitalistas, ou seja, a ampliação perene das taxas de lucros que são impostos métodos, como o taylorismo/fordismo e toyotismo, que aprofundam cada vez mais as contradições colocadas pelo sistema, são encontrados paliativos que são panacéias momentâneas às crises, demonstrando a incontrolabilidade do capital. Em decorrência desta incontrolabilidade, o capital conseguiu superar todas as desvantagens que se opuseram a ele, independente do poder material e do quanto eram absolutizadas em seus valores sociais, elevando sua forma de controle metabólico ao poder de dominância suprema, no entanto esta mesma força, como esclarece Mészáros (2002, p. 101), que assegurou o sucesso do capitalismo, está distante de ser tranquilizadora hoje.

No caso do fordismo, após um extenso período de acumulação de capitais, a partir dos anos 60 sinalizou um cenário de crise que atingiu o zênite nos anos 70, podendo ser identificada pelos principais aspectos (ANTUNES, 2009, p. 31-32): a) queda da taxa de lucro, sendo o principal motivo o aumento do preço da força de trabalho, conquistado pela intensificação das lutas sociais dos anos 60; b) esgotamento do padrão de acumulação taylorista fordista de produção, gerado pelo desemprego estrutural; c) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava autonomia frente aos capitais produtivos; d) maior concentração de capitais resultado das fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; e) crise do *Welfare State* (Estado do bem-estar social) e dos seus instrumentos, suscitando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de diminuição dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; f) ampliação das privatizações, tendência totalizante às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Dentre algumas das decorrências da crise, está a “quebra” do acordo de *Bretton Woods*. O conjunto de propostas originárias do acordo de *Bretton Woods*, estabelecidos em julho de 1944, as relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras que obtiveram êxito sob a direção americana, não perdurou. Os Estados Unidos e sua economia desempenharam, nos primeiros vinte anos do pós-guerra, a função hegemônica⁴² que decorria de sua superioridade

⁴² Hegemonia, na perspectiva gramsciana, é a da classe que domina as classes adversárias e dirige as classes aliadas (classes subalternas), exercendo a supremacia na sociedade, política, economia e na cultura. Aos intelectuais orgânicos é delegada uma tarefa, na hegemonia, em que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e no domínio sobre ela que se encarna no Estado, com função organizativa ou de conexão, sendo “prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”. Para Gramsci, toda a relação de ‘hegemonia’ é uma relação pedagógica, que deve ser conquistada e mantida pelo consentimento da sociedade civil (não pela força coercitiva), reforçando a relevância dos intelectuais. Aos intelectuais cabe a mediação entre a sociedade civil e o Estado. O partido político, concebido por Gramsci como “moderno Príncipe”, exerce a função hegemônica, visto que desempenham o “poder de fato” na sociedade civil. Para a construção da hegemonia é impreterível a junção entre teoria e prática (filosofia da práxis), à formulação de uma nova concepção de mundo (COSPITO, 2017, p. 365-368).

industrial, financeira e militar. No exercício desta hegemonia foram reconstruídas as economias da Europa e do Japão e apresentadas às condições para o avanço das experiências de industrialização na periferia do capitalismo (BELLUZO, 2009).

Os Estados Unidos sentiram os efeitos do desenvolvimento econômico de outros países como o Japão e Alemanha que iniciaram a reestruturação produtiva através do aumento da composição orgânica do capital, ou seja, melhoria tecnológica e organizacional, também os países periféricos avançaram em sua participação no comércio mundial. Desta forma, conforme Belluzzo (2009) o saldo negativo do balanço de pagamentos americano mostrou, a partir do início dos anos 70, uma participação cada vez mais importante do déficit comercial. Sofrendo pressões sobre o dólar, em 1971, Nixon interrompeu a conversibilidade do dólar a uma taxa fixa com o ouro. Em 1973, o sistema de paridades fixas, estipulado no acordo de *Bretton Woods* foi trocado por um sistema de flutuações sujas.⁴³

O país que exercia a hegemonia não conseguiu manter a posição do dólar como moeda-padrão, visto que uma oferta “excessiva” de dólares culminava do desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos, agora sob a pressão de um déficit comercial. A crise do sistema de regulação de *Bretton Woods* permitiu o aparecimento de operações de empréstimos e depósitos sem a direção dos bancos centrais. Inicialmente nestas operações os dólares superavam a demanda dos agentes econômicos e das autoridades monetárias estrangeiras. A primeira crise do petróleo⁴⁴ e a reciclagem privada dos petrodólares aumentaram as bases da oferta de crédito internacional e empurraram o sistema para o ponto de riscos crescentes (BELLUZO, 2009).

Esta crise significou uma crise estrutural do capital, evidenciando a tendência decrescente da taxa de lucro e a tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quando da incontrollabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Mészáros (2002, p. 796) menciona os principais aspectos que diferenciam esta crise das antecessoras, ratificando sua característica estrutural: 1) seu caráter é universal, invadindo o mercado financeiro e todos os domínios da vida social, econômica e cultural; 2) seu alcance é global, atingindo todos os países

⁴³Flutuação suja ou *Dirty Float* é o processo no qual a taxa de câmbio de um país passa por intervenções de mercado pelas autoridades monetárias, principalmente o Banco Central.

⁴⁴A primeira crise do petróleo tem origem em 1973, quando os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP (Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque e Venezuela), possuidores de quase todo o petróleo de consumo mundial, decidem elevar o preço absurdamente, além de reduzirem a produção. Para tal medida, consideraram: o preço extremamente baixo do barril, o consumo em aumento crescente em todo o globo, e a grande dependência dos países não-produtores, que importavam o insumo, ao invés de explorar jazidas em seus territórios.

do globo; 3) sua escala de tempo é extensa, perene; 4) modo de desdobrar rastejante, considerando que em algum momento a maquinaria, empenhada na estagnação da crise e no deslocamento temporário das contradições cessará sua energia.

Da mesma sorte, neste período, o setor financeiro conquista autonomia e grande representatividade. Rudolf Hilferding propôs o conceito de “capital financeiro” pela primeira vez em 1910, para explicar esta característica da transformação da relação entre os setores financeiro e industrial. Para ele, a característica marcante do capitalismo “Moderno”, é composta pelos processos de concentração que aparecem com a abolição da livre concorrência e a constituição do capital monopolista, culminando na formação de cartéis e trustes; e pela relação intrínseca entre capital bancário e capital industrial, esta confluência que assume a forma de capital financeiro, a forma mais elevada e abstrata do capital. O capital financeiro se desenvolve com a criação da sociedade anônima e atinge o auge com a monopolização da indústria (HILFERDING, 1985).

Com a uniformização do capital, atingida devido ao surgimento do capital financeiro, os setores do capital industrial, comercial e bancário se encontram na mesma direção das altas finanças, estando reunidos e em estreita união. Este vínculo tem por base a supressão da livre concorrência do capitalista individual por meio das grandes associações monopolistas, ou, as grandes corporações.

O capital fictício (parasitário, e especulativo – D-D’), em Marx (1974), é caracterizado pelo crescimento econômico com supremacia das finanças sobre a produção, apresentando perda entre a produção efetiva e a circulação de valores, é a multiplicação ilusória da riqueza existente através da aplicação dos juros. Um exemplo é a valorização de ativos financeiros sem o aumento da produção real, ou a elevação dos juros sem o crescimento do capital produtivo, enfim, a supremacia econômica e política do capital financeiro se comparada ao capital produtivo.

Com a desregulamentação⁴⁵ do mercado financeiro nos anos 80, uma das medidas neoliberais, o capital fictício cresce e se consolida. A busca de lucros cada vez maiores e rápidos, o aumento da especulação favorece o aparecimento de produtos financeiros arriscados

⁴⁵A desregulamentação foi uma das medidas de descompressão financeira, composta pela: eliminação dos controles cambiais, aumentando a possibilidades dos agentes domésticos realizarem transações em moeda estrangeira não advinda de uma operação comercial; liberação das taxas de juros, com restrição progressiva dos créditos dirigidos e subsidiados; e desregulamentação bancária, permitindo que os bancos locais pudessem ampliar a quantidade de serviços financeiros prestados às empresas não financeiras (BELLUZO, 2009, p. 163).

como as operações derivativas (contratos que derivam de outro já existente, estabelecido por pagamentos futuros), as hipotecas com taxas ajustáveis (com juros baixos no início e elevadíssimos com o passar do tempo), securitização de dívidas. Todos estes produtos financeiros tinham relação quase nula com a produção, e também não retornavam ao processo produtivo possibilitando seu crescimento e desenvolvimento, caracterizando o caráter essencialmente fictício desta relação. O que favoreceu a crise estrutural do capital.

A financeirização é uma forma sofisticada do capitalismo que exaspera seu circuito contraditório na busca incessante pela acumulação de dinheiro a partir do dinheiro, sem a mediação do trabalho, desvalorizando a ação humana e aumentando o capital orgânico para além das barreiras delimitadas pelas relações de produção.

Neste momento, clarifica a divisão social em duas condições: os que acumulam capital fictício e desfrutam de tempo disponível consumindo a seu bel prazer e vontade; e os que são dependentes permanentes da compulsão pelo consumo, assumindo dívidas e constantemente ameaçados pelo desemprego.

Em resposta a esta crise reorganizou-se o capital e seu sistema ideológico e político, surgindo o neoliberalismo, cujos preceitos determinantes são a privatização do Estado, a desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas e a reestruturação da produção e do trabalho, com a implementação do Toyotismo.

O período da reestruturação produtiva representa-se por uma ofensiva abrangente do capital e das forças políticas contra a classe trabalhadora, em oposição a conjuntura existente durante o ápice do fordismo, apresentando uma ação destrutiva contra o trabalhador, com números expressivos de contingentes precarizados ou à margem do processo de trabalho, elevando os níveis de desemprego estrutural (indicando que haveria uma nova crise). Apontando que ao invés de haver o aumento do tempo disponível, possibilitado pela modernização dos meios de produção, houve o aumento da jornada de trabalho em países como Inglaterra e Japão: “E o Japão, se já não bastasse sua histórica jornada prolongada de trabalho, vem tentando, por meio de proposta de governo e dos empresários, aumentá-la ainda mais, como receituário para a saída da crise”. (ANTUNES, 2009, p. 36).

Conforme Mészáros (2002), a saída universalizante para a crise, deve-se pautar na reorientação da produção de riqueza irremediavelmente limitadora e danosa ao meio ambiente no sentido de uma riqueza de produção humanamente enriquecedora, com sua taxa de utilização

ótima antitética à taxa decrescente⁴⁶, implicando mudanças radicais em todos os domínios da produção socioeconômica e cultural, em uma estrutura de organização de trabalho não hierárquica. Em contraponto à proposta do filósofo húngaro, o capital propõe a reestruturação da produção, o toyotismo. Eis que o vento perene da destruição sopra novamente, se reinventando para manter as altas taxas de lucro e acumulação de capital para alguns.

2.4. TOYOTISMO, AUTOMAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO: A COMPLETUDE DA DEGRADAÇÃO HUMANA

Após a queda do consumo, aliada a insatisfação dos trabalhadores e a crise do capitalismo, constatou-se que o método taylorista/fordista precisava ser revisto, seu processo e operações⁴⁷ precisavam ser reformulados. Neste contexto surge o toyotismo, originado no Japão por Taiichi Ohno, vice-presidente de manufatura da Toyota, autor dos livros, sobre o assunto: *O Sistema Toyota de Produção: Além da Produção em Grande Escala (Toyota Seisan Hoshiki)* e *Workplace Management (Nihon Noritsu Kyokai)* e Kiichiro Toyoda, também da Toyota; no período pós 1945 no Japão.

Nas décadas de 1980 e 90, período da mundialização do capital, o toyotismo adquire dimensão mundial, perdendo sua particularidade capitalista (atingindo, inclusive, países socialistas) ganhando dimensões universais, atingido sua completude com o regime de acumulação flexível (Harvey, 2017), caracterizado pela flexibilidade dos processos de trabalho, marcado por um confronto direto com a rigidez fordista. A acumulação flexível se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Este método é reconhecido pelo surgimento de setores de produção completamente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, inovação comercial, tecnológica e organizacional. Mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões. Novas indústrias em regiões subdesenvolvidas e vales de silício e crescimento dos países recém-industrializados. Esta acumulação se envolve em um novo movimento de compressão do espaço-tempo.

⁴⁶ No capitalismo avançado, a sociedade dos descartáveis encontra equilíbrio entre produção e consumo necessário para sua contínua reprodução, o consumo é artificial e veloz para que seja descartada precocemente grande quantidade de mercadorias que eram catalogadas como bens de consumo duráveis (MÉSZÁROS, 2002). Como o exemplo da lâmpada e da televisão, que apontamos no capítulo anterior.

⁴⁷ Para Shigeo Shingo, engenheiro mecânico responsável pelo curso de treinamento de tecnologia de Engenharia de Produção na Toyota Motors: “A produção é uma rede de processos e operações. [...] Um processo é visualizado com o fluxo de materiais no tempo e no espaço; é a transformação da matéria-prima em componente semi-acabado e daí a produto acabado. Por seu turno, as operações podem ser visualizadas como o trabalho realizado para efetivar essa transformação – a interação do fluxo de equipamento e operadores no tempo e no espaço”. (1996, p. 37).

Ohno engendrou um método que viabilizasse a obtenção de lucros mesmo em um período de baixa demanda, desta forma enxergou a produção em pequenos lotes como ideal para redução e controle de estoque, colocava-se em prática a *lean production*, produção enxuta, *team work*, liofilização que foi adotado por empresa de diversos ramos de atividades.

Ohno desenvolveu um sistema para a produção de veículos de vários modelos em pequenas quantidades dentro da mesma linha de montagem. Esta diversificação da demanda é alternativa a produção em massa fordista, que supõe a estabilidade do mercado; o que mostrou ser um equívoco.

Tanto a Toyota quanto a Honda⁴⁸ estavam voltadas às estratégias de lucro, seja pela redução permanente de custos como a Toyota, ou pela inovação e flexibilidade, especialmente na exportação como a Honda, e sobre novas e concretizadas economias de escalas consequência da internacionalização, a standardização ampliada das plataformas dos modelos e a compra de outras montadoras, como a Volkswagen que adquiriu as marcas: Audi, Bentley, Bugatti, Ducati, Lamborghini, Seat, Porsche, Skoda, Auto, MAN, Volkswagen Caminhões e Ônibus e Scania.

O toyotismo predicava que os processos podem ser otimizados com a melhora do produto em si, ou seja, sua qualidade através da Engenharia de valor e com a melhora dos métodos de fabricação com menos tempo, menos custo e defeito “zero”, do ponto de vista da engenharia de produção ou da tecnologia da fabricação (SHINGO, 1996, p. 41).

A Toyota iniciou suas melhorias objetivando remover as ineficiências no processamento, inspeção e transporte, posteriormente viu a estocagem como um fator a ser eliminado. Visando eliminar o amontoamento de estoques, que geram redução de lucros ou mesmo prejuízos, no método proposto por Ohno a quantidade a ser produzida é ditada somente pelo número de pedidos, fabricam de acordo com as encomendas efetivadas pelos clientes. Para isso adotou-se, em 1940, o princípio *Just-in-time*.

A palavra *Just-in-time* significa “no momento certo”, “oportuno”, ou no momento estabelecido. Este termo é empregado para enfatizar o tempo de entrega, no entanto este processo é estabelecido com os itens necessários, na quantidade necessária, no momento

⁴⁸ De acordo com Boyer e Freyssenet (2000, p. 15), o modelo hondista: “Consiste em conceber produtos conceitualmente inovadores que respondam as expectativas ou demandas emergentes, a fabricá-los maciça e imediatamente, se os pedidos confirmam a antecipação feita, para tirar proveito do risco assumido e antes que os concorrentes invistam no segmento de mercado criado, ou bem ao contrário, abandoná-los rapidamente a ao menor custo, em caso de fracasso comercial”. Estas características da Honda consideram que os modos de vida se alteram periodicamente, ou há elevação social.

necessário, ou seja, assim que finalizar o produto este será entregue ao comprador, sem geração de estoque e no tempo acordado (SHINGEO, 1996, 103).

A ideia do *Just-in-time* remete a produção das peças necessárias, na quantidade e número necessário, objetivando reduzir a quantidade de produtos que podem ser vendidos, quando e o número que pode ser vendido. É o princípio da precisão da produção, da eliminação das perdas, que pode ser caracterizada (MOURA, 1989, p. 12):

- Filas de materiais que ocupam espaço, aumentam o tempo do ciclo de manufatura e as peças podem ser danificadas;
- Estoques, registros e movimentações do material extra;
- Produção além do programado;
- O tempo de espera de um operador no momento do funcionamento da máquina;
- A movimentação de material, preparações de máquina e a produção de peças com defeitos.

Para diminuir as perdas cada processo deve ser abastecido exatamente com os componentes necessários, na quantidade e momento certo. Para isso é necessária a flexibilidade da produção e o baixo tempo de reabastecimento.

O sistema Kanban corrobora com a capacidade do toyotismo, principalmente na meta do estoque zero, é a técnica de gestão do *Just-in-time*. Este foi extraído do sistema de supermercados, em que as principais características são fundamentadas por: os consumidores escolhem os produtos que querem adquirir; há exigência de poucos funcionários, visto que o cliente se auto-atende e a empresa reabastece somente o que foi vendido. Este sistema transmite informações da produção aos postos de trabalho conexos, normalmente na forma de um cartão. Os funcionários da produção só iniciam algum trabalho de acordo com um programa de produção comunicado pelo departamento de controle. Reinaldo Moura ilustra o Kanban, facilitando o entendimento:

Se compararmos a manufatura com o corpo humano, o departamento de controle de produção tem a função do cérebro e o Kanban age como o sistema nervoso. Se uma pessoa tiver problemas de coordenação motora ou de reflexos, ela corre o risco de se ferir ou ficar doente. Na corporação, não importa o quanto o cérebro seja excelente, a corporação não tem saúde se não tiver boas funções nervosas. (1989, p. 6).

O principal objetivo do Kanban é converter a matéria-prima em produtos acabados, com o tempo de espera igual ao de processamento e eliminação da fila do material e do estoque parado. Moura (1989, p. 27) apresenta o Kanban como uma técnica de programação em curto tempo que usa cartões para acionar o puxar de material; um método de organização industrial

que objetiva conter o desperdício nas áreas de produção e de materiais e é um sistema de informação que coordena os departamentos de processos que estão interligados.

Além do sistema Kanban, o fator que mais afetou o trabalhador foi à transferência de algumas operações que eram feitas por homens e passaram a ser executadas por ferramentas e máquinas. A máquina opera as ferramentas que foram manejadas pela ação humana, o escopo é extinguir os movimentos humanos e inserir dispositivos automáticos. Shingeo, engenheiro da Toyota, ao relatar a separação do trabalhador da máquina, relata que no Japão isto ocorreu em meados dos anos 20, neste momento as peças eram instaladas e torneadas em máquinas, mas eram usinadas manualmente com ferramentas de corte, posteriormente as ferramentas de corte passaram a ser aplicadas automaticamente e o esforço do homem passou a ser o esforço da máquina (SHINGEO, 1996, p. 92).

A pré-automação, de acordo com Shingeo, é preconcebida em 1969 pelo Sr. Hachiya, gerente de fabricação da Saga Iron Works, que questionou: “por que as pessoas têm de ficar ao lado das máquinas se as máquinas são automatizadas?” Shingeo respondeu: “A razão é que as máquinas não têm a inteligência necessária para detectar anormalidades. Éramos capazes de obter operações não-supervisionadas, acoplando vários dispositivos às máquinas, para detectar anormalidades nas próprias máquinas, assim como nos produtos. [...]”. (SHINGEO, 1996, p. 197). De acordo com este relato o que diferenciara a mecanização da pré-automação é o feito das máquinas terem ou não capacidade de identificar anormalidades, que podem interromper ou danificar a produção.

A automação, desenvolvida na indústria têxtil japonesa, por Kiichiro Toyoda, é um neologismo criado com a junção das palavras “autonomia” e “automação”, sendo um processo pelo qual é inserido às máquinas um mecanismo de parada automática em caso de detectar-se algum defeito no andamento da fabricação, permitindo o funcionamento autonomamente, ou seja, sem interferência humana direta, sem que se produzissem objetos com defeitos (PINTO, 2007).

Com o aumento da automação o trabalhador passou a operar não apenas uma, mas 05 ou mais máquinas, alimentando uma quando necessário, ou concertando outra; podendo ser comparado a um polvo. Esta implantação suscitou na redução de custos com funcionários, visto que após sua total depreciação, a máquina não tem mais custo de utilização, já os trabalhadores devem ser pagos todos os dias trabalhados.

Semelhante ao taylorismo, mas aperfeiçoado, os movimentos dos operários são executados de tal forma que reduza a perda de tempo, aliado a redução do desperdício, como o exemplo abaixo:

Eliminação do desperdício representado pela aplicação de óleo sobre o retalho. Na Indústria T, material bobinado era utilizado com matrizes progressivas na prensa. Perguntei ao gerente de fabricação por que ele punha óleo sobre o material com um rolete de feltro. Ele respondeu explicando que o óleo era necessário durante a extrusão do material. Então perguntei: “Por que o senhor põe óleo sobre o retalho?” Após pensar por algum tempo, ele respondeu: “O rolete cobre toda a superfície do material, de forma que não há como evitar que isso seja feito”.

Disse a ele que o verdadeiro problema estava nas palavras “não há como evitar”. No momento em que tomamos conhecimento de que aplicar óleo sobre o retalho representa perda, estamos prontos para pensar em outro método de lubrificação. Algum tempo depois, o método de lubrificação foi modificado. Utilizando um método de aspersão de névoa de óleo nas partes superior e inferior da matriz, a lubrificação do retalho foi eliminada. (SHINGEO, 1996, p. 115).

Oposta a rigidez fordista está à flexibilização que está relacionada à acumulação flexível do trabalho, característica desta reestruturação produtiva originada pela toyotismo, Harvey desenvolve esta característica:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (2017, p. 140).

O aperfeiçoamento do movimento corporal dos funcionários, levando-os a realizarem várias tarefas ao mesmo tempo e, exigindo que tenham conhecimento de todas as etapas de produção (diferente do fordismo), atrelados a flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores pressionem vigorosamente os trabalhadores exercendo um controle espúrio sobre ele, agravado ainda mais com o desemprego que gera insegurança àqueles que estão empregados.

O foco na produtividade englobou toda a organização empresarial, dos cargos administrativos até os operacionais, passando a cobrar dos trabalhadores, empenhos além da execução de tarefas rotineiras, como a manutenção dos equipamentos que operam, a limpeza do local de trabalho, o controle de qualidade de seus produtos e a tarefa de se reunir

periodicamente para apresentar opções de alterações que melhorem a sua própria produtividade. Esse método de reuniões, que eram realizadas para propor soluções é chamado de *kaizen*. Há também os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), onde grupos de trabalhadores se reuniam para discutir a qualidade do seu trabalho. A maior vantagem destes Círculos é envolver ideologicamente os trabalhadores, interiorizando a cultura empresarial necessária e exigida pelo toyotismo (PINTO, 2007, p. 69).

Este novo método objetivou a desestabilização e o enfraquecimento das instituições de representação do trabalhador, como os sindicatos, com a pretensão de fraturar a recalcitrância no trabalho, conforme expõe detalhadamente Ricardo Antunes:

Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distanciam-se crescentemente do sindicalismo e dos movimentos sociais classistas dos anos 60/70, que propugnavam pelo controle social da produção, aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. Abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da social democratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. A brutal defensiva dos sindicatos frente a onda privatista é expressão do que estamos nos referindo. (1998, p. 35).

Com o enfraquecimento das instituições de representação há espaço para que a flexibilização da produção requeira a flexibilização das leis trabalhistas, resultando em alterações na legislação trabalhista, principalmente nas economias periféricas, onde existem poucas opções de proteção social por parte do Estado. Estas medidas levam à submissão e apatia do trabalhador que teme o desemprego, como resume Pinto:

Isso implica, entretanto, em aceitar-se muitas vezes grande intensificação do volume e do ritmo de trabalho, com elevação do número de horas trabalhadas, pois o fechamento de postos de trabalho em atividades como manutenção, supervisão, controle de qualidade, limpeza, entre outras, implica na sua transferência aos trabalhadores que “ficam”, nem sempre com aumento compatível nos seus salários. (2007, p. 71).

O desemprego, as remunerações variáveis (PLRs, bônus, comissões, campanhas de incentivo, remuneração por competência, por estratégia e por habilidades), a troca de “contrapartidas qualitativas” (garantia de emprego, direitos sociais) por “contrapartidas quantitativas” (bônus salariais, prêmios por cumprimento de metas) que se destacam na esfera do fetiche da materialidade e da imediatividade; estes mecanismos levam os trabalhadores a aceitarem os baixos salários, inclusive se submetendo a condições precárias de trabalho, como

o trabalho temporário, que praticam longas jornadas para entregarem níveis elevados de produtividade, e voltarem à condição de desempregados. O desemprego é um dos principais incentivos das jornadas flexíveis de trabalho.

Nos dias que correm, verifica-se que a classe trabalhadora vai além do proletário industrial do século XX, mesmo considerando que este ainda seja o núcleo fundamental e sem previsão de extinção, embora muitos autores prognosticaram o seu fim – Rifkin, André Gorz, Mallet, Belleville, Adam Schaff, Claus Offe, Lojkin.

O principal êxito do toyotismo foi que, através de suas técnicas e métodos, moldou o comportamento do trabalhador de tal forma que ele age e, quase sempre, pensa instintivamente, sem reflexão ou senso crítico e, quando estes aspectos estão presentes, não consegue ir além da realidade posta.

Com a automação, Ohno busca inserir a inteligência humana às máquinas, substituindo o trabalho vivo pelo trabalho morto, eliminando assim a necessidade de contratações, e exigindo o trabalho multifunções, ou o operador de várias máquinas, este é o princípio da *lean production*. Giovanni Alves amplia o princípio da automação, como sendo:

O princípio da automação diz respeito não apenas a dispositivos mecânicos, ou seja, dotar as máquinas automáticas de certa autonomia programada (o que Ohno irá denominar de “toque humano”) [...] Mas implica também dispositivos organizacionais de “autoativação”, o que significa que, mesmo numa linha de produção operada manualmente, diz Ohno, “os próprios trabalhadores deveriam acionar o botão de parada para interromper a produção se surgir qualquer anormalidade”. Nesse caso, a parada automática ou autoativa adquire para ele um “sentido pedagógico”: “Parar a máquina quando ocorre um problema força todos a tomar conhecimento do fato. Quando o problema é claramente compreendido, a melhoria é possível”. A automação e a autoativação visa, no Sistema Toyota de Produção, não apenas evitar rebotalhos e defeitos, mas contribuir para a melhoria contínua dos procedimentos de produção. (2011, p. 55).

Em cadência com o *kaizene* os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a automação colabora para cooptar os trabalhadores, corpo e mente, às demandas de produção, através do conhecimento do fato, do exemplo prático e notório. Neste método, o trabalhador individual e coletivo (cooperação complexa) fornece informações, utilizando suas habilidades para aprimorá-lo, aperfeiçoá-lo e, conseqüentemente, aumentando a sua produtividade e a sua espoliação.

Uma das diferenças entre o taylorismo/fordismo e o toyotismo é que o primeiro limitou-se a aspectos físico-maquinais dando ao homem a possibilidade de pensar, até mesmo criticamente, compreendendo sua condição e apresentando aspectos de recalcitrância em relação a ela; no toyotismo, com os novos mecanismos organizacionais, como o *Just-in-time*, *kanban* e a nova maquinaria, há necessidade de um homem que colabore cognitivamente na produção, havendo a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital visto que atua em favor deste, ou seja, é a “subjetividade às avessas” que vai coordenar os novos instrumentos tecnológico-organizacionais (ALVES, 2011).

A abrangência da ideologia toyotista alcança o tempo disponível, se desprendendo do espaço e do tempo de trabalho, ocupando todo o tempo do trabalhador. Os trabalhadores recebem um salário inferior para se reproduzir nas condições sociais dadas, intensificando e alongando o tempo dedicado ao trabalho. Com a utilização das novas tecnologias de comunicação e informação: celulares, *tablets*, computadores (e-mails) há a desterritorialização do trabalho, levando a sua intensificação⁴⁹, que elimina as brechas de tempo disponível (a porosidade é menor que no fordismo).

Neste sentido, Lukács traz o conceito de capitalismo tardio e de “capitalismo manipulatório”, que se apresenta juntamente com a intensificação do trabalho (mais valia relativa), ele verifica que a manipulação gerou um retrocesso da consciência e a decadência do fator subjetivo, alcançando a destruição da razão. O filósofo aponta em seu livro *A Ontologia do ser social II* que a manipulação se origina, materialmente, no desenvolvimento das forças produtivas e que este aspecto foi decisivo para a reprodução do capitalismo atual que se espalhou para todos os campos da práxis social, inclusive o tempo disponível.

Para ele, não há dúvida de que, com o aumento do tempo disponível têm surgido problemas perceptivelmente novos. As lutas pela liberdade perseguiram somente a redução da jornada de trabalho para que possibilitasse ao trabalhador uma vida humana, no entanto a redução se dá efetivamente para atender aos interesses do capital manipulatório, ou seja, consumir mercadorias e aumentar a acumulação flexível cujo instrumento é a manipulação e usurpação da consciência (HOLZ; KOFLER; ABENDROTH, 1971, p. 103). A manipulação

⁴⁹A intensificação do trabalho é alarmante, originando um novo fenômeno, nomeado no Japão de *karoshi* ou birôla (termo utilizado no Brasil), este é uma patologia ligada ao trabalho. O Instituto Nacional de Saúde Pública do Japão identifica o *karoshi* como uma condição pela qual as práticas de trabalho psicologicamente nocivas são permitidas, levando o trabalhador a um excesso de fadiga do corpo e a uma condição crônica de overdose de trabalho, causando o esgotamento total. Muitos trabalhadores morrem ou se suicidam vítimas do estresse e da depressão geradas pela sobrecarga de atividades (SILVA et. al., 2006).

atinge tal amplitude que o homem age autonomamente, ou seja, o ato teleológico, a escolha entre alternativas, o espelhamento, a objetivação e a exteriorização são condicionados e condizentes com os interesses da reestruturação produtiva. Quando Lukács apontou estas questões, em 1969, o ciclo do capitalismo tardio manipulatório ainda não estava completo, se encerrou com a Revolução Informacional.⁵⁰

O toyotismo entrou em crise com as mudanças nas taxas de juros e as alterações de paridade entre as moedas – variação cambial, que devastaram os esforços contínuos dos trabalhadores em melhora salarial e fornecedores em melhorar as condições de compra. Hodiernamente, em continuidade a precarização dos trabalhadores, presenciamos ataques frontais aos direitos adquiridos historicamente, por meio de muita luta; no Brasil temos os exemplos, a terceirização para todas as atividades da empresa, disposta no Projeto de Lei 4302/98, reforma trabalhista, e a proposta da reforma previdenciária.

O sucesso do método toyotista se deve, além das condições da cooperação complexa (revolução das redes informacionais, nova configuração da luta de classes que é apresentada como inexistente; e a tirania do capital no sistema mundial) à dominação mundial da política-estatal e ideológica do neoliberalismo, visto que a reestruturação produtiva foi à base material deste projeto ideológico, conforme exposto por Giovanni Alves:

Nas condições do capitalismo liberal, o capital torna-se uma força social mais dominante que nunca, tanto no sentido da implicação político-estatal, quanto da dominação político-ideológica, expondo, com mais intensidade e amplitude, o “todo orgânico” da produção do capital. As derrotas históricas das forças sociais e políticas do trabalho, a crise do *Welfare State* e a ofensiva neoliberal nas instâncias político-ideológicas deram ao capital a maior liberdade possível, sem a qual não poderia afirmar-se como sujeito fora e dentro do processo de trabalho. O movimento exacerbado do capital tende a dar um sentido “entreguista” à nova racionalização do mundo, que se confunde com modernização e perpassa a totalidade da vida social como instância da produção de valor (pelo menos no plano do discurso ideológico dos valores-fetichê, que obnubilam a intensa irracionalidade social). Nas últimas décadas, o aparato hegemônico neoliberal tem constituído um novo terreno ideológico, que impulsiona uma “reforma das consciências e dos métodos de conhecimento”. (2011, p. 36).

⁵⁰ A revolução das redes informacionais, considerada a Quarta Revolução Tecnológica, confere: 1) uma ofensiva do capital na produção, ativando novos métodos de controle do trabalho morto sobre o trabalho vivo (como a autonomia), desmanchando relações salariais e flexibilizando contratos de trabalho; 2) a redução dos custos de integração da empresa-rede que surge a partir do oligopólio mundial e 3) com o intuito de garantir novas formas de rentabilidade derivada das “rendas relacionais”, ou seja, relações entre empresas no decorrer do complexo de terceirizações industriais (ALVES, 2011, p. 81).

A desvalorização do trabalho, a atenuação da resistência dos subalternos, enfrentamento das gerações na fábrica e nas famílias, crise da militância sindical e política, vulnerabilidade crescente dos trabalhadores, como a perda de direitos sociais ou mesmo a perda do emprego são consequências preocupantes da ideologia neoliberal, aliada aos fundamentos materiais do toyotismo, que atingem o coração da Universidade Pública, e devastam a vida dos trabalhadores desta instituição em especial, os docentes.

2.5. A INTENSIFICAÇÃO E A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O desenvolvimento tecnológico e científico, embora tenha propiciado a redução de tarefas degradantes (como a automação dos canaviais), colaborou com o trabalho consciente dando a impressão de direcionar sua finalidade para a humanização e qualidade de vida dos trabalhadores; na realidade verifica-se a apropriação desigual das vantagens deste desenvolvimento: condições pauperizadas do meio ambiente de trabalho e interferência no cotidiano do docente. Com a reestruturação produtiva e a implantação do toyotismo, a flexibilização, a automação e a apreensão do conhecimento do trabalhador agravam a precarização e há restrição do tempo disponível.

A intensificação é maior ou menor, de acordo com o momento histórico da sociedade e da correlação de forças na luta entre capital e trabalhadores, classe burguesa e classe trabalhadora.

Dal Rosso (2006) identifica os movimentos do processo de intensificação do trabalho: O primeiro ocorreu durante a Revolução Industrial na Europa, em especial na Inglaterra, no século XVII e XVIII, exigindo maior dedicação dos trabalhadores para o aumento da produtividade, após o seu declínio, advindo da perda de eficiência e estagnação tecnológica surge a segunda onda, iniciada no século XX, o taylorismo/fordismo que objetivava aumentar a produtividade sem grandes mudanças tecnológicas. Gramsci trata desta fase no Caderno 22 intitulado Americanismo e Fordismo, demonstrando como o proibicionismo americano colaborou para a formação do trabalhador através do controle moral, restringindo o uso de álcool e racionalizando a sexualidade dos trabalhadores. A terceira onda surge com o esgotamento do método anterior em meados do século XX, devido à recalcitrância dos trabalhadores referente à intensificação e as relações de trabalho; neste momento o toyotismo desponta como método resoluto, apresentando a produção *Just in time*, ou seja, produção de acordo com a demanda, otimizando o tempo de produção, transporte, e controlando a qualidade

e quantidade de estoque. Neste modelo a polivalência, horizontalização e domínio sobre a subjetividade do trabalhador são aspectos primordiais para o seu sucesso.

Dentre os resultados destas e outras medidas derivadas do toyotismo ressalta-se o mais trabalho e a polivalência do docente, a escassez do tempo disponível e o desrespeito ao valor do trabalho intelectual.

A intensidade se destaca quando a grande indústria surge e se desenvolve, a criação de riqueza real depende menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregado e mais da potência/intensidade dos agentes que vêm colocados em prática durante o tempo de trabalho.

A polivalência, outra característica marcante do trabalho contemporâneo, exige do trabalhador a realização de diversas funções, diminuindo os poros do tempo ocioso, aumentando a intensidade e consumindo mais energia psíquica, física e cognitiva, que atinge tanto o trabalho manual quanto o trabalho intelectual (embora um não exista sem o outro, há predominância de um ou de outro).

A prática da polivalência exigiu a intensificação e maior dispêndio de energia do trabalhador, portanto possibilitou a geração de mais valia relativa, apresentada por Marx como derivada da redução do tempo de trabalho necessário para a realização de determinada tarefa em que os resultados no momento $t2$ são maiores do que no momento anterior $t1$ da produção. A mais valia relativa difere da mais valia absoluta, pois esta é obtida pelo aumento da jornada de trabalho, ou seja, mais tempo dedicado a concretização da atividade. Nas palavras de Marx:

A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. A produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital. (MARX, 1987, p. 585).

Para Sadi Dal Rosso, a intensidade se refere ao grau de dispêndio de energia conferida pelo trabalhador na atividade concreta, deste é exigido um empenho físico, intelectual e psíquico maior, para ele:

A intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a efetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização. Além do envolvimento pessoal, o trabalhador faz uso de relações estabelecidas com outros sujeitos trabalhadores sem as quais o trabalho se tornaria inviável. (2008, p. 21).

Intensificar “é exigir mais trabalhos e resultados superiores no mesmo espaço de tempo” (DAL ROSSO, 2008, p. 46), para isso há junção de alguns fatores como à diminuição do tempo para descanso na jornada de trabalho, pouco tempo para atualização e requalificação profissional, sensação constante de sobrecarga de trabalho e redução da qualidade do tempo, que leva ao isolamento e barreira às ações coletivas.

Esta intensificação tem, no capitalismo, a finalidade de geração de resultados, lucro e redução de custos, visto que o aumento da mais valia absoluta exigiria o pagamento de horas extras ou a necessidade de novas contratações, na mais valia relativa se extrai mais trabalho sem efetuar o pagamento deste aumento de movimento. No trabalhador intelectual, verificam-se os frutos da intensificação no aumento da quantidade de produção no caso do professor, há a exigência de maior produção científica, mais aulas e mais atividades burocráticas.

Com o aumento da composição orgânica do capital, ou seja, máquinas, insumos, tecnologias de informação; e com as mudanças na organização do trabalho (a implantação do toyotismo, por exemplo); a produtividade aumentou consideravelmente, exigindo maior envolvimento e dedicação do trabalhador. Nota-se que junto com o aumento da produtividade – o aumento da composição orgânica do capital e a reorganização do trabalho há o maior dispêndio de energia do trabalhador, este trabalha mais em menos tempo.

Outra característica do trabalho contemporâneo é a maior predominância em atividades de serviços e a importância do trabalho intelectual nas indústrias, que demanda cada vez mais o conhecimento e a criatividade do trabalhador.

O trabalho intelectual é intenso dentro e, muitas vezes, fora do espaço de trabalho, em todas as atividades em que o capital está presente a competição, dedicação e o desgaste são notórios: atividades financeiras e bancárias, servidores públicos, profissionais da educação, lazer, cultura, esporte e outros sentem na pele a desumanização de suas atividades, se tornando cada vez mais o “apêndice da máquina” comandada pela ideologia neoliberal.

A fragmentação, ou flexibilização das jornadas de trabalho agrava a intensificação do trabalho. O tempo é distribuído de maneira variável dificultando a delimitação do tempo de trabalho e tempo disponível. Quatro horas de trabalho pela manhã, quatro à noite é uma situação corriqueira do trabalho docente. Sadi Dal Rosso (2008) explicita a fragmentação do tempo de

trabalho que possibilita igual grau de efetividade das aulas, visto que recuperou a energia despendida no período anterior de trabalho, visto que há um intervalo de tempo entre elas.

Tínhamos o desejo onírico de que o desenvolvimento tecnológico nos liberasse do trabalho abstrato e nos conduzisse para o campo das atividades emancipatórias onde poderíamos desenvolver nossas potencialidades e vontades, contemplar, devanear, sonhar. No entanto, estamos tomados pelo desgaste físico e mental, consequência do excesso de esforço empregado para a produção, o tempo de trabalho se inseriu inclusive no tempo disponível, no caso do professor este é utilizado para a escrita de artigos e livros, organização de eventos, preparação de aulas, práticas docentes em sala de aula, enfim, frutos das safras exigidas pelo Currículo *Lattes* que, embora seja um instrumento de prestação de contas à sociedade, tendo em vista de que neste documento deve conter todas as atividades laborais realizadas pelo docente; muitas vezes é utilizado para mensurar a produção acadêmica do docente.

Marcio Pochmann (2008) nos mostra que o PIB (Produto Interno Bruto) dos países torna-se mais leve e com elevada produtividade, tendo o trabalho imaterial como principal força geradora de riqueza no mundo. Esta “leveza” se dá, pois para cada R\$ 1 de riqueza gerada no mundo a partir do esforço físico do trabalho do homem em 2006, havia R\$ 9 de responsabilidade do trabalho de natureza imaterial, enquanto que em 1950 a cada R\$ 10 de riqueza gerada no mundo, R\$ 4 eram concebidas pelo trabalho imaterial. Em menos de três décadas, a riqueza associada ao trabalho imaterial cresceu quase 10%, em média, ao ano, enquanto a do trabalho material aumentou a metade disso, como vimos, característica intrínseca ao método de produção toyotista.

Esta alteração exigiu, em contrapartida, amplos e constantes investimentos em infraestrutura, em ciência e em tecnologia aplicada, levando a sua consolidação, conforme vimos anteriormente. De acordo com o autor, a economia do conhecimento responde pela potencialidade renovada de fantástica ampliação da riqueza a partir da base industrial consolidada pela estrutura produtiva existente, fazendo sobressair igualmente o método toyotista. Neste sentido, o trabalho intelectual corrobora no que tange ao alcance dos objetivos mercantis.

Ao mesmo tempo, o trabalho docente é atingido pela reconfiguração da legislação trabalhista, que foi desenhada para excluir direitos conquistados através de lutas e reivindicações, juntamente o barateamento da mão-de-obra por meio da reestruturação dos processos de trabalho e transferência dos serviços públicos para a esfera privada. Estes acontecimentos levaram os trabalhadores ao esgotamento físico e mental.

Com a expansão da UNESP, a constituição do trabalho docente como parte da totalidade capitalista, submetido à sua lógica e às suas contradições, portanto produtor de valores de uso e valores de troca surgiu como aspecto primordial resultante do processo histórico que levou o professor a uma condição de sofrimento físico e psíquico decorrentes das mudanças na prática social, econômica e política ampla.

A intensa pressão e preocupação do professor em cumprir as “metas” acadêmicas é a *práxis* no seu aspecto fenomênico, é a manipulação na qual os comportamentos, mecânicos e habituais, são executados muitas vezes instintivamente.

Para clarificar a intensificação do trabalho docente no ensino superior, através da análise do anuário estatístico, de 2017, da UNESP – Universidade Estadual Paulista; constatamos que entre os anos de 2002 e 2016, houve um aumento de 47,51% no número de alunos de graduação, que passou de 25.738 para 37.965; e um aumento de 51,36% no número de alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado), que passou de 9.204 para 13.931. Se considerarmos os alunos de graduação e pós-graduação, verifica-se elevação de 48,52%, passando de 34.942 para 51.896. Entretanto, no mesmo período, o número de professores contratados elevou apenas 13,43%, passando de 3.201 para 3.631, comprovando a tendência à intensificação do trabalho docente, destacando um aumento de docentes inativos, passando de 1.243 para 1.939, aumento de 56%.

O aumento gradativo da quantidade de aluno por professor na graduação e na pós-graduação indica uma reordenação, uma alteração estrutural, na relação entre docentes e discentes no dia a dia das universidades. Os docentes estão sobrecarregados no atendimento e na orientação de pesquisas discentes.

Ademais, o número de professores contratados em regime de trabalho temporário ampliou, sendo uma tendência no Ensino Superior no Brasil, marcada pelo aumento no número de contratações de professores substitutos e bolsistas, visto que para a abertura dos cursos de graduação durante o terceiro ciclo de expansão, todos os professores foram contratados em regime de trabalho temporário. Embora a contratação de substitutos e bolsistas tenha como finalidade suprir parte deste das aulas, outras atividades são exclusivas dos efetivos, como as aulas ministradas na pós-graduação *stricto sensu*, orientações de pesquisas discentes, representações acadêmicas, coordenações, etc.

Conforme expõe Silva Júnior e Sguissardi (2009), o crescimento da pós-graduação é outro elemento que intensifica o trabalho docente. Mesmo que atuem tanto na graduação quanto na pós-graduação, entre estes dois níveis há diversas diferenças referentes à prática de trabalho, em razão de, mesmo com as avaliações externas, como Sistema Nacional de Avaliação do

Ensino Superior (SINAES), a graduação ainda possui uma relativa autonomia institucional. Já a pós-graduação que amarga, de maneira direta e intensa, influências externas de agências de avaliação, fomento e regulação como o CNPq, a CAPES, a FAPESP. Na pós-graduação “a natureza do seu trabalho saiu totalmente do domínio do professor”, tendo em vista o processo de avaliação externo (2009, p. 177).

Dal Rosso (2008) informa-nos que o primeiro instrumento de intensificação empregado junto aos docentes é o alongamento das jornadas de trabalho – levando os docentes a trabalharem por mais tempo para cumprirem o acúmulo de tarefas e aprenderem a manejar as novas tecnologias para a realização da atividade de trabalho.

Neste momento, é importante diferenciarmos o trabalho produtivo do trabalho improdutivo sob os fundamentos marxistas, justificando porque, mesmo que o professor da UNESP alongue sua jornada de trabalho ou a intensifique, este não aumenta a produção de mais-valia nem absoluta e nem relativa: o professor de Universidade Pública é improdutivo, não gera mais-valia.

O trabalho produtivo é o que produz mais-valia, desta forma, gera lucro para o capitalista. O trabalhador produtivo não apenas produz o necessário para a sua reprodução, mas produz excedente que é utilizado para garantir a existência do capitalista. O fundamento da produção capitalista consiste em que o capitalista compra uma mercadoria específica, denominada força de trabalho, que pode comercializar por um valor superior aquele pago. O trabalho produtivo na sociedade capitalista é aquele que se troca por capital, ou seja, é trabalho que se troca por dinheiro, que na qualidade de capital enfrenta e domina a força de trabalho.

No entanto, do ponto de vista da produção capitalista, quando o trabalho não fornece mais-valia ao capital ele é improdutivo, não se considerando a natureza do produto que está sendo objetivado e pouco importa que ele seja intercâmbio orgânico com a natureza. Existem distintos serviços que podem ser comprados pela mediação do dinheiro, mas que são improdutivos, como é caso dos serviços do médico, do sacerdote, do professor de ensino público, do militar, do policial, dos funcionários públicos etc. Na verdade quem menos exerce comando sobre os trabalhadores improdutivos são os trabalhadores produtivos; embora sirvam de sustentação de toda a estrutura da sociedade capitalista, são os que menos se beneficiam com os serviços prestados pelos trabalhadores improdutivos. No entanto, o capitalista pode contratar os serviços do professor, do advogado e do médico, e os fazer trabalhar para ele, quando estes trabalhos, embora não tenham nenhum conteúdo material, se destinarem a produzir mais

dinheiro; eles se configuram, então, como trabalho produtivo de capital. Mas este não é o cerne da produção capitalista como produção de mais-valia.

Mesmo sendo trabalho improdutivo, alguns autores como Casanova (2001) e Delgado (2006) denominam essa nova ambiência acadêmica e pessoal desses trabalhadores, de “capitalismo acadêmico”, sendo a adequação das medidas e categorias das corporações na universidade, outros chamam de gerencialismo ou managerialismo, tendo em vista de que há semelhança com os métodos de administração de empresas privadas.

Como exemplo do mais trabalho aliado à competitividade, ligada ao método gerencial, aparece à necessidade da publicação como meta, e não meio, a finalidade do trabalho científico é distorcida, não sendo mais alavanca da criatividade e avanço científico, e sim medida quantitativa. Esta medida gera alguns abusos, decorrente da própria característica da exigência da produção científica: co-autoria (sem participação no trabalho), proliferação de periódicos, inscrição de trabalho em eventos sem a preocupação de comparecer para apresentar/debater, das coletâneas, da proliferação de editoras e da publicação mediante pagamento do pesquisador-autor, apropriação da pesquisa dos orientandos etc.

Há polivalência, ou acúmulo de funções dos professores, que nos novos sistemas administrativos, servidos por espaços tecnológicos de comunicação, operam novas relações dos técnico-administrativos. Funções que eram de competência daquela categoria foram direcionadas para o professor. Como exemplo, podemos apresentar os muitos pareceres emitidos, eletronicamente, às agências de fomento ou revistas; o preenchimento de planilhas de notas de avaliação de alunos *online*; a apresentação do programa da disciplina *online*, por meio de formulários eletrônicos.

Congruente a esta lógica está a não reposição dos docentes frente aos processos de aposentadoria, ou morte, e a não contratação quando da ampliação dos serviços, sendo que este processo impõe uma sobrecarga de trabalho maior, levando a intensificação, pois há como vimos, aumento nos números da relação professor/aluno, aumento de tarefas burocráticas a serem cumpridas, face à pequena evolução do quadro de servidores técnicos-administrativos, aumento do número de cargos de gestão a serem cumpridos pelos docentes, e as metas de escrita e publicação.

Alguns autores, como Izabel Borsoi e Deise Mancebo (2010), relatam que diante da intensificação e do excesso de atividades, os professores trabalham sem traçarem limites do tempo dedicado às atividades profissionais e o tempo disponível, dedicado as atividades

prazerosas e livres. Estes utilizam suas casas como extensão do ambiente laboral para concluírem suas atividades e atenderem às exigências do modo de produção vigente.

A cultura do desempenho e do mais trabalho atingiu grande parte do espaço acadêmico, os alunos da graduação e da pós-graduação são pressionados a trabalharem mais e com mais velocidade. A redução dos prazos para a conclusão do mestrado e do doutorado – estendido as bolsas, independente da qualidade, este é um exemplo impositivo que objetiva uma melhor pontuação junto a CAPES.

A preocupação maior reside na incorporação das ações coercitivas na vida acadêmica, em que o produtivismo (em Universidades Privadas e o mais trabalho em Universidades Públicas), a intensificação do trabalho, a polivalência é um consenso, é uma roupagem do cotidiano. O convencimento que leva a comportamentos e pensamentos espontâneos, sem influência externa imediata, ou seja, quando a ideologia neoliberal é legítima. Neste sentido, para Antonio Gramsci (2001) ações opressivas apenas obtêm sucesso, na vida dos homens, quando se tornam um consenso, característica alcançada pelo neoliberalismo. O ensino, o aprimoramento, a reflexão e mesmo a contemplação estão dando lugar a escrita de artigos independentes de sua real contribuição social ou científica.

E quais alternativas, diante deste cenário desalentador? Bianchetti e Machado (2009, p. 87-88), não esgotando as possibilidades, apresentam prospectivas que possam remediar este cenário: qualificação da quantidade das produções científicas; resgate da relação entre o universal e o local e entre os tempos necessários para o verdadeiro desenvolvimento das ciências; oposição ao capitalismo acadêmico e à mercantilização da pós-graduação; resgate do espaço-tempo da formação e o trabalho dos intelectuais; acompanhamento crítico do processo de indicação e escolha dos pares que cumprirão funções em nome de coletivos; exigir uma avaliação que leve em conta às diferenças e desigualdades regionais; lutar para que o tempo do capital não supere o tempo da universidade, e do professor, não solapando o seu tempo não apropriado.

A flexibilidade⁵¹ de horas trabalhadas foi praticada, inicialmente, de forma espontânea pelos trabalhadores. Trabalhadores livres como o das tribos indígenas, camponeses, pequenos

⁵¹ “Flexibilidade é uma expressão plena de significados diversos. Para alguns textos, esse termo indica a possibilidade de variar os horários de chegada e de saída dos locais de trabalho. Para outros, significa realizar horas extras. Para terceiros, ser flexível é aceitar contratos de trabalho sem direitos sociais. Para quartos, são labores em horas ‘não sociais’, fins de semana, feriados, períodos vespertinos e à noite. Para quintos, são empregos de tempo parcial e duração limitada. E assim prosseguem as interpretações, tornando-se imperiosa a operação de crítica. As implicações sociais, econômicas, antropológicas e psicológicas dos processos de mudança nas práticas

produtores rurais e urbanos, sempre optaram pelo melhor momento para trabalhar. Os trabalhadores perderam o poder de optarem pelo melhor momento de trabalho com a escravidão, a servidão e principalmente o trabalho assalariado corrente, a decisão passou para as mãos dos donos de escravos, senhores de servos, empregadores de assalariados, aumentando a racionalização dos processos. O trabalho passou a ser controlado⁵² por jornadas repetitivas e inflexíveis, a flexibilidade se manteve pela rebeldia de alguns grupos de trabalhadores que defendiam práticas como a da “santa segunda-feira”, quando chegavam atrasados nos locais de trabalho (DAL ROSSO, 2017).

As jornadas de tempo integral foi uma conquista das lutas sociais travadas no processo histórico. No Brasil, as lutas pela regulação da duração da jornada do trabalho iniciaram-se no final do século XIX e XX, atingindo o cume com a inclusão da jornada de tempo integral na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT de 1943.⁵³

A flexibilização de horários se contrapõe ao trabalho em tempo integral. Segundo Sadi Dal Rosso (2017, p. 26-27), a experimentação inicial da flexibilização de horários foi feita na Alemanha na década de 60, para desafogar a chegada e a saída dos trabalhadores. Neste momento, a economia alemã ocidental passava por um processo de crescimento com a reconstrução das destruições da Segunda Guerra Mundial e precisava de mão de obra, no caso as mulheres, para as quais a flexibilização das horas era uma condição relevante, considerando os compromissos domésticos e de cuidados.

A flexibilidade tem diversas funções, mas seu papel essencial é trazer uma solução para um problema econômico que impede o desenvolvimento ou a acumulação de capital nas empresas. Dentre os resultados positivos para a empresa, somam-se a redução do absenteísmo, das horas extras e da rotatividade e o desaparecimento do hábito de chegar tarde.

As empresas e o Estado se encantam com as relações flexíveis, sendo uma proposta de trabalho mais barata e com a pauta de que contratos com validade de tempo determinado são ferramentas que atendem as flutuações do mercado, tornando as empresas públicas e privadas adaptáveis e competitivas com as alterações mercadológicas.

horários laborais são diferentes conforme a modalidade de flexibilidade laboral a observar.” (DAL ROSSO, 2017, p. 53).

⁵² Giles Deleuze preconizou a sociedade do controle contínuo e comunicação instantânea, informando que as sociedades disciplinares (Foucault é o seu teórico mais expressivo) estão sendo deixadas para trás. O controle é marcado pela desterritorialização e pela destemporalização.

⁵³ É importante recuperar que o *Soviete* russo, apenas quatro dias após a tomada de poder, em outubro de 1917, aprovou, para todos os trabalhadores, a jornada de oito horas diárias, 48 semanais, o banimento do trabalho noturno para mulheres e jovens com menos de dezoito anos, a restrição de horas extras, redução das jornadas em ocupações insalubres e perigosas e o reconhecerem os domingos e feriados como dias de não trabalho.

Em períodos de crescimento e acumulação de capital, há redução da flexibilidade, visto a necessidade de mão de obra disponível, em tempos de crise financeira e retorno do desemprego, aumenta a flexibilização, como aconteceu em 2007-2008 voltando nos dias correntes.

Para Dal Rosso (2017), a flexibilidade não se limita a delimitação (ou não) do tempo de trabalho, ela se estende a funcionalidade ou atitude do trabalhador que deve ser adaptável, tomar conta de sua carreira, obter qualificações, ser polivalente e acumular mais tarefas a executar. Também há flexibilidade salarial que se refere à redução das remunerações recebidas ou mudança qualitativa da forma de pagamento de salários, incluindo bônus, incentivos, metas.

Correntemente, particularmente na era da flexibilidade, os tempos de trabalho invadem os tempos disponíveis, alterando e confundindo a fronteira e dificultando a delimitação destes dois tempos.

No caso de profissionais da educação, no ano 2000, 46% dos professores e dos técnicos administrativos trabalhavam em jornadas de 39 horas semanais ou menos, já em 2010, a proporção caiu para 36,9% (DAL ROSSO, 2017, p. 197). Estes números demonstram o aumento de contratação de docentes “horistas”, que recebem conforme as horas que lecionam ou que ficam nas escolas à espera de uma aula, em substituição de um professor.

No caso da UNESP, conforme o Estatuto (Resolução 21 de 21/02/1989), a carreira docente obedece ao princípio de integração das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão universitária, compreendendo os seguintes cargos e funções (artigo 78): I - Professor Assistente (tem grau de Mestre e ingressa na UNESP no nível 1, progredindo até o nível 4); II - Professor Assistente Doutor; III - Professor Adjunto (tem o título de Doutor ou Livre Docente⁵⁴ e ingressa no nível 1, podendo atingir o nível 4, seguindo a escala de dois em dois anos); IV - Professor Titular (habilitado em concurso público de provas e títulos, podendo inscrever-se portadores do título de Livre-Docente).

⁵⁴Livre – Docência é um título concedido no Brasil por uma instituição de ensino superior, mediante concurso público aberto, desde 11 de setembro de 1976, apenas para portadores do título de doutor, e que atesta uma qualidade superior na docência e na pesquisa. O concurso de livre-docência é aberto por edital e o candidato inscrito deverá, além de submeter-se a uma prova escrita e a uma prova didática, desenvolver também uma tese monográfica ou cumulativa sobre um tema acadêmico e defendê-la perante uma banca examinadora. Dependendo da área, uma prova prática pode também ser exigida no concurso de livre-docência. A livre-docência é regulada pelas Lei nº. 5.802/72 e nº. 6.096/74 e pelo Decreto 76.119/75 e pelo Parecer 826/98 do extinto Conselho Federal de Educação. Anteriormente, a livre-docência era aberta a qualquer professor da instituição, mas desde 11 de setembro de 1976 só podem candidatar-se professores já portadores do título de doutor. Na Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), a livre-docência é requisito para a candidatura a professor titular e o livre-docente recebe o título de professor-associado, quando já pertence ao quadro docente da universidade (mas o título pode ser obtido também por doutores externos à universidade).

A Resolução n. 85 de 04/11/1999 dispõe sobre os regimes de trabalho docente na UNESP que são os seguintes: I - Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP); II - Regime de Turno Completo (RTC); III - Regime de Tempo Parcial (RTP).

O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa, conforme disposto no artigo 2º da citada Resolução, objetiva “contribuir para a qualificação e a capacitação docente, a qualidade de ensino, a realização de pesquisa científica e tecnológica e a extensão de serviços à sociedade, bem como para o desenvolvimento de atividades relativas à gestão da Universidade”. Os docentes contratados neste regime ficam obrigados a manter vínculo empregatício exclusivo com a UNESP, com atividade permanente na Unidade em que está lotado, vedado o exercício de qualquer atividade profissional fora do âmbito da UNESP, exceto: 1. Difusão de ideias e conhecimentos; 2. exercício de atividades docentes; 3. assessoria, prestação de serviços e participação em projetos, decorrentes de ajustes de cooperação. O docente em RDIDP deve dedicar-se pelo tempo de quarenta horas semanais de trabalho, durante as quais desenvolverá atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão, bem como de prestação de serviços relacionados a essas atividades.

Este regime é flexibilizado na medida em que os docentes não identificam mais o tempo de trabalho e o tempo disponível, visto que trabalham em casa, no restaurante, na padaria, nos eventos familiares, etc. O tempo em sala de aula é uma parte pequena frente ao tempo dedicado a preparação das aulas, orientações acadêmicas, atividades de pesquisa e extensão e tarefas burocráticas como: coordenadorias, preenchimento de planilhas, participação em reuniões, assembléias e outros. O tempo dedicado ao trabalho excede sobremaneira às 40 horas exigidas e remuneradas.

Estes professores realizam as chamadas *horas extraordinárias*, são horas de trabalho adicionais às jornadas regulares ou irregulares (no caso do docente RDIDP) realizadas. Tem como objetivo prolongar as jornadas laborais e o tempo de trabalho excedente. Estas horas dilatam a duração do trabalho.

A pressão exercida para aumentar a quantidade de trabalho dentro da jornada de 40 horas tem se exposto com o argumento de que os docentes devem trabalhar mais e prestar conta de suas atividades, como aulas, orientações, publicações, projetos, patentes etc., evidenciando o direcionamento empresarial da academia. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ e as fundações estaduais de apoio à pesquisa têm remetido recursos para pesquisas que potencializem a capacidade de produção do capital, evidenciando a razão instrumental clarificada nos editais de contratação, inclusive processo seletivo para cursos de pós-graduação *stricto sensu* em que o peso do currículo – quantidade de publicações

e atividades – é maior que o peso do projeto, da prova escrita e da entrevista. Uma das consequências desse processo é que a qualidade da pesquisa acadêmica passa então a ser mensurada pela quantidade da própria escrita e por valores monetários que o docente consegue agregar ao seu salário e à própria instituição.

A flexibilização dos professores contratados pelo RDIDP também é notável quando acumulam cargos que não podem ser incorporados pelos professores substitutos, metodologia de contratação comumente utilizada atualmente.

De acordo com a Resolução 85, artigo Art. 22, no Regime de Turno Completo o docente se obriga a trabalhar na UNESP, por 24 (vinte e quatro) horas semanais, em atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Neste caso há a redução de 16 horas do tempo de dedicação, refletida no salário e benefício dos docentes, mas com as mesmas responsabilidades: ensino, pesquisa e extensão (salário base de R\$ 7.352,00).

Já no Regime de Tempo Parcial - RTP, disposto no artigo 26, o docente dedica-se 12 (doze) horas semanais à Universidade em atividades de ensino (salário base de R\$ 5.089,54). Outro método de contratação muito utilizado pela UNESP é o regime denominado de “Professor Substituto”, considerando a não reposição de professores em RDIDP, ou outro regime de contratação, que se aposentam, se demitem, adoececem ou se afastam.

A flexibilização é notável em todos os regimes de contratação, visto que a não reposição de professores leva ao acúmulo de tarefas daqueles que permanecem na instituição e na contratação de professores com carga horária, salário e direitos diminutos.

Conforme consulta ao edital da Faculdade de Ciências Agrônomicas (FCA) da UNESP em Botucatu para processo seletivo de professor assistente doutor no ano de 2018, o salário mensal de professor assistente doutor para o contratado seria de R\$ 10.360,07 reais, em jornada de 40 horas semanais de trabalho, como estatutário ou celetista (vínculo empregatício regido pelo regime jurídico da CLT e legislação complementar), enquanto isso o salário mensal de um professor substituto, em consulta a edital do mesmo câmpus e mesmo ano (2018), seria de R\$ 867,92 reais, em jornada de 12 horas semanais, durante 05 meses, através do regime jurídico celetista. Assinala-se que no site do portal da transparência é possível verificar a remuneração mensal dos servidores docentes e técnicos-administrativos ativos e inativos da UNESP, disponibilizado em cumprimento à Lei Federal nº 12.527/11. (Disponível em: <https://sistemas.unesp.br/sic/>).

O professor substituto não possui direito aos benefícios garantidos ao professor de RDIDP, que são: Auxílio Educação Especial (R\$ 450,00 reais), Auxílio-Criança (R\$ 450,00 reais), Auxílio Funeral, Bolsa de Complemento Educacional, CCI – Centro de Convivência Infantil da UNESP, UNESP Saúde – Plano de Saúde e Odontológico, Vale Alimentação (R\$ 850,00 reais), Vale-Transporte e Vale Trans (Vale Combustível). Portanto, na Universidade Pública também se optou por uma opção barata de profissional, que, além de receber um salário muito abaixo do conferido ao professor contratado pelo Regime de Dedicção Integral, não tem nenhum benefício que lhe garanta o mínimo para sobreviver. Um professor resumiu sua condição e consequências:

Sou contratada CLT como professora substituta num contrato de 12 horas de trabalho semanais. Ocorre que fico 12 horas semanais em sala de aula e todo o trabalho extra-sala (preparação de aulas, correção de atividades, tirar dúvidas de alunos, inserir notas e faltas no sistema, responder emails) não são sequer remuneradas.

[...] Na minha atual situação, professora substituta terminando o doutorado, vejo que muitos colegas têm suas vidas pessoais abaladas pela precariedade do trabalho. Muitas vezes os contratos são de um ou dois anos e envolvem mudança de cidade ou país. Muitas vezes a companheira/esposa/marido não acompanha porque não pode ou não quer (tem outro trabalho). Tenho visto muitas relações ruírem por conta desses deslocamentos compulsórios e precários e mal-remunerados.

Embora aparentemente o método de contratação do professor substituto manifeste ser o ápice da espoliação, a metodologia mais “pós moderna” de contratação docente na UNESP, demonstrando que a última década tem sido de recrudescimento do governo estadual, é o “estágio supervisionado em docência”, ou “bolsa docência”. Neste, o aluno de pós graduação, preferencialmente doutorando, fica responsável por uma disciplina, comprometendo-se a cumprir a carga horária de 08 horas semanais, não computando a preparação das aulas, para isso há o pagamento de um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 700,00 reais, em que receberá o primeiro pagamento apenas 40 dias após o início das aulas que ministra. O aluno/docente não é regido por nenhum normativo, não possui sequer direito social ou mesmo um provento decente que atenda suas necessidades mínimas de subsistência, em alguns casos não cobre o custo de deslocamento e material utilizados na regência.

Neste sentido, este enredo se justifica pelas expansões do ensino superior que intensificaram a flexibilização e o mais trabalho docente, visto que a contratação de professores em regime de dedicação exclusiva não acompanhou a demanda de trabalho, para sanar a deficiência de professores e a falta de investimento, optaram por sub contratações:

O aumento da exploração do trabalho docente, no Brasil, ademais como em todos os países latinos, deu-se em especial pela flexibilidade registrada nos regimes de trabalho e consequente quebra da carreira docente, onde ela existia. Do total de docentes cadastrados pelo censo do Inep (MEC/Inep, 2006b), apenas 16,9% trabalham em regime de dedicação exclusiva e 18,6% em tempo integral. [...] Todavia, a flexibilização não se restringe ao tipo de contrato que é oferecido, pois em nome deste princípio tem-se assistido a um aumento substantivo do trabalho docente, um processo ainda inconcluso e que é objetivado tanto na educação privada, quanto na pública. O estratégico dessas alterações é que os novos protocolos destinados aos docentes envolvem mecanismos que têm por alvo a intensificação e extensão do trabalho, relacionando-o às demandas e/ou lógica de mercado. [...] A partir de 2007, por exemplo, com a aprovação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni, Decreto Presidencial nº 6.096 de 24 de abril de 2007), até o custeio de atividades básicas dependerá de contratos de gestão com o Estado. Com este Programa – operacionalização, na prática, dos contratos de gestão, ensaiados desde o governo de FHC –, recursos somente serão disponibilizados se a universidade alcançar metas de expansão. (MANCEBO, 2010, p. 78-81).

O discurso que ganhou força no governo de FHC e permanece até os dias correntes se consolidou no ensino superior brasileiro e, aparentemente está dominando todos os espaços. A expansão das universidades, intensificação, flexibilização e polivalência do trabalho docente levam a contratações “criativas” de docentes, caracterizadas por salários insuficientes para a subsistência do trabalhador, adoecimento e desvalorização da atividade de ensino/aprendizagem. O método de gestão que vem sendo utilizado nas universidades colaborou com controle e precarização do trabalho do professor.

Uma das características do neoliberalismo na educação é a intenção de trazer para a Universidade Pública métodos de gestão empresarial ou que se adequem às organizações que objetivam o lucro. Esta metodologia é denominada de capitalismo acadêmico, gerencialismo ou de managerialismo e, quando posta em prática às instituições e serviços do Estado, tem sido chamada de nova gestão pública (*new public management*).

A utilização da gestão como ideologia⁵⁵ que legitima a abordagem utilitarista e contábil das relações entre o homem e a sociedade. Em nome do desempenho, da competência, da qualidade, da competição, construímos uma sociedade paradoxal, na qual a riqueza e a pobreza aumentam (desigualdade gritante), assim como o conhecimento e a ignorância (conhecimento

⁵⁵Neste momento é importante retomarmos o conceito de ideologia em Lukács, como sendo a prática consciente que leva o homem a exercer posições teleológicas segundo um modo pré-determinado, já definido, padronizando a divisão do trabalho. Também, logo que o conflito social, a luta de classes, se apresenta como problemática cotidiana na realidade dos homens, as sociedades produzem instrumentos para sua resolução na forma de ideologia.

mediático, por exemplo), a criação e a destruição, o bem-estar e o sofrimento, a proteção e a insegurança.

Neste método de gestão, verifica-se um aumento na racionalidade técnica e a despolitização da vida social. Por isso, observamos que muitos discursos sobre a educação, apresentados fora da academia, objetivam subordinar a Universidade aos interesses econômicos e à lógica da concorrência do mercado mundial.

Vincent de Gaulejac (2007, p. 39) descreve a gestão como um conjunto de técnicas que objetivam racionalizar e potenciar o funcionamento das organizações. Este objetivo incorpora: - práticas de direção das empresas: do gerente ao manager, que define orientações estratégicas para otimizar as relações entre os diferentes elementos que põe em ação um sistema de prática coletiva; - discussões sobre os modos de organizar a produção, de conduzir os homens que a isso contribuem, de administrar o tempo e o espaço, de pensar a empresa como uma organização racional; e – técnicas e processos para definirem as regras de funcionamento.

A palavra “gerenciamento” remete a noção de arranjar (prestar atenção ao conjunto dos que contribuem para essa missão, a fim de melhor mobilizá-los), instalar, providenciar (organizar visando uma produção coletiva, de uma tarefa a realizar) e arrumar. Etimologicamente o termo *management* (gerenciamento) vem do *menège* (equitação), lugar em que se criam os cavalos e no qual se aprende a montá-los. O aprendizado e a arte de conduzir os cavalos possuem algo de similar com o gerencialismo que, atualmente, foi colocado a serviço do capital.

A racionalidade formal do gerencialismo origina o *homo economicus*, indivíduo racional que oferece aos pesquisadores uma maior comodidade, visto que suas atitudes são previsíveis assim como, seu comportamento e suas opções são friamente calculadas. Este indivíduo considera apenas os fenômenos sociais por meio do prisma das teorias que se referem ao economicismo. A observação da condição humana é deixada em detrimento do universo das medições, o homem como apêndice da máquina, medido por sua produtividade. A quantofrenia (doença da medida) que leva apenas a compreensão daquilo que é mensurável.

No que diz respeito a qualidade, os critérios essenciais é a de transformar o humano em recursos, em nome de uma “racionalidade” que apresenta como melhoria da qualidade aquilo que é apenas uma melhora dos resultados financeiros, ou seja, redução de custos e aumento de produtividade.

Os professores, tendo em vista a tendência da neo-taylorização do trabalho docente, sofrem constantemente pressão para que sejam técnicos eficazes na transmissão do conhecimento – que outros produzem e eles transmitem. Estes conhecimentos são medidos

através de provas e testes, que avaliam a sua competência como docente. A avaliação do docente é vista como uma base legítima que estabelece o mérito de alunos e professores, levando a competição, emulação, adoecimento e mesmo desmotivação do docente.

O gerencialismo também regula o emprego do tempo e do espaço, no caso do trabalho intelectual, deve-se estar disponível permanentemente para o máximo de tempo utilizando-o para a realização dos objetivos fixados e para um engajamento total à produtividade. As novas tecnologias de informação e comunicação – TIC permitem a utilização multiplicada do tempo, em que o trabalho pode ser realizado em qualquer lugar e a qualquer hora do dia. O tempo é investido em ocupações produtivas que “age definitivamente como uma droga que produz um derivativo imediato, adiando para mais tarde (sic) a interrogação sobre as finalidades da ação” (GAULEJAC, 2007, p. 179). O ócio é o pior dos pecados capitais, não apenas para o outro, mas para o próprio ator.

No Brasil, a cultura do desempenho passou a vigorar a partir da criação de instrumentos avaliadores da educação básica ao ensino superior. Essa expressão traz em si um modo de reflexão que aponta a necessidade de desenvolver uma determinada performance para acomodar as exigências do modelo vigente. Um comportamento voltado ao desempenho impulsiona a práticas concorrenciais, individualistas, estranhadas e fetichizadas; em que as ações estão voltadas para a valorização do capital que, não contribui para a emancipação humana através do trabalho libertador e realizador e sim há a negação da essência humana, privilegiando o campo aparente e práticas individualistas e concorrenciais.

O Estado, como gestor e controlador do desempenho dos profissionais da área da educação instituiu métodos de avaliação para mensurar as atividades docentes. Um exemplo deste controle é o modelo Capes de avaliação, este financia e induz a organização dos programas de pós graduação, avalia através da criação de um sistema de controle e regulação de cada um deles e do espaço social que compõem, no Brasil, levando a formação de uma enganosa elite de intelectuais gestores que perpetuam-se em associações e órgãos semelhantes, instituídos pelo governo, relacionados à pesquisa e a pós graduação. Este contexto colabora com o nível de adoecimento dos docentes.

A educação tem como, uma das finalidades, produzir agentes adaptados às necessidades da economia, formar o ser humano conforme os mesmos processos que a produção dos serviços vendáveis, mercadorias. O professor deve fazer parte da engrenagem dos modos de produção capitalista, deve servir permanentemente este processo.

Os professores pesquisadores focam a produção quantitativa, considerada por uma classificação dos estabelecimentos, das revistas científicas e dos editores. Muitos abandonam qualquer senso crítico para preencher objetivos de produção.

A competição é outra característica deste modelo, esta faz emergir grupos acadêmicos mais empreendedores, em detrimento dos acadêmicos que o são menos, situação que, certamente, leva ao decréscimo da construção de novos conhecimentos assentes na investigação fundamental e ao acréscimo de conhecimentos resultantes da investigação aplicada. A subjetividade dos professores está em transição, pois são cada vez mais personagens empreendedores e menos personagens acadêmicos, dedicando-se, segundo a lógica de mercado, na produção e venda de serviços da qual esperam recompensas que ultrapassam a mera dimensão simbólica e a noção desinteressada de compromisso com o desenvolvimento ou a emancipação humana.

Quando analisamos o caso dos alunos, estes devem ser formados para serem empregáveis e adaptáveis ao mercado do trabalho e às necessidades da economia. Na sociedade do consumo e dos descartáveis, cada aluno deve assimilar desde o início os mantras da ideologia gerencialista.

Na avaliação da CAPES, os professores de pós-graduação devem cumprir o que está disposto no relatório trienal de avaliação dos programas de pós-graduação, onde consta a necessidade de produzir e publicar em revistas qualificadas pela agência de acordo a média anual; ministrar aulas na pós-graduação; desenvolver pesquisas financiadas pelas agências de fomento e obter a bolsa de produtividade do CNPq; participar de eventos nacionais e internacionais; e oferecer assessorias científicas. Estas providências levam, além da elevação da quantidade de trabalho atendendo ao princípio da maior produtividade, a queda de qualidade da produção acadêmica, que passa a ser medida pela quantidade produzida e pelos valores monetários que o docente soma ao seu salário.

Na UNESP, uma das técnicas de gestão é a utilização das avaliações. Estas são aderentes ao paradigma da utilidade em que cada professor deve procurar maximizar suas utilidades, potencializar a relação entre os resultados pessoais de sua ação e os recursos que a isso consagra. A preocupação com a eficiência e a rentabilidade é constante, mesmo em uma instituição pública.

O Currículo *Lattes*, além de uma prestação de contas que o docente publiciza para a sociedade, é uma forma de avaliação e mensuração da atividade docente, este deve descrever com precisão a contabilidade da qualificação e produção, de suas formações e de seus

desempenhos, com o objetivo de permitir aos analistas externos que meçam com precisão o tão aclamado capital competência e o capital desempenho.

Aplicou-se a instituição de Critérios Mínimos para docentes e a instituição de Relatórios de Atividades Docentes (RAD) e das Planilhas de Critérios Mínimos, que são instrumentos de avaliação institucional, caracterizadas como elementos para a intensificação do trabalho docente na UNESP. O objetivo destes aparelhos é examinar se as exigências colocadas pela Universidade estão sendo atendidas. O RAD foi instituído a partir da Resolução UNESP nº 85, datada de 04 de novembro de 1999, sendo regulamentado pela Portaria 6/2000; esclarecido pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA) através da Instrução normativa nº 1 de 2010.

A Resolução nº 85 dispõe que os docentes devem enviar aos Departamentos, que estão vinculados, anualmente, um Relatório de Atividades Docentes (RAD), neste deve conter todas as suas atividades de docência, pesquisa, extensão de serviços à comunidade e de administração e gestão. A mesma Resolução menciona que os docentes que não tenham o título de Doutorado deverão ser monitorados por um orientador de pesquisa, com titulação mínima de Doutor, aprovado pelo departamento; tendo que entregar RADs que serão avaliadas pelo Departamento e pela Congregação à qual o docente é vinculado e pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA)⁵⁶. Estes trabalhadores também devem remeter para avaliação seu Currículo *Lattes*, Relatório de Pesquisa, Plano Global de Atividades (PGA), Projeto de Pesquisa para o próximo triênio e Planilha de Critérios Mínimos.

Os docentes em estágio de provação, ao término do primeiro triênio, precisam mostrar Currículo *Lattes*, Relatório de Pesquisa e Relatório de Atividades Docentes desenvolvidas no período, Plano Global de Atividades (PAG) e Projeto de Pesquisa para o triênio seguinte em conformidade com o Programa Departamental, além da Planilha de Critérios Mínimos preenchida corretamente.

⁵⁶A Comissão Permanente de Avaliação (CPA) é um órgão assessor e subordinado do Reitor. Esta comissão assessora o Reitor em assuntos referentes à avaliação de docentes, pesquisadores e institucional da Universidade e à definição e aplicação dos regimes especiais de trabalho, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Universitário. Sua atuação é regulamentada pela Resolução UNESP nº 84, de 04/11/1999. O Grupo de Avaliação Docente da UNESP – GRAD, integrante do CPA, faz o acompanhamento das atividades dos docentes na Universidade, no que tange aos relatórios finais de estágio probatório, relatórios iniciais para aplicação de regime de trabalho, relatórios de atividades trienais de docentes confirmados no regime, mas ainda não possuidores do título mínimo de Doutor, bem como avaliar os pedidos de afastamentos, regulamentados pela Resolução UNESP n. 19, de 7 de março de 1997, sejam integrais ou parciais, sejam dentro ou fora do País etc. Há também o Grupo de Avaliação Institucional da UNESP – GRAI responsável pelo processo permanente de acompanhamento da vida acadêmica, sendo a análise simultânea das suas diversas dimensões de atuação: ensino, pesquisa, extensão e gestão em todas as instâncias da Universidade. Esse processo adquire importância sócio-política desde que o Conselho Estadual de Educação - CEE assumiu o controle do processo avaliativo das universidades e centros universitários paulistas, como estabelecido nas Deliberações CEE 04/99 e 04/00. Informações disponíveis no site: <https://www2.unesp.br/portal#!/cpa>. Acesso em: 21 abr. 2018.

A Resolução dispõe que os docentes efetivados como Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa - RDIDP e possuidores de títulos de doutor serão avaliados pelos órgãos colegiados de suas Unidades, a partir dos relatórios anuais dos últimos três anos; e a Comissão Permanente de Avaliação - CPA poderá verificar o conjunto das atividades dos docentes, solicitando os relatórios anuais anteriormente apresentados à Unidade. Também deverão ser enviados: Currículo *Lattes*, Proposta de Atividades Docentes (PAD), Resumo do Projeto de Pesquisa e Planilha de Critérios Mínimos. Permanecerão em regime RDIDP os profissionais que cumprirem suas atividades, segundo o Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho de Departamento e pela Congregação, somando atividades de docência, pesquisa, extensão e gestão. Caso não cumpram estas exigências, o docente perderá a condição de RDIDP. Deve-se destacar que o mesmo documento caracteriza o RDIDP, no art. 2º, como sendo um regime especial de trabalho que visa a contribuir para a qualificação e a capacitação docente, a qualidade de ensino, a realização de pesquisa científica e tecnológica e a extensão de serviços à sociedade, bem como para o desenvolvimento de atividades relativas à gestão da Universidade.

A Portaria UNESP nº 6, sancionada em 07 de janeiro de 2000, mantém o disposto na Resolução nº 85, e a Instrução Normativa de 01/2010 dispõe que os relatórios anuais serão analisados pelo Conselho do Departamento e os dos Campi Experimentais pelo Conselho do Curso, não importando se o docente estava ou no RDIDP ou em estágio probatório.

No Despacho nº 265 de 2013, emitido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), consta a Planilha de Critérios Mínimos, incluindo uma pontuação para cada atividade (semelhante a metodologia *Qualis/CAPES*, onde há um pontuador para cada publicação/atividade do docente). Neste documento, as atividades referentes a lecionar tanto na pós-graduação quanto na graduação contam mais pontos do que as mesmas atividades realizadas em nível de Extensão e na Educação à Distância. Já as atividades ligadas à orientação de pesquisas de alunos, principalmente à pesquisa em nível de pós-graduação, pontuam mais do que às atividades relacionadas ao ensino.

Estes métodos de medição e avaliação são técnicas gerenciais. Considera-se que estes instrumentos levam a perda de percepção e mensuração do tempo pelos professores. Este ritmo de trabalho leva ao sofrimento de um tempo abstrato, programado, ao contrário de suas necessidades e vontades. Esta medida do tempo permite que nos desliguemos das necessidades fisiológicas ou psicológicas como o sono, o alimento, a procriação, o envelhecimento. O homem submetido à gestão deve inserir-se ao tempo de trabalho, às exigências desta condição.

Alguns professores não vivenciam as férias com viagens, eventos culturais, momento com a família e amigos, contemplar, sonhar, amar, passear; muitas vezes, aproveitam este momento para escreverem artigos, participarem de congressos, corrigirem provas, prepararem aulas. O tempo deve ser sempre útil, produtivo, ocupado e controlado. O “nada fazer”, o *dolce far niente*, é inadmissível. É a condição humana vivida em uma perspectiva racionalista e produtivista.

3. O TEMPO DE TRABALHO EO TEMPO DISPONÍVEL DO SER SOCIAL

De que são feitos os dias?
- De pequenos desejos,
vagarosas saudades,
silenciosas lembranças.

Entre mágoas sombrias,
momentâneos lampejos:
vagas felicidades,
inatuais esperanças.

De loucuras, de crimes,
de pecados, de glórias
- do medo que encadeia
todas essas mudanças.

Dentro deles vivemos,
dentro deles choramos,
em duros desenlaces
e em sinistras alianças...

Cecília Meireles

Neste capítulo procuramos apresentar categorias fundamentais utilizadas na presente pesquisa e que constantemente foram e serão retomadas no desenvolvimento dos capítulos, das seções e das subseções. Por isso seu entendimento e análise crítica são essenciais para a compreensão da temática abordada.

Na segunda década do século XXI, é importante nos reportar a Karl Marx para buscar compreender o mundo dos homens. Verifica-se que não conseguimos suplantar a ordem iniciada com o advento do capitalismo como formação social humana. A ciência desenvolvida por Marx no século XIX continua atual em seus fundamentos e referências, embora não seja a única ciência a que devemos nos reportar, entende-se que sem ela não é possível interpretar e transformar. Para além de “interpretar”, cabe compreender e apreender para “transformar”.

Em Marx, esta transformação é necessária, visto que a humanidade não conseguiu sair da pré-história e entrar definitivamente na história. Entrar na história é desgarrar-se da ordem sociometabólica⁵⁷ do capital extinguindo de uma vez por todas a apropriação privada dos frutos do trabalho humano social. A emancipação do trabalho das amarras históricas do capital e a decorrente extinção deste que inicia o homem na história.

⁵⁷A ordem Sociometabólica do Capital é estrutura totalizante de organização e controle, seus elementos formativos são o capital, trabalho (assalariado) e Estado – estes estão inseridos no contexto capitalista.

Procuramos demonstrar a essencialidade da obra de Lukács para esclarecimento da realidade, principalmente sua última obra *Para uma ontologia do ser social II*, em especial o capítulo *O trabalho* em que explana sobre o fenômeno do trabalho, em sua especificidade de categoria central, ontológica e dinâmica enquanto complexo. Este autor reestudou os textos de Marx e reescreveu suas principais contribuições através de uma abordagem ontológica e atual.

Lukács retoma Aristóteles e Hegel para aludir sobre os pressupostos ontológicos do ser social e compreender o trabalho em sua posição teleológica. Entretanto, centrado no pensamento crítico-dialético, retoma a criticidade da herança hegeliana na busca da recuperação da dimensão ontológica do pensamento de Marx. Nesta análise, embora sob constante influência marxista, constata-se uma peculiaridade na interpretação de Marx e o resgate da ontologia do ser social.

Sergio Lessa (2016) comenta que a ontologia lukacsiana tem como cerne a demonstração da possibilidade ontológica da emancipação humana, da superação da barbárie da exploração do homem pelo homem. Em Marx, a emancipação é a superação de todas as barreiras que estão entre o homem e o desenvolvimento de suas potencialidades, sendo esta uma construção coletiva.

O salto da humanidade, da pré-história para a história, está atrelada ao caminhar da emancipação (não apenas política, mas econômica e social – plena), sendo este um processo histórico infinito através do qual os homens atuam coletiva e conscientemente na ampliação de suas possibilidades no campo material e intelectual. Infinita é a capacidade do ser social de criar, inventar, sonhar, enfim, SER EM SI, e o alcance de uma classe PARA SI.⁵⁸

3.1. O TRABALHO E O SER SOCIAL

Lukács, em consonância com Marx, acredita que toda a história da humanidade é feita pelos homens no intercâmbio orgânico com a natureza, é o homem que faz a história através de suas práticas, o elemento da história é o ato singular concreto do indivíduo singular concreto.

⁵⁸ Marx diferencia o trabalho como uma “classe em si”, opositora ao capital, e uma “classe para si”, que se delimita como uma universalidade auto-constitutiva, em oposição ao particularismo burguês e a qualquer outro particularismo. Não é admitido que o trabalho se liberte pela mera inversão das condições anteriores de dominação e instalar-se como o novo particularismo tornado dominante pela exploração dos dominadores de ontem (MÉSZÁROS, 2002). O escritor realista francês Honoré de Balzac, por exemplo, apesar de ser um monarquista reivindicava a superação de sua classe, praticando a autonomia da arte.

Este caminho não se dá em linha reta, sem complicação, mas sim em espiral, pois a evolução se dá por saltos, revoluções, hecatombes. O limite dos homens é a própria humanidade. Em síntese, a humanidade é responsável por sua própria história.

Em Lukács, as complexas relações dos homens com a natureza e com outros homens, não poderão ser analisadas do ponto de vista gnosiológico e de suas categorias abstratamente representadas. O homem não pode ser reduzido a uma explicação lógica formal, uma vez que, sempre em transformação, está superando a si mesmo a todo tempo. O homem somente pode ser compreendido a partir da análise das suas realizações, ou seja, da exteriorização das finalidades que foram possíveis pela atividade real de sua existência social.

O trabalho é essencial para o entendimento do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas anteriores, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas e distinção em relação a elas (LUKÁCS, 2013). O ato do trabalho é aquele que funda o ser social e nele encontra a sua raiz. É o ato que impulsiona a dinamicidade da vida em sociedade e é capaz de explicar o homem em seu caráter de complexidade.

A raiz do trabalho consiste em ir além da fixação dos seres vivos na competição biológica com seu ambiente, lutando para sua sobrevivência, o ser humano é capaz de criar, em sua consciência, instrumentos que podem ser transformados em objetos que podem revolucionar os meios de produção. O momento fundamentalmente fragmentário é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica. Na delimitação materialista entre o ser orgânico⁵⁹ e o ser social, é atribuído à consciência um papel basilar, o que Lukács vem a denominar de teleologia.

O trabalho⁶⁰, sendo fundante, é um dos momentos da realidade social. Além dele, há outros momentos que fazem parte da realidade social como a socialidade, a linguagem, a

⁵⁹Lukács classifica o homem em três domínios ontológicos: a inorgânica, cuja peculiaridade é o incessante tornar-se outro mineral; a orgânica ou biológica, cuja peculiaridade é repor a reprodução da vida; e o ser social, que se sobressai pela incessante produção do novo, através da modificação do mundo que o envolve de maneira conscientemente orientada e teleologicamente posta.

⁶⁰A palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo formado pela união dos elementos *tri*, que significa “três”, e *palum*, que quer dizer “madeira”. Este era o nome de um instrumento de tortura composto por três estacas de madeira afiadas comum em tempos remotos na região européia. Originalmente, “trabalhar” significava “ser torturado”. Os escravos e os pobres que não podiam pagar os impostos eram os que sofriam as torturas no *tripalium*. Assim, quem “trabalhava”, eram as pessoas destituídas de meios para sobreviver. A idéia de trabalhar conjugada a tortura deu entendimento da tortura em si, e às atividades físicas produtivas realizadas pelos trabalhadores em geral: camponeses, artesãos, agricultores, pedreiros etc. A partir do latim, o termo passou para o francês *travailler*, que significa “sentir dor” ou “sofrer”. Com o passar do tempo, o sentido da palavra passou a significar “fazer uma

cooperação, a divisão do trabalho a educação e o conhecimento que integrarão o ato do trabalho desde o início. Outros momentos surgirão a partir do incremento das forças produtivas, a sociedade se tornará mais complexa, exigindo outras atividades não voltadas apenas à produção de bens materiais.

A afirmação de que o trabalho é categoria fundante, para Lukács⁶¹, se baseia inicialmente em que este atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência, sem os quais a vida social não existiria. Fundante não significa categoria anterior ou primeira, é onde encontramos a forma mais pura do novo ser (social), é a síntese entre teleologia e causalidade que funda a causalidade posta, ou seja, a intencionalidade com as causas naturais.

O trabalho é categoria fundante porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o início, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, que é transformar o mundo natural, os seres humanos igualmente transformam a sua própria natureza, resultando na criação contínua de novas possibilidades e necessidades históricas, sociais e individuais, objetivas e subjetivas. O trabalho é categoria fundante porque articula materialmente a objetividade e a subjetividade, gerando necessidades e possibilidades que obrigam o ser social a desenvolver outras ações, atividades e formas de organizações (para não desaparecer, ou seja, para a manutenção da reprodução social) que não é mais trabalho, como a linguagem, o direito e a educação.

A linguagem está associada ao ser social e deve ser considerada tanto em sua autonomia relativa quanto a sua inseparabilidade da práxis social. A linguagem é elemento essencial a mais simples das formas de práxis, seu exercício é necessário para a vida social, dado que a teleologia

atividade exaustiva” ou “fazer uma atividade difícil, dura”. No século XIV começou a ter o sentido genérico dado atualmente, que é o de “aplicação das forças e faculdades (talentos, habilidades) humanas para alcançar um determinado fim”. E labor significa esforço penoso, dobrar-se sob o peso de uma carga, dor, sofrimento, pena e fadiga. Com a especialização das atividades humanas, imposta pela evolução cultural (especialmente a Revolução Industrial) da humanidade, a palavra trabalho tem hoje diferentes significados, de tal modo que o verbete, no Dicionário do “Aurélio”, lhe dedica vinte sinônimos e diversas expressões idiomáticas.

⁶¹Lukács não se refere ao trabalho abstrato, unilateral, maquinal, dominado pelos imperativos do valor de troca e da mais-valia, consequência da divisão do trabalho sob as condições da concorrência. O que caracteriza o trabalho abstrato é a austeridade desumanizante do enclausuramento das funções dos especialistas em tarefas de execução inquestionável e parcial, é dispêndio de energia física e intelectual, encetado, realizado para a criação de um dado produto, numa dada condição produtiva, num dado momento de sua história. Ele aborda o trabalho concreto teorizado, omnilateral, primordialmente, como mediação entre o homem e a natureza. Este trabalho é fundamental para a subsistência dos homens; já o trabalho abstrato é resultado histórico e social cujo cerne advém com o modo de produção capitalista e a sociedade civil-burguesa. Na concepção marxiana, é a superação do trabalho abstrato, a vigência positiva do trabalho concreto e a redução da jornada de trabalho que possibilitariam a ampliação do tempo livre de forma a favorecer a emancipação humana.

não se realiza sem ela. A comunicação é importante para a realização do trabalho em sociedade e depende diretamente da linguagem. A comunicação e a linguagem estão interligadas ao trabalho e a prática social, apresentando mudanças contínuas, concomitantes ao desenvolvimento social. As relações são concretas e históricas, envolvendo o indivíduo singular e a totalidade social, quando um indivíduo age sob uma situação, esta nunca é algo imediato, se acordo com Vitor Sartori (2010, p. 48) “são relações mediadas em que o passado, o presente e o futuro se interpenetram no seio do ser social mesmo no mais simples ato individual”.⁶²

Tendo o pensamento conceitual e a linguagem surgida para atender aos desdobramentos do trabalho, seu desenvolvimento se apresenta como uma ininterrupta e ineliminável ação recíproca, e o fato de que o trabalho continue a ser o momento que predomina e não só não suprime a permanência dessas categorias, mas as reforça e as intensifica. O trabalho influencia estes momentos, sendo fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento destes complexos.

Marx apresenta o trabalho como categoria central, considerando-o como eixo norteador de toda construção teórica e, centro ao redor do qual gravitam todos os outros elementos que compõem a construção teórico-social marxiana.

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e esta é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

Constata-se que o alicerce de toda sociedade deve se fundar, produzir e manter-se pelo trabalho humano, pela produção e reprodução continuada das condições materiais de existência.

⁶²Marx explicita a interdependência que permanece nas relações sociais, clarificando o caráter ontológico do ser social, aprimorado posteriormente por Lukács: “o desenvolvimento de um indivíduo é condicionado pelo desenvolvimento de todos os outros, com os quais ele se encontra em intercurso direto e indireto, e que as diferentes gerações, recebendo das anteriores as forças produtivas e as formas de intercâmbio que foram acumuladas, são elas determinadas em suas próprias relações mútuas. Em poucas palavras, é evidente que um desenvolvimento sucede e que a história de um indivíduo singular não pode ser de modo algum apartada da história dos indivíduos precedentes e contemporâneos, mas sim determinadas por ela”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 422).

O trabalho é a única categoria cuja função social é a produção dos bens materiais necessários à existência humana.

O trabalho é um processo cujos envolvidos são o homem e a natureza, o ser humano impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, neste momento pode-se apontar que o homem dá respostas aos desafios postos. Através de suas ações, o homem realiza o intercâmbio orgânico com a natureza e extrai dela o que precisa para sobreviver.

O carecimento material é o motor do processo de reprodução individual ou social, põe em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existem ontologicamente em função da sua satisfação. Esta satisfação só tem lugar com o auxílio de uma cadeia de mediações, as quais transformam ininterruptamente tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto os homens que nela atua as suas relações recíprocas etc.; porque elas tornam eficientes forças, relações, qualidades etc., da natureza que, de outro modo, não poderiam exercer essa ação, o homem, liberando e harmonizando-se com essas forças, põe em prática um processo de desenvolvimento das próprias capacidades no sentido de níveis mais altos (LUKÁCS, 1968).

A escassez e o surgimento de novas necessidades provocam a busca por uma resposta para suprir esta carência, gerando uma série causal (causa e efeito). A natureza é regida por causalidades mediadas por posições teleológicas (resposta mediada).

A realização do trabalho é possível através dos meios de produção, que são o conjunto dos meios e objetos do trabalho. Os meios e objetos são ou diretamente natureza ou a própria terra, ou a natureza transformada pelo trabalho. Em Marx, o conhecimento não comparece como meio de trabalho, para ele o trabalho é o “intercâmbio orgânico” homem/natureza (LESSA, 2011, p. 145).

Marx, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844, coloca o trabalho no centro de suas reflexões. Ele sustenta que o modo peculiar humano de “vida produtiva” distingue o homem do restante da natureza. Este aspecto, único, do homem, conforme Marx é a atividade conscientemente livre:

[...] o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem (no trabalho estranhado) apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma espécie, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. (MARX, 2015, p. 307).

Nesta passagem é apresentada a atividade vital do homem, o trabalho, o mais elementar e fundamental atributo da vida humana. No trabalho concreto⁶³, o homem se reconhece no que produz (mercadoria, arte, poesia etc.) e se realiza quando pratica atividades livremente, desenvolvendo suas potencialidades.

Lukács (2013) explana que somente o trabalho, como essência ontológica, tem um caráter de transição, sendo uma inter-relação entre homem e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica, esta inter-relação culmina na transição do homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social.

A práxis laboral não é exclusividade da espécie humana, ou seja, não é no metabolismo homem e natureza que se encontra a distinção essencial entre o homem e os animais, pois estes têm de agir sobre a natureza, e, de certa forma, trabalham. O que diferencia o homem é o modo como o trabalho é efetivado, sendo uma atividade consciente e, portanto, livre. É esta atividade consciente e livre, segundo Marx, que estabelece o “caráter genérico do homem”. Sendo assim, o que nos faz diferente de todas as outras espécies não é o trabalho em essência; mas o trabalho compreendido como atividade vital, consciente e livre. Marx (1980, p. 202) complementa esta distinção citando:

[...] Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.⁶⁴

⁶³Em Marx há explícita diferenciação entre o tempo social necessário: o trabalho abstrato e o trabalho concreto que realiza a mediação metabólica entre o homem e a natureza. O trabalho abstrato é uma atividade social mensurável pelo tempo de trabalho socialmente necessário e produtor de mais-valia, já o trabalho concreto é a atividade de transformação da realidade pela qual o homem constrói a si próprio e, ao mesmo tempo, também constrói a totalidade social na qual está inserido.

⁶⁴Na obra *A Ideologia Alemã* (obra publicada em 1933, no entanto escrita – por Marx e Engels - entre os anos de 1845-1846, anterior ao *O Capital I*, concluída a primeira redação em 1865), Marx expõe: “Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência os homens produzem indiretamente sua própria vida material”. (2007, p. 35). No livro *O Capital* o destaque é dado no momento da teleologia, ou prévia ideação presente na mediação do trabalho, em que o homem constrói o “favo em sua cabeça”. No livro *A Ideologia Alemã*, a ênfase é dada em aspectos externos à consciência, incide sobre a realidade objetiva e exterior do homem, tendo como cerne a especificidade do homem, sua existência em si e seus meios de sobrevivência. A resolução dessa questão deve passar por fundamentos ligados à constituição do homem concreto, e este somente se apresenta desta forma quando é um ser social.

A característica da teleologia é o resultado da atividade consciente que distingue o homem do animal, no trabalho estranhado, encontra-se em relação antitética: o ser genérico do homem, a sua atividade vital, efetiva-se somente para a manutenção e suprimento de necessidades de uma existência meramente animal. Portanto, a função do trabalho que é elevá-lo à condição de animalidade, termina por propiciar a objetivação animalizante e instintiva. Marx enfatiza a atividade consciente e livre no homem:

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É ela. O homem faz a sua própria atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele se confunde imediatamente. A atividade vital consciente diferencia imediatamente o homem imediatamente da atividade vital animal. Precisamente apenas por isso ele é um ser genérico. Ou ele só é um ser consciente, isto é, a sua própria vida é para ele objeto, precisamente porque ele é um ser genérico. Só por isso a sua atividade é atividade livre. O trabalho alienado inverte essa relação até que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para a sua existência (2015, p. 312).

Marx mostra que o homem, ao transformar a natureza, ao mesmo tempo, modifica a sua própria natureza, desenvolvendo as potências latentes. O animal não se transforma visto que não se distingue da sua atividade, é um todo homogêneo. O homem decide, livremente, como agir, através de sua vontade e consciência. O trabalho estranhado faz com que o homem trabalhe apenas para suprir suas carências e sobrevivência, gerando uma relação de distanciamento com o produto do próprio trabalho.

O homem também tem a capacidade de dominar, relativamente, o tempo na medida em que resiste a uma satisfação imediata da vontade, contendo-se e fazendo do presente uma função do futuro traçando planos; servindo-se do passado, acumulando o conhecimento já adquirido, descobrindo a tridimensionalidade do tempo como dimensão do ser. O animal age instintivamente, sendo dominado pelo tempo, pois não discerne presente, passado e futuro.

Na passagem do macaco para o homem há um salto⁶⁵, este implica numa mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial contém em si algumas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores (como a criação de ferramentas⁶⁶, construção

⁶⁵É importante ressaltar que hoje a ciência já chegou a conclusão de que o homem não vem do macaco (símio), no entanto o macaco e o homem provêm de ancestrais comuns na ordem dos primatas.

⁶⁶Sobre este tema, ver o livro de Jane Goodall, *In the Shadow of Man*, editora: Houghton Mifflin Harcourt, 2000, relato de sua vida entre os selvagens chimpanzés de Gombe, na Tanzânia, é uma das histórias mais apaixonantes de comportamento animal já escrito. Sua aventura começou quando o famoso antropólogo Dr. Louis Leakey

de moradias), mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa continuidade retilínea. O âmago do salto é constituído pela ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, súbito ou gradativo, no tempo, da nova forma de ser (LUKÁCS, 2013, p. 46). O que caracteriza o salto ontológico é o surgimento de uma nova essência.⁶⁷ Visto que a transição não é abrupta e imediata, outrossim não é possível identificar o exato momento em que se dá o salto, pois não é retilíneo e contínuo.

A construção de ferramentas resulta em pressuposto imprescindível para o sucesso do trabalho, no autodomínio do homem e no intercâmbio orgânico com a natureza. Este também é um momento do salto, da saída do ser humano da existência meramente animal. Uma passagem do salto é o domínio do homem sobre os próprios instintos, sentimentos, afetos, que gera um problema fundamental de disposição moral, desde os costumes e tradições até as formas mais elevadas da ética.

Embora o animal possua consciência e capacidade de se adequar ao ambiente, construir ferramentas, se proteger instintivamente, ele jamais vai além de um melhor serviço à existência biológica e à reprodução e por isso, é um epifenômeno⁶⁸ do ser orgânico. Um chimpanzé, por exemplo, consegue tirar as folhas de um galho, enfiar em um cupinzeiro para retirar cupins, mas não consegue concretizar uma criação de cupinzeiros para ter comida permanentemente (ou acumular), não cria algo que não existe. Somente o trabalho, como pôr teleológico (prévia ideação), ultrapassa a simples adaptação ao ambiente.

Na superação dos epifenômenos que é iniciada no salto ontológico, a humanização supera a animalidade através do trabalho, e não há mais uma determinação meramente biológica, há a consciência que incentiva o desenvolvimento do trabalho e o surgimento de potências que não são apenas meras possibilidades, mas realidades.

É através do trabalho que se realiza, no âmbito material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade, e esta é uma característica específica dos homens,

sugeriu um estudo aprofundado dos chimpanzés, pois poderia lançar luz sobre o comportamento de nossos parentes vivos mais próximos. Gradualmente ela ganhou a confiança dos animais e foi capaz de registrar comportamentos previamente desconhecidos, como o uso - e até mesmo a fabricação - de ferramentas, que até então se acreditava ser uma habilidade exclusiva do homem. Ao conhecer os chimpanzés como indivíduos, ela começou a entender sua complexa hierarquia social e observou muitos comportamentos extraordinários, ou seja, características das fases sucessivas superiores.

⁶⁷ A essência é o conjunto de componentes de continuidade que acompanha todo o processo; já os fenômenos são componentes singulares ou particulares, sem relação fixa ou contínua estabelecida entre os elementos presentes, tendem a desaparecer no decorrer do processo.

⁶⁸ Resultado passivo do mundo material, produto acidental, acessório, de um processo, de um fenômeno essencial, sobre o qual não tem efeitos próprios

denominada por Lukács de posição teleológica primária. Em sua essência, a teleologia (projeção de forma prévia e ideal a finalidade de uma ação) é uma categoria que implica o pôr de um fim, uma consciência que põe fins como resultado adequado, ideado e desejado. Este pôr teleológico determina todas as etapas do trabalho, estas precedem na consciência dos homens, que as põe em prática para fins específicos. Para que o pôr do fim, que se origina de uma necessidade humano-social, se torne autêntico pôr de um fim, é necessário que se tenha conhecimento da natureza, e que este tenha alcançado um estágio adequado.⁶⁹ É essencial ao trabalho que nele não apenas todos os movimentos, mas também os homens que o realizam, são dirigidos por finalidades prévias. Todo movimento é submetido ao um dever ser.

Quando se expressa que a consciência reflete a possibilidade de uma realidade e, sobre este alicerce, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer se demonstrar que a consciência tem um real poder no plano do ser e não – como supõe as visões irrealistas⁷⁰ – que ela é carente de força (LUKÁCS, 1978, p. 4).

O trabalho é composto por elementos teleológicos que, em cada conjuntura, desperta séries causais. A causalidade retrata a lei espontânea em que todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral, enquanto a teleologia é um modo de pôr – disposição sempre realizada pela consciência – que, embora guiando-as em determinada direção, pode movimentar somente por séries causais. Uma sociedade formada por seres sociais, a maior parte das atividades cujo conjunto põe a totalidade em movimento de gênese teleológica, é feita de conexões causais que nunca e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico (LUKÁCS, 1978, p. 6).

A causalidade, que também faz parte do cotidiano (junto com a teleologia, objetivação e exteriorização), é um princípio de auto-movimento que repousa sobre si próprio e mantém este perfil mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta que implica no pôr de um fim (LUKÁCS, 2013, p. 48). Nesse contexto, e numa análise ontológica, teleologia e causalidade são compreendidas como partes de um mesmo processo, ou em termos precisos, se apresentam em uma determinação reflexiva.

⁶⁹Para Lukács (2013, p. 57), quando o estágio adequado não é alcançado, o pôr do fim permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho desde Ícaro até Leonardo.

⁷⁰O neopositivismo dominou as tendências gnosiológicas nas últimas décadas, este recusou toda e qualquer colocação ontológica, considerada como não científica. Esse domínio se deu na vida filosófica e no mundo da práxis.

A transformação teleologicamente⁷¹ orientada resulta no momento da objetivação do trabalho, na efetivação do ato, neste há uma nova forma de ser, uma “nova objetividade”. Esta “nova objetividade” do mundo dos homens é uma esfera ontológica distinta da natureza (LESSA, 2002, p. 82). A objetivação é a realização da prévia ideação, ou seja, daquilo que se idealizou na consciência, a teleologia.

Em Lukács (2013), a exteriorização corresponde ao momento pelo qual a objetivação, em que o sujeito desperta à realidade a ele externa, dá origem a um produto que se diferencia ontologicamente do sujeito e que conquista uma história própria, relativamente autônoma em relação ao seu fundador, exerce uma ação de retorno sobre o próprio sujeito que o criou.

Em complemento, Marx apresenta a exteriorização como fundamental no processo de estranhamento, em que o homem não se reconhece no seu trabalho, não reconhece o produto do trabalho como seu. Em que consiste, então, a exteriorização do trabalho, retomamos a citação de Marx:

Primeiro, em que o trabalho é exterior ao trabalhador, isso é, não pertence à sua essência, que ele não se afirma, antes se nega, no seu trabalho, não se sente bem, mas desgraçado; não se desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico (*Physis*) e arruína o seu espírito. Por isso, o trabalhador se sente, antes, em-si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas coagido (*gezwungen*), trabalho forçado (*Zwangsarbeit*). Ele não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele. O seu caráter alienado (*Fremdheit*) evidencia-se muito nitidamente em que, logo que não exista qualquer coação, física ou outra, se foge do trabalho como da peste. O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador aparece no fato de que ele não é [trabalho] seu, mas de um outro, em que ele não lhe pertence, em que ele não pertence a si próprio, mas a um outro. Assim como na religião a autoatividade da fantasia humana, do cérebro humano e do coração humano opera independentemente do indivíduo, isto é, como uma atividade alienada, divina ou demoníaca, também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a um outro, ela é a perda dele próprio. (MARX, 2015, p. 308-309).

A divisão social do trabalho, o trabalho em etapas, aprofunda a degradação do homem, da sua criatividade, sua humanidade, a simplificação da atividade laboral dá sensação da não

⁷¹ A teologia é sempre uma ideia, mas nem toda a ideia é teleológica, pois está se refere ao processo de produção – trabalho, no entanto a objetivação se refere a toda a realização de uma concepção, esta ação pode ser referente ao processo de produção ou não.

participação no resultado, portanto o produto – intelectual ou material – é alheio ao trabalhador, sendo propriedade dos meios de produção, está é a condição do trabalho no capitalismo.

A essência ontológica do trabalho é exposta por Lukács (2013) como tendo um caráter de transição, sendo essencialmente uma interação entre homem e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, esta inter-relação pode resultar em pontos determinados da transição do homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social. O resultado do trabalho se apresenta como a síntese entre o movimento causal da natureza e o direcionamento teleologicamente estabelecido pela atividade do homem. O objeto produzido é a expressão da superação da heterogeneidade entre teleologia e causalidade, natureza e trabalho social.

Para Lukács (2013), a objetivação se caracteriza no processo de conversão da prévia ideação em objeto concreto (é a efetivação da potencialidade), sempre com a transformação de uma seção do real. A exteriorização é o momento da objetivação pelo qual se consubstancializa a distinção entre um objeto socialmente criado e a consciência que operou a prévia ideação que está na origem desse mesmo objeto. O sujeito que exterioriza em um objeto ontologicamente distinto de si próprio. Embora o objeto seja uma criação do trabalhador, onde o sujeito é o criador e o objeto é a criatura, estes são entes distintos.⁷²

Quando o homem modifica a natureza ele modifica a si mesmo, a sua própria natureza sofre alteração. Por exemplo, o fogo e o machado são exemplos de direcionamentos teleologicamente estabelecidos pela atividade do homem, que modificou a história da humanidade.

A objetivação provoca, sempre, uma transformação teleologicamente orientada do real. Neste sentido, remete a uma escolha que é a alternativa levada à prática, objetivada, pela qual o indivíduo ou um coletivo de indivíduos opta por uma alternativa entre as muitas disponíveis, que se apresenta como mediação indispensável na atualização da potencialidade de todo o reflexo (LUKÁCS, 2013). Todo ato social surge de uma decisão entre alternativa acerca de posições teleológicas futuras.

⁷² Lessa (2017) denomina este desfecho em Lukács de “*tertium datur*”, uma terceira alternativa, entre dois extremos clássicos da filosofia, se referindo às contribuições de Hegel e Marx. De acordo com Dieter Mersch (2017) o termo em latim designa o princípio matemático da lei do terceiro excluído (ou A é X ou não é X e não há terceira possibilidade), neste caso o terceiro elemento é considerado verdadeiro.

Para Heller (1970), a vida cotidiana está repleta de alternativas, de escolhas que podem ser inteiramente indiferentes do ponto de vista moral, mas podem estar moralmente motivadas. Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco na decisão da escolha, mais fácil essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana. Quanto mais o homem se motiva pela moral, pelo humano-genérico, mais sua particularidade se eleva a genericidade.

Alguns conhecimentos são fundamentais na escolha das alternativas a serem objetivadas em cada fase da história. Estas ideias fazem parte daquele momento da história, e colaboram na tomada de decisão, frente às necessidades de cada período e frente às polêmicas do cotidiano – o momento ideal lukacsiano⁷³. Em Lukács, estas concepções são denominadas de ideologia:

[...] A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. Essa determinidade de todos os modos de exteriorização humanos pelo *hic et nunc* do ser-propriadamente-assim histórico-social de seu surgimento tem como consequência necessária que toda reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia. (LUKÁCS, 2013, p. 465).

No livro de Marx e Engels (2007), *A Ideologia Alemã*, o fenômeno ideológico é comparado a uma câmara escura que inverte o real, mascarando as contradições entre os homens e legitimando relações de exploração e controle do mais forte sobre o mais fraco. A ideia subjacente é que a ideologia geraria uma penumbra que prejudicaria a limpidez das relações sociais, enfim, a ideologia seria uma aliada do capitalismo (e não apenas dele), o que assentiria às classes dominantes a reprodução de sua dominação.

Lukács apreende o complexo ideológico enquanto componente de uma totalidade histórica, esquivando-se da relação entre ideologia e falsa consciência. De acordo com Lessa (2017), Lukács se opõe a interpretação do fenômeno da ideologia, proposta por Marx, pois para ele, o problema em se conceber a ideologia como inversão falsificadora do real, em contraposição à ciência, que revelaria o real com nitidez, se manifesta de modo imediato na

⁷³Lukács apresenta o momento ideal como à “intenção condutora daquele movimento material do trabalho que, pelo metabolismo da sociedade com a natureza, efetua nele essas mudanças, melhor dito, essas realizações de possibilidades reais”. (2013, p. 406)

consideração da ciência como uma instância neutra em relação aos conflitos e mediações sociais – uma instância que possuiria em si os mecanismos para neutralizar as influências sempre negativas dos conflitos sociais sobre a ciência.

Ele traz à tona exemplos de teorias científicas que se transformaram em ideologia, em “instrumentos de luta” de um *hic et nunc*⁷⁴ específico, como a astronomia heliocêntrica de Galileu ou a biologia evolucionista de Darwin.

A ideologia é ação consciente que exerce função nos conflitos humanos, é uma atitude que objetiva levar um, ou mais de um homem a exercer posições teleológicas segundo um modo pré-determinado, já definido, padronizando a divisão do trabalho. Na sua interpretação mais ampla, a ideologia tem origem no cotidiano mais imediato da vida social, servindo à conscientização e prática humana. A permanência do ser social não ocorreria se o conjunto dos indivíduos não evitasse ações que se constituíssem em desafios ao processo de reprodução social (produção incessante do novo), mediante aspectos que brotam espontaneamente na vida social. A ideologia permite que os homens alcancem consciência desse conflito e dê a resposta mais adequada para solucioná-lo. Em síntese, estas características são denominadas, por Lukács, de posição teleológica secundária, que é a influência dos homens sobre outros homens, persuadindo sua consciência e ações práticas, resultando na conservação ou transformação a realidade posta, ou seja, a ideologia tem como uma de suas funções revolucionar.

Apresentada como mediadora nos conflitos de interesse que surgem no campo econômico, que são enfrentados mediante a criação de complexos sociais ideológicos, com a função de regular as relações entre os homens, em resposta a necessidades da totalidade social, a ideologia expressa à existência de complexos valorativos na vida em sociedade, compondo o conjunto das atividades humanas. Revela ainda que a função que exerce nos conflitos sociais define o caráter da ideologia e sua particularidade em relação ao trabalho ou outras atividades humanas.

As maiores partes das ideologias estavam e estão a serviço da conservação e do desenvolvimento da adequação do homem às condições postas. Por isso, os homens devem se orientar sempre para a realidade concreta, aparelhando-se para se relacionar a inúmeros tipos da luta posta a todo o momento (LUKÁCS, 2013).

⁷⁴ Expressão latina que significa aqui e agora, é o lema do desejo imperativo de satisfação.

Para que o homem obtenha o pôr de um fim desejado (algumas vezes através da luta e da resistência), é necessário que a consciência se aproprie do real, no contexto da busca dos meios, esta forma social ativa de apropriação do real é denominada, por Lukács (2013) de reflexo⁷⁵. Considerando que a subjetividade necessita da captura de determinações do ser existente (real), e o reflexo corresponde a essa primordialidade, pode a consciência, em distintos momentos históricos e imersos em diversas relações sociais, construir hipóteses distintas e com propensão de se aproximar da realidade de um fato objetivamente existente (LESSA, 2002, p. 100).

O reflexo (LESSA, 2002), ou espelhamento (termo utilizado na tradução do livro *Para uma ontologia do ser social II* publicado pela editora Boitempo), é a reprodução mental da realidade, neste momento nasce uma forma de objetividade que não é o real. No reflexo, se projeta o objeto inteiro procurando apreendê-lo no seu ser em si, no entanto, por causa do distanciamento do objeto e da parcialidade do sujeito, pode haver erro em sua projeção e em sua interpretação.

O reflexo não é o ser, é o veículo através do qual surgem novas objetividades do ser social para a reprodução deste no mesmo nível ou em um nível mais elevado. Assim, a consciência que espelha a realidade adquire certo caráter de factibilidade. No entanto, devemos sublinhar que a verdade está além do dado imediato, ou seja, não se conforma com o mundo fenomênico que é o mundo da aparência, procurando ir além para se encontrar a essência. No reflexo, o sujeito interpreta de acordo com a sua subjetividade⁷⁶, sua historicidade, a apreciação é feita em consonância com seu contexto, podendo também ser modificada com o tempo, visto a constante mutação do ser e do objeto a ser analisado, dado que estão num processo de transformação eterna.⁷⁷O reflexo, embora seja uma categoria presente no tempo de trabalho, não esgota o conhecimento do objeto, mas é um elemento para sua interpretação e captura.

⁷⁵Esta teoria já estava presente em toda dialética materialista de Marx e Engels em seu debate com o idealismo alemão, tendo sido abordada, também, nos estudos sobre os Cadernos filosóficos de Lenin, este livro de Lenin intitulado *Cadernos Filosóficos* é composto por algumas anotações da *Ciência da Lógica de Hegel* e até 1931 Lukács não teve contato com este texto.

⁷⁶ Em *História e Consciência de Classe*, Lukács intenciona encontrar a unidade sujeito-objeto idêntico no mesmo momento histórico, buscando o sujeito real a partir dos desdobramentos da consciência. Para isso, utiliza-se da totalidade, explicitando a universalidade da forma estrutural da mercadoria e da reificação, que se tornam generalizáveis para todas as esferas da sociedade, explicitando em que medida o tráfico mercantil e suas conseqüências estruturais conseguem persuadir toda a totalidade, exterior e interior, da sociedade.” (Lukács, 2003). A noção de um sujeito como produtor e produto (reificação) da realidade remete a um sujeito integrado na noção de coisa, permitindo a unidade destes.

⁷⁷Lukács utiliza a teoria do reflexo em seus estudos sobre a arte, sendo criticado por Celso Frederico que interpreta a teoria como limitada, onde a verdade é “posta fora do sujeito, verdade que é quase um objeto”, e a arte “é

Independentemente da consciência que o executor do trabalho tenha, neste processo, produz a si mesmo como membro do gênero humano e, o próprio gênero humano. O autocontrole e autodomínio próprio, “conjunto das lutas que leva da determinidade natural dos instintos ao autodomínio consciente”, é o único caminho real para chegar à liberdade humana real (LUKÁCS, 2013, p. 155). O autor reconhece o papel ativo da consciência na transformação da realidade e a irreduzível heterogeneidade entre objeto e sujeito, recusando a teleologização do real como um ato mecânico. A conquista sobre si mesmo (iniciada no salto – da animalidade para humanidade), sua essência e instintos, é um ato de liberdade, um fundamento da liberdade para a vida do homem.

A liberdade é uma categoria fundamental do tempo de trabalho, que move os homens no desenrolar de toda a sua história. Esta categoria não é simples de apresentar, visto que em cada horizonte singular do ser social chegou a desenvolver, uma legalidade própria que produz uma liberdade única, que sofre mudanças significativas na mesma medida do desenvolvimento histórico social da esfera em questão. Embora Lukács concorde que a categoria liberdade seja complexa, inclusive informando que trataria deste tema mais amplamente em sua obra sobre a Ética, nos apresenta algumas características, visto a sua importância no momento do trabalho.

Retratada como um ato consciente que origina um novo ser posto por ele, o fundamento da liberdade consiste em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas e possíveis (esta decisão origina o novo ser); se a questão da escolha é colocada em alto nível de abstração que o separa inteiramente do concreto, ela perde toda a relação com a realidade e se torna uma especulação vazia. A liberdade também se caracteriza por querer transformar a realidade, ou conservar as coisas como estão; significando que a realidade, enquanto finalidade de transformação, não pode deixar de estar presente mesmo na abstração mais ampla.

Inclusive nas atividades mais simples aparecem certos pontos centrais das decisões nos quais o direcionamento para um lado ao invés de outro pode resultar em um período de sequelas, no qual o espaço de ação da decisão se torna extremamente limitado e, sob certas circunstâncias,

concebida num registro epistemológico apenas como mero reflexo, e não como objetivação e mimese”, permanecendo “solitária e unilateralmente no mundo objetivo” (FREDERICO, 2005, p. 89). José Paulo Netto, diferentemente, considera que “[...] o caráter reflexivo dos produtos da consciência foi assumido por Lukács como o único conseqüente/adequado com à sua elaboração teórica; e é necessário assinalar que não foi preciso esperar a *Estética* ou a *Ontologia* [...] para que ficasse claro que a teoria do reflexo, tal como Lukács a incorporou, jamais reduziu ou amesquinhou o papel ativo e criador do sujeito humano”. (NETTO, 2002, p. 85-86).

praticamente nulo, ou seja, há momentos em que temos poucas alternativas, ou não temos nenhuma.

O trabalhador deve planejar os seus movimentos verificando constantemente e conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível, por isso o desconhecimento das conseqüências, ou de parte delas, limita a liberdade na decisão. Quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais acertadamente elas poderão ser transformadas em cadeias causais postas, tanto maior será o domínio que o sujeito exerce sobre elas, ou seja, a liberdade que se quer e pode atingir.

A liberdade de decisão entre alternativas tem que ser, por sua essência ontológica, concreta, representando determinado campo de forma de decisões no interior de um complexo social concreto, no qual operam objetividades e forças naturais e sociais. Engels apresenta uma concepção de liberdade orientada para o trabalho:

A liberdade não reside na tão sonhada independência em relação às leis da natureza, mas no conhecimento destas leis e na possibilidade proporcionada por ele de fazer com que elas atuem, conforme um plano, em função de determinados fins. Isso vale tanto com referência às leis da natureza externa quanto àquelas que regulam a existência corporal e espiritual do próprio ser humano – duas classes de leis que podemos separar uma da outra, quando muito, em termos de concepção, mas não na realidade. Em conseqüência, a liberdade da vontade nada mais é que a capacidade de decidir com conhecimento de causa. (2015, p. 145-146).

Quando o homem age com o conhecimento de causa, por exemplo, sabe que determinadas propriedades de um objeto são adequadas à sua finalidade, portanto possui capacidade de escolher a melhor alternativa (a liberdade permite que tome esta decisão), que estão historicamente postas, para atingir o seu objetivo, transforma a possibilidade latente em realidade. Deve se atentar que, para que o pôr teleológico se realize de fato, é necessário que o trabalhador preste continuamente atenção ao acaso, que pode ter um papel positivo ou negativo no resultado desejado.

Para resumir o exposto sobre a liberdade, Lukács (2013, p. 147) a define como o movimento livre da matéria, que só é possível quando a realidade em questão é corretamente conhecida sob todas as formas que assumem as categorias modais e é corretamente convertida em práxis, não bastando conhecer.

Os atos do trabalho também estão direcionados para a transformação de objetos naturais em valores de uso, lembrando que o sucesso do pôr teleológico desejado depende do conhecimento de causa. Nota-se a importância de outro aspecto que é a ação sobre outros homens, cujo objetivo é uma mediação para a produção de valores de uso. O trabalho depende da cooperação de mais pessoas independentes do fato que já esteja presente o valor de troca ou que a cooperação tenha apenas como objetivo os valores de uso (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Marx (1980, p. 370) observou a importância da cooperação para a produção capitalista na seção V de *O capital*, nomeada “A produção de mais-valia relativa”, informando que a atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou no mesmo campo de atividade, para produzir o mesmo tipo de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista. Nesta seção ele inclui a manufatura, que reuniu um grupo de trabalhadores que executavam seu ofício de maneira independente sob o comando de um capital individual e a grande indústria, fase em que aquele ofício em suas diversas operações, necessárias para a exteriorização do ato teleológico, são executadas em atividades isoladas. A manufatura e a indústria são métodos de produção de mais-valia absoluta e, em especial, de mais-valia relativa.

Quando os trabalhadores se completam fazendo a mesma tarefa ou tarefas da mesma categoria, há a cooperação simples. Esta modalidade desempenha papel estratégico até no estágio mais desenvolvido da cooperação. A repartição das diferentes operações entre os diferentes trabalhadores encurta o tempo de trabalho necessário para a conclusão da tarefa, e esta é uma característica fundamental no modo de produção capitalista.

O método de trabalho cooperativo amplia o espaço no qual se realiza o trabalho, sendo imposta por certos processos devido à extensão do espaço em que se executa. A redução do espaço, simultânea a eficácia do trabalho, elimina múltiplos custos dispensáveis.

No início da civilização humana detectamos o processo de associação nos povos caçadores, ou na agricultura de comunidades indígenas, baseando-se na propriedade comum dos meios de produção e na circunstância do indivíduo isolado estar preso à comunidade ou à tribo, características do trabalho associado. Para Marx (1980, p. 383), a distinção da cooperação capitalista pode ser resumida em dois aspectos: primeiro na Idade Média a cooperação baseou-se em relações diretas de domínio e servidão, principalmente a escravatura; segundo a cooperação capitalista pressupõe, desde o início, o assalariado livre que vende sua força de

trabalho ao capital. Desenvolve-se em oposição à economia camponesa e ao exercício independente dos ofícios, possuem estes ou não a forma germinal.

Para Marx, a diferença entre a cooperação capitalista e o trabalho associado nas culturas antigas é a separação e o contraponto entre os trabalhadores e os meios de produção. A associação ou cooperação é a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas articulados. O resultado do trabalho combinado não poderia ser verificado pelo trabalho individual, e só o seria num espaço de tempo muito mais longo ou numa escala muito reduzida. A força individual não se eleva através da cooperação, o que se nota é a criação de uma força produtiva nova que é a força coletiva. O contato coletivo, a fusão de muitas forças com finalidades comuns, o mero contato social, na maioria dos trabalhos produtivos, engendra emulação entre os participantes, motivando-os e estimulando-os, aumentando a capacidade de realização de cada um, Marx exemplifica relatando que uma dúzia de pessoas, no mesmo dia de trabalho de 144 horas, produz um produto global muito maior do que 12 trabalhadores isolados, dos quais cada um trabalha 12 horas, ou que um trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos (MARX, 1980, p. 375).

O trabalho coletivo aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraste com o processo de produção de trabalhadores isolados, independentes ou pequenos patrões. Esta é a primeira transformação sofrida ao subordinar-se ao capital. Para Marx (1980, p. 385) “A cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista. Na sua feição simples constitui o germe das espécies mais desenvolvidas de cooperação, e continua a existir ao lado delas”.

Na cooperação sob o domínio do capital, o trabalho assalariado ganha forma e convence a massa de trabalhadores a dedicarem todas as potencialidades a favor do capitalista, a luta de classes se desenha com clareza. Neste cenário, o regime de produção capitalista reforça a relação de exploração em que os trabalhadores se submetem. Esta relação se inicia na manufatura e atinge o zênite na indústria moderna.

Atualmente a cooperação mantém a sua importância estratégica para alcance dos objetivos capitalistas, Giovanni Alves apresenta o novo complexo de reestruturação produtiva do capital que se desenvolve através da grande indústria em sua fase tardia, seus elementos constitutivos são as inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas podemos

incluir, também, a sofisticação do mercado financeiro, denominando esta etapa de cooperação complexa:

[...] o que se põe com o que denominamos de cooperação complexa é a etapa histórica tardia da grande indústria afetada de negação, no interior da qual se desenvolvem elementos pressupostos negados de uma nova etapa do processo civilizatório humano-genérico. A cooperação complexa seria uma etapa de desenvolvimento crítico da grande indústria afetada de negação ou um novo espaço-tempo sócio-histórico da produção (e reprodução) do capital sob as condições críticas da grande indústria no interior da qual estão pressupostas, como pressupostos negados, elementos da pós-grande indústria (o que implicaria pensar uma materialidade sócio produtiva para além do capital). (2011, p. 35).

O autor apresenta o conceito de cooperação, nos dias atuais, como “cooperação complexa” decorrente da reestruturação produtiva do capital nas transformações sociometabólicas da produção resultado da revolução das redes informacionais e da nova configuração da luta de classes e da hegemonia pós-fordista de caráter neoliberal.

Ao que parece, a cooperação complexa não é um processo espontâneo, com objetivos altruístas ou emancipadores, é sim um processo criado, com argumentos convincentes de benefícios diversos como: o aumento de produtividade, menores custos de produção, trabalho comunitário com interesses comuns, autonomia e divisão igualitária; quando na verdade a intenção são maiores ganhos através da exploração do trabalhador. Um exemplo progressista da cooperação complexa reside na estratégia de algumas empresas, como o Magazine Luiza, em ofertar e vender ações (cota parte da varejista) aos seus funcionários, afirmando que estes poderiam ser donos da empresa, devendo dedicarem-se de corpo e alma ao trabalho, devotando todo o seu tempo de vida a ela. Este foi um dos motivos que levou a empresa a um crescimento de 25 vezes no seu lucro líquido (ano de 2014). Certamente os trabalhadores da empresa não receberam a fatia devida do fruto de seu trabalho, no entanto continuam se sentindo donos da empresa, mesmo sem terem recursos para comprarem ações. Esta é uma das forças do feitiço do capital.

Como opção ao trabalho assalariado (cooperativo) caracterizado como inferior e transitório, Marx se refere ao trabalho associado, neste os homens se associam, ou melhor, a classe proletária se organiza para controlar os meios de produção. Com a prática deste método o trabalhador teria autonomia para se organizar, conhecendo todas as etapas do processo de produção, com a divisão igualitária dos ganhos, e tempo disponível para desenvolver suas potencialidades e para descansar, contemplar e sonhar.

3.2. TEMPO DISPONÍVEL

Marx dispõe sobre o tempo no texto publicado em 1865 intitulado de *Salário, Preço e Lucro*, desvendando-o e apresentando características que permanecem nos dias que correm como a forma marcante do estranhamento:

O tempo é o espaço para o desenvolvimento humano. Um homem que não dispõe de tempo livre, cujo tempo de vida é todo tomado pelo trabalho para o capitalista, excetuando as interrupções meramente físicas para dormir, tomar as refeições etc., é menos que um animal de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrocada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação. (MARX, 2017).

O tempo liberto do trabalho permite ao homem que reflita sobre sua condição, que contemple o belo, que desenvolva suas potencialidades, quando o homem não dispõe de tempo livre, apenas o necessário para suas necessidades fisiológicas fundamentais, este nada mais é que um animal embrutecido.

Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844, Marx (2015) apresenta a tese da auto-abdicação da vida e de todas as necessidades humanas, enfatizando que quanto menos o homem vive, come, bebe, lê livros, vai ao teatro, ao baile, quanto menos o homem pensa, ama, teoriza, canta, pinta, escreve, mais acumulará, maior será sua riqueza; e tanto mais estranhada e pobre será a sua existência.

No capitalismo, o trabalho impulsiona toda a vida social que, ao invés de possibilitar a fuga do estranhamento e a emancipação humana, ele desumaniza quando transforma o homem em máquina, irracional, apresentando uma relação contraditória. No entanto, esta condição histórica é superável, considerando que o trabalho é uma construção social. Podemos e devemos reivindicar a concretização da humanidade (a anulação da auto-abdicação), transcendendo o estranhamento. A emancipação humana é o salto da individualidade em-si (espontânea e animalesca) para a individualidade para-si (consciente e humana), livre e universal a partir da retomada dos meios de produção (fim da propriedade privada)⁷⁸ e da riqueza social pela classe

⁷⁸Thomas More, escritor do livro *Utopia* – não lugar, escrito em 1516, com influência de Platão, retratou nesta obra, uma sociedade ideal onde não havia propriedade privada e dinheiro: “Estou convencido de que o único meio de distribuir os bens com igualdade e justiça, e de propiciar a felicidade aos homens, é a abolição da propriedade. Enquanto o direito de propriedade for o fundamento do edifício social, a classe mais numerosa e mais estimável não terá nada além de miséria, tormentos e desesperos”. (2005, p. 52) “Em toda a parte onde a propriedade for um direito individual, onde todas as coisas se medirem pelo dinheiro, não se poderá jamais organizar nem a justiça, nem a prosperidade social, a menos que denomineis justa e que considereis perfeitamente feliz o Estado no qual a

proletária⁷⁹, que também deixará de existir, visto que as classes se extinguirão. Este modelo econômico/social se refere ao que Marx denominou de comunismo.

Lukács (2013) destaca que a luta de classes está estritamente ligada à situação econômica, que é determinante, há sempre a busca de se lucrar mais, através da redução de custos e de tempo. O trabalho abstrato corresponde às respectivas finalidades socioeconômicas do grande capital.

A estrutura sociometabólica do capital perpassa as instâncias da vida social, altera-se o modo de ser da precarização do trabalho que não assume apenas a forma de insuficiência salarial, mas também física e mental da pessoa humana que trabalha. Esta condição limita a capacidade cognitiva e crítica do trabalhador, dificultando o despertar de sua conjuntura estranhada, visto que o acompanha em seu tempo além do trabalho.

Nas condições atuais, os trabalhadores dedicam ao trabalho as melhores horas do dia, ou seja, no acordar até o dormir praticam e pensam no trabalho; muitas vezes prorrogando as suas jornadas de forma absoluta ou relativa. As pessoas são levadas a desenvolver habilidades, aprender técnicas, exercitar uma disciplina individual ou coletiva e aderir a comportamentos e valores que vão além do tempo de trabalho. Quando, como usufruímos (ou não) do tempo disponível? Mas, afinal, o que é o tempo disponível?

A abordagem do tempo disponível, assim como o tempo de trabalho, é feita de forma a possibilitar a apreensão dessa categoria como construção social ontológica e histórica, e não uma categoria lógica gnosiológica. Esta construção é processada socialmente, e em cada fase, a partir das relações entre os diversos atores sociais e entre estes e a natureza, visto de que quando a transforma o homem também se modifica.

A civilização grega considerava o ócio o tempo livre, conferindo-lhe maior importância que à vida de trabalho. Na Grécia Clássica, o ócio era *conditio sine qua non* para adquirir a sabedoria, qualidade muito valorizada neste período. Para o filósofo grego Aristóteles o ócio é o princípio de todas as coisas, uma vez que ele se volta para alcançar o fim supremo do homem, que é a felicidade (2001). No ócio o homem alcança o ápice da virtude e da sabedoria, pois não há utilitarismo neste momento, ao contrário, o homem é livre para aperfeiçoar sua reflexão e adquirir conhecimento.

fortuna pública está nas mãos de um punhado de indivíduos insaciáveis de prazeres, enquanto a massa é devorada pela miséria". (2005, p. 50).

⁷⁹ O gênero humano em si possui a inclinação de reduzir o indivíduo à sua própria particularidade. O gênero humano para si representa o anseio por uma personalidade não mais particular.

Para ele, o trabalho era o embrutecimento humano, por isso deveria ser realizado pelo escravo, este não era considerado humano, e sim era visto como um animal, um objeto de utilidade prática, apto ao serviço degradante:

Existem, na espécie humana, seres tão inferiores a outros quanto o corpo o é em relação à alma, ou a besta ao homem; são aqueles para os quais a utilização da força física é o melhor que deles se consegue. Segundo os nossos princípios, esses indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão; pois, para eles, não há nada mais simples do que obedecer. Assim é o escravo por instinto; pode pertencer a outrem (também lhe pertence de fato), e não tem razão mais do que suficiente para dela experimentar um vago sentimento; não possui a razão em sua plenitude. Os outros animais que não a possuem seguem as expressões exteriores.

A utilidade que têm os escravos é quase a mesma do que animais domésticos: auxiliam-nos com sua força física em nossas diárias necessidades. A natureza mesma parece desejar dotar de características diferentes os corpos dos homens que são livres e dos que são escravos. (ARISTÓTELES, 2001, p. 18-19).

E, ao homem inteligente e virtuoso, lhe era conferido o ócio, para a obtenção da felicidade e para o exercício da contemplação:

Não está claro se devemos praticar disciplinas úteis para a vida, ou praticar as que tendem à virtude, ou as inúteis, já que qualquer uma das posições possui seus partidários. Não há dúvida de que se devem buscar aqueles conhecimentos úteis que são indispensáveis, mas nem todos; estabelecida a distinção entre os trabalhos dignos dos homens livres e os servis, é evidente que se deverá participar daqueles trabalhos úteis que não tornam indignos os que se ocupam deles, e há que se considerarem indignos todos os trabalhos, ofícios e aprendizagens que incapacitem o corpo, a alma ou a mente dos homens livres para as práticas e atividades da virtude. Por isso são vis todos os ofícios que deformam o corpo, assim como os trabalhos assalariados, uma vez que estes privam o homem do ócio e degradam a mente. Assim, seria conveniente fazer bom uso do ócio, pois este é o princípio de todas as coisas (ARISTÓTELES, 2001, p. 25-26).

Na Grécia, o ócio não significava a inação, letargia, implicava aperfeiçoamento intelectual e espiritual, contemplação do belo, da arte de forma não utilitária. A apreciação era a forma superior da vida, e o ócio seria o tempo de percepção receptiva, de descobertas através do espelhamento e conscientização do ser. Estas descobertas não seriam possíveis sem o ócio, momento de libertação do trabalho, e este somente era possível, pois existiam homens que realizavam o trabalho necessário, transformador da natureza, que eram os escravos, depois os servos e hoje os trabalhadores assalariados - proletários.

A possibilidade de redução do trabalho e ampliação do tempo disponível foi abordada por Platão na República e, no século XV, pelos utopistas Tomaso Campanella (no livro *Cidade do Sol*), Francis Bacon (no livro *Nova Atlântida*), Comenius (no livro *Panorthosia*) e Thomas More (no livro *Utopia*). Na sociedade idealizada por Thomas More, considerado o precursor da “ficção utópica”, em seu livro intitulado *Utopia* (não lugar) onde o tempo é dividido para

harmonizar e para suprir as necessidades físicas e mentais do homem, sendo proposta uma otimização do tempo:

Os utopianos dividem o intervalo de um dia e de uma noite em 24 horas iguais. Seis horas são empregadas nos trabalhos materiais. Eis a sua distribuição.

Três horas de trabalho antes do meio-dia, depois almoçam. Após o meio-dia, duas horas de repouso, três de trabalho, em seguida jantam.

Contam uma hora onde contamos meio-dia, deitam-se as nove e reservam nove horas para o sono.

O tempo compreendido entre o trabalho, as refeições e o sono é livre para que cada um empregue à sua vontade. Longe de abusar dessas horas de lazer, abandonando-se à ociosidade e à preguiça, descansam variando suas ocupações e trabalho. Estão aptos a assim fazer, graças a uma instituição verdadeiramente admirável. [...]

Talvez se dirá: seis horas de trabalho por dia não são suficientes para as necessidades do consumo público, e a Utopia deve ser um país muito miserável.

Mas não é este realmente o caso. Ao contrário, essas seis horas de trabalho produzem abundantemente para todas as necessidades e comodidades da vida, e ainda deixam um excedente bem superior às exigências do consumo. (2005, p. 70-72).

More, finaliza o capítulo com as considerações:

O fim das instituições sociais na Utopia é de prover antes de tudo às necessidades do consumo público e individual, deixando a cada um o maior tempo possível para libertar-se da servidão do corpo, cultivar livremente o espírito e desenvolver suas faculdades intelectuais pelo estudo das ciências e das letras. É nesse desenvolvimento completo que reside, para eles, a verdadeira felicidade. (2005, p. 75).

O autor nos traz que a participação de todos garante que cada um trabalhe o mínimo possível, obtendo-se o máximo de produtividade, visto que ninguém executa a atividade do outro. Considera que, ao instituir esta forma de distribuição de trabalho, em que havendo mais pessoas trabalhando se trabalha menos, o resultado é a abundância de todos os produtos, compartilhados equitativamente. Esta condição estava distante da sua realidade do século XVI, antes da Revolução Industrial que iniciou em 1760. Com o desenvolvimento e consolidação das máquinas e o desenvolvimento tecnológico, é factível, nas condições descritas por More que façamos a divisão das horas de um dia com menos tempo dedicado ao trabalho, aumentando o tempo disponível, gerando mais empregos e proporcionar à (re) humanização.

O que se extrai, da obra de More, é que mesmo em uma sociedade utópica, onírica, perfeita e realizadora da igualdade entre os homens; persiste o trabalho, sendo este essencial para a transformação da natureza, subsistência e desenvolvimento da humanidade. O trabalho é categoria central em qualquer organização societal, fundamento para a sobrevivência humana.

No cristianismo, desde seu surgimento, o trabalho se apresenta como castigo imposto, como uma exigência da precariedade humana e ferramenta de purificação. Esta colaborou com a manutenção da ordem social durante a Idade Média, apresentando a vida neste mundo como transição para a vida futura, devendo-se suportar os trabalhos e as dificuldades para a conquista da felicidade eterna. Justificava a desigualdade, informando que Deus atribuía funções distintas a cada indivíduo ou grupo (BACAL, 2003, p. 52). Neste sentido, a Encíclica Carta *Rerum Novarum* do Sumo Pontífice Papa Leão XIII, dispõe (2017):

O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições.

Pelo que diz respeito ao trabalho em particular, o homem, mesmo no estado de inocência, não era destinado a viver na ociosidade, mas, ao que a vontade teria abraçado livremente como exercício agradável, a necessidade lhe acrescentou, depois do pecado, o sentimento da dor e o impôs como uma expiação: «A terra será maldita por tua causa; é pelo trabalho que tirarás com que alimentar-te todos os dias da vida». O mesmo se dá com todas as outras calamidades que caíram sobre o homem: neste mundo estas calamidades não terão fim nem tréguas, porque os funestos frutos do pecado são amargos, acres, acerbos, e acompanham necessariamente o homem até ao derradeiro suspiro. Sim, a dor e o sofrimento são o apanágio da humanidade, e os homens poderão ensaiar tudo, tudo tentar para os banir; mas não o conseguirão nunca, por mais recursos que empreguem e por maiores forças que para isso desenvolvam. Se há quem, atribuindo-se o poder fazê-lo, prometa ao pobre uma vida isenta de sofrimentos e de trabalhos, toda de repouso e de perpétuos gozos, certamente engana o povo e lhe prepara laços, onde se ocultam, para o futuro, calamidades mais terríveis que as do presente. O melhor partido consiste em ver as coisas tais quais são, e, como dissemos, em procurar um remédio que possa aliviar os nossos males.

Este documento, escrito em maio de 1891, no ápice da Revolução Industrial, veio em resposta e ataque aos levantes socialistas, alertando os proletários da necessidade e importância da propriedade privada – preservada pelo Direito Natural, e do trabalho, condição essencial para manutenção da humanidade desde o pecado original (exposta no Velho Testamento, quando Eva instiga Adão a comer o fruto proibido, destruindo a harmonia com Deus). Orientava os pobres a se conformarem com o sofrimento causado pelo trabalho, pois no futuro haveria uma vida de descanso e gozo perpétuo.

É interessante apontarmos a passagem bíblica, trecho do *Sermão da Montanha*, em Mateus 6:28-30: “Olhai como crescem os lírios do campo: eles não trabalham nem fiam. Porém, eu vos digo: nem o rei Salomão, em toda a sua glória, jamais se vestiu como um deles. Ora, se Deus veste assim a erva do campo, que hoje existe e amanhã é queimada no forno, não fará ele muito mais por vós, gente de pouca fé?” Esta passagem bíblica nos remete a fazer a crítica ao entesouramento, à acumulação, visto a excessiva preocupação em prover-se de bens materiais e o esquecimento dos bens espirituais como a beleza, a leveza, a tranqüilidade e a contemplação. A preocupação excessiva com o futuro nos impede de viver o presente, a angústia do incerto dificulta a leveza, a beleza e a felicidade cotidiana.

Na Reforma Luterana houve uma nova interpretação bíblica sobre o significado do trabalho e do tempo disponível, apresentando uma valorização do tempo dedicado ao trabalho e repúdio ao ócio, sendo instaurada uma religiosidade pela qual os homens se realizavam na profissão (WEBER, 2001, p. 65). Para Lutero, o cumprimento no mundo dos deveres é a melhor forma de se agradar a Deus, e o trabalho profissional deveria ser considerado como vocação dada por Deus ao homem. Calvino considerava a tarefa dada ao homem como predestinação de Deus, que requisitava esforços para controle do mundo, através de práticas racionais e criativas.

Para Max Weber (2001) estas concepções religiosas resultaram no surgimento do capitalismo moderno⁸⁰ (espírito do capitalismo), mostrando uma tendência peculiar para o desenvolvimento do racionalismo econômico. Da mesma forma, interpretaram o trabalho como predestinação e vocação do homem, sendo essencial para a dignidade e virtude humana, já a ociosidade é um mal que deve ser combatido, um pecado capital.

Com o surgimento da religião protestante, a intensificação das relações econômicas nas esferas comerciais e financeiras, o trabalho passa a ser exaltado e glorificado como atividade central para a dignidade e desenvolvimento humano, o ócio passa a ser um pecado capital. Através do resgate do tempo disponível, pretendemos comprovar a importância deste momento para o alcance da emancipação humana, sem a extinção do trabalho fundador do ser social e central na vida humana, mas a eliminação do trabalho abstrato que degrada, embrutece e superexplora.

⁸⁰ Marx concluiu o inverso de Weber, para ele o capitalismo demandou o protestantismo: “De acordo com a relação social de produção que tem validade geral numa sociedade de produtores de mercadorias, estes tratam seus produtos como mercadorias, isto é, valores, e comparam, sob a aparência material das mercadorias, seus trabalhos particulares, convertidos em trabalho humano homogêneo. Daí ser o Cristianismo, com seu culto do homem abstrato, a forma de religião mais adequada para essa sociedade, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc.”. (MARX, 1980, p. 88).

Buscamos, até aqui, demonstrar que quando abordamos o tempo de trabalho, é primordial nos referirmos também ao tempo disponível, visto que os homens vivenciam a totalidade temporal, apresentando ampla conexão entre os diversos tempos sociais.

Entendemos como tempo disponível todo aquele além do tempo de trabalho necessário para a produção das condições materiais de existência, um momento desvinculado do trabalho. No entanto, vale assinalar que muitas empresas acabam vinculando o lazer à atividades vinculadas ao local ou comportamentos laborais⁸¹, ou seja, o vínculo estabelecido entre tempo disponível e tempo de trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade. As empresas criam programas de lazer e esportes atrelados à empresa, seja antes, depois da jornada de trabalho, ou aos finais de semana como, por exemplo, a AABB, clube dos funcionários do Banco do Brasil. Em algumas empresas as opções de lazer ocupam o mesmo espaço em que exercem suas funções profissionais, exemplos: *Netshoes*, Mercado Livre, *Facebook*, *Walmart.com*, *Google*. Esta abstração da inserção de atividades recreativas no espaço de trabalho ou intimamente atreladas a ele iniciou-se com a ideologia taylorista.⁸²

No capitalismo, o tempo de trabalho não se reduz ao tempo necessário, e sim ao tempo disponível de trabalho para o capital, em outras palavras é a soma do tempo necessário para produção da subsistência mais o tempo excedente que produz a mais valia e torna o trabalhador produtivo. No caso do aproveitamento do tempo livre dentro do espaço do trabalho, ou em ambientes que estão ligados a empresa, a possibilidade de desvinculação do processo de produção fica prejudicada, estreitando ainda mais a relação do homem com o trabalho. As empresas aprofundam o seu alcance na manipulação dos homens, invadindo o cotidiano do trabalhador.

Além do lazer laboral, ou seja, praticado no ambiente de trabalho, Friedman apresenta outras espécies de obrigações, suscitadas pela necessidade econômica que invadem o tempo livre, tais como os trabalhos suplementares, as tarefas de complementação do “primeiro” ou do

⁸¹ Para mais informações, ver os artigos: *Empresas investem em espaços de lazer para funcionários*: Áreas para lazer e descanso, bebida liberada, massagem e manicure são alguns dos serviços disponíveis. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-24/empresas-investem-em-espacos-de-lazer-para-funcionarios.html>; *Trabalho + diversão: Veja 10 empresas que contam com espaço de lazer dentro do escritório*. Disponível em: <https://www.lovemondays.com.br/blog/empresas-sala-de-descompressao>. *Todos querem ser como Google, melhor empresa para trabalhar*: Empresa foi eleita a melhor para trabalhar em 2013 no levantamento da revista VOCÊ S/A. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/carreira/google-todos-querem-ser-assim/>. Acesso em: 02 abr.2017.

⁸² A criação da palavra *dopolavoro*, pelo engenheiro italiano Mário Giani, que indicava a organização de atividades de lazer após o trabalho. O *dopolavoro* constituía uma rede presente por todo o país de atividades recreativas e culturais para os operários, de modo que estes se integrem ao mundo da produção (PADILHA, 2000, p. 64). Configurando a presença do lazer como panacéia dos conflitos entre capital e trabalho, uma alternativa para moldar as ações humanas aos interesses do capital.

segundo ofício, sob a forma do “bico” por assalariados que assim conseguem complementar sua renda principal, as tarefas domésticas, no caso das mulheres, a parte utilitária do biscate e dos pequenos trabalhos manuais no lar e mesmo atividades de estudo, como os cursos noturnos ou de fim de semana, preparatórios para um exame profissional do qual o trabalhador espera uma melhoria de seu salário e de seu status na empresa. E completa a lista com o tempo absorvido pelas obrigações e relações familiares, que são suportadas, não escolhidas e desejadas (FRIEDMAN, 1972, p. 162).

Embora a evolução tecnológica tenha possibilitado a redução do tempo humano necessário para a produção das mercadorias, não ocorreu à elevação do tempo disponível, o que se verifica é a redução do quadro funcional de trabalhadores, a corolária elevação da intensidade do trabalho, e o aumento da massa de desempregados. Desta forma, o capital aumenta sua margem de lucro, com o aumento da produtividade e a redução de custo com a força de trabalho.

Considerando a importância do tempo disponível, traremos a contribuição de alguns pesquisadores que utilizaram-se da noção de lazer, ócio, tempo de vida, preguiça etc., quando discutem o tempo disponível, sendo este o conceito adotado na pesquisa. Friedman, por exemplo, opta pela nomenclatura tempo livre, justificando que, para não suscitar a contradição nos termos “[...] conviria reservar a denominação de tempo livre ao tempo que não é penetrado pelas obrigações antes citadas, a este em que a personalidade, efetuando suas escolhas, tenta exprimir-se e mesmo desenvolver-se.” (1972, p. 163-164).

O mesmo autor traz a expressão (FRIEDMAN, 1972, p. 169) “matar tempo”, sendo este um dos aspectos gerais do comportamento de massas de indivíduos no taylorismo, que multiplica os meios sempre mais refinados, artificiais e automatizados de recreação passiva, de diversão e distrações, rendas e os meios. “Matar o tempo” é se distrair de si próprio, de seu vazio e de seu tédio profundo, mais ou menos consciente, onde a insatisfação do trabalho representa elemento central. A busca severa pela diversão pode ser identificada, no homem insatisfeito no seu trabalho, como um dos indícios pelos quais se manifesta a busca de compensação por todos os meios ao seu alcance.

Em consonância ao exposto por Friedman, para Paul Sweezy e Baran (1966), o lazer na sociedade dominada pelo capitalismo monopolista torna-se sinônimo de tempo gasto na passividade, no nada fazer. A razão para o *dolce far niente* são as poucas opções humanamente interessantes; ou porque o vazio e a inutilidade da vida nesta sociedade refreiam o desejo autêntico.

Essa propensão acarreta em tipos de entretenimentos que não exigem recursos intelectuais e emocionais dos participantes, visto que a finalidade é a distração, o relaxamento, os bons momentos, ou seja, a acriticidade e o conformismo. Por exemplo, ser um fã do esporte não demanda participação em qualquer atividade ou incentiva o desenvolvimento de potencialidades.

Sweezy e Baran demonstram o vazio das relações sociais quando expõe a miséria da solidão e o horror da companhia de terceiros, demonstrando que as obrigações sociais não são tempos de liberdade ou tempos disponíveis, pois se houvesse opção o utilizariam de outra maneira que, resumidamente, é o trabalho:

Ao deixar uma festa com a sensação de que bem poderia ter ficado em casa, o indivíduo vai a outra reunião, pensando que já poderia bem ter ido para lá. Assim é levado a um redemoinho ininterrupto de atividades sociais – de diferentes níveis e escalas, é claro, dependendo da classe, status e renda – ou tem de ficar só será melhor ficar completamente só, transformar-se em um recluso, passando horas intermináveis a “trabalhar em casa”, a cortar a grama, a ocupar-se em qualquer coisa no quintal. Resmungando e falando sozinho, liga o rádio, ouve um pouco de notícias ou um anúncio cantando, liga a TV e vê o fim de um filme de mocinho, deixa ambos de lado e dá uma olhadela, distraído, no jornal, cheio de notícias de crimes e escândalos – em suma, passa incessantemente de uma forma de nada fazer para outra de não fazer nada, ansiando e temendo durante todo o tempo, o início da semana de trabalho, quando começará a ansiar e temer o próximo fim de semana. (SWEETZY; BARAN, 1966, p. 344).

As sensações experimentadas no lazer se assemelham as experimentadas no trabalho, ou seja, um aborrecimento “desgastante e debilitante”. A luta histórica pela liberdade e redução da jornada de trabalho parece sem sentido quando o lazer se apresenta como uma extensão do trabalho, um tempo de vazio e tédio, no entanto, este não existe quando o tempo é verdadeiramente autônomo e determinado pelas próprias pessoas enquanto seres livres.

No que diz respeito ao termo “tempo disponível”, este é apresentado no sentido afirmativo e libertador e tem origem antes de Marx, em um panfleto anônimo com o título *As origens e os remédios para as dificuldades nacionais*, publicado em Londres em 1821. Nele, há algumas citações que fornecem um entendimento dialético da natureza do processo de produção capitalista, com ênfase a atenção nas categorias importantes como: “tempo disponível”, “trabalho excedente” e “diminuição da jornada de trabalho”, proposto como alternativas para escapar de suas contradições:

Riqueza é tempo disponível e nada mais... Se todo o trabalho de um país fosse suficiente apenas para angariar o sustento de toda a população, não haveria trabalho excedente, conseqüentemente nada que pudesse ser acumulado como capital... Verdadeiramente rica uma nação se não houver juros ou se a jornada

de trabalho for de seis horas em vez de doze. (Apud. MÉSZÁROS, 2002, p. 619).

Ponderamos que a lógica capitalista é oposta ao preconizado pelo panfleto anônimo, pois mesmo com o aumento da composição orgânica do capital, os avanços da produtividade, que geraram o aumento potencial do tempo disponível, não houve a alocação harmoniosamente absorvida em sua estrutura, de tempo livre ao trabalhador. E o que é este tempo disponível, qual sua importância e porque a sua urgência? Apresentaremos as principais contribuições de teóricos que estudam o tema.

Dentre as definições de lazer, uma das mais adotadas pelos estudiosos é a dada por Joffre Dumazedier:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973, p. 34).

O autor relaciona lazer à satisfação de algumas necessidades humanas como o repouso, a diversão, a recreação, a distração e o desenvolvimento intelectual. Para Dumazedier o lazer é uma atividade ou inatividade voluntária, quando o homem se sente liberto de qualquer grilhão. Segundo o mesmo autor, este é o futuro substituto do trabalho alienado e tende a ser o tempo de uma autoformação permanente e voluntária. Este dispõe de três categorias, que são as principais funções do lazer: função de descanso; função de divertimento, recreação e entretenimento e função de desenvolvimento (DUMAZEDIER, 1973). Este autor nos traz algumas concepções de lazer e construções sociais como o pão e circo, o consumo, desenvolvimento humano, sócio educativo:

E nada mais sedutor e pleno de belas imagens que o próprio lazer. Nada mais cheio de armadilhas, também. O lazer é o novo ópio do povo, lembram uns, trazendo o “*pane et circenses*” dos imperadores romanos como um lembrete da forma pela qual o lazer sempre foi e será um instrumento de manipulação política. O lazer é trincheira do consumo e da distinção social, lembram outros, pensando nas roupas, carros, viagens, espetáculos, parques de atrações, etc., que são os novos símbolos de ostentação das classes ricas. O lazer é uma afronta à pobreza e ao desemprego de tantos, lembram ainda outros, sejam alguns genuinamente preocupados e solidários com a população mais desprotegida, sejam outros que mal escondem ranços elitistas ou uma ideologia calvinista. No pólo oposto, o lazer é saudado como o novo espaço do desenvolvimento do espírito humano, lembram os seduzidos pelas virtudes gregas atribuídas ao tempo livre do cidadão, esquecendo-se de que aquele tempo livre era pago pela exploração e escravidão da maioria da população. O lazer é sócio educativo, é a nova escola, lembram outros tantos, confundindo o lazer que se desenrola num processo de educação não-formal, animado por estes novos profissionais da educação que são os animadores

culturais, com o processo selvagem da educação informal que se desenrola nas leituras diárias, na assistência da tv, nas conversas dentro dos grupos de iguais ou das inúmeras tribos urbanas, muitas vezes com o apoio de drogas químicas e não químicas, permitidas e proibidas. (1994, p. 15).

Dumazedier apresenta o tempo *ipsativo*, sendo a liberação social mais profunda de sensações, de sentimentos, de desejos, de sonhos antigamente reprimidos, repelidos e, ao mesmo tempo, de uma identificação social mais espontânea, mais renovada, mais passional em grupos de iguais, de torcedores ou fãs, sob a forma cotidiana de participação como espectador ou amador. Expõe que o tempo social *ipsativo* escapa apenas parcialmente às determinações dos outros tempos sociais, do trabalho, das obrigações familiares, dos compromissos sociais, da participação imposta ou voluntária nas instituições. Este lazer pode permitir o ‘ficar na sua’, o ‘dar tempo ao tempo’, o ‘mudar a cabeça’. Ele permite ao homem viver um tempo que não é só do dinheiro, sem negar as exigências reais do trabalho (1994, p.49).

Faleiros critica as contribuições de lazer apresentadas por Dumazedier, com argumentos marxistas, considerando que as necessidades humanas são geradas numa determinada realidade social e histórica e estão ligadas à subsistência humana: “[...] elas (as necessidades) são diferentes e continuamente transformadas pelas condições vividas por esses indivíduos”. (1980, p. 53).

Para Faleiros, as ações desenvolvidas pela humanidade estão sempre focadas, para satisfação de necessidades. Nesse sentido, o descanso, o divertimento, a prática de esportes, estudo, reflexões críticas etc. são imprescindíveis para a manutenção da saúde física e mental, e para manter o senso crítico da realidade vivida.

Outra contribuição importante é de Marcellino, que sugere a utilização de tempo disponível ao invés de tempo livre, pois para ele, o tempo não pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social, ele coloca o lazer e ócio num mesmo campo, destacando que o que os diferencia é a alternativa entre contemplação (ócio) ou por atividade (lazer), e a ociosidade não está no âmbito das opções. O desemprego não seria o tempo disponível, mas desocupado – não por opção. O autor apresenta o lazer como:

[...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. O importante, como traço definidor, é o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa. (MARCELLINO, 1995, p. 31).

O autor dá ênfase à voluntariedade da ação ou omissão realizada pelo homem, pois o tempo disponível como tempo de vida deve ter caráter voluntário e a busca pela satisfação pessoal.

Para Renato Requixa, lazer é uma ocupação livre e seus valores devem propiciar condições de recuperação psicossomática e desenvolvimento pessoal/social. É um momento de ociosidade e contemplação (REQUIXA, 1980). Na mesma linha de argumentação, Ethel Medeiros considera o lazer como:

[...] espaço de tempo não comprometido do qual podemos dispor livremente, porque já cumprimos nossas obrigações de trabalho e de vida, destacando como funções do lazer para o homem contemporâneo, o repouso, a diversão e o desenvolvimento pessoal. (MEDEIROS, 1971, p. 30-31).

Para Requixa e Medeiros, o tempo disponível como lazer está relacionado ao tempo de não trabalho e desobrigação familiar, política e social, ou seja, no momento de lazer o indivíduo pode ser ele mesmo, fazendo ou não fazendo algo. Requixa e Medeiros tratam do lazer e não do conceito de tempo disponível, tendo em vista que reduzir este tempo ao lazer é um equívoco, pois limita o tempo disponível não apenas a desobrigação de trabalho, mas também a desobrigação familiar, política e social, excluindo, deste modo, do tempo disponível, a fruição destas relações.

O tempo disponível não se reduziria a lazer visto como sinônimo de não fazer, limitado ao direito de opção a não fazer algo. Na verdade, o tempo disponível não inclui apenas repouso, diversão, namoro, práticas esportivas, entretenimento ou contemplações capazes de satisfazer as pessoas no plano individual, mas principalmente atividades sociais, políticas e coletivas, ou ainda, encontrar amigos e familiares, e até mesmo o trabalho comunitário, dentre outras atividades de interação social, ou seja, atividades e/ou inatividades fundamentais para a manutenção e reprodução do ser social em determinado momento histórico e de acordo com as práticas culturais do meio em que se encontra.

Padilha (2000) expõe o lazer como uma ocupação de uma fração de tempo, liberado do trabalho: no fim de semana, nas férias, no horário de intervalo, feriado ou na aposentadoria. Para a autora não há lazer se não houver o trabalho ou outra obrigação, ou seja, a emancipação das obrigações é uma condição para o lazer, que é considerado, quase sempre, como uma atividade acessória e extensão da alienação humana.

No debate de gênero, é interessante a contribuição de Hirata (1986), expondo que no caso das mulheres, nunca há clara separação entre o tempo de trabalho e o tempo disponível, considerando que os ambientes da casa e do trabalho seguem misturados, pois esta trabalha em um e outro. No imaginário social, o lugar da mulher sempre foi em casa reforçando sua função

doméstica e tornando-a coadjuvante no mercado de trabalho. O que nos remete a concluir que o tempo dedicado ao trabalho não se restringe ao negociado com o empregador, ele vai além do local de trabalho.

O trabalhador dedica seu tempo ao trabalho quando se desloca da casa ao trabalho e vice-versa, quando realiza um curso para qualificação, quando troca de roupa. Hodiernamente, a tecnologia facilita imensamente a extensão do trabalho, com o uso dos celulares, *tablets*, computadores e internet, que demandam os trabalhadores a qualquer momento, finais de semana, feriados, horário de almoço, férias e a qualquer lugar como um clube, em casa, na escola.

Hirata (1986) nos chama a atenção para o caso de trabalhadores que se integram na gestão baseada na motivação, argumentada através de palestras ou imposição de desafios, como as metas bancárias, metas de produtividade docente e outras. Estas incitações exigem um extenso tempo de atividades, elaboração estratégica e estudos desenvolvidos fora da jornada de trabalho. Há algumas empresas que fazem marketing através de ações voluntárias e solidárias, e para isso utilizam seu corpo funcional, instigando-os a trabalharem como voluntários em Organizações Não Governamentais – Ongs, associações sem fins lucrativos ou instituições controladas pelas próprias empresas, por exemplo, o voluntariado BB em que as agências possuem meta de doações e ações voluntárias.⁸³

Sarah Bacal (2003) classifica os tempos como: necessário, liberado e livre. Por tempo necessário (TN) se compreende aquele em que o homem objetiva satisfazer suas necessidades vitais, produzir sua subsistência. O tempo liberado (TLb) é parcela retirada do tempo necessário, variando de acordo com a história social. O tempo livre (TLv) é uma parcela do tempo liberado do trabalho, sendo um tempo que o homem possui legalmente para usufruir como bem entender, pressupondo a ausência de coação, sendo que as atividades estão subordinadas apenas às necessidades básicas do ser humano, este é o tempo antípoda a sociedade capitalista, onde a liberdade é burguesa.

Conforme leciona Sarah Bacal, tende-se a converter, atualmente, o tempo disponível em tempo de consumo como objetivo capaz de preencher suas exigências de gratificação, sua vida (BACAL, 2003). Por exemplo, é praticamente impossível os publicitários proporem lazeres que não exijam poder de compra, como ir à praia, caminhar em um parque. As mensagens publicitárias divulgam o lazer como responsável pela felicidade, diversão, bem-estar físico e

⁸³ Para mais informações, consultar o site: <https://voluntariadobb.v2v.net/>. (Acesso em 04 abr.2017).

psicológico, criando uma magia em torno deste tempo, tornando-o tão estranhado quanto o tempo de trabalho.

Bacal (2003, p. 88) enfatiza o caráter contraditório do lazer, visto que para aproveitarmos do lazer é necessário ter tempo disponível, que é o tempo além do trabalho, mas o consumo idealizado por este momento exige mais dinheiro, o que resulta na negação deste tempo para se obter renda para usufruí-lo.

O consumo fetichista praticado no tempo disponível colabora com o estranhamento e a alienação do homem visto que este consome o que está condicionado a consumir, desta forma não se encontra consigo mesmo e com sua subjetividade. No momento em que o homem é condicionado em suas ações, mesmo nos momentos de não trabalho, este perde sua liberdade e espontaneidade, o ato teleológico dá lugar à causalidade, se tornando um estranho para si mesmo.

O tempo fora do trabalho, cada vez mais raro com a possibilidade do tempo 24/7, vê-se ameaçado por uma fadiga amiúde mais psíquica do que física, que pesa, até destruí-la sobre a capacidade que tem de divertir-se e mesmo de recuperar-se. Sejam agressivas ou depressivas, as reações afastam o trabalhador das promessas de uma vida de lazer ao mesmo tempo divertida e enriquecedora, orientada no sentido de um nível de cultura mais elevado. Seu papel de consumidor padronizado dos produtos do sistema, de que constitui uma engrenagem, aumenta seu bem-estar material, porém não faz senão acentuar nele o desequilíbrio, as tensões entre a vida de trabalho e a existência fora do trabalho (FRIEDMAN, 1972, p. 166).

O *shopping center*, por exemplo, é um espaço caracterizado pela exibição excessiva de mercadorias e lazer (salas de cinema, jogos eletrônicos, praça de alimentação, espetáculos em datas comemorativas, lojas de brinquedos), apresentando a uma parcela da população (pois não são todas as classes que vão ao *shopping*) o direito e consumir as mercadorias e usufruir o lazer. Para Padilha (2006, p. 147), estes centros comerciais são espaços alienados que influenciam a construção da identidade social da população, tanto daqueles que frequentam este espaço quando dos que não os frequentam, mas desejam fazê-lo.

A mesma autora expressa que é difícil as pessoas travarem relações sociais entre si que não sejam contaminadas pelos objetos de consumo, são relações estranhadas e reificadas: “O lazer oferecido em *shopping center* é alienante porque leva ao distanciamento dos sujeitos deles próprios, ao mesmo tempo em que os empobrece” (PADILHA, 2006, p. 148). O lazer encontrado no *shopping* é o exemplo clamoroso de estranhamento além do tempo dedicado ao trabalho, considerando que possuem a mesma lógica alienante do gênero humano, o moinho

satânico ocupa todos os espaços e tempos. Braverman, apresentando a constituição do mercado universal na fase do capital monopolista nos advertia que:

Em uma sociedade em que a força de trabalho é mercadoria, o tempo de trabalho é uma “atividade extorquida” e o trabalhador suspira pelo tempo “livre”. Mas a “atrofia da comunidade” deixa um vazio quando ele entra nas horas “livres”. O preenchimento do tempo ocioso também se torna dependente do mercado, que inventa continuamente divertimentos passivos, entretenimentos e espetáculos que “se ajustam às circunstâncias da cidade” e uma vez que se tornam meios de encher as “horas livres”, eles fluem em profusão das instituições empresariais que transformaram todos os meios de entretenimento e “esporte” num processo de produção para a ampliação do capital. Pela própria profusão, perdem o valor, e tendem a padronizar a mediocridade e vulgaridade que avilta o gosto popular, resultado que é ainda mais garantido pelo fato de que o mercado de massa tem um poderoso efeito de mínimo denominador comum devido a que procura um lucro máximo. Tão empreendedor é o capital que mesmo onde é feito o esforço por um setor da população ir em busca da natureza, do esporte, da arte, através da atividade pessoal e amadorista ou de inovação “marginal”, essas atividades são rapidamente incorporadas ao mercado tão logo possível. (1977, p. 237).

Para a emancipação humana, é imperativo que o tempo disponível, gasto individualmente com a vida produtiva e consumista seja reduzido significativamente e, para isso, o capitalismo deve dar lugar ao comunismo. Se não houver esta diminuição não haverá momento de contemplação, educação e formação, prazeres libertos de obrigação, reflexão e crítica.

O tempo gasto com a moda⁸⁴, por exemplo, que é um vetor de individualização narcísica que alarga o culto estético do EU, estando presente em todas as classes, burguesa e proletária; não nos faz escapar do estranhamento. A veneração do consumo produziu a personalidade aparente e estetizou a individualização da vaidade humana, fazendo o superficial um instrumento de salvação, uma finalidade de vida. A moda da Alta Costura e, posteriormente a *Prêt-à-porter*, é uma empresa industrial e comercial do luxo, sua intenção é o lucro, suas criações constantes produzem uma obsolescência propícia à aceleração do consumo, esta ideia, extraída da confecção industrial operária e pequeno burguesa agrupou as operações de compra direta na fábrica, da venda do tecido, da fabricação de roupas prontas, estando inseparável da motivação capitalista do lucro e ganho constante (LIPOVETSKY, 1989).

O lazer, junto com a moda, a mídia nos trouxe a cultura da evasão e a sociedade do espetáculo que tornou-se um ópio para os homens, incumbida de fazer esquecer a miséria e o

⁸⁴ A moda moderna, que despontou na segunda metade do século XIX, aparece como a primeira manifestação de um consumo de massa, homogêneo, estandardizado, indiferente às fronteiras. Houve uniformização mundial da moda sob a égide parisiense da Alta Costura, homogeneização no espaço que teve como contrapartida uma diversificação no tempo, ligado aos ciclos seculares de coleções sazonais (LIPOVETSKY, 1989, p. 74).

tédio da vida cotidiana (Lazarfeld, Merton, Marcuse, Debord), esta veio em resposta à alienação generalizada, o imaginário industrial atordoante e recreativo. A cultura da evasão tem a finalidade de fazer esquecer a realidade, de abrir um campo ilimitado de possibilidades e identificações que consumimos em espetáculo que a vida real não possibilita: “sexo porque estamos frustrados, aventura porque nada de palpitante agita nossas existências no dia-a-dia; uma vasta literatura sociológica e filosófica desenvolveu a sociedade essa problemática da alienação e da compensação.” (LIPOVETSKY, 1989, p. 221). A cultura propagada pela mídia reorientou comportamentos e pensamentos individuais e coletivos, direcionando o *modus vivendi*.

Verificamos, neste sentido de divulgar práticas ou não práticas de vida, que a maioria das concepções de lazer é funcionalista, porque pensam no lazer como o tempo necessário para atividades ou descanso que visem prioritariamente à compensação do trabalhador para que ele possa voltar novamente ao trabalho um pouco mais recuperado. Certamente, para os empresários, a produtividade vem em primeiro lugar, portanto o trabalhador deve repor sua energia, relaxar, descansar a mente, para voltar no dia seguinte e produzir mais, com motivação. Mas o lazer não se limite a reposição de energias, para despendê-la no trabalho no dia seguinte.

Na sociedade atual, o lazer desvinculado de algum utilitarismo, lucro ou idealismo é algo insólito, visto que somos condicionados a ações e comportamentos a todo o tempo, o lazer muitas vezes chega a ser um tempo de obrigação ou mesmo de manipulação a serviço da cultura midiática da evasão. Lukács (2013) exemplifica esta constatação, no capítulo sobre o estranhamento, informando que Hitler, em sua obra programática, mencionou a essência da sua propaganda política usando como modelo uma peça publicitária (que era vista em momentos de descanso) persuasiva de um sabonete; a partir da técnica publicitária cínica e inescrupulosa foi possível representar a ideologia dos fascistas hitleristas. Assim que a crise foi parcialmente superada, o tempo disponível foi planejado de modo a adequar-se ao sistema, modificou-se para se tornar uma questão social, um momento estratégico para reforçar o estranhamento humano.

As análises utilitaristas e funcionalistas corroboram com uma visão de lazer apêndice do trabalho, como dotado de um encantamento que deve sanar todos os males e desalentos, em especial do trabalhador. Estas interpretações obnubilam a real função do tempo disponível, que é a emancipação humana não motivando qualquer tipo de questionamento ou crítica. O caráter jocoso do tempo disponível não é revolucionário, apenas incita o descanso, relaxamento, divertimento e esquecimento momentâneo da precarização do trabalho e decepções pessoais.

Para István Mészáros, o trabalhador nas condições do sociometabolismo do capital tem sua subjetividade e personalidade afetada pelo movimento de redução do tempo de trabalho

necessário e ampliação do tempo de trabalho excedente apropriado pelas necessidades da acumulação de valor:

O trabalho obtém concessões ao preço de ser forçado a constantemente reduzir o volume de trabalho necessário requerido para assegurar a continuidade do processo de reprodução capitalista. Todavia, não conquista o poder de tornar aceitável a legitimidade (e a necessidade) de organizar a produção de acordo com o princípio do *tempo disponível*: a longo prazo, única salvaguarda viável contra a sujeição à extrema penúria e à indignidade do desemprego em massa. E o capital, por outro lado, obtém êxito em transformar os ganhos do trabalho em sua própria auto-expansão lucrativa e dinâmica ao elevar incansavelmente a produtividade do trabalho; entretanto, não encontra solução adequada para crescentes complicações e perigosas implicações do desemprego crônico e da superprodução concomitante, que prenunciam seu colapso final como modo socialmente viável de reprodução produtiva (grifo nosso). (MÉSZÁROS, 2002, p. 667).

Para o autor, o tempo não apropriado pelo trabalho abstrato, pela família e pelas instituições é a única opção possível contra a miséria e indignidade do homem, visto ser uma opção para o desemprego em massa (considerando a significativa redução do tempo de trabalho, haveria mais empregos) e busca pela qualidade de vida do trabalhador, mas o capital busca incansavelmente o aumento da produtividade e redução de custo, não demonstrando inquietação com as consequências geradas como, por exemplo, o aumento do desemprego e a superprodução.

Friedman expõe que o homem estranhado na civilização técnica do capitalismo é infeliz, pois ao consumir diversão, procura reprimir a consciência de sua infelicidade. Dedicar-se em ganhar tempo e, em seguida, inquietar-se em matar o tempo que ganhou. A insatisfação do trabalho em migalhas⁸⁵ constitui, para ele, um dos principais aspectos desta alienação. O trabalho em migalhas chegou ao topo com a gerência científica, acompanhada pelo método de produção (“linha de montagem”) e, por fim, pelo toyotismo.

Concordamos que no tempo disponível, assim como no tempo de trabalho, o homem desenvolve uma miríade de atividades (ou inatividade) ligadas à satisfação de determinadas necessidades e carências aderentes à recomposição e reprodução da força de trabalho. Estas necessidades e carências são orgânicas (metabolismo, reprodução, segurança, movimento, saúde, crescimento) e derivadas (religião, aprendizagem, linguagem, arte, direito, ética etc.). O homem produz respostas culturais correspondentes a suas carências que levam a novas

⁸⁵ Friedman se refere à divisão do trabalho na indústria capitalista que subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas, separando o trabalho intelectual do trabalho material. Se caracteriza por tornar o trabalhador inapto a participar de qualquer processo completo de produção, o não conhecimento da totalidade é característica do estranhamento, que acompanha o trabalhador nos dias atuais.

necessidades. Há o repouso, diversão, namoro, práticas esportivas, entretenimento ou contemplações capazes de satisfazer as pessoas no plano individual, atividades sociais, políticas e coletivas, ou ainda, encontrar amigos e familiares, e até mesmo o trabalho comunitário, dentre outras atividades de interação social.

Já o tempo realmente livre, que implica fruição da vida humano-genérica, isto é, vida social plena de relações humanas interpessoais forma um par imperfeito, ou mais, antitético ao capitalismo. Explanar o conceito e as características do tempo realmente livre é um desafio surreal e insólito, visto que não o temos, ou seja, não faz parte do nosso cotidiano, por isso qualquer exercício de definição ou conceituação não passaria do plano ideológico.

4. A VIDA DE TODOS OS DIAS DO DOCENTE DA ÁREA DE HUMANIDADES DA UNESP

A práxis⁸⁶ do cotidiano, que caracteriza o ser social enquanto tal é resultado de cadeias causais postas em movimento teleologicamente. Agnes Heller (1970, p. 17-18) apresenta a vida cotidiana como a vida de todo o homem. Todos a vivem sem exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há homem que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, esse participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, criações, ideologias. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade. São partes orgânicas da cotidianidade: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação (HELLER, 1970, p. 18).

No cotidiano há a realização do conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos indivíduos. São atividades voltadas diretamente para a reprodução, por meio das quais, indiretamente, contribuem para a reprodução da sociedade, representadas por seres humanos, sem que, necessariamente, eles mantenham uma relação consciente com essas atividades e com o processo de sua produção. São formadas pelos objetos, pela linguagem e pelos usos e costumes, ou seja, os homens produzem a linguagem, os objetos, os usos e costumes de uma forma “natural”, “espontânea”, por meio de processos que não exigem a reflexão sobre a origem e sobre o significado dessas produções (HELLER, 1970).

O homem já nasce em sua cotidianidade. Seu amadurecimento significa que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade. O adulto, capaz de viver por si mesmo, deve dominar a manipulação das coisas e as relações sociais que são primordiais para a vida da cotidianidade. O cotidiano é o mundo do fenômeno, em que a

⁸⁶A palavra práxis aparece para os gregos como a ação que se realizava no âmbito das relações entre as pessoas, a ação moral entre os cidadãos ou uma ação no âmbito da ética e da política. A *poiésis* designava a produção material, de objetos (PETROVIC, Gajo, 1988).

realidade se manifesta e, ao mesmo tempo, se esconde visto os mecanismos que causam o estranhamento.

Neste capítulo, pretendemos descortinar o cotidiano dos professores da Área de Humanidades da UNESP. Iniciaremos com as características do trabalho do professor da área de Humanidades da UNESP, as peculiaridades da Universidade Pública, do trabalho docente e da área de Humanidades. Posteriormente faremos a análise teórica da categoria tempo e as transformações deste juntamente com as modificações da sociedade que ocorreu, por exemplo, com a urbanização, a industrialização, a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal. Este esclarecimento é importante para compreensão do cotidiano do docente, pois no tempo se dá as experiências de vida, sejam elas medidas ou não medidas. Após este entendimento, mostraremos o material empírico fornecido pelos professores, que responderam o questionário. O exercício prático da docência, a observação e os diálogos são materiais absorvidos para pautar a investigação que será apresentada nas próximas seções.

4.1. A NATUREZA DO TRABALHO DOCENTE

Antes de adentrarmos na natureza do trabalho docente, é necessário discorrermos sobre a Universidade Pública, gratuita, onde professor da Área de Humanidades está inserido. A Universidade Pública possui características e funções que dificilmente seriam mantidas fora dela, e que incidem diretamente no ensino, na pesquisa e na vida cultural do país. A dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa é fator preponderante no aprimoramento das atividades nas melhores universidades públicas, esta medida não foi pensada pelos seus idealizadores como uma medida técnico-administrativa, objetivando a maior eficiência do trabalho universitário. Ela foi uma *opção política* importante no processo de qualificação da atividade acadêmica. Significa um investimento direto na formação constante do docente-pesquisador, a partir de uma visão ampla da relação entre ensino e pesquisa, cuja indissociabilidade está no núcleo do ideário de excelência acadêmica. Embora hoje haja a figura do professor em Regime de Dedicção Parcial, Professor Substituto e Aluno Bolsista, a grande parte dos profissionais da Universidade Pública é formada por professores de Dedicção Integral.

A pesquisa básica foi desenvolvida graças a esse fator, demonstrando a vinculação intrínseca deste regime de trabalho com uma idéia de universidade que se pauta pela negação no atendimento do ensino e da pesquisa como serviço e mercadoria. A produtividade acadêmica, em nível didático ou da pesquisa, não se vincula a produtos ou à venda de serviços. E foi por causa deste distanciamento que a universidade pôde contribuir para a solução de problemas nos mais variados aspectos da organização social: porque tais soluções surgiram a partir da liberdade de pesquisa e de uma visão de maior alcance das relações entre a ciência e o desenvolvimento tecnológico (SILVA, 2001). Este é um exemplo de mediação que resguarda a universidade pública da subordinação imediata ao mercado e os fatores que permitem a qualidade de sua contribuição à sociedade. É a independência nos processos de investigação e de debate que garante o desenvolvimento da produção, da transmissão e da aplicação do saber.

Para Franklin Leopoldo e Silva (2001) a autonomia da universidade é requisito para a realização da idéia de universalidade, não significando que a instituição abstrai o contexto social no qual se insere. A independência, como distanciamento crítico, possibilita que este contexto possa ser pensado como um pólo de relação que não se confunde com qualquer conjunto de interesses particulares, sejam eles mercadológicos, empresariais ou políticos. A abstração ocorreria precisamente se a universidade servisse imediatamente a determinados interesses, com exclusão de todos os outros que atravessam uma sociedade complexa e contraditória.

O investimento necessário ao desenvolvimento da pesquisa básica e a manutenção da condição indispensável da dedicação exclusiva exigem o comprometimento do Estado. As finalidades próprias de uma empresa privada inviabilizaria este investimento. Desta forma, as atividades fundamentais da universidade estão intrinsecamente vinculadas ao caráter de *instituição pública*. A pesquisa básica é de interesse e serve para toda a sociedade. Franklin Leopoldo e Silva (2001) concorda que muitos vêm na pesquisa básica e na dedicação exclusiva um ônus pesado e inútil. Parte dos que pensam assim o fazem por ignorância; outros, entretanto, representam interesses político-econômicos que seriam mais bem atendidos por um projeto contrário ao desenvolvimento social e à emancipação. E, lamentavelmente, entre estes últimos encontram-se aqueles que estão em posição de interferir nos destinos da universidade pública.

A universidade pública é uma instituição em que a cultura pode ser considerada sem as regras de mercado e sem critério de utilidade e oportunidade imediata colocada a partir da intencionalidade midiática, é o local onde pode-se contestar a indústria cultural. A universidade pública é a única instância em que se pode resistir, de alguma maneira e por mais algum tempo,

talvez, a este processo que traz na sua própria dinâmica um objetivo destruidor. De acordo com o depoimento de um professor “Se houvesse socialismo, a educação deste modelo seria semelhante a da Universidade Pública.”

A não criação de mercadorias que podem ser comercializadas, gerando lucro, é um dos motivos pela qual se critica a universidade por abrigar tantas coisas "inúteis", como as Humanidades: a Filosofia, as Letras Clássicas, os Estudos Literários etc. Que entram no rol dos ornamentos supérfluos, a menos que se prestem diretamente a se transformarem em instrumentos de poder tecnocrático. O patrimônio cultural é redefinido e reapropriado a partir de critérios extrínsecos.

Para que a disseminação pública da cultura fuja a estas determinações pragmáticas e economicistas é necessário um espaço público de preservação, de apropriação e de reflexão. As atividades que aí se desenvolvam não se podem subordinar a critérios da expectativa de retorno de investimento. Por isto a universidade como instituição pública pode assumir a função de garantir o efetivo caráter público de que em princípio se revestem os bens de cultura historicamente legados ao presente, à medida em que estes não se apresentem como produtos que as organizações comerciais de ensino possam vender no mercado (SILVA, 2001). É importante que haja a resistência da invasão dos interesses privados a estas especificidades da Universidade Pública, onde a pesquisa (a concessão de bolsas, principalmente) e os interesses se pautam no que é relevante para o capitalismo, ou seja, algo que pode ser vendido, mais lucro, menos custo.

Conhecendo a importância da Universidade Pública, como projeto de nação, pesquisa básica, esclarecimento da sociedade, busca de alternativas, contestação do modelo político (ou apolítico) vigente, passamos para a importância dos docentes, profissionais que se dedicam à manutenção da qualidade e do escopo do ensino público: pesquisa, extensão e ensino, sem o viés de mercado.

Para expor a natureza do trabalho docente, seguimos a perspectiva gramsciana, onde todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham esta função na sociedade. O trabalho docente, embora envolva dispêndio de energia física e mental para a produção de algo não paupável, é um trabalho intelectual em que o dispêndio de energia mental supera o gasto de energia física. Antonio Gramsci (2010) considera que toda a atividade exige trabalho intelectual e manual, mesmo em uma atividade intelectual é necessário que se gaste energia

física, como ministrar uma palestra, escrever um artigo ou um livro que pode ser comercializado/consumido. No caso do professor, o esforço mental supera o esforço físico, na maioria das vezes, pois em alguns momentos a burocracia materializada através de preenchimento de planilhas, relatórios, avaliações, muitas vezes supera a atividade em si que é relacionar, produzir e transmitir conhecimento e conduta.

O trabalho docente é exercício do pensamento em atitude não de executar uma tarefa, mas antes de propor uma tarefa. Ao cumprir uma tarefa, o tempo do cronômetro/medição da execução se impõe; ou seja; o tempo que pode ser dividido, serializado, é o tempo da sucessão e da ordenação racional de gestos precisos, e toda a produtividade por ele se realiza. A previsibilidade, a remoção do acaso, a instauração do hábito e da rotina são compatíveis e intrínsecas ao ritmo do trabalho manual/industrial.

Grande parte do trabalho intelectual não exclui radicalmente as características do trabalho manual, mas a previsibilidade, a exclusão do acaso, a serialização e a regularidade racional aparecem não como condições objetivas, mas como um objetivo almejado. Quando eclode o pensamento, a temporalidade da produtividade específica da indústria terá dificuldade em atender as características próprias do trabalho intelectual enquanto trabalho reflexivo, criador, livre, crítico e autônomo. Neste momento se destacam as condições subjetivas do trabalho que é o sentimento vivido de interesse, sensação de liberdade, curiosidade, entusiasmo pelo desafio e pela dificuldade, que ditam uma pulsação não mais marcado pela regularidade do *chronos*. Existe, desta forma, um aspecto do trabalho docente que, por mais desafiador que seja delimitá-la, não se deixa impregnar pela temporalidade mensurável da produtividade, este tempo não é previsível, serializado e dividido como tempo do trabalho manual.

O trabalho docente também é identificável pelas contradições no âmbito da pesquisa científica e atividades atreladas ao ensino. O trabalho se deixa identificar por inúmeras atividades envolvendo a preparação de aulas, regência, atendimento e orientação de alunos, dissertação ou tese, redação de artigos, *papers*, textos de natureza diversa, livros, coletâneas, relatórios etc. todas estas atividades podem ser medidas, ou ao menos constatar quanto tempo se gastou para realizá-las.

No caso do professor da UNESP, este sobrevive da venda de seu trabalho, submetido a uma instituição pública que lhe impõe o horário de dedicação (40, 20, 12, 8 horas), o conteúdo de suas atividades e o tempo para cumpri-las e faz isso em troca de um salário. Desta forma, recebe um valor venal para exercer suas funções resumidas em: ensino, pesquisa e extensão.

O docente da UNESP possui algumas particularidades que compõem o seu cotidiano: este é um funcionário público, alguns contratados em regime jurídico estatutário, celetista ou

bolsista. Os docentes possuem autonomia para gerir o seu tempo fora de sala de aula, visto que sua dedicação é de 40 horas semanais, também são residentes, em sua maioria, no interior do Estado de São Paulo.

Afunilando o presente estudo, há também especificidades próprias do professor da área de humanas. Nesta atividade há uma busca infundável para o entendimento de valores humanos, éticos e morais; e mais do que nunca, a busca pelo descortinamento da diversidade da vida e a crítica radical da realidade posta e da injunção opressora da utilidade e eficácia essencialmente econômicas nas atividades humanas e revelam que são os meios, e o caminhar, que fazem a vida para resgatar a máxima de que são os homens que constroem a sua história.

As ciências humanas têm no universo científico, espaços delimitados com respectivos pressupostos epistemológicos, metodológicos e axiológicos. Esta área tem o histórico secular de controvérsias ideológicas e políticas sobre o conhecimento humano e as contribuições científicas à sociedade. Pela falta de protocolos formais precisos, pela ausência de produtos palpáveis e resultados mensuráveis, para alguns, essas ciências trazem pouco resultado para soluções e interpretações de dilemas políticos e sociais, e por isso, são consideradas um problema para alguns critérios formais de validade científica (CHIZZOTTI, 2018).

As ciências humanas fazem a crítica a verdades (ou pós-verdades) absolutas, reconduzindo ao otimismo da humanidade e reerguendo a legitimidade científica do mundo intelectual. As transformações constantes da ciência e da sociedade continuam a evocar todas as energias físicas e intelectuais não apenas para fazer a crítica do real, mas para indicar novos caminhos de vivência da vida humana; mantendo o otimismo da vontade e o pessimismo da razão.

A este também é conferida a imaginação sociológica no sentido de ser capaz de compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a vida pública. Leva em conta como os indivíduos, na correria diária, adquire frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais.

No caso do docente da Área de Humanidades da UNESP, sistematizamos as características inerentes à profissão:

- a) Trabalho sem limite de tempo e de espaço, ou seja, levam o trabalho para todo e qualquer lugar a qualquer momento, pois este o acompanha conscientemente;
- b) Não produzem objetos paupáveis, suas pesquisas não objetivam a criação de objetos, máquinas ou instrumentos que tenham uma utilidade concreta e sim reflexões críticas, produções artísticas, análise do real;

- c) A produtividade é externalizada através de artigos, livros, palestras e aulas onde propagam conhecimento, experiências e condutas;
- d) Como a Área de Humanidades busca o entendimento da vida de todos os dias do ser humano, seja em seu contexto espacial, artístico, temporal, meios de produção, histórico, psicológico, social, econômico, jurídico etc.; grande parte dos docentes conhecem e refletem sobre seu cotidiano, evidenciando as suas fraquezas e suas potencialidades, inclusive a busca de alternativas para transformá-la, muito embora, também se encontram em relação de estranhamento com ele mesmo, com o trabalho e com o outro.

Após a reflexão sobre a natureza do trabalho docente, abordou-se o seu cotidiano holisticamente, considerando às mudanças do ambiente macro que vêm ocorrendo nas determinações do tempo e da gestão trabalho na sociedade contemporânea, e no nível específico e micro, tratamos das transformações de seu tempo e de sua atividade, como a expansão da Universidade, a condição salarial, a duração, a intensidade e a distribuição do seu tempo de vida.

4.2. O MERCADEJAMENTO DO TEMPO E SUA APROPRIAÇÃO

O tempo se realiza no cotidiano, é onde e quando se realizam as experiências humanas. Os gregos apresentam o tempo como *kairós* que se refere à dimensão vivencial do tempo, aos valores e à qualidade do uso do tempo subjetivo, há o tempo *chrónos* que representa a objetividade, sequencial, linear, mensurável, quantitativa que perpassa horários, calendários e cronogramas que são criados para adaptá-los à nossa existência na sociedade capitalista.

Desta forma, além dos homens incorporarem uma temporalidade objetiva e social, estando submetidos a um tempo *chrónos* cronometrado e mensurado objetivamente, limitando os momentos de trabalho, disponível, de acordar, dormir, comer, descansar, também vivem e representam subjetivamente tais temporalidades. Uma parte aplicada ao trabalho é medida pelo calendário, relógio de ponto, expressando-se em horas, minutos e segundos e outra parte do tempo vivido não é possível de ser contabilizada, são as vivências temporais cotidianas de cada

um, em cada momento histórico (CARDOSO, 2007), como o tempo proustiano⁸⁷ que transcende o tempo social e cronológico.

O tempo é todo o instante, seja ele cotidiano ou não, mensurado ou não, realizável ou não, sentido ou não, sonhado ou não, escrito ou não, doído ou não, superado ou não. O tempo é *chrónos*, *kairós*, o tempo é a vida de todos os dias.

Norbert Elias, que se interessou pelo tema, a fim de estabelecer novos caminhos para a compreensão das relações entre homem e tempo, pesquisou modificações nas configurações temporais ao longo da história e suas transformações no decorrer desse processo. A principal obra do autor que aborda o tempo é *Sobre o tempo*. Ao comparar diferentes civilizações, Elias destaca que o tempo tem função coordenadora da experiência humana e critica fatores coercitivos que este vai adquirindo. Através deste estudo, o autor nos permite entender a questão do tempo.

Para Elias (1998), as tentativas de resolver a questão do tempo no plano filosófico ou físico não dão conta do problema. Para a Física, o tempo constitui um dado objetivo do mundo que só se distingue dos demais objetivos da natureza por não ser perceptível. Para a Filosofia, trata-se de uma forma inata de experiência, uma maneira de captar em conjunto acontecimentos que se assentam numa particularidade da consciência humana.

O autor apresenta o tempo como um *habitus*, um mecanismo de autocontrole, um traço característico do processo civilizador e um símbolo social resultante de um longo processo de aprendizagem:

A transformação da coerção exercida de fora para dentro pela instituição social do tempo num sistema de autodisciplina que abarque toda a existência do indivíduo ilustra, explicitamente, a maneira como o processo civilizador contribui para formar os *habitus* sociais que são parte integrante de qualquer estrutura de personalidade. (ELIAS, 1998, p. 14).

A coerção do tempo é de natureza social, repousando também sobre dados naturais, como o envelhecimento. Elias toma a noção de um tempo, enquanto individualização de uma regulação social, como um verdadeiro paradigma do processo civilizador. O tempo é um desafio para a Sociologia na medida em que da existência dos homens provém algo que eles não

⁸⁷ Marcel Proust tentou narrar o tempo em sua obra *Em busca do tempo perdido*, nela faz uma análise sobre a obra de arte e o tempo, desenvolvendo uma reflexão sobre o papel da memória. Conforme o autor, somente a memória involuntária poderia resgatar, das profundezas adormecidas, o passado remoto esquecido com o passar dos anos. O primeiro resgate surge ao saborear um pequeno pedaço de Madeleine mergulhado no chá nas manhãs de domingo na Combray.

compreendem, que lhes parece enigmático e misterioso. O tempo é um símbolo, mas, assim como em relação a outros símbolos criados por eles próprios, os homens não possuem uma consciência clara de sua natureza e modo de funcionamento.

Para deixar claro o caráter simbólico do tempo, talvez seja útil lembrarmos que a forma dominante da comunicação humana é a que se efetua por meio dos símbolos sociais. Todo indivíduo ao crescer, aprende a se comunicar na língua de seu grupo, a qual se torna parte integrante de sua personalidade. Em outras palavras, no contexto da sociedade formada pelos homens, o “múltiplo” tem a particularidade de não constituir somente um “mundo externo”, estranho ao indivíduo, mas de suas manifestações virem, ao contrário, inscrever-se na própria estrutura da “individualidade”. A transformação sempre renovada da língua da sociedade numa linguagem individual é apenas um dos inúmeros exemplos dessa individualização dos dados coletivos. Esse processo, com demasiada frequência, é desconhecido ou mascarado pela socialização do indivíduo, que é correlata dele. (ELIAS, 1998, p. 18).

O que Elias (1994, p. 2017) expõe no *Processo Civilizador*, é o estabelecimento do tempo como propiciador do desenvolvimento da sociedade, cujas redes de ações estavam cada vez mais justapostas umas às outras havendo necessidade de harmonização da conduta humana em territórios mais abrangentes e a de um espírito de previsão das ações, havendo também grande manifestação de cadeias entrelaçadas e interdependência, abarcando todas as funções sociais que os indivíduos têm que desempenhar, e da pressão competitiva que satura essa rede densamente povoada afetando cada ato isolado de uma pessoa. O processo civilizador gera atividades encadeadas, ocasionando grande dependência e complexidade nas relações sociais.

De acordo com Elias (1993, p. 208) não foi a moeda que caracterizou a passagem da idade Média para a Moderna, mas a mudança no ritmo dos movimentos que transformou qualitativamente a estrutura das relações sociais. No decorrer dessa transição, houve o fortalecimento do autocontrole individual das emoções e da utilização do tempo.

Diante do exposto, durante a Revolução Industrial, momento de grande mudança no ritmo dos movimentos, que se inicia na Inglaterra, em meados do século XVIII que se estende por todo o século XIX, tendo toda a Europa Ocidental como palco; que permitirá perceber a delimitação do tempo de trabalho e do tempo disponível.

Com a industrialização, e a revolução demográfica, um novo senso de trabalho surgiu em função das novas relações de produção e do controle capitalista do processo de trabalho. Até mesmo o local de trabalho já não se encontra no *locus* familiar. Transmutado para a oficina, manufatura ou fábrica capitalista, o trabalhador não controlará mais o modo de execução, o

ritmo e a intensidade de seu trabalho, assim como não encontrará mais desfrute na obra que cria ou na atividade que exerce. Dá-se início a uma grande transformação da natureza e costumes humanos.

A indispensabilidade da marcação do tempo cotidiano e a comensurabilidade do tempo social na sociedade industrial causam o surgimento e o aperfeiçoamento do relógio. O tempo passa a ser relacionado a dinheiro, os dois são passíveis de quantificação, e o tempo passa a adquirir um valor em si mesmo. Surge à expressão “tempo é dinheiro”⁸⁸, valorizada pela ética da religião protestante, dispondo que o ganho de dinheiro na sociedade atual, desde que feito legalmente, é expressão de virtude e eficiência.

David Landes descreve os impactos para o proletariado, produzidos pela consolidação do mundo burguês:

Para o trabalhador, a transformação foi ainda mais fundamental, pois não apenas seu papel ocupacional, como também seu próprio estilo de vida, foi posto em xeque. Para muitos – embora de modo algum para todos –, a introdução da maquinaria implicou, pela primeira vez, uma completa separação dos meios de produção, o trabalhador tornou-se um operador. A quase todos, entretanto, a máquina impôs uma nova disciplina. A fiandeira já não podia girar sua roda, e o tecelão não podia correr sua lançadeira em casa, ambos livres de supervisão, no horário que lhes conviesse. Agora o trabalho tinha de ser feito numa fábrica, num ritmo estabelecido por incansáveis equipamentos inanimados, como parte de uma equipe que tinha que começar interromper e parar ao mesmo tempo – todos sob a estrita vigilância dos supervisores que impunham a assiduidade por meio de compulsão moral, regras pecuniárias e, vez por outra, ameaça física. A fábrica era um novo tipo de prisão, e o relógio, uma nova espécie de carcereiro. (LANDES, 1994, p. 51).

Landes chama a atenção ao surgimento do relógio, na sociedade controlada pelo capital, um instrumento limitador do tempo e do espaço do homem, visto que este não é livre para ir e vir durante o tempo de trabalho, sua vida se encontrava limitada ao trabalho fabril. O tempo não mais lhe pertence.

Os homens passaram a considerar o tempo como essencial para controle de suas ações, sendo a medida de sua vida em sociedade. Thompson, ao expor seus estudos sobre a cultura dos trabalhadores ingleses no século XVIII e parte do XIX, discorre que, “As sociedades industriais maduras de todos os tipos são marcadas pela administração do tempo e por uma

⁸⁸Weber, em seu texto *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, publicada em 1904 dispõe: “Lembre-se que o tempo é dinheiro. Para aquele que pode ganhar dez *shillings* por dia pelo seu trabalho e vai passear ou ficar ocioso metade do dia, apesar de não gastar mais que seis *pence* em sua vadiagem ou diversão, não deve ser computada apenas essa despesa; ele gastou, ou melhor, jogou fora, mais cinco *shillings*”. (WEBER, 2001, p. 44).

clara demarcação entre o “trabalho” e a “vida” (1998, p. 300); para o trabalhador, seu tempo tornou-se uma mercadoria (a única que possui) a ser vendida no mercado, do outro lado, para o capitalista “tempo é dinheiro”, na direção de que em quanto menos tempo puder produzir, mais terá para vender e a lucrar.

Essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém para o tempo, e sim o gasta. (THOMPSON, 1998, p. 300).

Aliada a comensurabilidade do tempo, com o desenvolvimento da produção capitalista e o deslocamento da população rural provocado primordialmente pela industrialização visto que nas cidades estava o emprego e o princípio da acumulação do capital; a fisionomia da Europa muda com maior ou menor intensidade em cada país. Com essa mudança, dentre as várias outras provocadas pela intensificação do novo modo de produção, aumenta consideravelmente a exploração da força-de-trabalho e as mazelas que esta exploração carrega como a desvalorização dos salários, aumento das necessidades de consumo, por exemplo. Ou seja, o aumento da miséria dos trabalhadores.

Para Thompson, a industrialização exige uma sincronização do trabalho, favorecendo uma maior atenção ao tempo no e para o trabalho: o “tempo das máquinas” passa a dominar o novo contexto social, o que não ocorria em relação ao ritmo na manufatura, que se manteve numa escala doméstica, pois o grau de harmonia que se requeria era muito menor (THOMPSON, 1998, p. 301).

Em complemento, para Georg Lukács (2013, p. 182) a urbanização intensificou o processo de separação entre trabalho braçal e trabalho intelectual. Quanto mais a cidade se torna o centro da indústria, quanto mais a produção industrial de um país passa a preponderar quantitativa e qualitativamente sobre a produção agrícola, mais os ramos do trabalho intelectual se concentram nas cidades, ficando os campos isolados, por longos períodos, dos progressos culturais. A humanidade se afasta, cada vez mais, de sua situação inicial, quando o metabolismo imediato com a natureza que os circundava diretamente demandava o trabalho de todos os homens.

Henri Lefèbvre (1999), sobre esta temática, indica a existência de um tempo social urbano de característica disciplinadora, que se apresentou explicitamente a partir da segunda metade do século XIX, momento em que a industrialização e o surgimento de novas técnicas,

paralelamente ao crescimento das cidades produziram uma nova sociedade urbana⁸⁹. Para o autor, nesse período aparecem os relógios urbanos alocados em pontos estratégicos das cidades, como estações ferroviárias e barcos, assim como os apitos das fábricas delimitando os turnos de trabalho. Esses instrumentos inovadores, visuais e sonoros irrompem na paisagem urbana com a finalidade de disciplinar o corpo do trabalhador em um novo ordenamento social, denotado por grandes contingentes humanos e pela vida cotidiana. Correntemente, esse ordenamento deve considerar o tempo de trabalho para mais além do que o tempo dos turnos de trabalho.

Nos *Grundrisse*, Manuscritos de 1857-1858, Marx (2011, p. 248-249) expõe que o progresso da civilização, ou o aprimoramento das forças produtivas sociais, que é derivado da ciência, dos inventos, do melhoramento dos meios de comunicação, da divisão e organização do trabalho, etc., enriquecem o capital e não o trabalhador, acrescentando poder aos que regem o trabalho e aumentam a força produtiva do capital.

Marx (2011, p. 590-594) demonstra que o tempo de trabalho deixou de ser a medida de todas as riquezas, a qual passou a ser o tempo disponível. Para ele, todo o tempo para além do tempo de trabalho necessário à produção e reprodução das condições materiais de existência é tempo livre. Quanto mais se reduzir o tempo de trabalho necessário, maior deverá ser o tempo livre. Entretanto, sob o modo capitalista de produção, parte deste tempo é apropriada pelo capital, de forma que o tempo de trabalho deixa de ser apenas o necessário para se tornar tempo total disponível às necessidades do sistema de capital.

Durante a sua existência, o trabalhador é força de trabalho e todo seu tempo disponível é por natureza e lei tempo de trabalho, a ser empregado no aumento do capital. O tempo para a educação, para o aperfeiçoamento intelectual, trabalho voluntário, convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais e para o descanso nos finais de semana não tem sentido, ou tem um aspecto de pecado (MARX, 1980, p. 300-301). Desta forma, o capital extrapola os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho, usurpando o tempo que possibilitaria a emancipação do homem, se apropriando do tempo necessário para se respirar ar puro, absorver

⁸⁹Lefèbvre (1999) utiliza o termo “sociedade urbana” para a sociedade que surge da industrialização, destacando que há outras denominações como sociedade industrial, sociedade tecnificada, sociedade da abundância, do ócio, do consumo, etc.

a luz do sol e contemplar a natureza. Até mesmo o tempo de refeições é reduzido, para que o tempo liberado faça parte do processo de produção.⁹⁰

Ao capital lhe convêm essencialmente o máximo da força de trabalho que pode ser posta em atividade. Este objetivo é atingido aumentando a duração da força de trabalho e/ou intensificando-o. Marx exemplifica a exploração da força de trabalho:

Suponha que o dia de trabalho se constitua de 6 horas de trabalho necessário e 6 horas de trabalho excedente. Nessas condições, o trabalhador livre fornece ao capitalista 6 X 6 ou 36 horas de trabalho excedente por semana. É como se ele trabalhasse 3 dias na semana para si mesmo e outros 3 dias gratuitamente para o capitalista. Mas não se percebe isso à primeira vista. O trabalho excedente e o trabalho necessário se confundem [...] Todavia, a avidez por mais valia do capitalista se manifesta no empenho de prolongar desmesuradamente o dia de trabalho e a do boiardo, no empenho de aumentar os dias de trabalho compulsório e gratuito. (MARX, 1980, p. 266-267).

A ampliação do tempo de trabalho excedente, prolongando ou intensificando a jornada de trabalho, vem a solapar e atrofiar a força humana de trabalho, acarretando o esgotamento prematuro e o encurtamento da duração de sua vida, exigindo a sua substituição, o mesmo ocorre com uma máquina: “quanto mais rápida ela se desgasta, tanto maior a proporção de valor a ser reproduzida diariamente. O interesse do capital parece indicar a conveniência da jornada normal de trabalho”. (MARX, 1980, p. 302).

A jornada de trabalho deveria se limitar ao tempo necessário para o homem produzir os meios de subsistência, no entanto sua jornada vai muito além tanto em extensão quanto em intensidade, visto que o objetivo do capital é o tempo excedente, produtor de mais valia. Marx, em sua obra *O Capital*, dissertou no início do capítulo sobre *A Jornada de Trabalho*:

O valor da força de trabalho, como de qualquer outra mercadoria, se determina pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la. Se a produção dos meios de subsistência do trabalhador, diários e médios, custa 6 horas, tem ele de trabalhar, em média, 6 horas por dia, para produzir quotidianamente, sua força de trabalho ou para reproduzir o valor recebido por sua venda. A parte necessária da sua jornada de trabalho será, assim, de 6 horas, sendo uma magnitude dada desde que não se alterem as demais circunstâncias. Mas com

⁹⁰ Ver o filme, de 1936, do cineasta Charlie Chaplin, em que se verifica que na fábrica onde trabalhava, há modelos de produção taylorista-fordista, os quais visam à racionalização, sistematização e o total controle do processo produtivo mediante a redução do tempo de trabalho socialmente necessário e a maximização do tempo de trabalho excedente. Isto é evidente na cena em que é apresentada, ao dono da fábrica de montagem, uma máquina que alimenta os operários ao mesmo tempo em que estes trabalham diminuindo, assim, o tempo despendido para a refeição.

isso não se determina a magnitude da própria jornada de trabalho. (1980, p. 260).

Durante a jornada de trabalho o valor de uso pertence ao capitalista que paga por este tempo, como um adquirente de mercadorias, objetivando extirpar todo o valor de uso de sua mercadoria, a força de trabalho é o único bem que o trabalhador possui. Fazendo valer o seu direito de comprador, o capitalista procura transformar um dia de trabalho em dois, e o trabalhador tenta impor o seu direito de vendedor quando luta pela limitação de seu tempo de trabalho, desta forma há uma luta ontológica pela redução da jornada de trabalho⁹¹. Esta luta se justifica com o advento da maquinaria, que reduz o tempo necessário para a produção de mercadorias.

Marx percebe que não é apenas a combinação e o espírito coletivo do trabalho que se transfere à máquina na grande indústria, mas que a própria capacidade produtiva do trabalhador passa a ser substituída pela máquina, passagem essa somente possível pela aplicação da ciência à produção, ciência essa que faz parte de uma atividade social que não é trabalho produtivo. A riqueza vai deixando de ser criada pelo trabalho vivo e passa a ser produzida pelo trabalho morto (objetivado pelas máquinas):

Assim como com o desenvolvimento da grande indústria a base sobre a qual esta se funda – a apropriação do tempo de trabalho alheio – deixa de constituir ou criar a riqueza, do mesmo modo o trabalho imediato cessa, com aquela, de ser, enquanto tal, base da produção, por um lado porque se transforma em uma atividade mais vigilante e reguladora, mas também porque o produto deixa de ser produto do trabalho imediato isolado, e é bem mais a combinação da atividade social a que se apresenta como a produtora. (MARX, 2011, p. 232).

Marx vai considerar como tempo de trabalho o tempo que o homem e a máquina, interpenetrando a ação produtiva do trabalho vivo com a ação produtiva do trabalho objetivado, gastam para produzir a mercadoria. A ação produtiva da maquinaria só é possível em virtude da aplicação da ciência ao processo produtivo como mediação tecnológica. Marx passa a

⁹¹As reivindicações pela redução da jornada de trabalho iniciaram quando as relações produtivas começaram a apresentar os contornos atuais, no início da Revolução Industrial. Um episódio significativo ocorreu em Chicago, nos Estados Unidos, em 1º de maio de 1886 (foram 5 mil greves deflagradas naquele ano), 180 mil trabalhadores foram às ruas reivindicar a diminuição do expediente de 16 para 8 horas diárias. Embora o objetivo tenha sido atingido, em 1890, a manifestação foi fortemente repreendida pela polícia local, e terminou com seis trabalhadores mortos. Com este episódio, o 1º de maio se transformou em data oficial da comemoração do Dia do Trabalhador. Em 1919, a Organização Internacional do Trabalho - OIT editou convenção que restringiu a 8 horas diárias e 48 horas semanais a jornada no setor industrial. Cinquenta e dois países aderiram ao documento. Em 1936, a França aprovou o direito a duas semanas de férias e fixou a jornada em 40 horas semanais.

considerar que a produção de uma riqueza cada vez maior com uma quantidade cada vez menor de trabalho vivo avançaria progressivamente favorecendo à própria dissolução do capitalismo.

A apropriação do trabalho vivo pelo capital adquire na maquinaria, também neste sentido, uma realidade imediata. Por um lado, o que permite às máquinas executar o mesmo trabalho que antes era efetuado pelo trabalhador, é a análise e aplicação – que dimanam diretamente da ciência – de leis mecânicas e químicas. O desenvolvimento da maquinaria por essa via, entretanto, só se verifica quanto a grande indústria alcançou já um nível superior e o capital capturou e pôs a seu serviço todas as ciências; por outra parte, a mesma maquinaria existente oferece grandes recursos. As invenções se convertem, então, em ramo de atividade econômica e a aplicação da ciência à produção imediata mesma se torna um critério que determina e incita a esta. (MARX, 2011, p. 226-227).

O autor verifica que a fase superior da grande indústria é fruto de uma análise científica da divisão e especialização do trabalho nas fases anteriores do capital, que possibilita transferir tarefas do trabalhador para a máquina. Para ele, não há contradição em ser a exploração do trabalho vivo na manufatura o que possibilita o surgimento da grande indústria, na qual a maquinaria que substitui o trabalho vivo passa a ser a grande força produtiva de acumulação.

No movimento em que o capitalismo engendra sua dissolução, graças ao incremento e sofisticação do processo produtivo em razão da ciência produzida no tempo de não-trabalho, o tempo de trabalho deixa de ser a medida da riqueza que passa a ser o tempo disponível que, além produzir ciência também produz, arte, sociabilidade, esportes, lazer.

A poupança de tempo de trabalho é equivalente ao aumento do tempo livre, tempo para o desenvolvimento pleno do indivíduo, desenvolvimento este que, como a maior força produtiva, retroage sobre a força produtiva do trabalho. (MARX, 2011, p. 593-594).

Desta forma, “a criação de muito ‘tempo disponível’ para além do tempo necessário de trabalho, para a sociedade como um todo e para cada membro dela” (Marx, 2011, p. 590), deveria propiciar ao trabalhador a utilização deste tempo livre para sua emancipação, para o desenvolvimento de suas potencialidades e sociabilidade.

No entanto, conforme previu Marx, na busca pela extração da mais-valia, o capitalista acabou por impossibilitar que o trabalhador pudesse usufruir plenamente seu tempo disponível. Para Marx, o capital responde uma pergunta a respeito da jornada de trabalho, como sendo:

O dia de trabalho compreende todas às 24 horas, descontadas as poucas horas de pausa sem as quais a força de trabalho fica absolutamente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Fica desde logo claro que o trabalhador durante toda a sua existência é por natureza e por lei tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais para o descanso dominical mesmo no país dos santificadores de domingo. Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade para o trabalho excedente, viola o capital os limites extremos físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo sempre que possível ao próprio processo de produção, fazendo o trabalhador ingerir os alimentos, como a caldeira consome carvão, a maquinaria, graxa e óleo, enfim, como se fosse mero meio de produção. O sono normal necessário para restaurar, renovar e refazer as forças físicas reduz o capitalista a tantas horas de torpor estritamente necessárias para reanimar um organismo absolutamente esgotado. Não é a conservação normal da força de trabalho que determina o limite da jornada de trabalho, ao contrário, é o maior dispêndio possível diário da força de trabalho, por mais prejudicial, violento e doloroso que seja, que determina o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade. (MARX, 1974, p. 300-301).

O aumento das horas trabalhadas atrofia a força humana de trabalho e rouba as condições normais, morais e físicas do trabalhador. Este se esgota prematuramente e há a diminuição do seu tempo disponível e drástica redução de seu tempo e qualidade de vida.

Com o desenvolvimento do trabalho social e o progresso técnico e tecnológico, ao tornar a atividade vital humana cada vez mais produtiva, a ponto de uma fração reduzida do tempo de vida dos indivíduos serem suficiente para a produção e reprodução das condições materiais e sociais de nossa existência, permitiu a liberação de uma quantidade maior de tempo para outras formas de expressão da vida humana, como a educação, o esporte, as festividades, a cultura, todas estas formas de emancipação do homem, em que exerceria a sua liberdade e desenvolveria suas potencialidades. A partir deste momento, a vida humana não estaria limitada somente à luta pela conservação física.

No trabalho cooperado ou coletivo há maior produção de valor de uso, o que resulta na redução de tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. A jornada coletiva tem maior produtividade, ou seja, produz o necessário em menos tempo, este resultado

se deve: ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho, ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho, ou por ter reduzido este espaço em relação à escala de produção, ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico, ou por despertar a emulação entre os indivíduos e motivá-los, ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade, ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo, ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso em comum, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, ou pela soma de todas estas particularidades.

O espiral de aumento de necessidade de consumo e intensificação do trabalho gera ao homem contemporâneo a busca pelo tempo disponível, para poder realizar-se e desenvolver-se, para ser quem ele é verdadeiramente, para refletir e praticar atos espontâneos e para gozar os lazeres possíveis, no entanto acreditamos que o tempo liberado das necessidades e das obrigações econômicas não muda a essência do trabalho assalariado. O tempo livre, que Gorz (1987) acreditou ser o resultado positivo do desenvolvimento econômico, a chance que o trabalhador deveria aproveitar para melhorar a qualidade de vida e a fórmula imprescindível para equilibrar a empregabilidade, permanece sendo direcionado as necessidades de valorização do capital, e quase sempre é um tempo em que o homem está à disposição do capital.

Marx (1974, p. 344-345) conclui, em *O Capital I*, o capítulo sobre a *Jornada de Trabalho*, descobrindo que o trabalhador não é um agente livre, o tempo em que está livre para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la para sua sobrevivência e que seu “vampiro” não o solta enquanto tiver um resquício de força. Para ele, os trabalhadores devem se unir como classe e exigir a promulgação de uma lei, que seja uma barreira social intransponível capaz de impedi-los de venderem a si mesmos e sua descendência ao capital, mediante livre acordo que os condena à morte e à escravatura. Ele retoma este assunto no livro *O Capital III*:

O reino da liberdade só começa quando existe mais obrigação de trabalho imposta pela miséria ou pelas finalidades exteriores; esse reino encontra-se, pois, pela natureza das coisas, fora da esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem, o civilizado está forçado a lutar contra a natureza para satisfazer suas necessidades, conservar e reproduzir sua vida; e isso em todas as formas sociais e em todos os modos de produção. Ao mesmo tempo que as carências, o império da necessidade natural amplia-se e, com ele, as forças produtivas que irão satisfazer a essas carências. Neste estado de coisas, a liberdade consiste unicamente nisso: o homem social, os produtores associados, regulam de forma racional suas relações com a natureza, e submetem-nas a seu controle coletivo, ao invés de se deixarem dominar cegamente por elas; levam a efeito essas trocas com o menor esforço possível e nas condições mais dignas e mais adequadas à sua natureza humana.

Mas nem por isso a necessidade deixa de subsistir. E o reino da liberdade só pode se edificar sobre esse reino da necessidade. A redução da jornada de trabalho é sua condição fundamental. (MARX, 1974, p. 942).

Nesta passagem, Marx expõe que a liberdade consiste em harmonizar-se com a natureza, submetendo-a ao controle coletivo, o que ocorre é que o homem é dominado incessantemente por suas ambições e desejos materiais, causando sua ruína e a perda de sua liberdade. Da mesma sorte, destaca que o reino da liberdade só faz sentido se houver a redução do tempo de trabalho.

No entanto, Lukács (2013) escreve que a redução da jornada de trabalho não pode em si extinguir a relação estranhada e precarizada do ser humano (apesar de ser uma reivindicação importante), a não ser que ela seja o resultado de uma luta na qual e mediante a qual o homem é capaz de transformar a fundo a sua relação social e desse modo a si mesmo. Isso, notadamente, ainda não aconteceu e, ao que parece, vem sendo usado como um argumento a mais para justificar a condição atual.

Para André Gorz⁹² (1987, p. 107), a redução da duração do trabalho é uma condição necessária, no entanto, não é uma condição suficiente, visto que não contribui para a expansão da esfera da autonomia individual se o tempo livre continua sendo um tempo vazio do “lazer”, preenchido pelas diversões programadas dos *mass media*, pelos mercadores do escapismo e pelo recuo de cada um na solidão da esfera privada. Concordamos com Gorz e reforçamos que a liberação do tempo não conduz por si só à emancipação, condiz ao que se poderia chamar de condição imprescindível para, sobre ela, edificar o tempo emancipado, desde que outras condições necessárias também se coloquem.

Os trabalhadores interpretaram a sua realidade social, e adquiriram consciência crítica. No início aprenderam com seus mestres (nas corporações de ofício) valorizar o tempo doando-o ao processo de produção; depois formaram comitês em defesa de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas e, posteriormente oito horas, e finalmente iniciaram a luta, através das greves, reivindicando o pagamento das horas extras ou pagamento de um percentual adicional pelas horas trabalhadas fora do expediente. Reivindicaram melhores condições de sobrevivência, reconhecendo a importância do tempo, do seu tempo de trabalho,

⁹²Gorz, em seu livro *Adeus ao Proletariado*, conclui que a classe revolucionária (o proletariado) teria sido cooptada pelo capitalismo, portanto não formaria mais uma classe. Para ele o sujeito revolucionário, “não-classe e “não-trabalhadores”, é aquele deposto da produção pelo fim do trabalho gerado pelo desenvolvimento das novas tecnologias.

para o capital. No entanto, com o passar do dos anos, retornamos às longas jornadas de trabalho, não remuneradas e intensas.

A atividade mercantil inicia uma nova forma de temporalidade, distinta daquela colocada pelas práticas cristã, identificadas pela representação da eternidade, pela repetição ritual do sacrifício do filho de Deus, pela idéia de que o tempo pertence a Deus, e o que a ele pertence não podendo ser profanado ou mesmo vendido. O tempo passa a ser uma unidade de controle e medição que é vendável e lucrativo. O tempo se adapta a lógica das sequências das mais diferentes atividades cotidianas.

4.3. DURAÇÃO, INTENSIDADE E DISTRIBUIÇÃO: A ESPOLIAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO

Neste item traremos resultados da pesquisa de campo e das respostas dadas aos questionários. Qual o tempo de duração do trabalho docente? O tempo de duração do trabalho do professor da Área de Humanidades da UNESP deve ser de 40 horas semanais, no entanto é possível realizar todas as atividades necessárias dentro deste período? O professor consegue estudar e se preparar, dar aula na graduação e pós-graduação, palestras, seminários, escrever artigos e livros e outros afazeres dentro deste período de 40 horas semanais?

Qual a intensidade do trabalho do professor da Área de Humanidades? Ou seja, qual a quantidade de esforço físico e mental despendida, ou montante de conhecimento adquirido e transmitido pelo processo de socialização? E qual o grau do envolvimento pessoal do docente com o seu trabalho e com outros sujeitos trabalhadores, relações estas essenciais para viabilizar o trabalho?

Como o docente organiza e distribui o seu tempo? Consideramos, neste caso, o tempo de trabalho dedicado à atividade remunerada no mercado de trabalho (jornada de trabalho) e também o tempo de trabalho dedicado à reprodução, ou seja, o trabalho doméstico não remunerado (tempo de trabalho reprodutivo), tempo dedicado à família ou obrigações sociais e tempo não apropriado. Neste caso, nota-se a flexibilização do trabalho que estende o tempo de trabalho ao tempo disponível e coopta a subjetividade do trabalhador que deve ser moldável e flexível, cuidar de sua profissão, ser qualificado, ser polivalente, ser produtivo, ser administrador e gestor; e acumular mais e mais tarefas a executar, certamente a liberdade e a potencialidade do homem estão fora de cogitação neste contexto.

4.3.1. Duração: a extensão da Jornada de Trabalho

Referente à duração do trabalho docente, em uma jornada diária formal, verificou-se que 14,4% dos professores trabalham mais de 12 horas/dia, 26,7% de 10 a 12 horas/dia, 42,6% de 08 a 10 horas/dia e 13,9% de 06 a 08 horas/dia (Tabela 15). Considerando que, dentre estes respondentes, 61,9% trabalha aos finais de semana (Tabela 21), e 92,6% trabalha além da jornada de trabalho (seja ela de 40 ou 20 horas) (Tabela 22) podemos considerar que esta rotina de horas trabalhadas é praticada de segunda a segunda e, como veremos adiante, em períodos de férias, folgas e feriados.

Na leitura imanente das respostas teóricas, notou-se que, embora 14,4% tenham informado trabalhar mais de 12 horas/dia, ficou evidente que a jornada vai além deste período, no entanto não é computada pelo trabalhador.

O aumento da duração da jornada de trabalho é possível e facilitada por alguns aspectos: 1) autonomia da gestão do tempo fora da sala de aula; 2) utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC; neste item é importante apontar que 81,7% dos professores fazem uso de *smartphone* com acesso à internet (e-mails, redes sociais, notícias, artigos) (Tabela 27), destes, 70,3% utiliza com frequência este instrumento para tratar de assuntos de trabalho (Tabela 28), apenas 5,4% não utilizam estas ferramentas para atividades laborais. As novas tecnologias comunicacionais não definem espaços pessoais ou profissionais. O celular, por exemplo, convoca o professor quando descansa em casa, está no cinema, no estádio de futebol, em um jantar romântico ou em um momento de contemplação.

Com a extensão do labor aos finais de semana e em horários noturnos, qualquer dia (e hora) do ano é passível de ser dia de trabalho considerando, outrossim, que o espaço também não é impeditivo, o trabalho do docente da Área de Humanidades não vê limites.

O que leva os docentes a excederem a jornada de trabalho, de acordo com a pesquisa, é 1) crescimento da cobrança por resultados, de acordo com 83,7% dos respondentes (Tabela 39); 2) pressão de tempo para cumprimento das tarefas, conforme 61,4% sempre e 36,6% às vezes (Tabela 38); 3) número insuficiente de pessoas para cumprimento das atividades, 56,4% sempre e 36,6% às vezes (Tabela 42).

Ao questionar os professores sobre o que mudariam na sua jornada de trabalho, 10% dos respondentes não gostariam que fosse alterado, com o argumento de que não se trata de mudar a jornada de trabalho, porque extrapolam em muitas horas a jornada com o trabalho acadêmico que executam em outros espaços que não o da universidade. O que precisa ser

modificado é a carga de trabalho exigida do docente, envolvendo uma discussão ampla sobre o modelo de universidade e de conhecimento que deve ser socialmente viabilizado, aos que sugeriram alterações para utilização do tempo, sublinharam:

- a) A necessidade de uma jornada de trabalho menor em geral, uma carga administrativa bem aquém da atual, o que envolveria, por exemplo, a redução de reuniões e relatórios, e-mails da reitoria com assuntos irrelevantes. O trabalho burocrático exige muito do professor, faltando tempo disponível pra pesquisa, que precisa ser maior;
- b) O tempo de preparação de aula deveria ser valorizado, no sentido de ser cotado em hora/aula. A pesquisa tem um peso muito alto, comparado ao ensino e a extensão, pois fazer extensão e ensino exige tempo, dedicação e envolvimento com a comunidade de tal forma que ocupa uma quantidade de trabalho muito grande;
- c) Que a universidade pudesse deixar o professor universitário atuar em uma das áreas que possui mais interesse e afinidade e deixá-lo se dedicar mais a elas; ou seja, realizar o ensino e a pesquisa como atribuições essenciais e efetivar uma distribuição mais equitativa em relação à extensão e a gestão.
- d) Redução das aulas na graduação, tendo em vista que a carga horária atual compromete as outras atividades (pesquisa, orientação e extensão);
- e) Caso a universidade não tenha condições de reajustar o salário em consonância com a função e a carga horária que desempenham - o que implicaria na alteração dos regimes de trabalho na universidade, deveria haver a redução na jornada de trabalho. Melhor seria praticar reajustes anuais, equiparando os salários com a função e o tempo efetivamente trabalhado;
- f) Que fossem repensadas as exigências e avaliações da instituição como, por exemplo, a Comissão Permanente de Avaliação - CPA;
- g) Menos exigências por publicações, não há tempo para maturação das leituras e aprofundamento da pesquisa;
- h) A intensidade de trabalho e o grau de exigência em todas as dimensões do tripé (na verdade é um quadripé) da universidade pública (ensino, pesquisa, extensão e acrescentaria a gestão), precisa ser menor. Em relação à gestão, no período que estiver em exercício (coordenação de curso de graduação, pós-graduação, departamento) o docente deveria ser liberado de algumas atividades e dessa forma se dedicar a administração;
- i) Desenvolvimento das atividades em um ritmo mais lento, de não ter que trabalhar nos fins de semana, feriados, parte das férias utilizadas, por exemplo, para trabalhar no lugar

de professores aposentados. Não se sentir ameaçado, sem ter que estar constantemente se sentindo culpado por se sentar em frente à TV no domingo, após o almoço, por umas duas horas;

j) Um rotina mais definida, com o auto-gerenciamento do tempo que resulta em desgaste emocional e apropriação do tempo disponível;

k) Que o final de semana possa ser utilizado somente para atividades de descanso e lazer, ou seja, tempo não apropriado.

De acordo com os docentes, o principal problema da jornada não é a quantidade de horas dispostas no contrato de trabalho e sim a quantidade de atividades a cumprir, ou seja, ajustar a carga de trabalho atual para uma realidade humana. Outrossim, a atividade docente não está definida pelo tempo na universidade; os e-mails são respondidos no domingo ou à noite, relatórios são corrigidos em qualquer momento, até mesmo em período de férias. As orientações não param nas férias, nos finais de semana e até mesmo na licença maternidade. A jornada de trabalho na universidade é flexível e o tempo é organizado de acordo com as demandas e metas de produção, dificultando a separação entre tempo de trabalho e tempo disponível.

Ao serem questionados sobre o que fariam caso houvesse uma redução de duas horas diárias no tempo de trabalho, 40% dos respondentes informam que utilizariam este tempo para realizar atividades relacionadas ao trabalho como pesquisar, ler, escrever. Ou seja, trabalhariam, mas com prazer e liberdade. Fariam leituras agradáveis, relacionadas ao tema de pesquisa e refletiriam sobre estas para elaborarem um artigo. Metade dos docentes que participaram da pesquisa, disseram que utilizariam estas horas para passar com a família, descansar, viajar, praticar atividades físicas e cuidar da saúde, vida social, assistir filmes, atividades culturais, curso de dança, compor músicas, jardinagem, artesanato.

É interessante refletir sobre aqueles que utilizariam o tempo de sobra para trabalhar (ler, pesquisar, escrever), estes consideram as atividades laborais prazerosas, edificantes e agradáveis. Também verificamos a presença do fetiche da pesquisa, da leitura da escrita, ofuscando o próprio criador, quando é o trabalho que determina e molda a vida e o comportamento dos professores, embora este também seja considerado uma mercadoria, o é sem vitalidade, diferente do produto do seu trabalho que tem vida própria.

Para Kosik (1995), é por meio dos valores-fetiche que as individualidades de classe, mergulhada na pseudo concreticidade da vida cotidiana, operam seus consentimentos espúrios

no local de trabalho ou na vida social. O fetichismo colabora com o conformismo de uma categoria social.

Para ilustrar o efeito da aparência e do fetiche, Haug traz o conto das Mil e uma noites em que a aparência que nos ilude liga-a expressivamente ao capital mercantil:

É a história da cidade de Messing. Cercada das altas muralhas de pedras escuras, com os portões bem encaixados, de modo que não se pudesse, mesmo querendo, distingui-los do muro, estava a cidade de Messing, que, por causa de seus telhados, era chamada de Messing andaluza, no meio do deserto, como um cofre cheio de capital-mercadoria do comércio de luxo. Os enviados do califa fizeram uma escada, uma vez que não se podia encontrar o portão. Uma pessoa subiu “até chegar lá em cima; em seguida aprumou, olhou fixamente para a cidade, bateu palmas e gritou o mais alto que pode: Como você é bonita. E jogou-se para dentro da cidade; lá, foi completamente triturada até os ossos. O emir Mûsa, porém, disse: Se um homem sensato age assim, o que faria então o louco?” [...] por fim, subiu o único que conhecia o caminho para Messing e também o caminho de volta para casa, o sheik Abd ES-Samad, “um homem sábio, muito viajado... um ancião bastante debilitado pelas fugas e pela passagem dos anos”. Se ele também caísse no encanto, toda a tropa estaria perdida. Ele subiu a escada, “invocando, incessantemente o nome de Alá, o sublime, e rezando os versos da salvação até chegar em cima do muro. Lá ele bateu palmas e olhou fixamente para frente. O povo, contudo, gritou: Oh, Sheik Abd Es-Samad, não faça isso! Não se jogue lá embaixo!... Ele, então, começou a rir e ria cada vez mais alto”. Mais tarde, ele explicou que descobrira a superficialidade da aparência: “De cima do muro vi dez virgens despidas acenando para mim com as mãos pedindo para eu descer; pareceu-me que havia um local cheio de água logo abaixo”. O encanto da ilusão sexual – uma atração arrasadora em uma cultura na qual as mulheres deviam andar cobertas com véus – se desfez em razão da sua devoção e sobretudo da sua idade... “Certamente, conclui, ‘é um encanto pérfido inventado pelos habitantes da cidade para afastarem quem quisesse olhá-la ou então invadi-la”. (HAUG, 1997, p. 76-77).

Esta aparência tem o valor de troca como base e os impulsos do desejo nos levam a nos jogarmos de cabeça nele. É inegável o poder manipulatório que as mercadorias, tangíveis ou intangíveis, exercem sobre os seres humanos, o próprio ser humano é considerado um objeto; elas parecem exercer um controle irreversível sobre a vida das pessoas, que valorizam secundariamente a consciência humana criadora e produtora das mercadorias.

Theodor Adorno (2018) traz uma contribuição interessante sobre a utilização do tempo do professor. Para o autor, o tempo livre ou ocioso é tomado pelo trabalho e determinado desde fora, este tempo é “acorrentado ao seu oposto” que é o tempo de trabalho, portanto, está intrinsecamente atrelado às relações concretas da sociedade. O tempo livre, embora esteja relacionado à noção de liberdade, que é a escolha entre alternativas concretas e possíveis, nem em seu trabalho e nem em sua consciência o trabalhador dispõe de real liberdade.

O modo de vida que a sociedade impõe às pessoas não se identifica com o que estas poderiam ser em si mesmas, ou seja, não permite que as mesmas desenvolvam suas potencialidades, habilidades, criatividade. O tempo livre é apenas uma extensão da não-liberdade, tão desconhecida das pessoas não livres como a sua não liberdade, em si mesma. Adorno utiliza um exemplo pessoal para esclarecer sua contribuição, é uma citação extensa, no entanto interessante para refletirmos o trabalho docente:

Eu não tenho qualquer hobby. Não que eu seja uma besta de trabalho que não sabe fazer consigo nada além de esforçar-se e fazer aquilo que deve fazer. Mas aquilo com o que me ocupo fora da minha profissão oficial é, para mim, sem exceção, tão sério que me sentiria chocado com a idéia de que tratasse de hobbies, portanto ocupações nas quais me jogaria absurdamente só para matar o tempo, se minha experiência contra todo tipo de manifestações de barbárie – que se tornaram como que coisas naturais – não me tivesse endurecido. Compor música, escutar música, ler concentradamente, são momentos integrais da minha existência, a palavra hobby será escárnio em relação a elas. Inversamente, meu trabalho, a produção filosófica e sociológica e o ensino na universidade, têm-me sido tão gratos até o momento em que não conseguiria considerá-los como opostos ao tempo livre, como a habitualmente cortante divisão requer das pessoas. Sem dúvida, estou consciente de que estou falando como um privilegiado, com a cota de casualidade e de culpa que isto comporta; como alguém que teve a rara chance de escolher e organizar seu trabalho essencialmente segundo as próprias intenções. Esse aspecto conta, em último lugar, para o fato de que aquilo que faço fora do horário de trabalho não se encontre em estrita oposição em relação a este. Caso um dia o tempo livre se transformasse efetivamente naquela situação em que aquilo que antes fora privilégio agora se tornasse benefício de todos – e algo disso alcançou a sociedade burguesa, em comparação a feudal -, eu imaginaria este tempo livre segundo o modelo que observei em mim mesmo, embora esse modelo, em circunstâncias diferentes, ficasse, por sua vez, modificado. (2018).

O relato pessoal do autor demonstra a dificuldade do intelectual em delimitar o que é tempo de trabalho e o que é tempo livre, no entanto, como faz o que gosta (às vezes não) tendo o privilégio de organizar sua rotina de trabalho conforme sua escolha, o que faz fora do horário de trabalho não é oposto a este, visto que considera o trabalho prazeroso e gratificante. No entanto, nos depoimentos colhidos, há um contraponto a esta afirmação, pois para alguns professores o trabalho se tornou inebriante, sufocante e inevitável e, embora o orgulho da profissão, motivação e identificação com a sua atividade estejam presentes.

Ao serem questionados sobre quanto tempo de estudo se dedicam a temas que lhes agradam 57,7% responderam que se dedicam até cinco horas semanais, 29,1% de cinco até dez horas, 12,3% de dez até vinte horas e 6,9% mais de vinte horas (Tabela 30); destes, 47,8% considera que este dispêndio é de tempo de trabalho, 41,4% considera como tempo de trabalho

e tempo disponível e apenas 10,8% considera como tempo disponível (Tabela 31). Levando em consideração que esta leitura de temáticas que lhe são agradáveis são realizadas no tempo não apropriado do docente as respostas dadas por eles demonstram a não separação entre uma atividade e outra, o que pode ser justificado pelo gosto e prazer na leitura. Quando provocados com a questão *consegue identificar quando está trabalhando e quando está usufruindo de tempo disponível*, 64,5% responderam que conseguem identificar e 35,5% responderam que não conseguem identificar (Tabela 34). Evidencia-se também que, mesmo quando não está trabalhando, as ações realizadas estão voltadas ao trabalho e mesmo que as tarefas sejam agradáveis elas são dedicadas à sua atividade laboral, desta forma, há dificuldade em separar os tempos.

Como apontado pelos utilitaristas e funcionalistas, o tempo em que está livre do trabalho tem por função exclusiva a restauração da força de trabalho seja ela física ou mental, precisamente porque é um mero apêndice da atividade laboral, tende a ser separado com zelo puritano.

O hobby, exemplo de Adorno, se torna uma obrigação, se não tens um, se não tens ocupação para o tempo livre você é um “pretensioso ou antiquado, um bicho raro”, sendo ridicularizado e considerado um anti-social. E certamente, seu hobby deve estar ligado ao consumo, pois a própria necessidade de liberdade é administrada e reproduzida por este.

Embora o apresentado demonstre um aspecto pessimista, consideramos que alguns docentes ainda possuem reservas quanto à indústria da cultura oferecida no tempo livre, mantendo certa criticidade quanto às informações transmitidas pelo cinema, teatro e televisão; demonstrando que ainda não se alcançou inteiramente a integração da consciência e do tempo disponível. Acredito que pela formação e pelas especificidades da atividade da Área de Humanas, este reflete sobre sua vida, embora pareça resistente quanto a sua modificação.

No tempo disponível a consciência do docente não é completamente envolvida pelos interesses burgueses, possibilitando momentos de realização (a catarse estética lukacsiana⁹³,

⁹³Aristóteles foi o primeiro, em sua obra *Arte poética*, a utilizar o termo catarse (*katharsis*) para apontar fenômeno estético como “libertação”, “serenidade” ou “calma” dos sentimentos. Através da catarse ocorre a depuração de duas paixões, que os gregos consideravam como negativas, a saber, o medo e a piedade. Ao produzir temor e compaixão, a tragédia grega representava uma maneira de lidar com as paixões, e a catarse neutralizava a negatividade que emanava desses sentimentos ao produzir uma forma superior de constituição. Em Lukács, catarse se constitui como forma privilegiada de iluminação do esclarecimento da relação dialética e contraditória que perpassa o universo estético (reflexo da realidade) e o universo ético (realidade, prática da essência humana com seus semelhantes). O que se oferece na estética não se forma de maneira evidente na cotidianidade, por isso há um pesar por não perceber na vida aquilo que é oferecido na arte, de forma natural. A arte permite que o homem

por exemplo) havendo uma fissura para a emancipação (mesmo que provisória), que poderia auxiliar na transformação do tempo apropriado em tempo disponível.

4.3.2. A Intensidade do trabalho

Quando nos propomos a analisar o trabalho docente, não podemos esquecer também de nossa inserção num contexto que tem no neoliberalismo e na globalização como o modelo político e econômico vigente e o toyotismo como modo de organização da produção. É inevitável que todas as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na sociedade nos últimos anos tenham trazido grandes mudanças para a Universidade Pública, os funcionários desta e o trabalho docente. Tais mudanças se concretizaram por meio das reformas educacionais, como a expansão, que foram implantadas com a justificativa de melhorar a qualidade da educação, melhora na vida dos docentes e geração de empregos; mas que acelerou o processo de precarização e sucateamento.

Neste contexto, destaca-se que a intensificação do trabalho docente, resultado da realização de uma miríade de tarefas como secretaria, gestão, manutenção; que eram de responsabilidade de outros funcionários e passou a ser desempenhada por uma só pessoa, porque aquelas outras não estão mais na instituição, seus cargos deixaram de existir ou não houve reposição de quadro. Nesse sentido, os docentes precisam desenvolver uma série maior de habilidades, porém constatamos que eles não têm tempo para conservarem-se em dia com sua especialidade como a docência, a pesquisa e a orientação de alunos.

Validando esta informação, 77,8% dos professores informaram que o seu trabalho é sempre intenso e 21,2% declararam que às vezes o trabalho é intenso (Tabela 23); em complemento 92,1% informaram que o ritmo e a velocidade das atividades realizadas aumentaram (Tabela 25), e junto com o aumento de intensidade do trabalho aumentaram as cobranças por resultados para 96,5% dos professores (Tabela 26). De acordo com 95,1%, os resultados esperados estão fora da realidade (Tabela 36), havendo um tempo para cumpri-las que exige maior velocidade e aumento de ritmo dos movimentos.

Outros dados que comprovam o aumento da intensidade do trabalho docente é a insuficiência de pessoas para realizar as atividades, para 56,7% é sempre insuficiente e para

transcenda a fragmentação produzida pelo fetichismo originário da sociedade vigente. Na catarse, o homem se conscientiza do humano-genérico de sua individualidade.

36,5% às vezes (Tabela 42); levando ao esgotamento emocional sendo que 28,6% estão sempre esgotados emocionalmente e 63,1% às vezes (Tabela 46); a desqualificação também leva ao aumento de trabalho, visto que aqueles aptos a realizá-los o farão quando não houver qualificados (Tabela 50); o sentimento de desvalorização agrava a intensidade de trabalho, pois há mais um sintoma psíquico para lidar e tratar (Tabela 52).

O individualismo que desmotiva o cotidiano de trabalho desfavorece o clima inter relacional entre os docentes, 59,1% informaram que o individualismo está sempre presente e 39,4% acham que às vezes há individualismo (Tabela 44) e disputas profissionais no local de trabalho que levam ao adoecimento (Tabela 43).

Analisando o tempo de trabalho na UNESP, os que estão lá de cinco a dez anos são os que mais sentem a intensidade do trabalho 88,1% responderam que sempre é intenso e 11,9% às vezes; os que trabalham de dez a quinze anos apresentaram um percentual de 82,1% sempre e 17,9% às vezes, de dois a cinco anos 81,8% sempre e 13,6% às vezes, até dois anos 75% sempre e 25% às vezes e acima de quinze anos de trabalho na UNESP 67,1% sempre intenso e 31,7% às vezes (Tabela 63). Portanto, a intensidade do trabalho é sentida mesmo por aqueles que têm mais experiência na atividade, as mudanças no ritmo de trabalho estão levando a todos uma dedicação maior, 63,4% daqueles que trabalham mais de quinze anos na UNESP informam que o ritmo de trabalho tem aumentado (Tabela 65) e 85,4% deste mesmo público respondeu que a cobrança por resultado tem crescido (Tabela 66).

Na pesquisa, verificou-se que há satisfação na profissão, mesmo com todos os desafios apontados, 41,9% estão sempre satisfeitos e 56,2% às vezes (Tabela 45). Esta informação é importante para sublinhar que o docente acredita em sua profissão, concorda que o ato de ensinar, aprender, pesquisar é relevante para a sociedade e, desta forma confiam que podem transformar a realidade. Consideramos que não é a satisfação e insatisfação com a profissão que determina a existência ou não do sofrimento psíquico *a priori*, no entanto podem criar maiores chances de superação e até mesmo uma forma de prevenção e defesa do adoecimento. E é esta mesma satisfação e orgulho da profissão que serve de motivador para a resistência desta categoria aos abusos e perda de direitos que vêm sofrendo desde a adesão à ideologia neoliberal.

Esta satisfação pode ser verificada em função da autonomia existente no trabalho do docente da UNESP (Tabela 40), embora a mesma vá diminuindo no instante em que a cobrança por resultados quantitativos, em espaço curto de tempo, passa a ser uma constante em sua rotina. Também, esta autonomia pode ser considerada a auto-individualização do docente na gestão de seu tempo e do espaço em que irá exercer sua atividade, levando-o ao mais trabalho.

A falta de solidariedade entre os professores é um agravante do sofrimento do docente porque é muito mais difícil enfrentar os problemas sozinhos (Tabela 49). No entanto, a exaltação do individualismo e o foco no cumprimento das metas estipuladas levam a uma relação de concorrência e de disputa que dificulta o bom relacionamento entre eles. Sem contar a vaidade na vida acadêmica, marcada por brigas de núcleos, seitas, grosserias, humilhações, assédios, concursos e seleções.⁹⁴

Ao fazermos a leitura dos depoimentos fica evidente que os professores resistem e, muitas vezes, ficam indignados com a imposição de tarefas e projetos que vão além de suas atribuições, mas este aspecto não os exime do apontamento de que eles também são os responsáveis pela condição de trabalho e de vida em que estão inseridos, portanto são agentes centrais para a modificação deste contexto.

4.3.3. Distribuição: a multitarefa e a redução dos prazos

Já comentamos que o trabalho docente não se limita à atividade de ensinar, dar aulas, e orientar; este também deve fazer pesquisa e extensão, contribuindo também com a comunidade. Até aí não há surpresas, no entanto nos últimos tempos este leque de atividades vem se ampliando substantivamente e a flexibilidade e polivalência têm sido características determinantes no cotidiano do professor.

A flexibilidade não se limita a demarcação do tempo de trabalho, ela se estende a funcionalidade ou atitude do trabalhador que deve se adequar às necessidades da Universidade. Também há flexibilidade salarial (próximo tema a ser abordado) que é marcada pela queda no salário ou modificação da forma de pagamento, incluindo bônus, incentivos, metas.

Ao questionar os professores sobre o acúmulo de funções, além da docência, como serviços de secretaria, 51,2% responderam que sempre acumulam outras funções além do ensino, extensão e pesquisa; 27,1% às vezes e 13,8% raramente (Tabela 24). Metade dos professores responderam que não se identificam com as tarefas que realizam que não se inserem nos três pilares de sua atividade (Tabela 51), com este dado é indicado o grau de estranhamento desta atividade.

⁹⁴ Para mais detalhes sobre este tema, vide matéria escrita em 24/02/2016, por Rosana Pinheiro Machado *Precisamos falar sobre a vaidade na vida acadêmica*, publicada na Revista Carta Capital.

Alguns docentes destacam que são pesquisadores e gestores 24 horas por dia e, ao mesmo tempo em que há cobranças e tendência a levar trabalho para casa, tem flexibilidade nos horários, o que facilita a relação entre trabalho e vida pessoal. Há muitas demandas de tarefas “*online*”, ou seja, que devem ser feitas naquele instante e lugar. Desta forma, não é um trabalho que tenha fim, sempre estão fazendo algo “como, por exemplo, respondendo a esta pesquisa.”, e esta não deixa de ser uma atividade que tolhe o tempo disponível do professor.

As múltiplas funções desempenhadas na Universidade deixam os professores conectados às novas mídias a maior parte do tempo, o que gera ansiedade e preocupação, como este relato: “Depois que comecei a trabalhar na UNESP comecei a ter sintomas de stress. Minha filha pequena brinca de escrever plano de aula e corrigir trabalhos, pois me vê muitas vezes nestas tarefas e assim, sente que pode estar perto de mim”, relata uma professora que tem visto sua rotina alcançar o cotidiano da filha.

No caso do docente da área de humanas há um agravante, pois é possível levar muito trabalho para casa, visto que não é exigido uma estrutura laboratorial ou equipamentos complexos para a realização das atividades, o trabalho pode ser feito tanto na universidade quanto em casa, no ônibus, no teatro, no cinema, em um restaurante (pesquisa, leitura, correções de trabalho), esta facilidade acaba interferindo na vida pessoal “eu fico no escritório corrigindo textos, fazendo leituras e acabo fazendo isso por muito mais tempo do que as ‘8 horas diárias’ do contrato.”

Os professores expuseram a dificuldade em determinar o que é trabalho e o que não é trabalho na vida e em seu dia a dia. O trabalho na sala de aula é um pequeno pedaço de suas vidas. Preparar aula, corrigir provas, ler livros, ler mais livros, ir em bancas, tudo isso faz parte do cotidiano, conforme relata um professor “Se estou lendo a Folha de São Paulo no fim de semana, isso não é trabalho? para mim é um trabalho ‘obrigatório’. Como temos muitas bancas, pareceres para dar, reuniões de departamento, da pós, disso daquilo nossa jornada de trabalho vai sendo esticada. Não temos como bater ponto.”

Um aspecto que foi evidenciado pelos docentes é que o trabalho se fatiou e foi determinado por atividades como preencher formulários, aplicar protocolos, burocracias em geral, que ocupam um longo tempo sem permitir justamente aquela articulação densa entre teoria e prática que dá vida e sentido ao trabalho do docente de Área de Humanidades da UNESP.

O professor possui tempo não apropriado? Consegue dispor de tempo para si e para realizar (ou não) atividades prazerosas e emancipadoras? Ao serem questionados sobre a fruição de tempo para si, ou seja, momento em que faz o que deseja, 15,8% informaram que sempre, 51,7% às vezes, 29,6% raramente e 3% nunca (Tabela 17).

De acordo com a pesquisa, 68% desfrutam o tempo disponível com atividades que lhes são agradáveis como: ver um filme ou série na TV, ir ao cinema, teatro, passeio ao ar livre, viajar, prática de esportes, leitura de textos diversos (literatura universal, religião, revistas e jornais), atividades religiosas, tocar instrumentos musicais, composição musical, bar, shows, redes sociais, exposições artísticas, jantar fora, cuidados estéticos, jardinagem, sair com amigos, culinária.

Os docentes não interpretam atividades básicas do dia a dia como ir ao supermercado, cuidar da casa, reuniões familiares “obrigatórias”; como tempo disponível para si, ao contrário, estas ocupações são consideradas uma extensão do labor e até mesmo um fardo que o impede de desenvolver suas potencialidades.

Verificou-se que 30% dos respondentes dedicam o tempo disponível à família, principalmente companheiros, filhos e netos, no entanto expõem a dificuldade em conciliar a vida pessoal e a vida profissional, principalmente no caso da profissional mulher que se sente responsável pelo trabalho doméstico, conforme uma das depoentes:

Estudo idiomas, faço esporte regularmente e priorizo lazer e família aos fins de semana. Mas é sempre difícil conciliar tudo isso com a profissão, as atividades domésticas e os cuidados com idoso na família (isso se agrava pelo fato de ser mulher, que, na nossa cultura, acaba acumulando mais que os homens tais atividades). A despeito disso, atraso sempre meus trabalhos (sobretudo a pesquisa, da qual estou sempre correndo atrás de prazos) para tentar reservar esse tempo para mim. Mas confesso que, apesar do esforço, nem sempre consigo cumprir com minhas aulas de idioma e minha natação e ginástica que adoro fazer, que, em determinadas épocas do ano, acabam em segundo plano. Por isso, acordo 6h da manhã e não durmo antes da 24h, trabalhando uma base de 10 ou mais horas por dia (em dia de aula, leciono pela manhã e à noite, e atendo alunos à tarde, o que perfaz 16 horas de trabalho ininterrupto).

Uma parte dos professores (92%) relatou que trabalham em seu tempo disponível (que deixa de sê-lo), expondo que as atividades de lazer são um “luxo”, que foi o que se transformou o direito ao descanso, e dispõe deste tempo para dar conta das coisas atrasadas como pareceres e pesquisas de artigos na internet.

Interpretamos que, referente ao tempo dedicado à família, os docentes não consideram que seja um tempo suficiente para suprir a ausência gerada pela intensa dedicação ao trabalho. Quando logram o tempo disponível não se entregam plenamente a esta vivência ou momento de descanso, pois sua mente está voltada para a atividade laboral, o que não conseguiu finalizar, suas metas e possibilidades de entrega. Desta forma, a momento de lazer não é prazeroso, o trabalho tomou conta de todo o espaço. Mesmo em uma viagem ou descanso puro e simples, a sua mente está completamente voltada ao trabalho, atividade mais importante do seu cotidiano.

Ao questionar os professores sobre o que gostariam de fazer no tempo disponível, e não tem feito por falta deste, apenas 5% (todos trabalham há mais de 15 anos na UNESP) dos respondentes informaram que fazem tudo o que querem no tempo disponível. Os 95% restantes informam que há falta de tempo e de dinheiro para fazer o que querem no tempo livre, um dos respondentes disse que gostaria de viajar e fazer outras leituras que não fosse de trabalho, pois em muitos finais de semana é preciso se desdobrar para estar focado na família e também a realizar atividades de trabalho, como leituras de dissertação, artigos etc., pois durante a semana muitas vezes, não consegue cumprir com todas as tarefas planejadas e exigidas, já que metade da semana está em regência de aula, entre o curso de graduação e pós-graduação, além de reuniões semanais que são comuns e constantes.

Outros professores informam que, no tempo disponível, gostariam muito de realizar atividade física regular, de ter tempo para não fazer nada, de dar risada e se divertirem, sem pensar em trabalho ou em prazos e compromissos; ou ainda andar de bicicleta; correr; ler livros sobre literatura (ou seja, que não estejam diretamente relacionados à pesquisa ou ao preparo de aulas e palestras); ter tempo para amar; realizar uma atividade para se desligar totalmente do trabalho, mas isso tem sido cada vez mais difícil, devido à carga de trabalho, que os obrigam a trabalhar também nos finais de semana e feriados.

Além dos finais de semana e feriados, muitos docentes utilizam o período de férias para trabalhar, 42% alegaram que trabalharam nas férias: “Trabalhei em casa, cumprindo sequencia de relatórios para pesquisa e extensão na UNESP.” Ou “dos 20 dias de férias, 10 trabalhei colocando atrasos em dia, 1 semana adoeci e três dias descansei.” Alguns focaram a produção científica: “Trabalhei em artigos cujo prazo expiraria, corrigi dissertações das quais faria parte da banca, fiquei em casa lendo um pouco e cuidando da organização de armários e gavetas.” Há depoentes que informaram não se lembrarem de quando tiraram férias ou que não as tiraram desde que começaram a trabalhar na UNESP.

Àqueles que vivenciaram as férias utilizando o tempo disponível, descansaram, despenderam de tempo para a família, tarefas domésticas, atividades culturais, cuidaram da saúde (04 respondentes passaram por procedimento cirúrgico), fizeram leituras agradáveis, responderam questionários (como este) e alguns viajaram (48% dos respondentes): “Conseguir tirar férias há pouco tempo. Dessa vez, viajei para o exterior e não respondi os e-mails. Só consegui fazer esta viagem, pois paguei em prestação (que vão até agosto deste ano) e porque houve espaço no calendário para as aulas”, em outra resposta foi enfatizada a dificuldade financeira, que impossibilitou a viagem nas férias: “Tenho ficado em casa ou feito passeios curtos. As perdas salariais impedem fazer viagens mais distantes e duradouras”, nota-se que a questão financeira é um impeditivo para realização do tempo disponível como gostariam: “Viajei um pouco. Ainda tento preservar isso, pois acredito que cabe a nós preservarmos nosso bem-estar. A questão financeira está influenciando negativamente nesse quesito”.

Alguns professores utilizaram uma parte do período de férias para viajar e outra parte para trabalhar: “Viajei por uma semana, mas foi muito pouco, não deu tempo de me acalmar.” “Uso as férias para elaborar relatórios,” ou “Viajei durante uma semana e depois preparei as aulas do semestre”. Certamente, durante a viagem, os afazeres laborais os acompanharam, dificilmente conseguem se desligar, sendo um impeditivo para o descanso, contemplação e a fruição integral daquele momento.

Desta forma, é evidenciado que a atividade mais importante e significativa do trabalhador é o trabalho, não sendo diferente para os professores da Área de Humanidades da UNESP. Ao todo, 78% dos professores declaram que a atividade mais importante do seu cotidiano está relacionada ao trabalho pelo tempo que ocupa, pela energia mental que demanda, pela responsabilidade e pela seriedade da atividade perante a sociedade, pela quantidade e heterogeneidade de tarefas envolvidas:

Como professor e pesquisador, minha rotina cotidiana deveria consistir em manter-me atualizado na área, preparar boas aulas e escrever trabalhos acadêmicos, atividades que geralmente ficam em segundo plano devido às solicitações regulares da Universidade, como reuniões, relatórios, providências burocráticas que poderiam ser tomadas por um profissional especializado.

Em outra resposta:

Aula, porque o ensino é um momento importante de aferição do nosso próprio conhecimento e de intercâmbio com os jovens universitários, e as atividades de pesquisa, porque me permitem avançar na demonstração e/ou redefinição das minhas hipóteses de trabalho.

O professor, normalmente, prossegue em seu aprimoramento buscando novos conhecimentos e se atualizando, no entanto, este tempo não é contemplado na carga horária. Não fazem a (re) produção automática, como máquina. É necessária a leitura e aprofundamento para produzir um bom artigo. No entanto, as instituições não estão contemplando avaliações qualitativas, como a de trabalhos autorais. Aliado a isto, o aumento gradual da quantidade de trabalho (plataformas, pareceres, aulas, orientações, pesquisa, reuniões, etc.) devido à ausência de reposição do quadro docente, tem feito com que o trabalho seja preocupação frequente e absoluta, não havendo tempo para outras atividades e prioridades, sob risco de perda do controle e dos prazos para o desenvolvimento do serviço que estão cada vez mais exíguos.

Alguns expõem que devem se esforçar muito para continuar empregados, afinal, tem que sobreviver, dependem do trabalho. Estes são uns dos aspectos pelo qual o trabalho é a atividade mais importante do cotidiano que, apesar disso, causa sofrimento e dor.

O trabalho ocupa o tempo de outras atividades também importantes, como a atenção à família:

A atividade mais importante tem sido o trabalho, o problema é que não tem tido muito tempo para outras atividades, salvo para aquelas tarefas domésticas e de cuidado com a família. Isso quer dizer que, não obstante a importância do trabalho, tem sido difícil mesclá-lo com outras atividades de lazer e isso tem comprometido o próprio trabalho, sem contar os problemas de saúde que daí advém.

Também se apropria do tempo de lazer:

Considero todas as duas atividades importantes, mas não tenho tempo para o lazer. O curso de canto e música que realizo ajuda-me nas aulas, pois leciono uma disciplina que problematiza a relação entre arte e psicologia. Ou seja, não é lazer. Entendo lazer como: passear, tirar férias, dormir, ler um romance, assistir séries de TV, enfim, relaxar. Não tenho tempo para isso. Todo o meu cotidiano é controlado pela agenda do celular que apita para inúmeros compromissos. Não faço exercícios físicos há 5 anos. Sofro com dores nas costas. Passo a maior parte do meu tempo de trabalho sentado, defronte ao computador, redigindo artigos, analisando dados de pesquisa, respondendo a e-mails, avaliando artigos, projetos etc. O ortopedista já me alertou para os riscos da ausência de exercícios físicos. Mas, não tenho tempo! Busco controlar minha alimentação para não ter sobrepeso e piorar as dores nas pernas e costas.

O tempo dedicado à família também aparece como uma atividade cotidiana importante, pois essa atividade reenergiza as demais, são essenciais para manter o equilíbrio emocional e psíquico. Para um dos respondentes a atividade mais importante do seu cotidiano é estar com a família, pois representa o "refúgio do afeto", algo distante da competição e do conflito de

vaidades do mundo acadêmico. Todavia, essa é uma atividade cuja realização ocupa cada vez mais uma parcela reduzida de tempo em favor da ampliação do tempo de trabalho. Para torná-la minimamente efetiva, alguns docentes restringem o trabalho nos finais de semana, a não ser em razão de demandas excepcionalíssimas.

Para alguns, na vida de todos os dias é importante conciliar a vida profissional e a pessoal, além de atividades de lazer, atividades físicas, alimentação saudável e prática de orações (ou idas à igreja), conforme um relato “em termos profissionais, a pesquisa é importante, pois é onde tenho prazer, onde me reciclo. Em termos pessoais, ficar com meu marido e nadar (nado em média 4 mil metros semanais)”.

Acredito que uma das atividades atuais no meu cotidiano é cuidar do meu filho, já que ele tem apenas 1 ano e 2 meses, mas na minha atividade profissional, acredito que o ensino deva ser tão importante quanto pesquisa e extensão, pois formar cidadãos críticos e comprometidos exige tempo e dedicação. Mas, atualmente vemos que a pesquisa está sendo muito mais valorizada do que o próprio ensino [...] e a extensão, sem comentários. Gosto e tenho muito trabalho na comunidade, mas por questões de tempo, dedicação e valorização, estou diminuindo cada vez mais atividades de extensão.

A gestão do tempo de tal maneira em que haja o equilíbrio entre momentos de lazer, atividades com a família, descanso, práticas religiosas/espirituais e trabalho é de difícil realização. O fato do trabalho, no dia a dia, não se encerrar no momento em que deixam a universidade, interfere nas relações pessoais, especialmente com a família. O trabalho no campo das ciências humanas exige reflexão em torno dos fatos da vida cotidiana, de acordo com um professor “Não é como o do burocrata que fecha a gaveta e vai descansar”, portanto acompanha o docente a todo tempo e a todo o lugar.

Mesmo que grande parte das respostas levem a uma preocupação com o tempo empenhado à família: 27,6% sempre tem tempo para a família, 59,6% às vezes e 12,8% raramente (Tabela 19); nota-se um remorso e auto-penitência de ser este tempo insuficiente para preencher toda a sua falta no seio familiar.

O tempo dedicado aos amigos aparece em segundo plano, sendo mais escasso que o tempo dedicado a família, apenas 9,4% sempre tem tempo para eles, 46,8% às vezes, 38,4% raramente e 5,4% nunca conseguem se dedicar aos amigos (Tabela 20). É interessante refletir estes dados, tendo em vista que o tempo para a família é, em alguns momentos, uma obrigação (moral) que não pode ser abandonada; o desfrute de tempo com amigos, ao contrário, parece ser algo agradável e prazeroso sempre, não uma obrigação; portanto no contexto atual este tempo pode ser dispensado.

A relação tempo e espaço tem modificado com o desenvolvimento das Tecnologias, os quais acabam tomando o tempo e o espaço das atividades profissionais para além das 8 horas que devem cumprir de acordo com os contratos de trabalho. Associado a este fator, a produção do conhecimento não tem hora para acontecer, depende do momento, e a sociedade está programada para funcionar ciclicamente e em horário comercial. Encaixar a atividade científica nisso é complicado e demanda um grande esforço. Desta forma, os trabalhos que deveriam estar relacionados às atividades dentro da Universidade, acabam abrangendo e tomando conta das atividades que realizam em casa, na hora do lazer, na hora da socialização etc.

Conforme 92% dos respondentes, o trabalho interfere na vida pessoal, de acordo com um professor “todos temos consciência de que nossa vida talvez comece apenas após a aposentadoria, se não adoecermos e morrermos antes”. A vida pessoal fica em segundo plano o que leva a conseqüências mais grave como insônia, ansiedade, irritabilidade, estresse, fadiga. Há constante preocupação com prazos e desafios de conseguir publicar em revistas internacionais de impacto, conforme um dos docentes “Tudo isso leva a um certo isolamento e diminuição do tempo para momentos de lazer e de descontração”. Os familiares cobram a presença deles e os alertam da “loucura” que é a rotina laboral, sendo evidente, inclusive, os danos colaterais resultantes do excesso de trabalho, de cobrança, de responsabilidade e a limitação dos prazos, alguns depoimentos evidenciam isso:

Meu namorado se queixa do excesso de trabalho, meus familiares se queixam da minha ausência, meus amigos compreendem porque se sentem limitados como eu (mas se queixam da situação). Percebo que meus amigos da universidade estão adoecendo (nos últimos seis meses observei 3 amigos do Depto. Estudos Linguísticos andando de bengala (todos possuem entre 40 e 50 anos). Meus colegas se queixam de insônia, dores nas costas ou dores por todo o corpo (fibromialgia), usam medicamentos para dormir e antidepressivos. Alguns apresentam esses sintomas, mas insistem em continuar sem tratamentos e passam a ter comportamentos estranhos e deslocados. estressados, persecutórios e desproporcionados.

A deficiência de profissionais para atender a demanda de trabalho também é registrada pelos respondentes:

Tenho estado nervosa, tenho somatizado e isso está me causando uma doença chata e difícil de curar, porque o psicológico tem que estar bem resolvido e tenho estado muito deprimida com a falta de apoio financeiro seja no salário, seja na própria infraestrutura de tudo na universidade. Há uma sobrecarga de aulas também, devido a não contratação de docentes para repor as vagas de aposentadoria. Nem na licença-maternidade a UNESP está contratando substituto. É um caso extremo. No segundo semestre do ano passado, porque tirei licença no primeiro, tive que dar praticamente quase todas as aulas que daria o ano inteiro - de 180h, ministrei 148h. Isso, porque ainda tive a colaboração dos colegas da área.

No caso das mulheres, o trabalho doméstico agrava a intensidade e flexibilidade do trabalho:

O problema é a urgência das coisas. Simplesmente tenho que fazer -pesquisa - docência - extensão - gestão num ritmo acelerado. Além de muitas coisas ao mesmo tempo, a urgência dos prazos torna os resultados aquém do que gostaria. Além disso, tenho minha rotina doméstica: sou dona de casa, tenho filhos. Atualmente tomo medicação e faço ioga para enfrentar. Estou tentando diminuir o ritmo e recusando atividades - ex: orientações, vice-chefia de depto, até a organização de um colóquio - para não prejudicar minhas relações familiares, que são boas. E é claro: não enlouquecer (rs)

E o contrário, a vida fora da universidade interfere na rotina laboral? Para 85% dos respondentes sim, a vida pessoal afeta direta e indiretamente, e isso é uma via de mão dupla. A condição de achatamento da qualidade de vida da família desmotiva e desfoca a ação docente na sua expertise que é lecionar e a boa qualidade de vida externa à universidade refletem em um docente mais feliz com melhor qualidade profissional, além disso, os que vivenciam o tempo disponível concordam que este momento os auxiliam na compreensão das limitações do mundo acadêmico

As convicções pessoais do docente, especialmente as existenciais e políticas, são levadas em conta na atuação profissional, influenciando na escolha das pesquisas, no conteúdo das aulas e na forma de abordagem dos trabalhos que escrevem.

Segue uma das respostas, que há destaque para a importância da vida fora da universidade para o desempenho profissional:

Se não pratico esportes não tenho o pique necessário para tantas atividades. Além disso, devido à digitação intensa para escrever artigos e livros, entre outros, desenvolvi tendinite, epicondilite e bursite - de maneira que tenho que me dedicar a treinos funcionais de fortalecimento muscular, no qual a natação é coadjuvante, daí a intensidade e o prazer com que treino, pois só isso alivia efetivamente minhas dores. Se não estudo idiomas, não estou qualificada para os desafios. Se não descanso, fico estressada e não rendo. Acaba que sacrifico o tempo com família e amigos, que vivem cobrando mais atenção.

Alguns informaram que influencia, na medida em que o tempo de lazer, acesso à cultura, atividades físicas é comprometido por tarefas que trazem "para a casa", essa dimensão de desenvolvimento humano fica comprometida. Neste caso a interferência é positiva uma vez, que a prática de atividades culturais, físicas e de socialização permitem saltos qualitativos em relação ao bem estar da pessoa humana. A interferência é negativa quando há restrições financeiras e há limitação de tempo dedicado à família, aos amigos, às práticas esportivas e atividades de lazer e entretenimento.

A vida dentro da universidade é um pedaço relevante daquele ser social, sendo este construído por sua vivência. Quando o trabalho universitário consome muito do que possam ser atualmente, reduz-se a criatividade, pois a vida fica restrita a vivências intra-muros.

A maioria dos professores vê a influência da vida pessoal como positiva e, no caso da mulher, há as atividades domésticas:

Se eu não tivesse o apoio da minha mãe e de minhas comadres, se não tivesse meus filhos, que são mais importantes que tudo, certamente estaria ainda mais tempo trabalhando na universidade. Os filhos impõem o limite. As outras pessoas me ajudam com eles quando preciso viajar para congressos, ir a reuniões importantes, bancas de mestrado ou doutorado, assim, eles ajudam para que eu me dedique quando é preciso e me seguram para que eu não enlouqueça trabalhando mais e mais.

Destacam que o tempo fora do trabalho precisa ser respeitado para que o trabalhador possa dedicar-se a sua vida pessoal e assim ter condições físicas, emocionais para conciliar vida pessoal e profissional, procurando um equilíbrio. Nesse sentido, o tempo disponível é de suma importância. Ao incorporar atividades de trabalho no tempo disponível, pode anular o distanciamento crítico das suas relações de trabalho e ser uma expressão da incorporação das relações cotidianas ao trabalho, havendo o levante da cisão entre motivos e fins, pois é no tempo livre que é possível tomar ciência dos assuntos políticos e se comportar como “intelectual orgânico” e refletir sobre a sociedade, sobre o tipo de vida e de comunicação que empreendem, sobre a educação e os processos de ensino-aprendizagem, sobre os lugares que frequentam. Estas reflexões alimentam as aulas e o exercício profissional, também é instrumento de combate a anomia e estagnação.

Um dos professores destacou a importância da participação em um curso de música:

Se levarmos em conta que os cursos de música que realizo me possibilitam estar em contato com pessoas de outro campo de atuação, eu diria que há sim interferência e que ela é profícua. Aliás, é o que tem me animado há cerca de 3 anos, pois estou sempre em contato com artistas que vivem da música.

Alguns também recebem o apoio familiar quando o trabalho não vai bem:

Tenho apoio familiar para levar do jeito que dá. Mas minha família está me levando a cogitar em aposentar-me, pois não resistirei fisicamente ao atual ritmo de trabalho. Não era assim quando entrei na UNESP há 9 anos.

O que chamou a atenção foram aqueles que responderam que a vida pessoal não interfere na vida profissional, pois não existe vida pessoal, seguem alguns depoimentos: “Na realidade, não consigo ter vida fora da universidade.”; ou “A massificação do trabalho na universidade não permite. É produzir, produzir e produzir...”; outro “É tudo uma coisa só. Para mim não há

essa cisão entre vida fora e vida dentro da universidade.”; “Minha vida é aqui dentro, infelizmente.”; “Acabo priorizando o trabalho.”; “Como priorizo o trabalho, as questões externas pouco influenciam, porém sinto tristeza e culpa; não queria que fosse assim.”; “Não deixo de trabalhar para ficar com minha família.”; “Dificilmente alguma atividade se sobrepõe ao trabalho (só mesmo se for questão de doença grave).”; “Não há vida fora da UNESP. Estamos sobrecarregados.”; “Eu raramente tenho vida fora da universidade a atenção está toda voltada para a vida dentro da universidade.”; “A prioridade é o trabalho, pois dependo dele para sustentar minha família.”; “Influencia menos, porque a maior parte dos colegas e a instituição como um todo se interessam pouco pela sua vida pessoal.” Relatos estes que demonstram que o tempo de vida é todo direcionado ao trabalho.

O sentimento de que “não há opção, devemos consentir e silenciar” é evidente, alguns professores se enxergam em grades de ferro e, para manter seu emprego e benefícios (como bolsas de produtividade) se resignam a atender às demandas impostas, é uma condição de servidão. Retomamos Étienne de La Boétie que trata da obediência consentida dos oprimidos, ao invés de uma resistência coletiva. No caso do docente, não parece que há um conforto em servir, ele tem conhecimento de sua condição (des) humana, mas está preso a ela.

Étienne de La Boétie que tratou do tema da auto-servidão, no seu escrito datado de 1553, *Discurso da servidão voluntária*, procurou entender como a vontade obstinada de servir criou raízes tão profundas que se julgaria “que o próprio amor à liberdade não é tão natural.” (2009, p. 39), verificamos que o homem não apenas perdeu a liberdade e a autonomia, mas ganhou o veneno da servidão e da heteronomia, ou seja, evitando a transcendência da autoalienação. Segundo o autor é possível resistir à opressão sem recorrer à violência; a tirania se destrói sozinha quando os indivíduos se recusam a consentir com sua própria escravidão. Neste livro, demonstra como a autoridade arquiteta seu poder utilizando a obediência consentida dos oprimidos, sendo que se houvesse uma resistência coletiva (a greve geral, por exemplo) seria possível eliminar a servidão.

Para o autor, o conforto de servir, a tranquilidade de abrir mão da autonomia, faz com que o homem dispense sua liberdade, por medo ou insegurança. Ser livre implica em responsabilidade, escolhas e ações criativas.

É interessante refletir sobre a atualidade da obra de La Boétie para ele a servidão voluntária advém do hábito e de mediações como a educação, ele exemplifica com a história de um legislador espartano, que havia criado dois cães nascidos da mesma mãe e amamentados com o mesmo leite. Um foi engordando na cozinha, o outro acostumado a correr pelos campos

e seguindo o som da trompa e da corneta. Querendo mostrar ao povo da Lacedemônia que os homens vivem como a educação os fez, expôs os dois cães em praça pública e colocou entre eles um prato de sopa e uma lebre. Um correu para o prato, o outro para a lebre. Com suas leis e sua arte política, ele educou e formou tão bem os lacedemônios que cada um deles preferiria sofrer mil mortes a submeter-se a outro senhor que não fosse a lei e a razão (2009, p. 46).

Este é um exemplo da influência exercida pelas mediações, como a educação, a mídia, o consumo, não sendo um ato espontâneo, mas uma construção ontológica do ser social. Somos educados para adquirir hábitos conformistas, e não temos vontade, tempo ou espaço de crítica. Estes aspectos fazem parte do estranhamento, e são aspectos de nossa realidade. Se a autoconsciência é estranhada, como superar a atividade estranhada por meio da atividade humana autoconsciente, fim em si, e não meio para um fim?

Este dilema é posto por Marx em uma das *Teses sobre Feuerbach*: como educar o educador? Este é educado pela realidade social (construída historicamente) e pelo educando, mas se o homem, produto de uma sociedade estranhada, precisa ser educado⁹⁵, isso deve ser feito por alguém que não tenha a autoconsciência estranhada. E este agente é aquele que possui tempo disponível para se humanizar, criar, conseguindo fugir do espectro do estranhamento e do fetichismo, seja ele o intelectual orgânico gramsciano, o *outsider* exposto por Mészáros, o trabalhador consciente e ciente de sua realidade, embora seu tempo disponível seja escasso, e o revolucionário apresentado por Marx.⁹⁶

Em *Crítica do Programa de Gotha*, Marx discorre sobre a sociedade comunista, sendo esta a alternativa contra a oposição entre trabalho manual e intelectual:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico

⁹⁵ A educação é o único órgão possível da automediação humana, porque engloba todas as atividades que podem se tornar uma necessidade interior para o ser humano, desde as funções humanas mais naturais até as intelectuais mais sofisticadas – conhecimento prático e teórico. Para se educar é necessária a participação ativa do educando nesse processo, e este é contínuo e mutável, de acordo com as condições presentes na sociedade, alcançando realizações qualitativamente diferentes em seus vários estágios.

⁹⁶ A autogestão é um exemplo de que a emancipação humana pode se concretizar a partir da iniciativa de trabalhadores, a partir do trabalho, no trabalho e pelo trabalho. Quando os empresários abandonam ou são expulsos do controle dos meios de produção, das fábricas, os trabalhadores vislumbram a oportunidade de retomar os meios de produção, há casos que podem ser citados como a Comuna de Paris, início da Revolução Russa, a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), na Hungria (1919 e 1956), na Tchecoslováquia (1968) etc.; durante a greve geral de 1968 na França e nas ocupações das empresas que se seguiram até 1974; no Chile, nos três anos que durou o governo Allende; em Portugal – na Revolução dos Cravos de 1974 a 1976; na Polônia (1980-1983); no *Cordobazo* argentino (1969); Brasil, nas Comissões de Fábricas no final da década de 1960 e 1970, até as atuais FRs do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Venezuela (NOVAES, 2011).

burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!”. (MARX, 2012, p. 31-32).

No comunismo, o tempo de trabalho não se apresentará como um fardo e abusos, e sim como parte da realização verdadeira do homem como ser *omnilateral* e como um ser integralmente articulado com a universalidade. E é somente na sociedade comunista que o tempo disponível não se converte em resistência ao desenvolvimento das forças produtivas.

4.4. A CONDIÇÃO DE VIDA MATERIAL DO DOCENTE

No capitalismo, o valor de troca se expande e objetiva a acumulação de riqueza por meio da produção do trabalho excedente, gerador de mais valia, mas como se enquadra o docente da Universidade Pública neste contexto?

Em Marx⁹⁷, não basta produzir objetos úteis para ser produtiva, deve-se produzir mais valia diretamente, não considerando que se materialize em objetos humanamente e socialmente discutíveis ou nocivos, ou seja, é produtivo o trabalho que gera um acessório, um *plus* para o capitalista. Para isso, o capitalista força o trabalhador a dar ao seu trabalho um grau superior de intensidade e força-o a prolongar o mais possível o processo de trabalho para além do tempo necessário para a reposição do salário (MARX, 2004).

Embora permaneça a relevância da produção de mais valia no processo produtivo, é a intensidade do trabalho, tanto intelectual quanto braçal, que vai caracterizar a sociedade atual, sendo à saída do capital à tendência da queda do lucro. Aumentando a produção e mantendo os salários possibilita a elevação do ganho do capitalista e a manutenção da acumulação do capital.

Neste contexto, a teoria do valor-trabalho coloca o trabalho no centro do cenário econômico, político e social, visto que atribui todo o valor das mercadorias de sua procedência do trabalho abstrato sob a forma de tempo médio socialmente necessário para sua produção. A teoria do valor tem atração pelo tempo, quer se trate de fixar horário mensal, semanal, diário de trabalho, a idade para a aposentadoria, a caça ao tempo morto dentro da empresa, organização dos horários, flexibilidade etc., que tende a diminuir a diferença entre o tempo de trabalho real e o tempo de trabalho legal, com o objetivo de extinguir porosidades ou tempo ocioso.

⁹⁷ Para Marx (2004, p. 115), um mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo. Mesmo assim, considera que estes trabalhadores, do ponto de vista da forma, se submetem formalmente ao capital fazendo parte das formas de transição.

Todo o tempo para além do tempo de trabalho necessário para a produção das condições objetivas de existência é tempo disponível, ou ao menos é como deveria ser. Nas condições capitalistas, diferentemente, o tempo de trabalho não se reduz ao tempo necessário, mas ao tempo disponível de trabalho para o capital, que é a soma do tempo necessário e do tempo excedente.

A teoria do valor tem como principal qualidade a desmistificação da exploração e acumulação do capital, o dinheiro e esta teoria apenas deixará de fazer sentido quando o capitalismo deixar de existir. Mesmo as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC representam também trabalho socialmente necessário entre as atividades cuja composição orgânica (tecnologias) é mais elevada.

O princípio da intensificação, intrinsecamente relacionado à teoria do valor (tempo médio socialmente necessário para produção das condições materiais da existência) prescreve a redução da jornada de trabalho com maior produção de valor, verificado o aumento de produtividade tanto quanto a intensidade laboral. O trabalho docente não produz mercadoria (material) e sim presta serviços (não realizando a objetivação), e o trabalho público não rende mais valia, pois é remunerada pelo fundo público; no entanto esta característica não exprime que o trabalho do professor não seja precarizado, intenso e flexível; ou mesmo que este não esteja inserido na teoria do valor de Marx.

O trabalho do professor na “fábrica de ensinar” – universidade privada - é prestar serviço para o dono da escola; retirados os salários dos professores e os custos da escola do montante recebido sob a forma de mensalidades, sobra sua mais-valia. O dono da escola enriqueceu, tal como ocorre com o proprietário da “fábrica de linguiça”, houve a valorização do capital. O professor da UNESP – uma universidade pública, não gera mais valia, pois a sua remuneração advém de um fundo público⁹⁸, e não há cobrança de mensalidades, sendo um trabalho improdutivo. Para um melhor esclarecimento, Marx nos dá um exemplo:

Milton, por exemplo, que fez o paraíso perdido, era um trabalhador improdutivo, ao passo que o escritor que fornece um trabalho industrial ao seu editor é um trabalhador produtivo. Milton produziu o seu *Paradise Lost* tal como o bicho-da-seda produz a seda, como manifestação da sua natureza. [...] Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. (2004, p. 115).

⁹⁸ O fundo público é composto por toda a arrecadação de recursos públicos, principalmente os tributos.

Embora Marx caracterize o trabalho público como improdutivo, pois não gera mais valia, observa-se que o Estado está inserido no circuito de produção agindo como um capitalista particular, como associado às grandes corporações, ou pela forma de gerir os recursos públicos para atender interesses particulares. O Estado acaba se tornando, cada vez mais, um incentivador da produção de mais valia, visto que interfere politicamente na geração de condições favoráveis ao lucro, e uma função ideológica visto que se torna um mediador do bem comum, uma força “neutra” acima do antagonismo de classes.

Desta forma, os gastos direcionados pelo fundo público, que deveriam ser improdutivos, mostram-se essenciais para a produção que exige uma quantidade cada vez maior de recursos públicos, portanto este possui utilidade e funcionalidade para os interesses do capital, embora esta não seja a função primária de sua constituição que é a formação, conforme disposto por Antonio Gramsci: da *societas hominum* (consciência dos direitos e dos deveres para utilizá-los no meio social e político) e *societas rerum* (conhecimento científico para dominar e transformar a natureza).

Com o império da racionalidade mercantil no âmbito do Estado, sendo este o Gestor da educação superior, estabelece-se instrumentos jurídicos para a conformação da identidade universitária e avaliação, regulação e controle da liberdade acadêmica, essencial às atividades e à formação do professor das universidades estatais e públicas. Este cenário desloca o equilíbrio psíquico e psicossomático do professor, levando-o a contrair doenças psicossomáticas (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009). O Estado não é um agente de produção direta, no entanto fornece subsídios para isso.

Neste sentido, mesmo sendo um funcionário público, o docente da UNESP está inserido no processo de intensificação, ratificada com o aumento da produtividade, competição, produtivismo, que levam ao adoecimento principalmente estresse⁹⁹, *burnout*¹⁰⁰, hiperatividade¹⁰¹, doenças do trabalho, assédio moral, sobrecarga, angústia, barateamento, mediorização, classificação, ranqueamento, punição, *Lattes*, pressão, publicação, *Qualis*, cansaço, desconforto, redução do tempo disponível, tempo médio de titulação (TMT) etc., estas

⁹⁹O stress ocorre quando o indivíduo avalia a situação e percebe que os recursos internos ou externos que possui excedem a sua capacidade para lidar com eles. No ambiente de trabalho, o estresse é banalizado ou apresentado como a consequência de comportamentos individuais.

¹⁰⁰ O termo em inglês significa estar chamuscado, queimado, calcinado por um fogo que se alastra como numa floresta. O *burnout* sobrevém quando estamos nos esforçando muito para atingir um fim. A mente humana fica como um elástico muito esticado, que não relaxa. O esgotamento profissional caminha junto com um excesso de trabalho.

¹⁰¹ Hiperatividade é uma sobrecarga de trabalho que se instala perenemente, pois é considerada comum e aceita voluntariamente. É parte do cotidiano, surgindo como uma resposta a uma exigência de organização, ainda que resulte de uma opção pessoal, em um contexto em que os critérios para definir a carga de trabalho são vagos ou inexistentes (GAULEJAC, p. 223).

possuem como sintomas: exaustão emocional, baixa realização profissional, sensação de perda de energia, de fracasso profissional, esgotamento e despersonalização.

De encontro com esta teoria, 97% dos docentes responderam que o salário defasou com o tempo (Tabela 16), um dos que responderam que não houve perda salarial informou que aumentos consideráveis foram praticados no passado (trabalha na UNESP há mais de 15 anos) que garantem a manutenção do poder aquisitivo atual, em contrapartida, outros argumentam:

Não tenho reposição das perdas salariais. Não há plano de carreira ativo. Não tenho mais poder de compra como antes. Parei de estudar línguas, pois não tenho mais condições de pagar. Cortei vários itens de despesa que possuí como academia, *Netflix*, assinatura de revista e jornal. Isso se deve ao fato de ter que usar uma parte do dinheiro para os aumentos de plano de saúde. Esse ainda não cortei, mas está na fila.

Neste sentido, um respondente expõe:

A corrosão do salário é gritante, pois há praticamente 3 anos sequer houve correção da inflação o que causa uma diminuição significativa no poder de compra e capacidade de sustentabilidade financeira, levando a um efetivo empobrecimento. É grande o sentimento de desvalorização de nosso trabalho, de nossa profissão e de nossa importância como sujeitos essenciais para o pleno desenvolvimento das atividades fins da universidade com qualidade.

Em outra resposta:

Não houve aumento real, sequer reposição da inflação (dissídio), a despeito de toda luta sindical que tem sido praticamente inócua. Perdi direitos à progressão na carreira devido à suspensão da Reitoria (e o sindicato não se manifesta sobre o tema). Por ter sido contratada após 2013, não tenho aposentadoria integral, não recebemos FGTS (por ser estatutário, não sou CLT) e ainda pago alto índice previdenciário (não optei pela previdência privada ainda devido à defasagem salarial). Este último item também é ignorado das reivindicações do sindicato - ou seja, não há qualquer moção de protesto sobre o fato dos estatutários não receberem mais a aposentadoria integral e estarem privados de FGTS o que dá vantagem aos contratos CLT, justamente a lógica inversa do serviço público. Claro está que esta medida afeta a todo funcionalismo, e não só da UNESP, mas seria necessário tomar medidas de protesto e resistência a tal precarização. Embora apoie o sindicato e sua existência, acho suas medidas insuficientes, com muito barulho, com greves inócuas e pouco resultado. Embora a greve seja um instrumento muito válido, o qual apoio e participo, não tem se mostrado eficaz no serviço público e não há abertura para o diálogo e para se pensar novas saídas. As pautas do sindicato acabam sendo sempre aprovadas sem qualquer alteração, independente das intermináveis horas de discussão. O diálogo, de fato, não se faz e ficamos entre a cruz e a espada, entre as propostas indecentes da Reitoria e um sindicato fraco, que não permite mudanças, refuta tudo o que não se alinha à pauta como "peleguismo".

Neste sentido:

Há 5 anos não tenho reajuste. Comprei um imóvel em 2013 achando que iria conseguir pagar as parcelas porque meu salário aumentaria e vejo que terei que vendê-lo, pois não consigo mais pagar as parcelas. Vejo que nos últimos anos tive que abrir mão de muitos bens de consumo que antes obtinha (viagem, compra, tv a cabo, manicure, cabeleireiro, itens de alimentação, limpeza e higiene pessoal). Há dez anos faço terapia psicanalítica, a qual também tive que abrir mão recentemente por não consegui arcar com os gastos. Não faço mais passeios, nem como nos restaurantes (econômicos) que comia semanalmente.

Em outra resposta:

Desde que entrei na UNESP em 1993, o salário está defasado. Os reajustes não foram suficientes para repor a inflação de tempos anteriores. Atualmente, como sabemos, além de ter sido quebrada a isonomia nominal (a real nunca existiu, pois as gratificações jamais foram as mesmas para as três paulistas), não temos reajuste há 3 anos. Ademais, aumentou em muito a carga de trabalho: quando entrei na UNESP ministrava 1 disciplina para dois períodos por ano; hoje, só na graduação, ministro 2 em média, sem considerar pós, pesquisa (que deveria ser a prioridade da universidade pública) e extensão.

Em um dos depoimentos, evidenciou-se o conflito familiar gerado pela perda salarial:

Faz cerca de dois anos que minha conta bancária frequentemente fica “no vermelho” apenas com os gastos mensais de uma vida sem luxo especial (plano de saúde, escola para os filhos, internet, telefone, energia elétrica, supermercado, transporte, dentista, impostos, gastos com vestuários etc.). Uma pressão financeira constante (uma vez que a família é composta por 5 pessoas) diz respeito à manutenção e reposição dos equipamentos eletrônicos que “quebram” (celulares, monitores, placas de vídeo, teclados, fones de ouvido, notebooks etc.). Ultimamente, a insuficiência do orçamento tem levado a alguns conflitos familiares.

Um dos docentes enfatizou a suspensão dos planos de carreira impossibilitando a sua progressão, mesmo com vínculo na pós-graduação. Outro professor relatou a forma de pagamento do 13º salário e acrescentou:

Nós docentes da UNESP não temos nenhum reconhecimento por parte da Reitoria, o nosso salário está extremamente defasado, estamos há três anos sem aumento, o nosso 13º salário de 2017 foi parcelado, não sabemos se receberemos 13º salário em 2018. Nossa demanda de trabalho é imensa e não temos perspectivas de melhoria salarial, haja vista que atual reitoria quer congelar os nossos salários até 2026. Absurdo, isso rebate no nosso dia a dia, já transferi o meu filho da escola particular para a pública, já cortei gastos com cursos etc. Mas o poder de compra está lá embaixo. Quero registrar também nós não temos nenhum apoio para participar de eventos, comprar livros e participarmos de educação continuada. Somos responsáveis também por adquirir papel e tinta para impressora, tudo que fazemos é por nossa conta. Se realizamos eventos e não conseguimos financiar com as inscrições arcamos com as diferenças do nosso próprio bolso. Está muito desanimador!

Alguns depoimentos evidenciam a superexploração, ou seja, a perda salarial demonstrada pelo baixo poder de compra, aumento da quantidade de trabalho, necessidade de mudança de hábitos para economizar e ajustar ao orçamento doméstico. Também no contexto macroeconômico, embora a inflação divulgada seja em entorno de 3,53% a.a., despesas com itens corriqueiros como o combustível que apresentou alta expressiva de 10% no ano de 2018, leva a um sentimento de desvalorização. Aspectos abordados por um dos respondentes:

É nítida a perda de poder de compra diante do não reajuste salarial desde 2015. Apesar da inflação atual medida como baixa, é sentida como alta pelo consumidor, a exemplo da alta do combustível. Nos últimos anos, dobrei o aumento de gastos com transporte, seja pelo nítido aumento da gasolina, seja pela necessidade de estar presente em várias reuniões, já que há uma defasagem de professores efetivos para dividir a participação em instâncias e comissões. O salário líquido diminui com o aumento de descontos como Unesp Saúde, prova real da defasagem. É o que acontece com todas as contas básicas: luz, água, financiamento imobiliário - aumentam, sem compatibilidade com o salário. Além do mais, professores precisam investir constantemente em aprimoramento e materiais de trabalho, como livros, para o que não há incentivo. E temos todo o direito de viver com dignidade quando nos dedicamos e trabalhamos seriamente, numa profissão que demanda anos de estudo e preparo de nossas vidas.

Um dos respondentes efetuou um comparativo com os professores de ensino médio e professores de outros países, constatando que, embora haja sim uma desvantagem salarial, esta é uma característica da desigualdade, comprovando que as políticas neoliberais são praticadas mundialmente:

Esta pergunta dificilmente tem uma resposta objetiva, pois depende da base de comparação. Se formos pensar em termos de corporações, e os professores universitários são uma delas, estamos em desvantagem com relação a outras corporações de Estado. Neste caso, a resposta seria, sim, o salário está defasado, em relação ao salário de outras corporações. Mas, a resposta é não, não está defasado, se compararmos a disparidade entre os salários dos professores universitários e os dos professores públicos dos outros níveis de ensino. Pior ainda se compararmos nossos salários com os dos professores de instituições privadas, mesmo universitários. Pior ainda se compararmos nossos salários com os dos trabalhadores comuns; neste caso, se revela a desigualdade social característica de nosso país. Há uma outra base comparativa em que a resposta não se sustenta, é a da comparação com o salário congênere em níveis internacionais. Tenho contato com colegas nos EUA, França e Holanda e eles, que estão no mesmo nível de carreira que eu, recebem mais ou menos o que eu recebo, convertendo-se seus salários em Reais. Essa base de comparação indica que meu salário está no nível internacional dos países ricos, o que em um país desigual só pode ser visto como uma discrepância característica da desigualdade.

Outro respondente comparou seu salário com o dos professores de ensino superior estadual do Estado do Paraná:

Em relação ao salário está muito defasado, pois não há aumento há um bom tempo. Eu antes atuava como docente na universidade estadual pública do Estado do Paraná e hoje, se tivesse continuado, estaria ganhando aproximadamente R\$ 4.000,00 a mais que meu salário atual da UNESP. Uma pequena comparação da situação atual.

Em complemento, respondeu outro professor que apontou as perdas salariais e que, em breve, o salário do docente da educação básica em escolas particulares de São Paulo seriam maiores que o salário do professor da UNESP:

Trabalho todos os dias, incluindo finais de semana para dar conta da demanda e atender exigências acadêmicas de pós-graduação. Há anos não temos reajuste. O salário não cobre as despesas de investimento na carreira necessárias, tais como: aquisição de livros, custos para participação em congressos nacionais e internacionais, movimentação entre Campus da UNESP (nem sempre temos diárias e carro). Enfim... o salário de quem entrou recentemente (no meu caso em 2012) é vergonhoso. Estarei recebendo mais como docente da educação básica em escolas particulares de São Paulo.

Há também dificuldade em comprometer o salário com alguns gastos na aquisição de bens culturais necessários à formação e desenvolvimento humano, como exemplo, compra de livros, acesso a circuitos culturais realmente representativos - como cinema, teatro, museus, livrarias etc. -, os quais se encontram em capitais, sobretudo, São Paulo e Rio de Janeiro - e no exterior, bem como viagens de férias familiares, as quais, quando ocorrem, são programadas para minimizar o distanciamento de circuitos culturais como acima citados.

De acordo com os docentes, condição salarial deveria considerar também o direito do cidadão à cultura, ainda mais no caso dos docentes de uma universidade descentralizada, espalhada pelo interior paulista, como é a UNESP, logo, distante de significativos circuitos culturais. De acordo com um dos respondentes: “Realidade que leva a própria universidade manter apenas UMA faculdade de artes - ao contrário de outras áreas que contam com cursos duplicados, triplicados e até mais - e na CIDADE DE SÃO PAULO”.

Nota-se que a maioria dos respondentes (94%) residem no interior do Estado de São Paulo e, embora o custo de vida (transporte, moradia, alimentação, saúde) seja mais baixo que nas grandes capitais as opções de lazer são limitadas, portanto os docentes deveriam se deslocar para atividades culturais e acadêmicas de maior relevância e importância.

4.5. O TRABALHO QUE ENTRISTECE E ADOECE

Como vimos, a sociedade capitalista vem engendrando um processo totalizante de acumulação, elevando a produção através da geração de mais valia relativa, tornando-se uma de suas armas potentes. É um processo que tende a reduzir a geração de empregos, aumentando o exército industrial de reservas, o que quase sempre é argumento para a exigência de “mais trabalho”, sendo esta uma das realidades do trabalho docente, ostentada nos depoimentos.

Identificamos, na presente pesquisa, que o trabalho intelectual docente ocasiona o sofrimento psíquico e físico, gerado no âmbito da organização do trabalho na universidade, sendo que o mesmo reproduz as formas de gerenciamento do modo de produção capitalista. Aponta-se à autonomia, satisfação, motivação e orgulho da profissão como aspectos positivos apontados pelos professores, mas ainda assim há o estranhamento, e uma de suas vestimentas é expressa pelo sofrimento e adoecimento.

A intensificação, flexibilização e precarização no trabalho docente, que se materializa na competitividade e pressões, a “cultura do desempenho”, somado à compressão salarial, à ampliação das metas de produção, gestão e docência levam a ocorrência de comportamentos prejudiciais e doenças, como (LEITE, 2018, p. 91):

- Aumento do consumo de álcool, drogas e tabaco– provocando doenças crônicas, principalmente cardiovasculares e respiratórias.
- Depressão – abuso de ansiolíticos, hipnóticos e neurolépticos. Suicídio.
- Síndrome de *Burnout* – resultado de um prolongado processo de tentativas de lidar com determinadas condições de estresse, sem sucesso.
- Assédio Moral (ou *bullying* ou *mobbing*) – um processo de violência psicológica extremado contra o trabalhador, que pode ter relação direta com danos à sua saúde física e mental.

Ao estudarmos o professor da área de humanas da UNESP, constatamos que 25% dos docentes utilizam-se de medicação de uso contínuo para tratamento de doenças psiquiátricas como: depressão, ansiedade, insônia, síndrome do pânico, stress, transtorno bipolar. Àqueles que fazem tratamento semanal com terapeutas, psicólogos e psiquiatras relataram que este custo é particular, pois o convênio médico não cobre esta despesa, inclusive há depoimentos de pessoas que pararam o tratamento pois não tinham mais condições financeiras de bancá-lo, ou falta de tempo para se tratar:

Bem que precisava... mas não tenho tempo para ir ao psicólogo do bom convênio que meu marido paga. Seguramente em decorrência de meu cotidiano insano e das restrições salariais que me impede, por exemplo, de terceirizar mais o trabalho doméstico para que me sobre mais tempo.

Registrou-se que 55,7% dos professores da amostragem faz uso de medicação contínua para tratar alguma doença, conforme as especialidades abaixo:

Tipo de doença que trata:	Número de ocorrências
Cardiovasculares	30
Endocrinológicos	20
Gástricos	1
Neurológicos	4
Oftalmológicos	2
Ortopédicos	6
Pneumológicos	2
Psiquiátricos	45
Reumatológicos	2
Urológicos	1

Vemos que, além de doenças psiquiátricas, as doenças físicas aparecem em maior número de ocorrências. Neste aspecto, vale reportar a contribuição de Christophe Dejours (2015, p. 21), para ele não é o aparelho psíquico que aparece como primeira vítima do sistema, mas primeiramente o corpo frágil e disciplinado, entregue, sem resistências, à injunção da organização do trabalho, ao engenheiro de produção e à direção hierarquizada do comando. Corpo sem defesa, corpo explorado, corpo fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é o aparelho mental. Corpo doente, ou aquele que corre o risco de ficar doente.

Algumas observações devem ser feitas quanto à saúde do docente: grande parte deles sente dores em alguma parte do corpo: 17,7% sempre presente, 25,1% muito presente e 42,4% pouco presente (Tabela 53). O isolamento social aparece como uma realidade preocupante: 6,4% estão sempre isolados, para 27,1% o isolamento é muito presente e 37,9% pouco presente (Tabela 56). Dentre eles, 22,6% têm vontade de desistir de tudo (Tabela 57), 19,7% apresentam dificuldades em tomar decisões na vida pessoal (Tabela 55) e 20,6% expressaram ter dificuldades nas relações familiares (Tabela 54).

Referente à imagem de si mesmo, 2% relataram tem sempre imagem negativa, 14,3% muito presente, 46,3% pouco presente e 37,4% nada presente (Tabela 59). Interpreta-se que há um grande percentual que, em algum momento, tem ou teve imagem negativa de si mesmo.

Nota-se que os docentes se condicionaram de alguma maneira, a domesticar, conter, controlar e viver com a doença seja ela física ou psíquica. Para Dejours (2015, p. 37), somente são reconhecidas aquelas doenças que se exprimem por sintomas muito evidentes para serem escondidos. Para que uma doença seja reconhecida, para que se resigne a consultar um médico, é preciso que a doença tenha atingido uma gravidade tal para que o professor impeça a continuidade da atividade profissional, veja o exemplo dos professores que relataram aguardar o período de férias para irem ao médico e até mesmo aguardam este momento para se submeterem a procedimento cirúrgico.

Os índices acima, aliados a apropriação do tempo (e espaço) disponível pelo tempo de trabalho; culmina no elevado índice de doenças psiquiátricas. Muitos professores deixaram evidente a dificuldade em separar a vida pessoal da profissional, ou mesmo ter uma vida social. Dentre as falas “Faço terapia há quase um ano, após um episódio de grave estado de saúde que deixei de lado por um tempo para dar conta do trabalho - o que me custou uma cirurgia de emergência e um questionamento sobre minha relação com o trabalho.”, “Faço terapia semanal com especialista em relações do trabalho, caso contrário já teria sucumbido a UNESP.”; “Adquiri depressão leve faz dois anos provavelmente pelas perdas salariais, mudanças no plano de carreira e notícias sobre a alteração da aposentadoria.”

Questionados sobre a sua identificação com as tarefas que realizam 49,8% responderam que sempre se identificam e 50,2% às vezes (Tabela 51), embora pareça um resultado otimista, uma das causas do adoecimento do docente da Área de Humanidades é, justamente, o não reconhecimento das tarefas que executam como pudemos identificar nas respostas teóricas.

Um ponto positivo é que apenas 7,4% responderam que nunca praticam atividade física, 42,9% sempre pratica, 31,5% às vezes e 18,2% raramente (Tabela 18). Por terem conhecimento dos malefícios gerados pelo sedentarismo, procuram tempo para realizarem alguma atividade física com regularidade.

Contudo, um dos resultados que chocou foram às alterações no sono dos docentes, apenas 19,7% dos respondentes não possuem dificuldades para dormir (Tabela 58), o que levou-nos a busca do entendimento deste distúrbio, nos remetendo a sociedade 24/7, ou seja, tempo de trabalho 24 horas por dia e 07 dias por semana.

É interessante apontar que os que estão a menos tempo na UNESP são os que mais indicaram alterações no sono: até dois anos 50% muito presente e 25% pouco presente; de dois

a cinco anos 31,8% muito presente 13,6% sempre presente e 36,4% pouco presente, de dez a quinze anos 21,4% tem sempre alteração no sono e 25% muito presente e acima de quinze anos de trabalho na UNESP 11,9% sempre presente 34,1% muito presente (Tabela 62).

Desde 2011, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos investiu muito dinheiro para estudar o pardal de coroa branca, espécie de pássaros que migram para o Norte e para o sul, voando distâncias variadas pela plataforma continental. Este pássaro tem a capacidade fantástica de permanecer acordado por até sete dias durante as migrações, o que possibilita que voem e naveguem de noite e, durante o dia, procurem por alimento, sem descansar. Pesquisadores de diversas universidades em Madison, no estado de Wisconsin, têm investigado a atividade cerebral desses pássaros durante os longos períodos de vigília, esperando que obtenham conhecimentos aplicáveis aos seres humanos e descubram como poderiam ficar sem dormir e mesmo assim produzindo com eficiência.

Por decisão da DARPA (*Defense Advanced Research Projects Agency*) – divisão de pesquisas avançadas do Pentágono, diversos laboratórios estão realizando testes experimentais de técnicas de privação de sono, recorrendo a substâncias neuroquímicas, terapia genética e estimulação magnética transcraniana. O objetivo imediato é desenvolver métodos que permitam a um combatente ficar pelo menos sete dias sem dormir, e, posteriormente, a intenção é duplicar este período, preservando níveis altos de desempenho mental e físico. Estes meios de indução à insônia não têm sido eficazes, visto que apresentam preocupantes déficits cognitivos e psíquicos, como ocorre com o uso de anfetaminas e medicamentos como o Provigil¹⁰² (no Brasil, é distribuída com o nome de Stavigile). E aliado a investigação de formas de estímulo a vigília, a ciência estuda a redução da necessidade de sono do corpo (CRARY, 2016, p. 11-12).

Já conhecemos equipamentos que atuam em regime de 24/7 – 24 horas por sete dias na semana, a infraestrutura do trabalho e o consumo contínuo existem há muito tempo, mas neste momento é o homem que está sendo usado como cobaia para o perfeito funcionamento da engrenagem, ou seja, o homem se aproximando cada vez mais da performance de uma máquina.

Em um sistema 24/7 o mundo é não social, com desempenho de máquina e suspensão da vida que não revela o custo humano exigido para manter sua eficácia. Este método apresenta a renúncia absoluta à pretensão de que o tempo possa estar anexado a tarefas de longo prazo, é um mundo sempre ligado, aceso¹⁰³, acordado. Crary (2016) apresenta este tempo como

¹⁰²Uma droga utilizada para tratar doença do sono e aumentar a concentração, entre outras doenças, foi usada com êxito por soldados no Iraque, profissionais de tecnologia e pelos que precisam estar alerta durante longas horas.

¹⁰³Há um projeto que objetiva colocar na órbita terrestre grandes refletores de luz solar que extirpariam a escuridão da noite. Jonathan Crary (1989, p. 25) apresenta esta possibilidade como “algo bizarro, parecido com um resquício de algum projeto de tecnologia tosca, mecânica, saído dos livros de Julio Verne ou da ficção científica do começo

indiferente, ao qual a fragilidade da vida humana é inapropriada e o sono é dispensável, o repúdio ao sono se deve a este ser um dos poucos obstáculos que subsiste e que o capitalismo não consegue eliminar. O trabalho é constante, sem pausa, sem descanso. É um tempo coerente com as coisas inanimadas, inertes ou atemporais. Este sistema apresenta a superabundância de serviços, imagens, procedimentos e produtos químicos em nível tóxico e fatal, visto que a sobrevivência humana é dispensável. Da mesma forma, está ligada a catástrofe ambiental, visto que demanda um gasto permanente e desperdício absurdo.

Já se verifica a corrosão generalizada do sono. No século XX, o adulto norte-americano médio dormia cerca de seis horas e meia por noite, uma redução do patamar de oito horas da geração anterior e, de dez horas do começo do século XX. O sono foi desvalorizado e preterido à consciência e à vontade, a princípios da utilidade, objetividade e interesses individuais. Atualmente, o senso comum propaga que dormir é para os fracos.

O individualismo e o egoísmo fazem parte do regime 24/7, pautado na competitividade, promoção, aquisição, segurança pessoal e conforto à custa dos outros. Também, a necessidade do rápido e constante consumo. A vida curta de objetos e tecnologias leva a satisfações hedonistas e prestígio de quem os possui, mas também introduz a consciência de que tal objeto é fluido e líquido.

Jonathan Crary, (1989, p. 29-30) traz o filme *Solaris* (baseado no livro de Stanislaw Lem), de Andrei Tarkóvski, lançado em 1972, sendo um resgate da memória, que apresenta um lugar do espectral, num mundo iluminado, sem dia ou noite. Um grupo de cientista vive em uma nave espacial percorrendo a órbita de um planeta enigmático para observá-lo. Neste local sempre iluminado e factício da nave, a insônia é uma constante. O meio se torna hostil ao descanso e à solidão, aspectos sempre presentes, estas condições levam ao colapso do controle cognitivo de seus habitantes que passam a ter alucinações, vendo pessoas conhecidas que já morreram (os “visitantes”). A perda das percepções sensoriais do ambiente da estação espacial e a perda do tempo levam ao afrouxamento de vínculos com um presente estável, levando o sonho a ser o portador da memória. Tarkóvski demonstra que essa imediação do espectral e do real permite que se permaneça humano em uma condição desumana, tornando possível a privação de sono. O filme surgiu no auge do experimentalismo cultural dos anos 1970 na União Soviética, explicitando o reconhecimento e a afirmação das presenças irreais, negadas anteriormente, como um caminho para se conquistar a liberdade e a felicidade.

do século XX.” Um panoptismo (observação total) que se modernizou e ampliou com a pretensão de inundar de luzes os espaços, suprimindo as sombras e gerando a visibilidade total e permanente.

Jonathan Crary (1989, p. 134-135) aponta a importância do sono como uma das poucas experiências que nos restam de abandono, consciente ou não, aos cuidados do outro. Ele não foi separado do cenário de apoio mútuo e de confiança, mesmo que machucado pelos vínculos contemporâneos. O sono requer um desligamento periódico das redes e dispositivos criados para que entremos em um estado de inatividade e inutilidade. É um tempo que nos leva a outro espaço que não às coisas que possuímos ou de que supostamente necessitamos, ou seja, vai além do material, permite a ilusão, o sonhar e nos é consentido ter esperança, o tempo *kairós*.

Quando adormecemos, recuperamos capacidades sensoriais que são desligadas ou ignoradas durante o dia. Involuntariamente, resgatamos uma sensibilidade e capacidade de atenção e percepção interna e externa. No trabalho intelectual este resgate é essencial para a reflexão crítica e a produção acadêmica de qualidade.

Com a prática do regime 24/7 não há mais diferenciação entre dia e noite, claro e escuro, prática e descanso, trabalho e tempo disponível, há a perda de referência do tempo, a eminente exaustão da vida (o ápice da superexploração do trabalhador) e o esgotamento dos recursos. Além do empobrecimento sensorial e a percepção reduzida, os comportamentos e respostas direcionados são resultados inevitáveis do alinhamento aos inúmeros produtos, serviços e relacionamentos que consumimos, organizamos e acumulamos durante a espartina. O depauperamento da paciência e da deferência individual, elemento essencial na alteridade e nas relações sociais, a paciência de ouvir o outro, esperar sua vez de falar e refletir é outra característica do tempo 24/7. Os blogs são exemplos do sucesso do modelo unidirecional de diálogo consigo mesmo, não se incentiva a participação do outro, não há alteridade.

Nas respostas teóricas dos docentes, há inúmeros que expressam a vontade de dormir no tempo livre: “Dormiria, durmo muito pouco.”; “Dormir é uma das minhas demandas mais atuais. Dormir.” “Porque se estou ansiosa não consigo dormir, e isso me causa incomodo no dia seguinte.” “Dormir é a atividade mais importante do cotidiano. Porque estou ansiosa e não consigo dormir, e isso me causa incomodo no dia seguinte.”

Detectamos que o docente tem uma relação de estranhamento com ele mesmo porque perde, cada vez mais, o controle sobre seu próprio processo de trabalho, sobre o produto do seu trabalho (pesquisa, ensino, artigos, etc.) e sobre sua própria vida, não se desligando mentalmente do trabalho é impossível se entregar plenamente a qualquer outra atividade. O resultado, no trabalho, é que o seu produto se converte, na maioria das vezes, em um objeto estranho ao seu produtor, o que é muito grave visto que o que elabora é o trabalho intelectual, algo que é intrínseco a ele. Este estranhamento dificulta a superação de sua própria condição

estranhada, corroborando com o adoecimento que, muitas vezes, não é nem mesmo notado ou tratado.

O processo educativo, que deveria ser um manancial de apologia à crítica e à resistência entre mestres e alunos e, conseqüentemente, propulsor da emancipação humana, está se convertendo celeremente em um fazer burocrático, é um produzir por produzir, ensinar por ensinar, mas não há nada de inovador, criativo e transformador, e o professor, sabendo disso, sofre e adocece.

4.6. A ÉTICA E A CATEGORIA DOCENTE

No ano de 1960, Georg Lukács deixou de lado as últimas partes da sua *Estética* para dedicar-se a pesquisa sobre a ética, no entanto entendeu que para isso deveria, antes, lançar-se em um percurso teórico que o levou à escrita da *Ontologia do Ser Social*, volume I e II e os Prolegômenos, restando sobre a ética propriamente dita, algumas anotações e passagens dispersas. Utilizaremos destas passagens para evocar a unidade da categoria docente.

A ética existente na sociedade tem o papel de organizá-la, considerando uma finalidade geral. Não há ordem social sem um objetivo determinado. Não há ordem social sem uma meta, pois é em função dela que verifica-se o grupo humano como ordenado ou desordenado; se está perante um encontro de pessoas, ou de uma coletividade organizada. O que é ocultado, intencionalmente, nesta fórmula de propaganda é o privilégio de determinadas classes sociais, em detrimento do bem da coletividade.

Em Lukács, o desígnio da ética é a possibilidade da suplantação individual frente à espontaneidade do complexo do real, definida pela antinomia do processo de construção de si e do gênero, à consciência que caracterizaria o gênero para si. Neste caso, o estranhamento, o trabalho em migalhas, surgem para inviabilizar a luta por e para todos.

Na cotidianidade, as colisões entre particularidade e genericidade não costumam tornar-se conscientes, submetendo-se uma a outra sucessivamente, despercebidamente. Embora isso ocorra, a particularidade não se sujeita a uma comunidade natural, ou seja, coloca as necessidades e interesses da integração social em questão a serviço dos afetos, das vontades, do egoísmo individual. A subserviência do coletivo, em detrimento do particular, resgata a ética como uma necessidade da comunidade social.

Recuperamos Heller (1970, p. 24) quando salienta que a vida cotidiana nos dá alternativas de escolhas e estas podem ser tanto indiferentes do ponto de vista moral quanto podem estar moralmente motivadas. Quanto maior é a importância da moralidade, do comprometimento pessoal, da individualidade e do risco acerca de uma alternativa, mais notadamente esta decisão se eleva acima da cotidianidade. Quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, mais facilmente sua particularidade se elevará à esfera da genericidade. Portanto, quando o homem avança ao seu cotidiano, ou seja, age eticamente e não involuntariamente como se sua vida não estivesse em suas mãos, encontrará a emancipação e, neste momento, o estranhamento não estará presente.

A moral e a ética, embora possuam o mesmo solo genérico, visto que emergem da necessidade da reprodução social dos atos singulares e da totalidade¹⁰⁴ social, surgem e se desenvolvem para atender à necessidade de explicitação consciente da contradição entre o indivíduo e a sociedade (humano-genérico).

A ética se caracteriza como um complexo de valores¹⁰⁵ resultantes das relações sociais humanas que superam a antinomia entre a sociedade e o indivíduo. Estes valores surgem com o aparecimento da sociedade burguesa e o desenvolvimento das forças produtivas, que possibilitou ao homem a interação com a natureza, permitindo que a socialidade fosse mais puramente social sentindo mais o peso ontológico dos valores sociais. Desta forma, o homem se conscientizou que passava a ser o demiurgo da sua história.

Esta conscientização foi possível visto a crescente coisificação e fetichização das relações sociais, e pelo fato de as relações sociais predominantes estabelecerem “a mais ampla e pura antinomia entre o indivíduo e a sociedade: o individualismo burguês”. (LESSA, 2015, p. 17). Neste modelo de sociedade, o indivíduo é primordial, enquanto a totalidade é uma fonte de lucros. O individualismo é determinante na sociedade burguesa, e a ética, como complexo desta sociedade, faz parte desta reprodução social.

As determinações ontológicas da sociedade burguesa, que a caracteriza por ser individualista – expressando o máximo de genericidade da propriedade privada e do trabalho abstrato, antagônica ao pleno desenvolvimento das relações sociais que superam a antinomia

¹⁰⁴A totalidade não se limita a soma das partes, é composta pelas interações destas partes e pelas interações entre elas e a totalidade. A totalidade é a síntese de seus elementos componentes.

¹⁰⁵Os valores estão ligados, conscientemente, aos seres humanos e as circunstâncias objetivas em que vivem, a causalidade. Estes devem ser capazes de incorporar a essência do real, se referindo a um processo de valoração específico.

indivíduo/gênero, é a principal razão desta sociedade não produzir nenhum sistema ético que receba este nome (LESSA, 2015, p. 19). O capitalismo e a ética são antitéticos, opostos, quando se apresenta a mercadoria como elemento primordial. A ética esteve presente na Grécia, segundo Lessa:

Ética e poder do homem sobre o homem são, no mundo grego, não apenas ontologicamente compatíveis, como ainda esta compatibilidade é uma rigorosa necessidade histórica: os membros da classe dominante ateniense só poderiam defender suas propriedades privadas individuais se fossem capazes de colocar seus interesses genéricos de classe acima dos interesses particulares de cada indivíduo. Em outras palavras, a comunidade ética dos cidadãos atenienses apenas poderia ter existido com base na exploração dos escravos. Ser a favor da escravidão era, no mundo grego, algo que não se contradizia com a ética. Daí Sócrates não ter se oposto à escravidão. (LESSA, 2015, p. 21).

A ética é um conjunto de valores, referentes a um momento histórico, que transcende os interesses individuais, ou seja, o interesse coletivo se sobrepõe ao interesse particular, ou faz a ligação do gênero humano ao indivíduo superando a sua própria particularidade (*Partikularität*). Os valores éticos do cidadão ateniense, mesmo com base econômica, era servir ao Estado, pois isto significava servir ao bem comum. A exclusão de escravos e mulheres, em Atenas, do gênero humano, era uma particularidade, e a finalidade era o bem comum. Lukács cita o fim da dualidade universalidade/particularidade na *Ontologia do Ser Social II*, onde o indivíduo “amarra o fio” que liga o gênero ao indivíduo, superando a particularidade:

É só na ética que essa dualidade posta desse modo socialmente necessário é anulada: nela, a superação da particularidade do homem singular adquire uma tendência unitária, a saber, a incidência da exigência ética no centro da individualidade do homem atuante, sua escolha entre os preceitos que, na sociedade, forçosamente vão se tornando antagônico-antinômicos; uma decisão eletiva ditada pelo preceito interior de reconhecer como seu dever o que está em conformidade com a sua própria personalidade amarra o fio que liga o gênero humano ao indivíduo que está superando a sua própria particularidade. O desenvolvimento social em seu decurso real cria a possibilidade objetiva para o ser social do gênero humano. As contradições internas do caminho para chegar lá, que se objetivam como formas antinômicas da ordem social, assentam, por seu turno, a base para que a evolução do simplesmente singular rumo à individualidade possa converter-se, ao mesmo tempo, em base portadora do gênero humano no plano da consciência. O ser-para-si do gênero humano é, portanto, o resultado de um processo, que se desenrola tanto na produção econômico-objetiva global como na produção dos homens singulares. (LUKÁCS, 2013, p. 351).

Indo além, a ética vai além dos interesses de classe, a objetivação cotidiana dos valores éticos se realizará plenamente quando esta deixar de existir, quando não houver mais a exploração do homem pelo homem, quando os seres humanos conseguirem se encontrar

diretamente e não mais pela mediação da propriedade privada, quando os indivíduos puderem se amar sem constrangimentos, quando a humanidade encontrar a si própria. Por isso a ética se realizaria plenamente na sociedade comunista. Nesse sentido que apontamos o slogan de Lukács de que não há ética sem ontologia (“*keine Ethik Ohne Ontologie*”), demonstrando a recusa de se viver em um presente sem futuro.

A função social da ética é a conexão às necessidades postas pela generalidade em desenvolvimento tornando factível a emancipação humana na esfera dos valores. Os complexos valorativos apropriados pela burguesia para a manutenção da sociedade capitalista, o direito¹⁰⁶, o costume, a tradição e a moral; atuam no interior da contradição generalidade/particularidade permitindo, no cotidiano, a reprodução da antinomia indivíduo/gênero.

Ao analisarmos a realidade do docente da Área de Humanidades da UNESP, através dos depoimentos, vê-se que a individualidade supera a coletividade, não há unidade da categoria: para 55,7% dos respondentes sempre há disputa profissional, para 42,4% às vezes há disputa e apenas 2% informa que não há (Tabela 43); para 59,1% sempre há individualismo, para 39,4% às vezes há individualismo e apenas 1,5% declara que nunca há individualismo no trabalho (Tabela 44); 81,8% dos professores responderam que às vezes há solidariedade entre os colegas de trabalho, para 8,9% nunca há e 9,4% informaram que sempre há solidariedade no trabalho (Tabela 49).

Um dos docentes declara que “um ponto que é muito ruim na jornada de trabalho é a preocupação das pessoas com o que você faz, como faz, em que momento, etc... seria interessante mais trabalhos conjuntos (por afinidade de áreas e interesses.” Eis uma sugestão interessante para resgatar o trabalho coletivo, considerando que o relato explicita a solidão e a necessidade do outro, não apenas como julgador, mas como parceiro.

Em um dos relatos: “Há um engano de que eles democratizam a universidade. Na prática expressam lutas de micropoderes que, reforçados pela competitividade e individualismo, arrebatam qualquer forma de convívio, associação e criação intelectual.” Quanto às associações representativas: “e o sindicato não se manifesta...”, destacou um dos docentes:

Embora apoie o sindicato e sua existência, acho suas medidas insuficientes, com muito barulho, com greves inócuas e pouco resultado. Embora a greve seja um instrumento muito válido, o qual apoio e participo, não tem se

¹⁰⁶Lukács (2013) expõe na *Ontologia do Ser Social II* que na *Ética*, obra que pretendia escrever, seria possível expor por que nem a complementação pela moral nem todas as iniciativas reformistas no direito natural e a partir dele foram capazes de elevar o direito acima do nível de generidade que lhe é inerente.

mostrado eficaz no serviço público e não há abertura para o diálogo e para se pensar novas saídas. As pautas do sindicato acabam sendo sempre aprovadas sem qualquer alteração, independente das intermináveis horas de discussão. O diálogo, de fato, não se faz e ficamos entre a cruz e a espada, entre as propostas indecentes da Reitoria e um sindicato fraco, que não permite mudanças, refuta tudo o que não se alinha à pauta como "peleguismo".

Em contraponto a esta manifestação, um docente em seu depoimento relatou:

Ocorreram momentos de resistência na universidade que não aparecem nos dados oficiais, onde há insurgência dos professores: um deles foi o episódio da pasta azul em que a comissão de avaliação interna, um protótipo da Comissão Permanente de Avaliação - CPA, em que exigia dos professores o preenchimento de documentos que estavam em uma pasta azul, para exporem a produtividade acadêmica. Os professores manifestaram insatisfação e realizaram um movimento espontâneo de recusa desta pasta. Muitos professores guardam esta pasta como lembrança, pois marca um momento de recalcitrância. Ocorreram, também, longas greves na década de 90, demonstrando que todos os reajustes salariais foram decorrentes de luta, embora também tenham surgido greves frustradas, sem ganho algum. Na greve de 2014 ficaram 120 dias parados, em Araraquara 3 faculdades pararam, a única que não parou foi a faculdade de odontologia, mas mesmo não aderentes à greve manifestaram vontade de participar do movimento. Esta greve surgiu movida pelo aumento do volume de trabalho, proposta de 0% de reajuste salarial, estagnação de contratação de docente, declínio da contratação de profissionais técnico-administrativos. O reitor utilizou de todos os meios para inibir travar a greve, como a prática de violência as entidades sindicais. Esta greve permitiu algumas conquistas, como: abono dos dias parados, aumento do vale alimentação e reajusta salarial. Os professores reconheceram que a ADUNESP desempenhou um papel importante.

Um dos professores informou que a crítica negativa a entidade sindical vem de professores que não participam das Assembléias com a alegação de que estão atarefados e com muito trabalho pendente. Para este professor, informações sobre a luta e a resistência dos docentes UNESP não constam nos dados históricos oficiais da instituição, no entanto, é possível localizá-los no site da ADUNESP (<http://www.adunesp.org.br>) através das publicações efetuadas por meio de revistas, cadernos, boletins e jornais, sendo algumas das pautas: resguardar o direito à aposentadoria, reajustes salariais, décimo terceiro salário, resistência a expansão universitária sem contratação de professores e estrutura adequada, manutenção do ensino público, gratuito e de qualidade, autonomia universitária, oposição às reformas neoliberais.

A desagregação da classe docente é um prato cheio para os projetos neoliberais e para a cultura do desempenho, por isso a importância do sindicato e dos Colegiados Centrais. Com os professores desorganizados e desunidos não há superação do plano individual para o genérico, não há resistência, não há luta e não há superação de sua condição estranhada. Também, ao fazerem suas pesquisas, divulgando-as, ao ministrarem aulas, orientarem alunos, é importante que estejam pautadas na ética do ir além, do interesse coletivo.

Quando a ética cumpre a sua função social se tornando centro das individualidades, a antinomia se extirpa e a particularidade é transformada em ser-para-si, havendo uma intensa integração entre a universalidade social (síntese de suas singularidades) e o indivíduo singular concreto. Evidentemente está posto um grande desafio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a trajetória histórica da universidade brasileira, em especial a pública, conclui-se que a mesma nasceu articulada a um padrão de dependência socioeconômica, política, educacional e cultural. Desde seu início não houve uma preocupação autêntica com a formação crítica e científica, visto que o investimento em pesquisa era mínimo (hoje, há o risco das bolsas CAPES deixarem de existir, por falta de recursos, em setembro de 2019). O que se observa é que desde seus primórdios, a universidade brasileira tem por objetivo a manutenção do *status quo* e a ascensão social burguesa e a formação de trabalhadores para o mercado de trabalho, cooptando-os para atendimento dos interesses das classes dominantes.

No entanto, deve-se destacar que a Universidade Pública continua sendo um dos raros espaços em que ainda se realizam pesquisas, ensino e extensão de qualidade, além de reflexões e interpretações da condição humana fundamentais para o entendimento da vida de todos os dias. As condições de trabalho (Dedicação Integral – 40 horas semanais) permitem a manutenção de um grau elevado de independência com relação às injunções imediatas do mercado.

Não podemos discorrer sobre os fatores que influenciam a subjetividade do trabalhador docente sem perpassar as inúmeras determinações que influenciam o projeto social e econômico do país e como estas trazem consequências para as adaptações que vem sendo praticadas na educação superior brasileira. Como a crise de acumulação dos anos 70 que traz uma nova forma de organização política social e econômica do capital, o modelo de acumulação flexível. A flexibilização apresenta como resultado para os trabalhadores: a produtividade *just in time*, a competitividade, a agilidade, a inovação e a intensificação do trabalho; aumento da jornada de trabalho; aceleração na desqualificação e requalificação para atender as novas exigências; aumento de trabalho e de responsabilidades; intensas pressões; menores ganhos de salários reais; altos níveis de desemprego (até mesmo os mestres e doutores); enfraquecimento sindical; intensificação da mão de obra excedente (professores substitutos e bolsistas) e aumento da competição.

No Brasil, outro fator que influenciou a subjetividade do trabalhador docente, após a crise dos anos 70, chega à reestruturação do capital, na década de 1990, como contra-ofensiva ao trabalho através das políticas neoliberais. O que se constatou é que os governos neoliberais no Brasil implementaram suas políticas públicas de redemocratização de acordo com os interesses econômicos e financeiros, em substituição aos investimentos sociais. A forma de

administração política e econômica do modelo gerencial, sempre aliado com as diretrizes dos organismos internacionais, culminando na eficiência pragmática, na redução de custos sociais e no acúmulo do capital.

Com a Reforma Estatal posta em prática pelo MARE iniciou-se a reorganização das instituições públicas e privada, alegando que a máquina estatal deveria ser eficiente, acompanhando o mercado, pautando suas decisões na flexibilização e descentralização da administração pública, buscando a redução das despesas estatais e atendendo o interesse do capital. À vista disso, as universidades públicas deveriam acompanhar esta “evolução” considerando sua importância, como motor do desenvolvimento econômico sendo capaz de criar inovações técnico-científicas essenciais para a geração do lucro.

O produtivismo passou a ser o parâmetro, a meta, da reforma do Estado, fator que atingiu indiretamente o professor. Mesmo com as duas fases de expansão em 2003 e 2012, durante os quais tanto a graduação quanto a pós-graduação cresceram em torno de 60%, criando 12 novos cursos de engenharia no ano de 2012, não aumentou o corpo docente e o quadro de servidores técnico-administrativos em paridade com o crescimento no número de cursos e, conseqüentemente, alunos. Junto com o crescimento do número de alunos e cursos, às imposições de agências reguladoras como a CAPES, a pressão da universidade através das Avaliações Institucionais e modelos de Relatórios Anual e Trienal, que impõe metas de produtividade, o currículo *Lattes*, são fatores que contribuem para a intensificação e flexibilização do trabalho docente, cada vez mais voltado ao mais trabalho. O conceito de eficiência organizacional como condição da atividade universitária está presente na instituição pública: racionamento de materiais de expediente, redução do quadro de docentes, redução do quadro de funcionários técnico-administrativos etc.. E os argumentos de que todas as dificuldades enfrentadas pelas universidades públicas são derivadas de incompetência da gestão.

Em continuidade, a expansão do Ensino Superior no Governo Lula da Silva, com todas as suas tensões e contradições, sustentou o sucateamento, a desorganização e o processo de privatização da educação superior iniciada na Reforma Universitária de 1968, durante o governo militar, e consolidada com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 do governo FHC e com o sentido neoliberal de competitividade da educação deste governo. A gestão de Luis Inácio Lula da Silva dá continuidade às medidas privatizantes demandadas pelos organismos internacionais, diluindo a fronteira entre o público e o privado e transformando a educação superior em uma atraente fatia do mercado de serviços.

Em resumo, as políticas educacionais Collor, FHC, Lula e Dilma favorecem as propostas neoliberais, através da intensificação das privatizações, da terceirização, da informalização, conduzindo o trabalho docente à precarização e dilapidando o serviço público.

A nova organização, ampliação e interiorização do ensino superior público no Estado de São Paulo, em especial a UNESP, apresentou inúmeras similaridades com a história do ensino superior brasileiro. As interferências e os controles, conferidos pela Universidade de São Paulo na implantação dos Institutos Isolados do Ensino Superior, norteou todo o processo. Do modelo institucional inspirado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, escolhido para a expansão, da luta pela aprovação das escolas junto ao seu Conselho Universitário, dos programas e cursos instituídos, aos professores selecionados que advinham dela, nota-se a influência da USP, em todas as áreas do conhecimento.

Mesmo com as inconveniências externas e internas, como as dificuldades de acesso (a maioria dos campi estão localizadas no interior do Estado de São Paulo), infraestrutura precária, contexto cultural, político e econômico, gestão descentralizada, os Institutos Isolados permaneceram, se desenvolveram e muitos programas são apontados com excelência.

Na UNESP, não há a autonomia plena do trabalhador, mas uma individualização auto-controlada que se aprofunda. As práticas de controle são reproduzidas pelo próprio trabalhador através da internalização dos valores capitalistas que se potencializam. Desta forma, o capital intenciona se apropriar da subjetividade do trabalhador, no caso deste trabalho, o professor da UNESP, Área de Humanas, que aceita, por ser uma necessidade posta pela condição da realidade, a flexibilização e precarização de seu trabalho ao aumentar seu tempo total de trabalho com a excessiva quantidade de horas/aula, além de intensificar suas atividades com trabalhos de iniciação científica, monografias, produção de textos para revistas e congressos, dentre outros, trabalhos esses que podem ser realizados na instituição ou em casa, levando o docente a não conseguir mais separar seu tempo de trabalho de seu tempo de descanso e lazer.

O professor da UNESP cada vez mais se sente responsável pela manutenção de seu emprego, pelo seu salário, por sua demissão, por sua formação, ou seja, a gestão da própria carreira docente fica relacionada ao projeto individual. A individualização, promovida e necessária ao capital, é a expressão do enfraquecimento do trabalho coletivo e distanciamento do trabalho associativo.

Verifica-se que embora o trabalho docente esteja voltado a dimensão, prevalentemente intelectual, os critérios quantitativos influenciam na qualidade da produção acadêmica que

passa a nortear-se pelo volume de linhas redigidas, eventos organizados, aulas dadas, portanto apresentando atividades claramente manuais, se considerarmos que a atividade intelectual exige paciência e tempo para maturação. Além de impactar diretamente na saúde do docente, esta nova cotidianidade não delimita o tempo de trabalho e o tempo disponível, ou seja, o trabalhador perde o referencial de tempo.

A partir das análises realizadas ao longo da pesquisa, destaca-se as condições de trabalho na qual o docente está imerso, seja ele de dedicação integral, parcial, substituto ou bolsista. Com intensificação do seu ritmo de trabalho, refletindo, assim, o modo de produção da acumulação flexível, por meio de um Estado gerencialista que tenta adequar as universidades públicas ao modelo da fábrica de produção *just in time*.

Apointa-se o quanto esses controles da esfera neoliberal podem respingar na subjetividade docente da Área de Humanidades da UNESP, tanto de forma a fortalecer a identidade desse profissional, por meio do reconhecimento do seu trabalho, quanto de forma a minimizá-la, por meio de humilhações e depreciação da sua atividade.

No protagonismo do dinheiro que quantifica e confere a tudo, ou a quase tudo, o valor de mercadoria a ser comprada e consumida, toma conta do cotidiano, fazendo com que as relações entre as pessoas, anuladas pela lógica capitalista, pareçam coisas. Compreender a natureza do trabalho docente da Área de Humanas no Ensino Superior em sua articulação com a dinâmica social no contexto do avanço da mundialização constitui um desafio, pois o discurso neoliberal, expressão ideológica da atualidade, direciona as análises da realidade para a superfície dos fenômenos sociais, obnubilando a compreensão do modo como se configura a exploração do homem pelo homem, impedindo a organização dos movimentos sociais coletivos, favorecendo a fragmentação, e levando à míngua o aparecimento do sujeito concreto e histórico.

A partir do material reunido nas respostas do questionário aplicado aos docentes da Área de Humanas da UNESP constatamos um quadro de adoecimento diagnosticado como estresse, depressão ou problemas emocionais, problemas cardíacos e outros. Eles manifestaram uma diversidade de sintomas físicos, psicológicos e psicossomáticos, que foram desencadeados diante destes adoecimentos, tais como: ansiedade, angústia, impaciência no exercício da função docente, choro compulsivo, irritabilidade, desânimo e apatia. Também relataram dificuldades no sono, dores de cabeça, cansaço extremo, constante insatisfação, tensão, nervosismo, agitação, indisposição para o trabalho, baixo desempenho profissional, e tendência ao

isolamento pessoal e profissional. Vários profissionais informaram que utilizam remédios controlados como os antidepressivos e ansiolíticos, e que fazem acompanhamento com psiquiatra e com psicólogo, com recursos próprios visto que não possuem plano de saúde adequado.

Este quadro reafirma que os processos de adoecimento entre professores geram situações de esgotamento que podem desenvolver efeitos patológicos e danos psicológicos, sentimentos de esgotamento e de frustração ou de extrema tensão. A profissão docente então, se apresenta como um trabalho que demanda alto grau de exigência, e pode causar riscos físicos, mentais e de pressão emocional.

Identificamos que vários fatores, além das condições de trabalho, levam ao adoecimento dos professores, sendo eles: sobrecarga de funções e responsabilidades profissionais e pessoais, falta de tempo para si; ausência de apoio e participação da família e dos amigos – isolamento social. A questão salarial também foi um dos aspectos citados como desencadeador de processos de adoecimento. Os docentes afirmam que a falta de reajuste dos salários geraram perda do poder de compra, levando-os a reduzir o consumo de itens essenciais e acumular tarefas domésticas que eram delegadas a outros profissionais.

Percebemos que muitas docentes, a partir da experiência do adoecimento profissional, anseiam adotar conduta mais centrada em si mesma, executar atividades que lhes possibilitem maior satisfação e sensação de bem-estar, ser menos intransigente consigo mesmas e diminuir o envolvimento para com a docência e com outros aspectos ligados à profissão. Também desejam dar continuidade aos tratamentos já encaminhados, objetivando solucionar os problemas de saúde que as acometem. Demonstrando, desta forma, certa resistência às condições de trabalho.

Por fim, os dados empíricos levantados não apontam a uma única direção para confirmação, ou não, da tese de que um dos elementos primordiais da precarização do trabalho docente na UNESP, com reflexo nas condições da produção do conhecimento científico, ocorre através da perda do tempo disponível pelo tempo de trabalho ou ainda, a subjetividade/personalidade do professor é cooptada pelos requerimentos do novo modo de gestão do trabalho docente nas universidades públicas. Não é possível apresentarmos uma resposta pronta, fácil, ou mesmo objetiva, mas a pesquisa nos levou a algumas reflexões:

- o trabalho do docente muitas vezes se confunde com o lazer, tendo em vista de que o faz por prazer e por gosto, se identificando com o seu trabalho. O professor da área de Humanidades

aprecia a leitura, a de reflexão, a escrita e gosta de desvendar a sociedade criticamente. O orgulho, a satisfação e a identificação com as suas atividades muitas vezes unifica o tempo de trabalho e o tempo disponível. O trabalho é a opção mais viável, é nele que se realiza;

- o excesso de burocracia como: reuniões, preenchimento de planilhas, escrita de artigos que algumas vezes são “encomendados”; gera angústia, sofrimento, frustração e mais trabalho. O professor se sente desvalorizado e desrespeitado por não estar executando o que foi contratado para executar, neste caso não se identifica com sua atividade e, claramente, está trabalhando quando deveria ter tempo disponível;

- observamos também que, em alguns casos, o tempo disponível não é utilizado para atender as necessidades e carências aderentes à recomposição e reprodução da rotina de trabalho, pois o professor evidenciou o seu cansaço, sono, débito e falta familiar, não pratica exercícios físicos, alimentação incorreta, vontade de cuidar de seu corpo e mente e desejo de fazer leituras não relacionadas a seu objeto de estudo.

Esta pesquisa objetiva motivar-nos a pensar sobre a educação e as condições de trabalho de seus profissionais. Busca incentivar, também, a reflexão sobre o papel da Universidade Pública e no novo projeto coadunado à reestruturação do capital, e o trabalho docente com foco na Área de Humanidades, como possibilidade concreta de mediação dos interesses da maioria discriminada, exatamente porque a prática docente é prática contraditória, que emerge em meio a conflitos e tensões da cotidianidade e que incita complexos movimentos, às vezes de enfrentamento, às vezes de rotura ou conivência às condições adversas. O trabalho docente, no Ensino Superior, a partir das questões nucleares é uma forma de viabilizar o dissenso, não apenas desafiando o paradigma da proposta neoliberal, mas resgatando o compromisso social coletivo.

Ao professor da Área de Humanidades, em especial da UNESP, é colocado o desafio de construir conhecimentos a partir das transformações atuais. Os sinais de alerta, a exclusão social, e a constante ameaça do ensino público e gratuito já são mais que suficientes para justificar a urgência em criar propostas alternativas que apontem caminhos viáveis para a manutenção e a busca pelo ensino de qualidade e com estrutura física para isso. Em 2017, o Ministério da Educação sofreu redução de R\$ 4,3 bilhões no orçamento, de acordo com o Ministério de Planejamento. Essa redução dos investimentos dificulta o funcionamento das universidades e atinge as pesquisas realizadas no Brasil. Mais de 90% das produções acadêmicas são feitas em instituições públicas e 84% das matrículas de mestrado e doutorado também são dessas universidades.

E termino este trabalho com a frase inspiradora e motivadora de um dos docentes:

A luta não termina só nos apresenta novos desafios, alguns travestidos de modernos, outros, reprodução da estrutura autoritária e excludente inerente ao modo de produção capitalista. Cabe-nos ter clareza na compreensão desses momentos e fazer os enfrentamentos necessários! A luta continua! Sempre...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. *Tempo Livre*. Disponível em: web.unifoa.edu.br/portal/plano_aula/arquivos/04848/TEMPO%20LIVRE.pdf. Acesso em: 04 mar. 2018.
- ALVES, Giovanni. *A condição de proletariado: a precariedade do trabalho no capitalismo global*. Londrina: Práxis, 2009.
- _____. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011 (Mundo do Trabalho).
- _____. *Dimensões da Precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal6, 2013.
- AMORIM, Henrique (org.). *Trabalho (imaterial), valor e classes sociais: Diálogos com pesquisadores contemporâneos*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.
- ANTUNES, Jadir. Marx diante da crise do capital. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 23, n. 33, p. 509-524, jul./dez.2011. Curitiba. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjpvD_I3sLVAhWJkpAKHbuxB1QQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.pucpr.br%2Frel%2Findex.php%2Frf%3Fdd99%3Dpdf%26dd1%3D5773&usg=AFQjCNFBNSDVBBhzW eilp84K_LkvYYKdkw. Acesso em: 07 ago. 2017.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009 (Mundo do Trabalho).
- _____. *Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- _____. *A rebeldia do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. v. 1. (2018). São Paulo: UNESP, APE, 2011. Disponível em: <https://ape.unesp.br/anuario/index.php>. Acesso em: 24 fev. 2018.
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- BACAL. Sarah. *Lazer e o Universo dos Possíveis*. São Paulo: Aleph, 2003.
- BARAN, Paul A; SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista: Ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Editora Unesp; campinas, SP: FACAMP, 2009.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Trabalho docente no *stricto sensu*: publicar ou morrer?! In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (org.). *A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade*. Campinas/SP: Papyrus, 2009. (Série Prática Pedagógica).

BOITO JR, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Xamã, 1999.

BORSOI, Izabel C. F. *Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. v. 15, n. 1, p. 81-100, 1 jun. 2012.

BOYER, Robert; FREYSSENET, Michel. O mundo que mudou a máquina: síntese dos trabalhos do GERPISA 1993-1999. *Revistas Nexos Econômicos – CME-UFBA*, v.2, n.1, out. 2000.

BRASIL. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei 5.540, de 28 de nov. de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. Decreto n. 464, de 11 de fev. de 1969. *Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10464.htm. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. Lei 9.192, de 21 de dez. de 1995. *Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9192.htm. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. *Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB*. *Diário Oficial [da] República Federativa do União*, Brasília, DF, 09 jun. de 2006. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5800-8-junho-2006-543167-norma-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2018a. *Programa de Financiamento Estudantil*. Disponível em: Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. 2018b. *Portal ProUni*. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/legislacao>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. 2018c. *Reuni – Expansão*. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2018

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. Brasília: ENAP, 1998.

CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: vivências cotidianas de trabalhadores*. 2007. 354 p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARDOSO, RCL; SAMPAIO, H. Estudantes universitários e o trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.26, p. 30-50, 1994.

CASANOVA, P. G. A nova universidade. In: GENTILI, P. (org.). *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez e Clacso, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. As Ciências Humanas e as Ciências da Educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 14, n. 04. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/30436>. Acesso em 20 ago.2018.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA NO LIMÍAR DO SÉCULO XXI. GARCIA, CG. *La reforma de La educación superior en Venezuela desde una perspectiva comparada*. In: Catani, A - Recife, 1997.

COSPITO, Giuseppe. Hegemonia. In: LIGUORI, Guido; PASQUALI, Voza (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo. 2017, p. 365-368.

CRACY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Abu Editora, 2016.

CUNHA, Luiz Antonio. *A expansão do ensino superior: causas e conseqüências*. Debate & Crítica, v.5, p. 27-58. São Paulo: Hucitec, 1975.

_____. *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.

DAL ROSSO, Sadi. *A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de prometeu*. São Paulo: LTr, 1996.

_____. Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 65-91, 2006.

_____. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O Ardil da Flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2015.

DELGADO, J. O. *Neoliberalismo y capitalismo académico*. Grupos de trabalho: Educação, Política e Movimentos Sociais e Universidade e Sociedade. Antiga. 1 a 03 de março de 2006. Disponível em: biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/gentili/cap3.pdf. Acesso em: 02. Jan. 2018.

DIAS, Márcia Regina Tosta. *Desafios da gestão universitária: a UNESP e a interiorização do ensino superior*. 2004. 241 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1994.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 1.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FALEIROS, M. I. L. Repensando o Lazer. *Perspectivas*, São Paulo, n. 3, 1980, 51-65.

FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: Quatro ensaios sobre o “poder institucional.”* São Paulo: Globo, 2010.

_____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-ômega. 1975.

_____. Os dilemas da reforma universitária consentida. *Debate e Crítica*, São Paulo, n. 2, jan./jun. 1974, p. 1-4.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FONSECA, Odemiro. Crônica de uns liberais impenitentes, *The Mont Pèlerin Society*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 3. ed, 1993.

FREDERICO, Celso. *Marx, Lukács: A arte na perspectiva ontológica*. Natal: EDUFRN, 2005.

FRIEDMANN, Georges. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GALBRAITH, John Kenneth. *La cultura de La satisfacción*. Buenos Aires: Emece, 1992.

GAULEJAC, Vincent. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007. (Coleção Management, 4).

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo. (Orgs.). *Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996. p. 09-49.

GOODALL, Jane. *In the Shadow of Man*. London: Mariner Books, 2010.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1987.

GOULART, Débora. Os professores da rede pública Estadual frente à Política Educacional neoliberal. *Revista Cultura Política*, v. 6, n. 1, nov. 2016.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Temas de cultura. Ação católica. *Americanismo e fordismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

_____. Observações sobre a escola: para a investigação do princípio educativo. In: MONASTA, Attilio. *Antonio Gramsci*. Tradução Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

HAUG, Wolfgang Fritz. *Crítica da Estética da mercadoria*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1970.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HIRATA, Helena. *Subjectivite et travail: les apports d une perspective comparative internationale*. Paris: Mimeo, 2006.

HIRSCHMAN, Albert O. The Political economy of latinamerican development. *Latin american research review*, v.32, n. 3, Texas, 1987.

HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang. *Conversaciones com Lukács*. Madrid: Alianza Editorial, 1971.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LA BOÉTIE, Étienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LANDE, David S. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LAZAGNA, Angela. *Lenin, as forças produtivas e o taylorismo*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

LEÃO XIII, Papa. *Rerum Novarum*: Carta encíclica de sua santidade o Papa Leão XVIII. Sobre a condição dos operários. Roma, 1891. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 17 abr. 2017.

LEFÈBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Disponível em: <https://cnenebio.files.wordpress.com/2010/05/leher-um-novo-senhor-da-educac2bauo.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.

_____. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, José Paulo Almeida Et AL. *Os anos de Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, v. 1, p. 369-412, 2010.

LEITE, Janete Luzia. As transformações no mundo do trabalho, reforma universitária e seus rebatimentos na saúde dos docentes universitários. *Revista Universidade e Sociedade*, Brasília: Andes-SN, v.21, n. 48, jul. 2011, p. 84 – 96. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-207803317.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

LESSA, Sergio. *Para compreender a Ontologia de Lukács*. Instituto Lukács: São Paulo, 2015. Disponível em: <http://sergiolessa.com.br/livros.html>. Acesso em: 09 fev. 2017.

_____. *O mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Lukács: Ética e Política*. Observações acerca dos fundamentos ontológicos da ética e da política. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georg. *A Ontologia do Ser Social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: LUKÁCS, Georg. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Lech, 1978, p. 1-18.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade, sobre implicação e prazer. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.20, n.1, p. 74-80, 2007.

_____. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. Universidade de Minho, *Revista Portuguesa de Educação*, v.23, n.2, p. 73-91, 2010.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1995.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Revista Acta Cirurgica Brasileira*. v.17, n.3. São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001. Acesso em: 16 fev.2017.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1965 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Revista Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n.106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 18 fev. 2017.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I, Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1980, v. 1 e 2.

_____. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. v.3/6

_____. *Capítulo VI inédito de O capital, resultados do processo de produção imediata*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *Salário, Preço e Lucro*. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2 Acesso em: 03 abr. 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, P.L.C.L. *As universidades e o governo federal*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. *O lazer no planejamento urbano*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

MENDES, Talita Marques. *A expansão da UNESP face à reforma do aparelho do Estado*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos/SP, 2015.

MERSCH, Dieter. *Tertium Datur*: introdução a uma teoria negativa dos media. *Revistas Usp, Matrizes*: São Paulo, jan./jun. 2013. Disponível em: www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/56654/59679. Acesso em 09 fev. 2017.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. Campinas: Boitempo, 2002.

_____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Rideel, 2005.

MOURA, Reinaldo Aparecido. *Kamban: A simplicidade do controle de produção*. São Paulo: Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais, IMAM, 1989.

NETTO, José. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In.: PINASSI, Maria; LESSA, Sérgio. (orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOVAES, Henrique T. (org.) *O retorno do caracol à sua concha: a alienação e desalienação em associação de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PADILHA, Valquíria. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

_____. Consumo e lazer reificado no universo onírico do *shopping center*. In. PADILHA, Valquíria (Org.). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

PAGNAN, Rogério. Federais ampliam suas vagas, mas alunos ficam sem estrutura, *Folha de São Paulo*, 15/07/07. Disponível em: <http://www.ufla.br/ascom/2007/07/16/federais-ampliam-vagas-mas-alunos-ficam-sem-estrutura/>. Acesso em 20 fev. 2017.

PETROVIC, Gajo. Práxis. In: BOTTOMORE, T. (Org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

PINHO, Sheila de et al. *Estudo de expansão do ensino de graduação*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2012. Disponível também *on-line* em: <http://www.unesp.br/prograd>. Acesso em: 20 fev. 2017.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Márcio. Riqueza concentrada e trabalho em excesso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 de mar. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2103200805.htm>. Acesso em: 07 jan. 2018.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA, criado pelo Decreto nº 62.937/6. Rio de Janeiro: MEC/MPCG/MF, agosto, 1968.

REQUIXA, Renato. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

ROSENBERG, C. Nota alta: a educação já movimentará 90 bilhões de reais por ano no Brasil e deve ser o setor que mais crescerá no mundo nas próximas décadas. *Exame*, n. 7, p. 35-45, abr. 2002.

SAMPAIO, H. *Ensino superior no Brasil: O setor privado*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

SÃO PAULO. Decreto n. 29.598, 2 fev. 1989. Dispõe sobre providências visando a autonomia universitária. *Diário Oficial*. São Paulo, Seção I, p.1, 3 fev.1989.

SARTORI, Vitor B. *Lukács e a crítica ontológica ao direito*. São Paulo: Cortez, 2010.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã Editora, 2009.

SHINGO, Shigeo. *O sistema Toyota de produção: o ponto de vista da engenharia de produção*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexão sobre o conceito e a função da universidade pública. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 295-304, 2001.

SILVA JÚNIOR, J. R. *Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA, M.A.M. et al. Do karoshi no Japão, à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. *Nera - Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, UNESP Presidente Prudente-SP*, vol.8, p.74-108, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Farsa do Neoliberalismo*. Rio de Janeiro, Graphia, 1998.

SZALAI, A. Tendências da pesquisa contemporânea sobre o orçamento de tempo. In: BAUMAN, Zygmunt; EISENSTADT, S. N.; GALTUNG, Johan; et al. *Sociologia*. Rio de Janeiro: FGV, 1976, p. 125-142. (Série Ciências Sociais).

TAYLOR, F. W. *Princípios da Administração Científica*. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

TEIXEIRA, Déa Lúcia Pimentel; SOUZA, Maria Carolina A. F. De. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. *Rev. adm. empres.* v.25 n.4 São Paulo Oct./Dec. 1985. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901985000400007. Acesso em: 14 de mar. 2016.

TEIXEIRA, A. *O ensino superior no Brasil – análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Carlos A. Estado, privatização e política educacional. Elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. *Estatuto da UNESP*. Resolução UNESP, 21 fev. 1989. Decreto nº 29.720, 3mar. 1989.

_____. *Dispõe sobre os regimes de trabalho dos docentes da UNESP*. Resolução 85 UNESP, 04 nov. 1999.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional. UNESP, 2009. Disponível em: https://ape.unesp.br/pdi/execucao/PDI_Unesp.pdf. Acesso em 25 fev. 2018.

VIEIRA, Evaldo. *A república brasileira: de 1951 a 2010: de Getúlio a Lula*. São Paulo: Cortez, 2015.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

APÊNDICE A – TABELAS E GRÁFICOS

1 – Dados Pessoais

Sexo:

Tabela 1

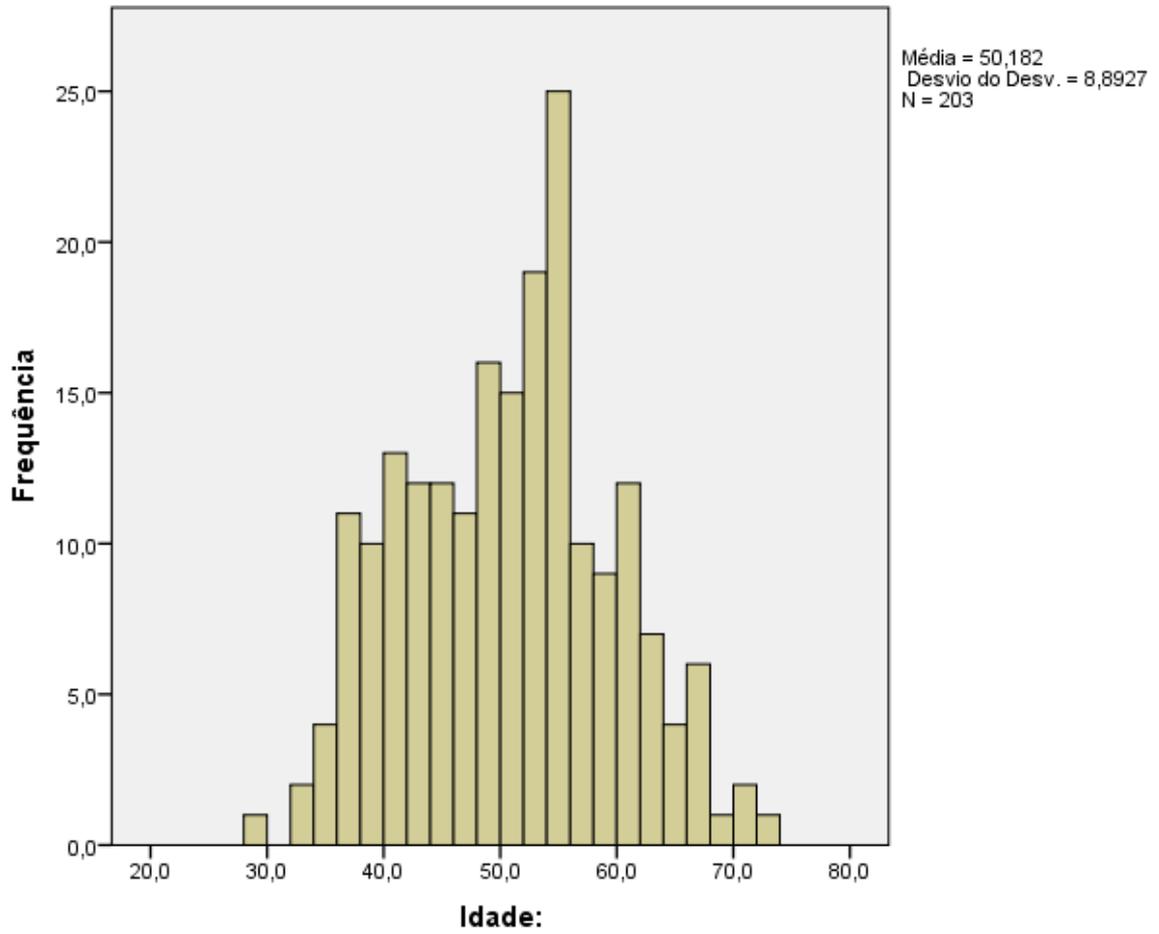
	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido Feminino	106	52,2	52,2	52,2
Masculino	97	47,8	47,8	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Tabela 2

	Sexo:					
	Feminino				Masculino	
	Média	Contagem não ponderada	N % da coluna	N total	Média	Contagem não ponderada
Idade:	48,8	106	100,0%	106	51,6	97

Idade

Grafico 1



Estado em que nasceu

Tabela 3

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido AC	1	,5	,5	,5
AM	1	,5	,5	1,0
BA	2	1,0	1,0	2,0
CE	1	,5	,5	2,5
DF	1	,5	,5	3,0
ES	1	,5	,5	3,4

GO	2	1,0	1,0	4,4
MA	1	,5	,5	4,9
MG	8	3,9	3,9	8,9
MS	2	1,0	1,0	9,9
PE	1	,5	,5	10,3
PR	6	3,0	3,0	13,3
RJ	3	1,5	1,5	14,8
RS	1	,5	,5	15,3
SP	172	84,7	84,7	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Estado civil:

Tabela 4

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido Casado(a)	110	54,2	54,2	54,2
Convivente (União estável)	27	13,3	13,3	67,5
Divorciado(a)	19	9,4	9,4	76,8
Seperado(a)	9	4,4	4,4	81,3
Solteiro(a)	36	17,7	17,7	99,0
Viúvo(a)	2	1,0	1,0	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Número de Filhos

Tabela 5

Número de filhos	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido ,0	69	34,0	34,0	34,0
1,0	47	23,2	23,2	57,1
2,0	67	33,0	33,0	90,1
3,0	18	8,9	8,9	99,0
4,0	2	1,0	1,0	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Tabela 6

Número de dependentes:						
,0	1,0	2,0	3,0	4,0	5,0	Total
74	55	51	18	3	2	203

Com quem mora?

Tabela 7

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido Com companheiro(a)	61	30,0	30,0	30,0
Com companheiro(a) e filhos	75	36,9	36,9	67,0
Com filhos	14	6,9	6,9	73,9
Com os pais	6	3,0	3,0	76,8

Sozinho(a)	47	23,2	23,2	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Sua residência é:

Tabela 8

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Imóvel alugado	37	18,2	18,2	20,2
Imóvel cedido	3	1,5	1,5	21,7
imóvel financiado	4	1,5	1,5	22,2
Imóvel próprio	159	78,3	78,3	99,5
Total	203	100,0	100,0	

2 – Dados Profissionais

Em qual campus da UNESP você trabalha?

Tabela 9

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Campus Araraquara	26	12,8	12,8	12,8
Campus Assis	20	9,9	9,9	22,7
Campus Bauru	35	17,2	17,2	39,9
Campus Franca	25	12,3	12,3	52,2
Campus Marília	29	14,3	14,3	66,5
Campus Ourinhos	5	2,5	2,5	69,0

Campus Presidente Prudente	19	9,4	9,4	78,3
Campus Rio Claro	9	4,4	4,4	82,8
Campus Rosana	2	1,0	1,0	83,7
Campus São Jose do Rio Preto	13	6,4	6,4	90,1
Campus São Paulo	12	5,9	5,9	96,1
Campus Tupã	8	3,9	3,9	100,0
Total	203	100,0	100,0	

A qual departamento está vinculado?

Tabela 10

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Administração	8	3,9	3,9	3,9
Administração e Supervisão Escolar	6	3,0	3,0	6,9
Administração Pública	3	1,5	1,5	8,4
Antropologia, Política e Filosofia	3	1,5	1,5	9,9
Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo	3	1,5	1,5	11,3
Artes e Representação Gráfica	5	2,5	2,5	13,8
Ciência da Informação	5	2,5	2,5	16,3
Ciências da Educação	1	,5	,5	16,7

Ciências Humanas	11	5,4	5,4	22,2
Ciências Políticas e Econômicas	7	3,4	3,4	25,6
Comunicação Social	7	3,4	3,4	29,1
Design	5	2,5	2,5	31,5
Didática	6	3,0	3,0	34,5
Direito Privado, Processo Civil e do Trabalho	1	,5	,5	35,0
Direito Público	2	1,0	1,0	36,0
Economia	3	1,5	1,5	37,4
Educação	23	11,3	11,3	48,8
Educação Especial	4	2,0	2,0	50,7
Estudos Linguísticos e Literários	4	2,0	2,0	52,7
Filosofia	1	,5	,5	53,2
Geografia	21	10,3	10,3	63,5
História	9	4,4	4,4	68,0
Letras Modernas	13	6,4	6,4	74,4
Linguística	1	,5	,5	74,9
Literatura	6	3,0	3,0	77,8
Música	7	3,4	3,4	81,3
Planejamento Territorial e Geoprocessamento	4	2,0	2,0	83,3
Psicologia	5	2,5	2,5	85,7
Psicologia Clínica	5	2,5	2,5	88,2
Psicologia da Educação	3	1,5	1,5	89,7

Psicologia Social e Educacional	4	2,0	2,0	91,6
Relações Internacionais	5	2,5	2,5	94,1
Serviço Social	4	2,0	2,0	96,1
Sociologia	3	1,5	1,5	97,5
Sociologia e Antropologia	3	1,5	1,5	99,0
Turismo	2	1,0	1,0	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você é contratado em qual dos tipos de contratos de trabalho a seguir:

Tabela 11

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Outro	2	1,0	1,0	1,0
RDIDP - Regime de dedicação integral à docência e à pesquisa	193	95,10	95,10	96,10
RTC - Regime de turno completo	3	1,5	1,5	97,5
RTP - Regime de turno parcial	5	2,5	2,5	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Qual seu cargo atual?

Tabela 12

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
--	------------	-------------	--------------------	-------------------------

Outro	2	1,0	1,0	1,0
Professor adjunto	30	14,8	14,8	15,8
Professor assistente	8	3,9	3,9	19,7
Professor assistente doutor	159	78,3	78,3	98,0
Professor titular	4	2,0	2,0	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Trabalha em algum programa de pós-graduação?

Tabela 13

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Não	37	18,2	18,2	18,2
Sim	166	81,8	81,8	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Há quanto tempo trabalha na UNESP?

Tabela 14

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
até 2 anos	4	2,0	2,0	2,0
de 10 a 15 anos	28	13,8	13,8	15,8
de 2 anos a 5 anos	22	10,8	10,8	26,6
de 5 a 10 anos	67	33,0	33,0	59,6
mais de 15 anos	82	40,4	40,4	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Qual o período de sua jornada de trabalho diária?

Tabela 15

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
de 10 a 12 horas	54	26,6	26,6	26,6
de 4 a 6 horas	5	2,5	2,5	29,1
de 6 a 8 horas	28	13,8	13,8	42,9
de 8 a 10 horas	87	42,9	42,9	85,7
mais de 12 horas	29	14,3	14,3	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você considera que o seu salário tem se defasado com o tempo?

Tabela 16

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Não	6	3,0	3,0	3,0
Sim	197	97,0	97,0	100,0
Total	203	100,0	100,0	

3 – Uso do Tempo Disponível

Usufri de tempo para si? (momento em que faz o que deseja)

Tabela 17

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	105	51,7	51,7	51,7

Nunca	6	3,0	3,0	54,7
Raramente	60	29,6	29,6	84,2
Sempre	32	15,8	15,8	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Pratica atividade física com qual frequência?

Tabela 18

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	64	31,5	31,5	31,5
Nunca	15	7,4	7,4	38,9
Raramente	37	18,2	18,2	57,1
Sempre	87	42,9	42,9	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Tem tempo para a família?

Tabela 19

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	121	59,6	59,6	59,6
Raramente	26	12,8	12,8	72,4
Sempre	56	27,6	27,6	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Tem tempo para os amigos?

Tabela 20

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	95	46,8	46,8	46,8
Nunca	11	5,4	5,4	52,2
Raramente	78	38,4	38,4	90,6
Sempre	19	9,4	9,4	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você trabalha nos finais de semana e/ou feriados?

Tabela 21

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	60	29,6	29,6	29,6
Nunca	2	1,0	1,0	30,5
Raramente	15	7,4	7,4	37,9
Sempre	126	62,1	62,1	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você trabalha além da jornada de trabalho estipulada no contrato de trabalho?

Tabela 22

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa

Não	15	7,4	7,4	7,4
Sim	188	92,6	92,6	100,0
Total	203	100,0	100,0	

4 – Uso do tempo de Trabalho

Atualmente seu trabalho é intenso com qual frequência?

Tabela 23

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	43	21,2	21,2	21,2
Nunca	1	,5	,5	21,7
Raramente	1	,5	,5	22,2
Sempre	158	77,8	77,8	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você tem acumulado funções nos últimos anos (como serviços de secretaria?) com qual frequência?

Tabela 24

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	55	27,1	27,1	27,1
Nunca	16	7,9	7,9	35,0
Raramente	28	13,8	13,8	48,8
Sempre	104	51,2	51,2	100,0
Total	203	100,0	100,0	

O ritmo e a velocidade do seu trabalho, atualmente são maiores do que antes?

Tabela 25

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	53	26,1	26,1	26,1
Nunca	4	2,0	2,0	28,1
Raramente	12	5,9	5,9	34,0
Sempre	134	66,0	66,0	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você avalia que tem crescido a cobrança por resultados?

Tabela 26

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	26	12,8	12,8	12,8
Nunca	2	1,0	1,0	13,8
Raramente	5	2,5	2,5	16,3
Sempre	170	83,7	83,7	100,0
Total	203	100,0	100,0	

No dia a dia, utiliza smartphone com acesso a Internet (email, redes sociais)?

Tabela 27

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	22	10,8	10,8	10,8
Nunca	8	3,9	3,9	14,8

Raramente	7	3,4	3,4	18,2
Sempre	166	81,8	81,8	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Utiliza com frequência o smartphone com acesso a Internet para tratar de assuntos do trabalho?

Tabela 28

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	42	20,7	20,7	20,7
Nunca	11	5,4	5,4	26,1
Raramente	7	3,4	3,4	29,6
Sempre	143	70,4	70,4	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Utiliza com qual frequência, fora do ambiente de trabalho, redes sociais na Internet (Facebook, Google+, Twitter, etc) ?

Tabela 29

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	58	28,6	28,6	28,6
Nunca	25	12,3	12,3	40,9
Raramente	31	15,3	15,3	56,2
Sempre	89	43,8	43,8	100,0
Total	203	100,0	100,0	

5 – Delimitação do Tempo dedicado ao trabalho e Tempo de não trabalho

Quanto tempo, por semana, você utiliza com os estudos de temas que gosta?

Tabela 30

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
até 5 horas	105	51,7	51,7	51,7
de 10 a 20 horas	25	12,3	12,3	64,0
de 5 a 10 horas	59	29,1	29,1	93,1
mais de 20 horas	14	6,9	6,9	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você acha que este tempo dedicado para estudar o que gosta pode ser classificado como um tempo de trabalho ou como tempo disponível?

Tabela 31

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Ambos	84	41,4	41,4	41,4
Tempo de trabalho	97	47,8	47,8	89,2
Tempo disponível	22	10,8	10,8	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Quanto tempo, por semana, você gasta com transporte?

Tabela 32

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
até 5 horas	138	68,0	68,0	68,0

de 10 a 20 horas	20	9,9	9,9	77,8
de 5 a 10 horas	43	21,2	21,2	99,0
mais de 20 horas	2	1,0	1,0	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você acha que este tempo pode ser classificado como tempo de trabalho ou como tempo disponível?

Tabela 33

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Ambos	30	14,8	14,8	14,8
Tempo de trabalho	162	79,8	79,8	94,6
Tempo livre	11	5,4	5,4	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Consegue identificar quando está trabalhando e quando está usufruindo de tempo disponível?

Tabela 34

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Não	72	35,5	35,5	35,5
Sim	131	64,5	64,5	100,0
Total	203	100,0	100,0	

6 – Condições do cotidiano profissional

O ritmo de trabalho é excessivo?

Tabela 35

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	71	35,0	35,0	35,0
Nunca	2	1,0	1,0	36,0
Sempre	130	64,0	64,0	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Os resultados esperados estão fora da realidade?

Tabela 36

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	122	60,1	60,1	60,1
Nunca	10	4,9	4,9	65,0
Sempre	71	35,0	35,0	100,0
Total	203	100,0	100,0	

A distribuição de tarefas é injusta?

Tabela 37

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	122	60,1	60,1	60,1
Nunca	9	4,4	4,4	64,5

Sempre	72	35,5	35,5	100,0
Total	203	100,0	100,0	

As tarefas são cumpridas sob pressão de tempo?

Tabela 38

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	74	36,5	36,5	36,5
Nunca	4	2,0	2,0	38,4
Sempre	125	61,6	61,6	100,0
Total	203	100,0	100,0	

A cobrança por resultado é presente?

Tabela 39

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	44	21,7	21,7	21,7
Nunca	4	2,0	2,0	23,6
Sempre	155	76,4	76,4	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você tem autonomia profissional?

Tabela 40

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	141	69,5	69,5	69,5

Nunca	9	4,4	4,4	73,9
Sempre	53	26,1	26,1	100,0
Total	203	100,0	100,0	

As condições de trabalho são precárias?

Tabela 41

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	129	63,5	63,5	63,5
Nunca	21	10,3	10,3	73,9
Sempre	53	26,1	26,1	100,0
Total	203	100,0	100,0	

O número de pessoas é insuficiente para realizar as tarefas?

Tabela 42

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	74	36,5	36,5	36,5
Nunca	14	6,9	6,9	43,3
Sempre	115	56,7	56,7	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Existem disputas profissionais no local de trabalho?

Tabela 43

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa

Às vezes	86	42,4	42,4	42,4
Nunca	4	2,0	2,0	44,3
Sempre	113	55,7	55,7	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Existe individualismo no ambiente de trabalho?

Tabela 44

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	80	39,4	39,4	39,4
Nunca	3	1,5	1,5	40,9
Sempre	120	59,1	59,1	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Há satisfação com a profissão?

Tabela 45

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	114	56,2	56,2	56,2
Nunca	4	2,0	2,0	58,1
Sempre	85	41,9	41,9	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Existe esgotamento emocional?

Tabela 46

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	128	63,1	63,1	63,1
Nunca	17	8,4	8,4	71,4
Sempre	58	28,6	28,6	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Existe motivação no tempo de trabalho?

Tabela 47

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	140	69,0	69,0	69,0
Nunca	10	4,9	4,9	73,9
Sempre	53	26,1	26,1	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você sente orgulho da sua profissão?

Tabela 48

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	42	20,7	20,7	20,7

Nunca	2	1,0	1,0	21,7
Sempre	159	78,3	78,3	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Existe solidariedade entre os colegas de profissão?

Tabela 49

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	166	81,8	81,8	81,8
Nunca	18	8,9	8,9	90,6
Sempre	19	9,4	9,4	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Existe desqualificação?

Tabela 50

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	146	71,9	71,9	71,9
Nunca	24	11,8	11,8	83,7
Sempre	33	16,3	16,3	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você se identifica com as tarefas que realiza?

Tabela 51

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa

Às vezes	102	50,2	50,2	50,2
Sempre	101	49,8	49,8	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Sente-se desvalorizado?

Tabela 52

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Às vezes	130	64,0	64,0	64,0
Nunca	27	13,3	13,3	77,3
Sempre	46	22,7	22,7	100,0
Total	203	100,0	100,0	

7 – Qualidade de Vida e Saúde do Docente

Dores em alguma parte do corpo:

Tabela 53

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Muito presente	51	25,1	25,1	25,1
Nada presente	30	14,8	14,8	39,9
Pouco presente	86	42,4	42,4	82,3
Sempre presente	36	17,7	17,7	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Dificuldades nas relações familiares:

Tabela 54

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Muito presente	34	16,7	16,7	16,7
Nada presente	56	27,6	27,6	44,3
Pouco presente	105	51,7	51,7	96,1
Sempre presente	8	3,9	3,9	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Dificuldades para tomar decisões na vida pessoal:

Tabela 55

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Muito presente	36	17,7	17,7	17,7
Nada presente	64	31,5	31,5	49,3
Pouco presente	99	48,8	48,8	98,0
Sempre presente	4	2,0	2,0	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Isolamento social:

Tabela 56

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Muito presente	55	27,1	27,1	27,1
Nada presente	58	28,6	28,6	55,7

Pouco presente	77	37,9	37,9	93,6
Sempre presente	13	6,4	6,4	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Vontade de desistir de tudo:

Tabela 57

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Muito presente	36	17,7	17,7	17,7
Nada presente	68	33,5	33,5	51,2
Pouco presente	89	43,8	43,8	95,1
Sempre presente	10	4,9	4,9	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Alterações do sono:

Tabela 58

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Muito presente	69	34,0	34,0	34,0
Nada presente	40	19,7	19,7	53,7
Pouco presente	65	32,0	32,0	85,7
Sempre presente	29	14,3	14,3	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Imagem negativa de si mesmo:

Tabela 59

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Muito presente	29	14,3	14,3	14,3
Nada presente	76	37,4	37,4	51,7
Pouco presente	94	46,3	46,3	98,0
Sempre presente	4	2,0	2,0	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Toma remédio de uso contínuo?

Tabela 60

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Não	109	53,7	53,7	53,7
Sim	94	46,3	46,3	100,0
Total	203	100,0	100,0	

Você tem acesso a algum tipo de Assistência Psicológica?

Tabela 61

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Não	148	72,9	72,9	72,9
Sim	55	27,1	27,1	100,0
Total	203	100,0	100,0	

8 – Comparativos: tempo de trabalho na Unesp

Gráfico 2

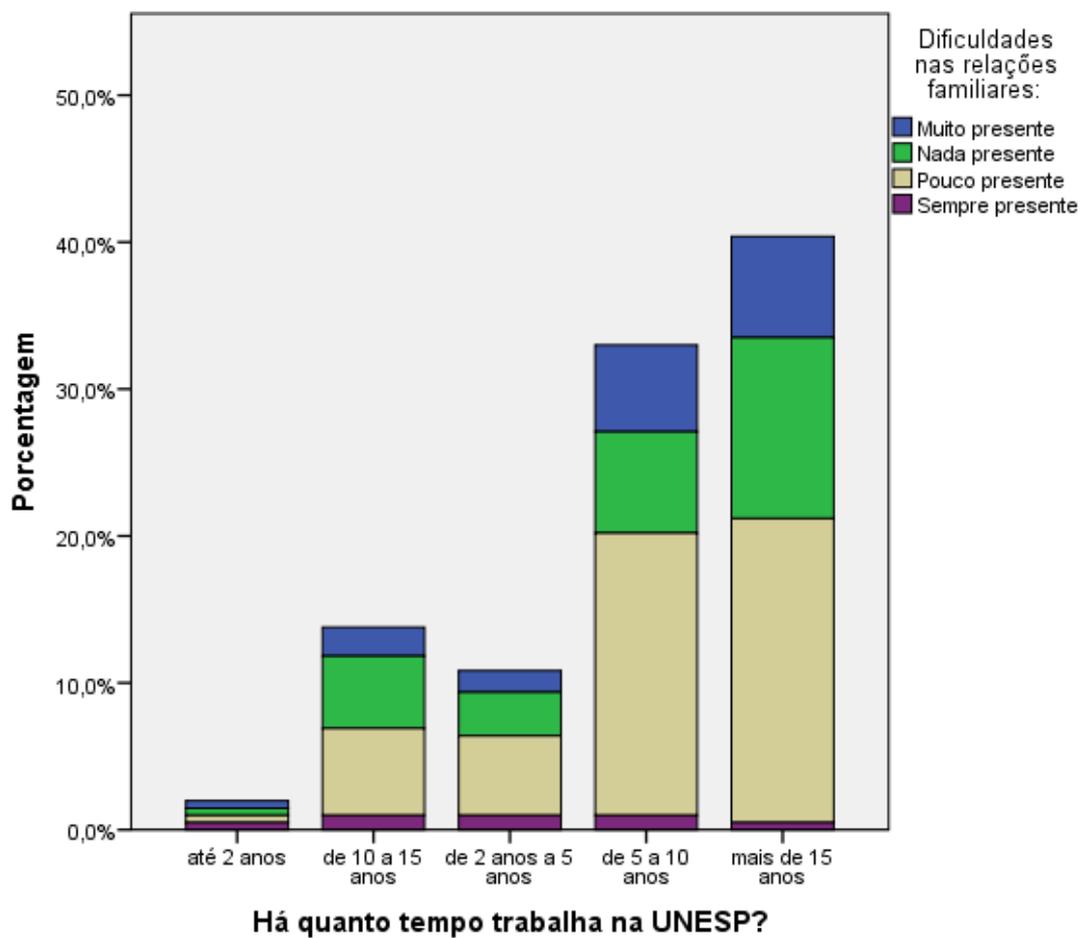
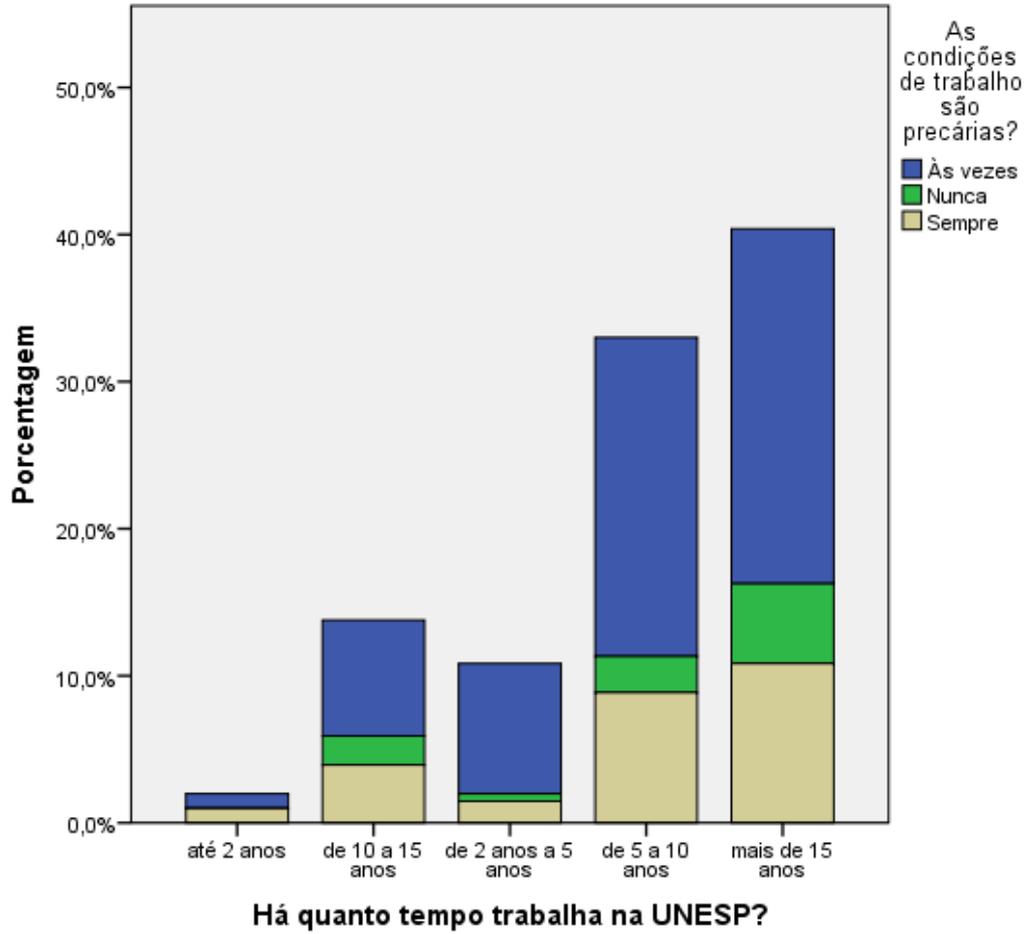


Gráfico 3



Tempo de trabalho na UNESP e Alterações do Sono

Tabela 62

	Há quanto tempo trabalha na UNESP?		
	até 2 anos	de 10 a 15 anos	de 2 anos a 5 anos
	N % total da coluna	N % total da coluna	N % total da coluna
Alterações do sono: Muito presente	50,0%	25,0%	31,8%
Nada presente	25,0%	28,6%	18,2%
Pouco presente	25,0%	25,0%	36,4%

Sempre presente	0,0%	21,4%	13,6%
-----------------	------	-------	-------

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?	
		de 5 a 10 anos	mais de 15 anos
		N % total da coluna	N % total da coluna
Alterações do sono:	Muito presente	37,3%	34,1%
	Nada presente	17,9%	18,3%
	Pouco presente	32,8%	32,9%
	Sempre presente	11,9%	14,6%

Tempo de trabalho na UNESP e Intensidade do trabalho

Tabela 63

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?		
		até 2 anos	de 10 a 15 anos	de 2 anos a 5 anos
		N % total da coluna	N % total da coluna	N % total da coluna
Atualmente seu trabalho é intenso com qual frequência?	Às vezes	25,0%	17,9%	13,6%
	Nunca	0,0%	0,0%	4,5%
	Raramente	0,0%	0,0%	0,0%
	Sempre	75,0%	82,1%	81,8%

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?	
		de 5 a 10 anos	mais de 15 anos
		N % total da coluna	N % total da coluna

Atualmente seu trabalho é intenso com qual frequência?	Às vezes	11,9%	31,7%
	Nunca	0,0%	0,0%
	Raramente	0,0%	1,2%
	Sempre	88,1%	67,1%

Tempo de trabalho na UNESP e acúmulo de funções

Tabela 64

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?		
		até 2 anos	de 10 a 15 anos	de 2 anos a 5 anos
		N % total da coluna	N % total da coluna	N % total da coluna
Você tem acumulado funções nos últimos anos (como serviços de secretaria?) com qual frequência?	Às vezes	25,0%	21,4%	27,3%
	Nunca	0,0%	3,6%	9,1%
	Raramente	50,0%	17,9%	4,5%
	Sempre	25,0%	57,1%	59,1%

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?	
		de 5 a 10 anos	mais de 15 anos
		N % total da coluna	N % total da coluna
Você tem acumulado funções nos últimos anos (como serviços de secretaria?) com qual frequência?	Às vezes	28,4%	28,0%
	Nunca	4,5%	12,2%
	Raramente	11,9%	14,6%
	Sempre	55,2%	45,1%

Tempo de trabalho na UNESP e Velocidade do trabalho

Tabela 65

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?		
		até 2 anos	de 10 a 15 anos	de 2 anos a 5 anos
		N % total da coluna	N % total da coluna	N % total da coluna
O ritmo e a velocidade do seu trabalho, atualmente são maiores do que antes?	Às vezes	0,0%	25,0%	22,7%
	Nunca	0,0%	7,1%	0,0%
	Raramente	0,0%	3,6%	4,5%
	Sempre	100,0%	64,3%	72,7%

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?	
		de 5 a 10 anos	mais de 15 anos
		N % total da coluna	N % total da coluna
O ritmo e a velocidade do seu trabalho, atualmente são maiores do que antes?	Às vezes	29,9%	25,6%
	Nunca	0,0%	2,4%
	Raramente	4,5%	8,5%
	Sempre	65,7%	63,4%

Tempo de trabalho na UNESP e cobrança por resultados

Tabela 66

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?		
		até 2 anos	de 10 a 15 anos	de 2 anos a 5 anos

		N % total da coluna	N % total da coluna	N % total da coluna
Você avalia que tem crescido a cobrança por resultados?	Às vezes	0,0%	10,7%	22,7%
	Nunca	0,0%	0,0%	0,0%
	Raramente	0,0%	3,6%	0,0%
	Sempre	100,0%	85,7%	77,3%

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?	
		de 5 a 10 anos	mais de 15 anos
		N % total da coluna	N % total da coluna
Você avalia que tem crescido a cobrança por resultados?	Às vezes	13,4%	11,0%
	Nunca	0,0%	2,4%
	Raramente	4,5%	1,2%
	Sempre	82,1%	85,4%

Tempo de trabalho na UNESP e utilização de tecnologias digitais

Tabela 67

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?		
		até 2 anos	de 10 a 15 anos	de 2 anos a 5 anos
		N % total da coluna	N % total da coluna	N % total da coluna
Utiliza com frequência o smartphone com acesso a Internet para tratar de assuntos do trabalho?	Às vezes	25,0%	17,9%	18,2%
	Nunca	0,0%	3,6%	4,5%
	Raramente	0,0%	3,6%	0,0%

Sempre	75,0%	75,0%	77,3%
--------	-------	-------	-------

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?	
		de 5 a 10 anos	mais de 15 anos
		N % total da coluna	N % total da coluna
Utiliza com frequência o smartphone com acesso a Internet para tratar de assuntos do trabalho?	Às vezes	26,9%	17,1%
	Nunca	1,5%	9,8%
	Raramente	1,5%	6,1%
	Sempre	70,1%	67,1%

Tempo de trabalho na UNESP e utilização de remédio

Tabela 68

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?			
		até 2 anos	de 2 anos a 5 anos	de 10 a 15 anos	de 5 a 10 anos
		N % total da coluna	N % total da coluna	N % total da coluna	N % total da coluna
Toma remédio de uso contínuo?	Sim	0,0%	22,7%	53,6%	34,3%
	Não	100,0%	77,3%	46,4%	65,7%

		Há quanto tempo trabalha na UNESP?
		mais de 15 anos
		N % total da coluna
Toma remédio de uso contínuo?	Sim	62,2%
	Não	37,8%

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Tempo de trabalho e tempo disponível docente

Dados Pessoais

- 1 - Nome Completo:
- 2 - Idade:
- 3 - Sexo:
- 4 - Estado onde Nasceu:
- 5 - Estado Civil:
- 6 - Número de Filhos:
- 7 - Número de Dependentes:
- 8 - Com quem Mora:
- 9 – Residência própria, alugada, financiada:

Dados Profissionais

- 10 - Em qual campus da UNESP você trabalha?
- 11 - A qual departamento está vinculado?
- 12 - Você é contratado em qual dos tipos de contratos de trabalho:
- 13 - Qual seu cargo atual?
- 14 - Trabalha em algum programa de pós-graduação?
- 15 - Há quanto tempo trabalha na UNESP?
- 16 - Qual o período de sua jornada de trabalho diária?
- 17 - Você considera que o seu salário tem se defasado com o tempo?

Justifique a resposta anterior:

Usos do tempo disponível (ou de folga)

- 18 - Usufriui de tempo para si? (momento em que faz o que deseja)
- 19 - O que FAZ no tempo disponível para si?
- 20 - O que GOSTA de fazer no tempo disponível?
- 21 - O que gostaria muito de fazer nos dias de folga, mas não tem feito?

- 22 - O que você fez em suas últimas férias?
- 23 - Pratica atividade física com qual frequência?
- 24 - Tem tempo para a família?
- 25 - Tem tempo para os amigos?
- 26 - Você trabalha nos finais de semana e/ou feriados?
- 27 - Você trabalha além da jornada de trabalho estipulada no contrato de trabalho?
- 28 - Qual você considera ser a atividade mais importante no seu cotidiano? Por quê?

Usos do tempo de trabalho

- 29 - Atualmente seu trabalho é intenso com qual frequência?
- 30 - Você tem acumulado funções nos últimos anos (como serviços de secretaria?) com qual frequência?
- 31 - O ritmo e a velocidade do seu trabalho, atualmente são maiores do que antes?
- 32 - Você avalia que tem crescido a cobrança por resultados?
- 33 - No dia a dia, utiliza smartphone com acesso a Internet (email, redes sociais)?
- 34 - Utiliza com frequência o smartphone com acesso a Internet para tratar de assuntos do trabalho?
- 35 - Utiliza com qual frequência, fora do ambiente de trabalho, redes sociais na Internet (Facebook, Google+, Twitter, etc) ?
- 36 - O que você gostaria que fosse modificado na sua jornada de trabalho? Por que?
- 37 - Se você tivesse a sua jornada de trabalho reduzida em 2 horas, o que faria com essas 2 horas a mais de tempo disponível?
- 38 - Você acha que a quantidade e a forma do tempo de trabalho, dentro e fora da universidade, interfere na sua vida pessoal? Como isso acontece?
- 39 - E o contrário? Você acha que a sua vida fora da universidade influencia sua vida dentro dela? Como?

Delimitação do Tempo dedicado ao trabalho e tempo de não trabalho

- 40 - Quanto tempo, por semana, você utiliza com os estudos de temas que gosta?
- 41 - Você acha que este tempo dedicado para estudar o que gosta pode ser classificado como um tempo de trabalho ou como tempo disponível?
- 42 - Quanto tempo, por semana, você gasta com transporte?

43 - Você acha que este tempo pode ser classificado como tempo de trabalho ou como tempo disponível?

44 - Consegue identificar quando está trabalhando e quando está usufruindo de tempo disponível?

Adoecimento

45 - O ritmo de trabalho é excessivo?

46 - Os resultados esperados estão fora da realidade?

47 - A distribuição de tarefas é injusta?

48 - As tarefas são cumpridas sob pressão de tempo?

49 - A cobrança por resultado é presente?

50 - Você tem autonomia profissional?

51 - As condições de trabalho são precárias?

52 - O número de pessoas é insuficiente para realizar as tarefas?

53 - Existem disputas profissionais no local de trabalho?

54 - Existe individualismo no ambiente de trabalho?

55 - Há satisfação com a profissão?

56 - Existe esgotamento emocional?

57 - Existe motivação no tempo de trabalho?

58 - Você sente orgulho da sua profissão?

59 - Existe solidariedade entre os colegas de profissão?

60 - Existe desqualificação?

61 - Você se identifica com as tarefas que realiza?

62 - Sente-se desvalorizado?

Itens que retratam tipos de problemas físicos, psicológicos e sociais que são essencialmente causados pelo cotidiano de trabalho. Marque o número que melhor corresponde à intensidade com a qual eles estão presentes atualmente.

63- Dores em alguma parte do corpo?

64 - Dificuldades nas relações familiares:

65 - Dificuldades para tomar decisões na vida pessoal:

66 - Isolamento social:

67 - Vontade de desistir de tudo:

68 - Alterações do sono:

69 - Imagem negativa de si mesmo:

70 - Toma remédio de uso contínuo?

71 - Se respondeu sim, para tratar qual sintoma?

72 - Você tem acesso a algum tipo de Assistência Psicológica?

73 - Se respondeu sim, qual tipo de assistência recebe?